

Aula 00 - Prof Nilza Cicilliat

*TRF 2ª Região (Analista Judiciário -
Serviço Social) Conhecimentos
Específicos*

Autor:
**Anna Valéria Andrade, Nilza
Ciciliati**

25 de Janeiro de 2024

Índice

1) Apresentação	3
2) Fundamentos éticos e o projeto ético-político do Serviço Social	5
3) Resumo - Fundamentos Éticos e Projeto Ético-político	30
4) Mapas mentais - Projeto ético-político do Serviço Social	33
5) Lista de questões - Fundamentos Éticos - MULTIBANCAS	36
6) Questões comentadas - Fundamentos Éticos - MULTIBANCAS	56
7) Resolução CFESS nº 273/93 - O Código de Ética do Assistente Social	95
8) Resumo - Código de Ética Profissional	129
9) Mapas mentais - Código de ética do assistente social	132
10) Lista de questões - Código de Ética - Multibancas	137
11) Questões comentadas - Código de Ética - Multibancas	162
12) Lei n. 8.662 de 7 de junho 1993 - Lei de Regulamentação da profissão	209
13) RESUMO - Lei de Regulamentação da Profissão	225
14) Mapas mentais - Lei de regulamentação da profissão	227
15) Lista de questões - Lei de Regulamentação da Profissão - Multibancas	231
16) Questões comentadas - Lei de Regulamentação da Profissão - Multibancas	250
17) Principais Resoluções do CFESS aplicadas ao exercício profissional	286
18) Resumo - Principais Resoluções do CFESS	319
19) Mapas Mentais - Resoluções do CFESS	325
20) Lista de questões - Principais Resoluções CFESS - Multibancas	335
21) Questões Comentadas - Principais Resoluções CFESS - Multibancas	360



APRESENTAÇÃO

Olá! Bem-vindo(a), **querido(a) concursando(a) e futuro(a) aprovado(a)**!

Sou a **Professora Nilza Ciciliati**, assistente social, servidora pública federal e especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social. Estou muito feliz e entusiasmada por recebê-lo(a) neste curso, com aulas repletas de aprendizado sobre os conhecimentos específicos do seu concurso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Antes de começarmos, permita-me apresentar um pouco mais sobre mim.

Sou uma assistente social formada pela UNIGRAN-MS, com pós-graduações em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social pela PUC-PR, Neurociência aplicada à aprendizagem pela Faculdade Integrada Instituto Souza, e Direito Previdenciário pela Faculdade Internacional Signorelli-RJ. Atuo como servidora pública federal há 13 anos e, desde 2016, ocupo o cargo de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Minha jornada com concursos públicos começou há muitos anos, quando ainda trabalhava no setor privado e sonhava com um cargo público. Então, comecei a me preparar para concursos em nível municipal, estadual e federal. Ao longo dos anos, tive várias aprovações, incluindo:

- 🏆 1º lugar como Atendente Comercial nos Correios em 2000;
- 🏆 2º lugar como Auxiliar em Administração na Secretaria de Educação do Estado de MS em 2003;
- 🏆 13º lugar como Técnico Administrativo no IFMS em 2009;
- 🏆 2º lugar como Atendente Comercial na Empresa de Saneamento Básico do Estado de MS em 2010;
- 🏆 4º lugar como Técnico do Seguro Social no INSS em 2012;
- 🏆 2º lugar como Analista do Seguro Social na área de Serviço Social no INSS em 2016.

Durante essa longa jornada, percebi a importância de uma preparação adequada, com materiais focados exclusivamente para concursos. Descobri que não importa qual seja a sua formação educacional básica (eu mesma sempre estudei em escola pública), pois a dedicação intensa e o comprometimento podem superar qualquer dificuldade!

O primeiro passo para o sucesso é **ACREDITAR QUE É POSSÍVEL** e que você pode conquistar aquilo que deseja! O segundo passo é "**arregaçar as mangas**" e trabalhar para construir o futuro que você quer ter! Isso exige **disciplina, constância** e um **estudo focado e direcionado**! E eu estarei aqui para auxiliá-lo(a) nesta jornada!



Em nosso material, focamos na **retenção do aprendizado**. Portanto, após cada tópico abordado, introduziremos algumas questões para internalizar o assunto e entender como as Bancas Examinadoras costumam cobrá-lo em provas. Nosso material será **100% focado no que realmente é importante** para você ter **sucesso nas provas**, pois nosso objetivo aqui é fazer com que você **acerte o máximo de questões** e consiga sua **APROVAÇÃO!**

Neste curso, faremos inicialmente uma abordagem teórica do assunto, contemplando as principais informações de cada tópico, focando nos autores e/ou legislações cobrados em provas. Ao final da teoria, você terá a "lista de questões" e as "questões comentadas". E para auxiliar na revisão constante do conteúdo, ao final do material terá um resumo daquilo que realmente é essencial e precisa ser lembrado!

Orientação de estudo do material:

- primeiro faça uma leitura atenta da parte teórica! Preste muita atenção nas palavras em destaque (negrito e sublinhado)! Grife e destaque, se achar necessário!
- em seguida, tente responder as questões sem consultar o gabarito e os comentários do material. Só depois, consulte-o!
- faça um diagnóstico, verificando como foi seu desempenho e revise os pontos que precisam ser melhorados.
- aproveite as videoaulas para reforçar aqueles assuntos que você tem maior dificuldades!
- e não se esqueça de usar o resumo/mapas mentais para revisar o assunto com frequência! Afinal, aquilo que não é visto, não é lembrado!
- se ainda tiver dúvidas do conteúdo, poderá acessar o "Fórum de dúvidas" na plataforma e deixar sua pergunta, que terei o maior prazer em responder!

Deixo aqui também os meus contatos nas redes sociais e no Canal do YouTube:



<https://www.instagram.com/profnilzaciciliati/>



<https://t.me/profnilzaciciliati>



<https://whatsapp.com/channel/0029VaGkY9r1NCrSuJ34Mi2R>



<https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>

Ótima aula e bons estudos!

Profa. Nilza Ciciliati



FUNDAMENTOS ÉTICOS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Considerações Iniciais

Bem-vindo(a), **futuro(a) aprovado(a)**!

Sou a **Professora Nilza Ciciliati**, assistente social e servidora pública federal há 13 anos, especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social. Estou muito feliz e entusiasmada por recebê-lo(a) em mais um encontro repleto de aprendizado e descobertas nos conhecimentos específicos do nosso curso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Nesta aula, vamos tratar sobre os **fundamentos éticos** e o **projeto ético-político do Serviço Social**, que norteiam o exercício profissional do/a assistente social.

A proposta da aula é apresentar o tema de forma leve, simples e objetiva, dando relevância para os tópicos que você realmente precisa aprender para realizar uma prova de forma satisfatória.

Inicialmente abordaremos a parte teórica, em seguida traremos uma lista de questões para que você possa treinar seu conhecimento e posteriormente poderá conferir o gabarito e todas as questões com comentários. Ao final da aula, você terá um resumo com os pontos mais importantes, para facilitar na hora da revisão. Qualquer dúvida sobre o conteúdo, poderá enviar sua pergunta pelo fórum de dúvidas do curso! Terei o maior prazer em responder!

Deixo aqui também os meus contatos nas redes sociais e no Canal do YouTube:



@profnilzaciciliati



<https://t.me/profnilzaciciliati>



Canal do WhatsApp



<https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>

Ótima aula e bons estudos!

Profa. Nilza Ciciliati



Fundamentos éticos do Serviço Social

Para compreendermos os fundamentos éticos no Serviço Social, primeiramente, é importante entendermos o significado de **moral** e **ética**.

Enquanto a **moral é ação**, a **ética é a reflexão**, ou seja, prática e teoria.

Enquanto a moral é entendida como um conjunto de normas, aceitas livres e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens, a ética busca compreender e relacionar criticamente os atos e as normas, é o estudo dos comportamentos estabelecidos pela moral, é um tratamento científico dos problemas morais.

MORAL

Vida prática
Indivíduo em sua singularidade
Ação/prática



ÉTICA

Conhecimento teórico
Humano genérico
Reflexão/teoria

Quando falamos em **ética profissional**, devemos entendê-la como uma **dimensão específica do Serviço Social**, sendo suas determinações mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho.



DESPENCA NA
PROVA!

Segundo Barroco (2009)¹, a **ética profissional se objetiva**:

- **como ação moral**, através da prática profissional,
- **como normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,
- **como teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e
- **como ação ético-política**.

¹ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



Vamos entender cada um desses pontos de forma mais detalhada:

- **Ação Moral através da Prática Profissional:** A ética profissional se manifesta nas ações diárias dos profissionais. Isso significa que, ao realizar suas atividades, os profissionais tomam decisões baseadas em princípios éticos, como justiça, respeito e responsabilidade. Exemplo: Um assistente social que trata todos os seus usuários com dignidade e respeito, independentemente de sua situação socioeconômica, está praticando a ética profissional.
- **Normatização de Deveres e Valores através do Código de Ética Profissional:** Os códigos de ética profissional estabelecem normas e diretrizes que orientam o comportamento dos profissionais. Esses códigos definem os deveres e valores que devem ser seguidos para garantir uma prática ética.
- **Teorização Ética através das Filosofias e Teorias:** A ética profissional também é fundamentada em teorias e filosofias que fornecem uma base para a reflexão e a intervenção ética. Essas teorias ajudam os profissionais a entenderem os princípios éticos e a aplicá-los em sua prática. Exemplo: O uso de teorias como a ética deontológica, que enfatiza o cumprimento de deveres e obrigações, ou a ética utilitarista, que foca nas consequências das ações para o bem-estar coletivo. A teoria crítico-dialética oferece uma base sólida para uma prática ética que não apenas responde às necessidades imediatas, mas também busca transformar as condições sociais que geram essas necessidades.
- **Ação Ético-Política:** A ética profissional não se limita ao comportamento individual, mas também envolve a ação coletiva e política. Isso significa que os profissionais devem se engajar em ações que promovam mudanças sociais e políticas para melhorar as condições de vida das pessoas. Exemplo: Um assistente social que participa de movimentos sociais e políticas públicas para defender os direitos das populações vulneráveis, como a luta por melhores condições de moradia ou acesso à saúde.

Esses pontos mostram como a ética profissional é multifacetada, abrangendo desde as ações individuais até a participação em movimentos sociais e políticos.

Barroco destaca que essas ações éticas **não são formas puras e/ou absolutas** e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Já a **moral profissional** diz respeito à relação entre:

- **a ação profissional do indivíduo singular** (derivada de determinado comportamento prático objetivador de decisões, escolhas, juízos e ações de valor moral),
- **os sujeitos nela envolvidos** (usuários, colegas, etc.) e
- **o produto concreto da intervenção profissional** (avaliado em função de suas consequências éticas, da responsabilidade profissional, tendo por parâmetros valores e referenciais dados pela categoria profissional, como o Código de Ética, etc.).

Assim, a moral é reveladora de uma dada consciência moral ou moralidade, pois envolve escolha entre alternativas, julgamentos com base em valores, posicionamentos que signifiquem



defesa, negação, valorização de direitos, necessidades e atividades que interfiram e/ou tragam consequências sociais, éticas e políticas para a vida de outros indivíduos.

O que dá materialidade e organicidade à consciência ética dos profissionais é o pertencimento a **um projeto profissional** que possa responder aos seus ideais, projeções profissionais e societárias, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada. Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência, como parte integrante do mesmo.

A ética também se objetiva através de **um Código de Ética**: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.



Mas cuidado! Nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal. Trata-se de uma questão de consciência ética e política cuja ampliação requer estratégias da categoria profissional, no sentido de mobilização, de incentivo à participação, à capacitação, de ampliação do debate e de acesso à informação.

É importante também destacar que **a ética profissional não é isenta dos processos de alienação**, mas pode também ser favorecida por condições sociais e, diante de motivações coletivas, ser direcionada a uma intervenção consciente realizadora de direitos, necessidades e valores que respondam às necessidades dos usuários.

Essa intervenção consciente deve estar articulada a um projeto profissional que se caracteriza pela busca de ruptura com o conservadorismo em suas várias dimensões e configurações: o chamado **projeto ético-político**.

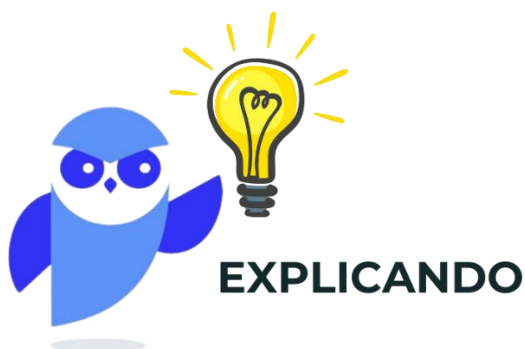
Barroco (2009)² traz reflexões importantes sobre a ética:

- embora limitada, **a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares**, mais ou menos conscientes e livres;
- a ética pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teleologias dirigidas à realização de direitos e conquistas coletivas; dos elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro.
- embora momentânea, pode se estabelecer como mediação entre a singularidade de indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis social.
- **o trabalho é a base ontológica primária da vida social**, na medida em que rompe com o padrão imediato das atividades puramente naturais e amplia sua natureza social e consciente através da interação, do intercâmbio, da reciprocidade social e projetando sua ação com base em escolhas de valor.

² BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



- é no cotidiano que a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos, repetindo comportamentos, espaço de:
 - **ultrageralização, pragmatismo, imediatismo, superficialidade e heterogeneidade.**
- quando o indivíduo faz uma **reflexão ética e crítica da vida cotidiana**, motivado por valores emancipatórios, **ampliam-se as possibilidades de realização de escolhas conscientes do ser social**, propiciando a valorização e o exercício da liberdade e do compromisso com projetos coletivos.



Vamos entender melhor essa reflexão de Barroco (2009): “Embora limitada, a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres.”

A ética tem suas limitações porque é influenciada por diversos fatores, como cultura, sociedade e contexto histórico. Isso significa que nossas ações éticas não são perfeitas ou absolutas, mas são moldadas por essas influências. A ética não é algo que se aplica apenas em grandes decisões ou momentos especiais. Ela está presente em nosso dia a dia, nas pequenas escolhas e ações que fazemos. Cada ação que tomamos pode ser vista como um ato moral. Esses atos são singulares porque cada situação é única e requer uma resposta específica. Nossas ações éticas podem variar em termos de consciência e liberdade. Às vezes, agimos de forma muito consciente e deliberada, enquanto em outras situações, nossas ações podem ser mais automáticas ou influenciadas por pressões externas.

Exemplo prático: Imagine que você está no supermercado e vê alguém derrubando uma caixa de frutas. Você pode escolher ajudar a pessoa a recolher as frutas (ato moral singular), mesmo que isso signifique gastar um pouco mais do seu tempo. Essa ação pode ser mais ou menos consciente (você pode fazer isso automaticamente ou pensar sobre a importância de ajudar) e mais ou menos livre (você pode sentir uma pressão social para ajudar ou fazer isso por vontade própria).



E como a moral tende a se objetivar de modo alienado no cotidiano?

No cotidiano, a moral pode se tornar **alienada**, ou seja, **desconectada de uma reflexão crítica**. Isso acontece quando:

1. **Reprodução de julgamentos:** As pessoas tendem a julgar situações e comportamentos com base em normas e valores que foram internalizados sem questionamento. Por exemplo, alguém pode criticar outra pessoa por não seguir uma tradição familiar, sem considerar o contexto ou as razões por trás da escolha.
2. **Repetição de comportamentos:** Muitas ações são realizadas de forma automática, sem reflexão. Por exemplo, seguir regras sociais como cumprimentar de uma certa maneira ou vestir-se de acordo com um código específico, sem pensar no porquê dessas regras.
3. **Ultrageneralização:** Aplicar regras morais de forma muito ampla, sem considerar as nuances de cada situação. Por exemplo, acreditar que “todas as pessoas que pedem dinheiro na rua são preguiçosas e não querem trabalhar”. Essa visão não leva em conta as diversas razões pelas quais alguém pode estar pedindo dinheiro, como desemprego, problemas de saúde mental, falta de oportunidades, ou outras dificuldades pessoais. Essa ultrageneralização pode levar a atitudes preconceituosas e discriminatórias, dificultando a empatia e a ação efetiva.
4. **Pragmatismo:** Focar apenas nos resultados práticos imediatos, sem considerar os princípios éticos e as necessidades a longo prazo. Por exemplo, um assistente social que, diante de uma crise de moradia, decide realocar rapidamente famílias para abrigos temporários sem avaliar as condições desses abrigos ou planejar soluções de moradia permanente. Embora essa ação resolva o problema imediato, ela não considera a qualidade de vida das famílias a longo prazo ou a necessidade de políticas habitacionais mais robustas. Um assistente social comprometido com uma prática ética e crítica buscaria equilibrar a necessidade de respostas imediatas com a implementação de estratégias sustentáveis e emancipadoras, que promovam a autonomia e a dignidade das pessoas atendidas.
5. **Imediatismo:** Priorizar soluções rápidas e fáceis, sem pensar nas consequências a longo prazo. Por exemplo, escolher um atalho que resolve um problema agora, mas cria problemas maiores no futuro.
6. **Superficialidade:** Tratar questões morais de forma rasa, sem aprofundar na análise. Por exemplo, julgar uma ação apenas pela aparência, sem entender as motivações e contextos envolvidos.
7. **Heterogeneidade:** A moral cotidiana pode ser inconsistente, variando de acordo com o contexto ou grupo social. Por exemplo, uma pessoa pode agir de uma maneira em casa e de outra no trabalho, sem uma base ética consistente. Essa variação de comportamento mostra uma falta de base ética consistente. A pessoa aplica diferentes padrões morais dependendo do contexto, o que pode causar confusão e até conflitos com aqueles ao seu redor.

Esses aspectos mostram como a moral cotidiana pode ser influenciada por fatores externos e culturais, muitas vezes sem uma reflexão crítica profunda.



E o que acontece quando o indivíduo faz uma reflexão ética e crítica da vida cotidiana?

Quando uma pessoa **reflete eticamente e criticamente sobre sua vida cotidiana**, ela está analisando suas ações e decisões diárias com base em princípios éticos e valores que promovem a liberdade e a justiça social. Essa reflexão é motivada por **valores emancipatórios**, que são aqueles que buscam a libertação de opressões e a promoção da igualdade e da dignidade humana. Assim:



Ampliam-se as possibilidades de realização de escolhas conscientes do ser social:

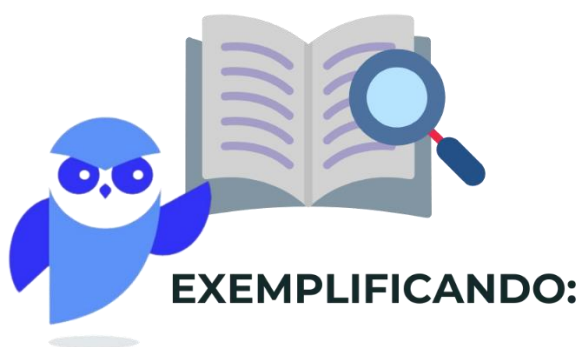
- **Escolhas Conscientes:** Ao refletir criticamente, a pessoa se torna mais consciente das implicações de suas ações. Ela passa a fazer escolhas mais informadas e deliberadas, considerando não apenas seus interesses pessoais, mas também o impacto de suas ações na sociedade.
- **Ser Social:** O indivíduo reconhece que faz parte de uma comunidade e que suas ações têm consequências para os outros. Isso leva a uma maior responsabilidade do seu papel social.

Propiciando a valorização e o exercício da liberdade:

- **Valorização da Liberdade:** A reflexão ética permite que a pessoa valorize sua própria liberdade e a dos outros. Ela entende que a liberdade não é apenas a ausência de restrições, mas a capacidade de agir de acordo com princípios éticos e valores que promovem o bem comum.
- **Exercício da Liberdade:** A pessoa passa a exercer sua liberdade de forma mais plena, tomando decisões que refletem seus valores e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Compromisso com projetos coletivos:

- **Projetos Coletivos:** A reflexão ética e crítica leva a um maior compromisso com iniciativas que visam o bem-estar coletivo. A pessoa se engaja em projetos que promovem a justiça social, a igualdade e a solidariedade.
- **Compromisso:** Esse engajamento não é superficial, mas um compromisso profundo com a transformação social e a construção de um futuro melhor para todos.



Exemplo Prático: Imagine um assistente social que, ao refletir criticamente sobre sua prática, decide se engajar em um projeto comunitário para melhorar as condições de moradia em uma área carente. Motivado por valores emancipatórios, ele trabalha para mobilizar recursos, envolver a comunidade e promover políticas públicas que garantam o direito à moradia digna. Suas ações são conscientes e livres, refletindo seu compromisso com uma atuação que foge do pragmatismo e do imediatismo.

Essa reflexão ética e crítica transforma a prática cotidiana, ampliando as possibilidades de escolhas conscientes e promovendo um compromisso ativo com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



Vejamos como esse assunto pode ser cobrado na sua prova:

(UFSC - 2022) A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica (BARROCO, 2009). Sobre esse tema, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional.

II. A ética profissional se objetiva como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política.

III. A ética profissional busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional.

IV. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.

A. Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

B. Somente a afirmativa IV está correta.

C. Somente as afirmativas II e III estão corretas.

D. Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

E. Todas as afirmativas estão corretas.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

I. **Correto.** A ética profissional se objetiva **como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional**, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política (BARROCO, 2009, p. 12).



II. Correto. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, **como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política** (BARROCO, 2009, p. 12).

III. Correto. A ética profissional **busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas**, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional (BARROCO, 2009, p. 14).

IV. Correto. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional (BARROCO, 2009, p. 14).

Todos os itens transcrevem a literalidade do artigo de Barroco (2009)³, que trata dos fundamentos éticos do Serviço Social.

Gabarito: letra E.

(IBADE - 2019) Segundo Barroco (2009), “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica.”. Para ela, a ética profissional se objetiva:

- A. como ação moral, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção.
- B. como normatização de deveres e valores, através da prática profissional.
- C. como teorização ética, através do código de Ética Profissional.
- D. como ação éticopolítica, através das teorias que fundamentam sua reflexão.
- E. em formas não necessariamente puras e/ou absolutas, e sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Comentário:

A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política. Barroco (2009)⁴ destaca que essas **não são formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.**

³ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

⁴ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



Gabarito: letra E.

Outra questão semelhante:

(NUCEPE - 2017) “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica”. (BARROCO, 2009) A ética profissional se objetiva como:

- A. Ação moral, normatização de deveres, teorização ética e ação técnica.
- B. Ação moral; normatização de direitos e valores, teorização científica e ação ético política.
- C. Ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética e ação ético-política.
- D. Ação moral; normatização de compromissos; teorização ética e ação ético-política.
- E. Ação moral; normatização de princípios; teorização ética; e ação ético-política.

Comentário:

Segundo Barroco (2009)⁵, a ética profissional se objetiva:

- como **ação moral**, através da prática profissional,
- como **normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,
- como **teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e
- como **ação ético-política**, através da organização política dos sujeitos sociais.

Gabarito: letra C.

O projeto ético-político do Serviço Social

Projeto societário x projeto profissional

Antes de abordarmos sobre o **projeto ético-político**, vamos entender um pouco sobre o conceito de **projeto societário** e **projeto profissional**.

Projeto societário é um tipo de **projeto coletivo** que apresenta propostas para a **sociedade** e não apenas para um grupo ou categoria profissional, como é o caso do projeto profissional. Projetos

⁵ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



societários são **projetos macroscópicos**, ainda que representem apenas uma fração da sociedade como de gênero, de etnia, etc. No projeto societário, sempre estará presente uma **dimensão política**, que envolve relações de poder e, estarão sempre se renovando, conforme as conjunturas históricas e políticas.

Conforme Netto (1999)⁶, os **projetos societários da classe trabalhadora**, no sistema capitalista, sempre terão **condições menos favoráveis** em relação à classe politicamente dominante, seja por razões econômicas, sociais ou culturais.

Já os **projetos profissionais** dispõem sobre os **valores**, prescrevem **normas, princípios, objetivos**, estabelecem **bases para as relações dos profissionais** com os usuários, apresentando assim, uma **autoimagem da profissão**. É através da organização dos profissionais da prática, dos pesquisadores, dos estudantes, das instituições representantes que tais projetos são construídos.



Em relação ao Serviço Social, essa organização se dá por meio do **CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, e as demais associações de assistentes sociais**. Aqui nos referimos às entidades importantes na área de Serviço Social no Brasil:

- **CFESS: Conselho Federal de Serviço Social.** É uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress).
- **CRESS: Conselhos Regionais de Serviço Social.** São entidades que têm como competência orientar, disciplinar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Serviço Social; zelar pelo livre exercício, dignidade e autonomia da profissão; organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais e das pessoas jurídicas que prestam serviços de consultoria, além de zelar pelo cumprimento e observância do Código de Ética Profissional.
- **ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** É uma entidade acadêmico-científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação.
- **ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.** É responsável pela articulação e mobilização dos estudantes de Serviço Social no país

No que se refere ao **projeto profissional**, por mais que haja debates, discussões dentro da profissão sobre a construção de um **projeto profissional hegemônico, ele nunca será exclusivo**. Ou seja, o **pluralismo** sempre vai existir na sociedade e dentro da profissão.

⁶ NETTO. J. P. A Construção do Projeto ético – político frente à crise contemporânea. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ CEAD, 1999.





Vamos entender melhor o conceito de pluralismo?

O **pluralismo** é um conceito que reconhece e valoriza a diversidade de ideias, perspectivas e abordagens dentro de uma determinada área ou campo. No contexto do Serviço Social, o pluralismo se refere à existência de uma variedade de abordagens teóricas, metodológicas e práticas dentro da profissão.

Embora possa haver um projeto profissional hegemônico que orienta a maioria dos assistentes sociais, **isso não exclui a existência de outras abordagens e perspectivas**. De fato, o pluralismo é fundamental para a evolução e o desenvolvimento da profissão, pois permite o debate, a reflexão crítica e a inovação.

O pluralismo também reconhece que os assistentes sociais trabalham em uma variedade de contextos e com uma diversidade de populações, cada uma com suas próprias necessidades e desafios únicos. Portanto, é importante que os assistentes sociais tenham a flexibilidade para adaptar suas abordagens e métodos às necessidades específicas de seus usuários.

Por fim, o pluralismo no Serviço Social também se refere ao respeito e à valorização da diversidade entre os usuários do serviço social, incluindo sua diversidade cultural, étnica, de gênero, de orientação sexual, de habilidades e de experiências de vida. Isso é fundamental para a prática ética e eficaz do serviço social.

Netto (1999) deixa bem claro que, em relação aos elementos éticos do projeto profissional, eles não se limitam a normas e prescrições de direitos e deveres, mas envolvem **opções teóricas, ideológicas e políticas** dos profissionais, ou seja, a **direção ética é combinada com uma direção político-profissional**.



E o que seria o chamado sincretismo no Serviço Social?

O **sincretismo no Serviço Social** é um conceito que se refere à combinação de diferentes abordagens teóricas, metodológicas e práticas dentro da profissão, **sem uma integração sistemática**.



Este conceito foi formulado por José Paulo Netto (2009)⁷, que explicou que o Serviço Social nasce medularmente sincrético, ou seja, surge e se consolida sob diversas influências, mesmo que contraditórias ou conflitantes, em sua estrutura.

Netto identifica três dimensões principais do sincretismo no Serviço Social:

1. **Sincretismo ideológico:** A incorporação de diferentes ideologias e perspectivas políticas, que podem ser conflitantes, mas que coexistem na prática profissional.
2. **Sincretismo do estatuto profissional:** A combinação de diferentes abordagens e metodologias na formação e na prática dos assistentes sociais.
3. **Sincretismo científico:** A integração de diversas teorias e conhecimentos científicos, que podem ter origens e fundamentos distintos.

Esse sincretismo reflete a complexidade e a diversidade do Serviço Social, que busca responder às demandas sociais de maneira abrangente e inclusiva, mesmo que isso signifique lidar com tensões e contradições internas.

O sincretismo é uma característica que sempre acompanhou o Serviço Social e ainda encontra espaço na produção teórica e no trabalho profissional. Ele se expressa em todas as manifestações da prática profissional e se revela em todas as intervenções do agente profissional.

A profissionalização do Serviço Social conseguiu alterar significativamente a inserção sócio-ocupacional do assistente social. No entanto, mesmo assim, o Serviço Social profissionalizado não conseguiu diferenciar a intervenção da profissão de outras práticas (profissionais ou não) que incidiam sobre a questão social. Assim, o sincretismo no Serviço Social é um fenômeno complexo que reflete a diversidade e a complexidade da profissão e suas práticas, sendo um elemento fundamental para entender a natureza e a evolução do Serviço Social

A construção do projeto ético-político

A construção do projeto ético-político da profissão, comprometido com os interesses da classe trabalhadora, vem sendo construído desde os **anos de 1970**, mais precisamente **no final daquela década**, quando o Serviço Social rompe com o conservadorismo e adota uma **perspectiva crítica**, com base na teoria marxista.

O **auge desse movimento de reconceituação**, adotando uma intenção de ruptura com o conservadorismo, se deu no **III CBAS**, chamado **Congresso da Virada**, realizado em São Paulo, em **1979**.

⁷ NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



Reprodução da fotografia apensa à matéria "O início de fato do III CBAS", com a seguinte legenda: os assistentes sociais protestam e reivindicam. Publicada no Jornal do III CBAS, em 23 de setembro de 1979, página 3, fotografia de Nelson Correa. Acervo CFESS.



Esse foi um período em que estava havendo a **redemocratização do país** (passava-se por um período ditatorial, de 1964-1985) quando a **classe trabalhadora se reinseriu na cena política** e revitalizou as suas entidades representativas e a categoria profissional se vinculou ao movimento dos trabalhadores, **rompendo com a dominância do conservadorismo** e instaurando o **pluralismo político** na profissão.

(...) o III Congresso operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país. Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de autoreforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político (CFESS, 2009, p. 30-31)⁸.

Outro fator preponderante que contribuiu para a construção do projeto ético-político da profissão foi a **vasta produção de conhecimento** fomentada à época. Apesar de não se constituir em uma ciência e não dispor de teoria própria, apoiada nas ciências sociais e humanas, os profissionais

⁸ Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador), Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). 30 Anos do Congresso da Virada. Brasília, 2009.

de Serviço Social realizaram estudos, investigações e pesquisas que contribuíram para a construção de matrizes teóricas críticas compatíveis com a intenção de ruptura do conservadorismo.



A **reforma curricular de 1982** contribuiu também para **fomentar o debate sobre a formação profissional**, no sentido de dimensionar o ensino e a formação profissional, sendo capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e também às demandas emergentes da sociedade, ou seja, **foi capaz de construir um novo perfil profissional**.

Além desses fatores já expostos, a **redemocratização da sociedade** e o **reconhecimento da proteção social** como direito reconhecido pela **Constituição Federal** e o **aparato legal** que se formou a partir daí, como Estatuto da Criança e do Adolescente, a LOAS, a Política Nacional do Idoso, etc., contribuíram para introdução de práticas interventivas e fortalecimento da categoria profissional e do projeto ético-político.



Em **1986** é formulado o novo **Código de Ética Profissional**, já a partir de um debate crítico, coroando o **rompimento com o conservadorismo** e, tendo sua **revisão em 1993**, para ajustar as dimensões éticas e profissionais, superando os limites impostos no Código de 86.

Antes do Código de Ética Profissional de 1986, houve outros códigos que refletiam as características e os valores do Serviço Social naquela época:

- **Código de Ética de 1947:** Este foi o primeiro código de ética do Serviço Social no Brasil. Ele foi influenciado pela visão europeia, impregnado de valores cristãos, sem mediação do Estado e, portanto, sem respaldo jurídico. Visava orientar a prática e conferir status de profissão ao Serviço Social, que não era ainda regulamentada como categoria profissional.
- **Código de Ética de 1965:** Este código foi sancionado após a regulamentação da profissão em 1957 e a criação do Conselho Federal dos Assistentes Sociais em 1962. Ele manteve os valores tradicionais, de cunho conservador e cristão, que estavam presentes no código anterior.



Ambos os códigos eram fundamentados por pressupostos neotomistas e/ou positivistas, imprimindo os dogmas cristãos e a moral conservadora à ética da profissão. Eles refletiam a natureza conservadora, vocacional, moralista, manipuladora e confessional do Serviço Social naquela época.

- **Código de Ética de 1975:** Caracteriza-se, ainda, por conteúdo insuficiente no que se refere às questões fundamentais da profissão. Reconhece ainda o Estado como gestor do bem comum, numa perspectiva neotomista e acrítica. O Serviço Social assume a prática dentro de uma perspectiva de transformação e participação social, mas apenas reproduzem a ordem estabelecida, uma vez que não enfatizam a capacidade crítica e transformadora do homem como ser histórico (Oliveira e Chaves, 2017)⁹.

O **Código de Ética de 1986** representou uma **ruptura significativa com esses códigos anteriores**, introduzindo um debate crítico e rompendo com o conservadorismo. Ele expressou o amadurecimento teórico e o posicionamento político profissional diante da articulação entre as entidades representativas da própria categoria e da classe trabalhadora.

E você sabe porque a revisão do Código de Ética de 86 foi necessária?

A revisão do Código de Ética de 1986 e sua reformulação em 1993 foi necessária devido às transformações societárias e ao processo de democratização do país que ocorreram naquela época. O Código de 1986 foi promulgado em um momento histórico que exigiu e ao mesmo tempo contribuiu para a revisão do Código de Ética profissional.

O Código de 1986 expressou o amadurecimento teórico e o posicionamento político profissional diante da articulação entre as entidades representativas da própria categoria e da classe trabalhadora. No entanto, algumas críticas apontaram que a base ético-teórica do Código de 1986 reproduzia o marxismo tradicionalista, que emergiu no debate do Serviço Social a partir das décadas de 1960 e 1970. Essa crítica argumentava que a forma como a ética estava contemplada no Código de Ética de 1986 era mecanicista e idealista, por se fundamentar apenas no interesse da classe trabalhadora.

Essa revisão foi importante para elucidar um projeto profissional que evidenciasse o **compromisso ético-político, a direção social da profissão e, principalmente, romper com os vieses tradicionalistas e conservadores presentes nas relações profissionais.**

Portanto, a revisão do Código de Ética de 1986 foi uma resposta às mudanças societárias e às necessidades emergentes da profissão naquele momento e permitiu que o Código de Ética se alinhasse mais de perto com os valores e princípios do Serviço Social contemporâneo.

⁹ Oliveira, Edistia Maria Abath Pereira de e Chaves, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2017, n. 128 [Acessado 14 Janeiro 2024], pp. 143-163. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.098>>.





O **Código de Ética Profissional de 1993**, vigente atualmente, incorpora uma abordagem teórico crítica e sustenta os pilares do projeto ético-político da profissão.

Este projeto tem em seu **núcleo** o reconhecimento da **LIBERDADE** como valor central. Seu **compromisso** é com a **autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais**.

É um projeto profissional que se vincula a um **projeto societário** que propõe a construção de uma **nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero**. A sua **dimensão política** se posiciona a favor da **equidade e da justiça social**. O compromisso profissional é com a **competência**, cuja base é o **aprimoramento profissional** – preocupação com **formação permanente** e uma **constante postura investigativa**.

A estrutura do projeto ético-político

É importante salientar que **o projeto ético-político está em um constante processo de construção**. Ele **não é estático, é flexível** e se molda para enfrentar novas problemáticas e desafios. Ele é explicitado no **Código de Ética Profissional de 1993**, na **Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93)** e nas **Diretrizes Curriculares** aprovadas pela ABEPSS em 1996.

- **O Código de Ética Profissional**, que é o conjunto de regras que orientam a conduta ética e política dos assistentes sociais, baseado na liberdade, na democracia, nos direitos humanos e na justiça social.
- **A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93)**, que é a lei que reconhece o Serviço Social como uma profissão de nível superior, que define as suas áreas e campos de atuação, que estabelece os órgãos de fiscalização e de defesa da profissão, que determina as condições de trabalho dos assistentes sociais, entre outras disposições.
- **As Diretrizes Curriculares Gerais para o curso de Serviço Social**, que são as orientações que definem os conteúdos, as metodologias, as avaliações e as práticas pedagógicas dos cursos de graduação em Serviço Social, visando garantir a qualidade da formação profissional, de acordo com o projeto ético-político da categoria.



Teixeira e Braz (2009)¹⁰ apontam os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os elementos que dão materialidade a esse projeto profissional. São eles:

Elementos constitutivos:

1. Explicitação de princípios e valores ético-políticos;
2. Matriz teórico-metodológica em que se ancora;
3. Crítica radical à ordem vigente;
4. Lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade;

Vamos compreender cada um desses **elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social**:

- **Explicitação de princípios e valores ético-políticos:** Este elemento se refere à necessidade de tornar explícitos os princípios e valores que orientam a prática profissional do assistente social. Isso inclui o compromisso com a justiça social, a igualdade, a democracia, os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas.
- **Matriz teórico-metodológica em que se ancora:** Este elemento se refere ao conjunto de teorias e métodos que fundamentam a prática do assistente social. Isso inclui as teorias sociais, políticas e econômicas que ajudam a entender a sociedade e as metodologias de intervenção que orientam o trabalho do assistente social.
- **Crítica radical à ordem vigente:** Este elemento se refere à postura crítica do assistente social em relação à sociedade atual. Isso envolve questionar as estruturas de poder existentes, as desigualdades sociais e as injustiças, e trabalhar para transformá-las.
- **Lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade:** Este elemento se refere à participação ativa do assistente social nas lutas sociais e políticas, tanto dentro da profissão quanto na sociedade em geral. Isso inclui a defesa dos direitos dos usuários, a promoção da justiça social e a participação em organizações e movimentos sociais.

A partir desses elementos, temos:



¹⁰ TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.



Componentes que dão materialidade ao projeto profissional:

1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);
3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

Vamos entender cada um desses **elementos que dão materialidade ao projeto profissional do Serviço Social**:

A **dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** se refere à geração e aplicação de conhecimentos específicos da área de Serviço Social. Isso envolve a reflexão crítica sobre a prática profissional e a investigação da realidade social. Isso inclui a produção de pesquisas, estudos e teorias que ajudam a entender e abordar as questões sociais de maneira mais eficaz. Essa dimensão também envolve a formação contínua dos assistentes sociais, através da educação e do treinamento, para que eles possam se manter atualizados sobre os desenvolvimentos mais recentes na área e melhorar suas habilidades e competências, para serem capazes de responder efetivamente às necessidades e desafios da sociedade.

A **dimensão político-organizativa da profissão** se refere à organização política da profissão e às estruturas que a apoiam. Isso inclui entidades como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), e outros fóruns de deliberação. Essas organizações desempenham um papel crucial na definição dos padrões profissionais e na defesa dos direitos dos assistentes sociais.

A **dimensão jurídico-política da profissão** está relacionada com as leis e as políticas que regulam e orientam a sua atuação na sociedade. Essa dimensão tem duas esferas, que são diferentes, mas que se articulam entre si:

A primeira esfera é a do aparato jurídico-político estritamente profissional, que são os documentos e as normas que foram elaborados e aprovados pela própria categoria profissional, ou seja, pelos assistentes sociais e suas entidades representativas. Esses documentos e normas definem os princípios, os valores, os objetivos, as competências, as atribuições e as responsabilidades dos assistentes sociais, bem como os seus direitos e deveres. Alguns exemplos desses documentos e normas são:

- **O atual Código de Ética Profissional**, que é o conjunto de regras que orientam a conduta ética e política dos assistentes sociais, baseado na liberdade, na democracia, nos direitos humanos e na justiça social.
- **A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93)**, que é a lei que reconhece o Serviço Social como uma profissão de nível superior, que define as suas áreas e campos de atuação, que estabelece os órgãos de fiscalização e de defesa da profissão, que determina as condições de trabalho e de remuneração dos assistentes sociais, entre outras disposições.



- **As Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social**, que são as orientações que definem os conteúdos, as metodologias, as avaliações e as práticas pedagógicas dos cursos de graduação em Serviço Social, visando garantir a qualidade da formação profissional, de acordo com o projeto ético-político da categoria.

A segunda esfera é a do **aparato jurídico-político de caráter mais abrangente**, que são as leis e as políticas que dizem respeito às questões sociais que são objeto de intervenção do Serviço Social, ou seja, aos problemas e às demandas da população que necessita de proteção e de assistência social. Alguns exemplos dessas leis e políticas são:

- **A Lei Orgânica da Saúde (LOS)**, que é a lei que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), que é o sistema público e universal de saúde, que visa garantir o acesso de todos à prevenção, ao tratamento e à recuperação da saúde, de forma integral e equânime.
- **A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, que é a lei que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é o sistema público e descentralizado de assistência social, que visa garantir a proteção social aos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou de risco social, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios.
- **O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, que é a lei que regulamenta os direitos e os deveres das crianças e dos adolescentes, que são considerados sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, que devem ter prioridade absoluta na proteção e na promoção de sua saúde, educação, cultura, lazer, convivência familiar e comunitária, entre outros aspectos.

Essas leis e políticas são fruto da luta e da participação dos movimentos sociais, das organizações populares e das vanguardas profissionais, que buscaram garantir e ampliar os direitos sociais dos cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis e excluídos.



(CESPE/CEBRASPE - 2022) Assinale a opção que apresenta um documento que baseia o projeto ético-político do serviço social.

- A. Lei Orgânica da Assistência Social
- B. Estatuto da Criança e do Adolescente
- C. Estatuto da Família
- D. Estatuto do Idoso
- E. Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Comentário:

O projeto ético-político está em um constante processo de construção. Ele não é estático, é flexível e se molda para enfrentar novas problemáticas e desafios. Ele é explicitado no **Código de Ética Profissional**, na **Lei de Regulamentação da profissão** (Lei 8662/93) e nas **Diretrizes Curriculares** aprovadas pela ABEPSS em 1996.



Gabarito: letra E.

O projeto ético-político, a questão da hegemonia e o neoconservadorismo

Em relação à constituição do Projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, referenciado na tradição marxista, **está profundamente ligado aos movimentos e projetos de sociedade vividos nos anos 70**, amadurecendo-se com o **avanço democrático nos anos 80** e conquistando **hegemonia nos anos 90**.

Nesse sentido, Iamamoto (2008, p. 223)¹¹ afirma que "**os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários** que lhes oferecem matrizes e valores. Projetos esses que necessitam ser historicamente identificados e explicitados as forças e sujeitos políticos que presidem a sua construção nas sociedades nacionais, como parte de um processo de lutas pela hegemonia na sociedade e na profissão".

Essa vinculação do projeto profissional ao projeto societário da classe trabalhadora só foi possível após uma ampla problematização acerca da inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, desvelando o campo de interesses contraditórios em que se desenvolve o trabalho profissional.

Netto (1999)¹² aponta **dois elementos** que foram primordiais para o projeto conquistar **hegemonia**, a partir da segunda metade dos anos noventa. São eles:

- O **crecente envolvimento de segmentos** cada vez maiores de profissionais **nos fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos da categoria**, como os CBAS, as oficinas regionais da ABESS, seminários nacionais promovidos pelos CFESS/CRESS, etc.
- As linhas fundamentais do projeto **sintonizadas com tendências do movimento das classes sociais**, com assistentes sociais **envolvidos na militância cívica/política**, expressando as demandas e aspirações da massa trabalhadora brasileira.

Assim, esse **projeto acompanhou o movimento democrático e popular da sociedade** (que pôs fim à ditadura e promulgou a Constituição Cidadã), fortalecendo-se até meados de 1995, quando, apresenta-se uma **disseminação das ideias neoliberais** na sociedade, promovendo a **privatização do Estado**, o **sucateamento dos serviços públicos**, o **desmonte dos direitos sociais** e a implementação de uma **política macroeconômica que penaliza a maior parte da população**. Todo esse processo foi uma **ameaça real** à implementação do projeto profissional.

¹¹ IAMAMOTO, M. V. O serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

¹² NETTO, J. P. A Construção do Projeto ético – político frente à crise contemporânea. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPPS/ CEAD, 1999.





Mas cuidado! Apesar de ser **hegemônico**, isso **não quer dizer que Projeto ético-político crítico é o único existente no interior da categoria profissional**. Também não quer dizer que houve uma eliminação de tendências conservadoras ou neoconservadoras.

Neste cenário, o **conservadorismo tem encontrado espaço para se reatualizar**. O chamado **neoconservadorismo** busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana; o discurso dominante é o da naturalização e moralização da criminalidade.

Aliado a isso, a precarização das condições de trabalho e da formação profissional, seja por questões técnicas ou teóricas, ou pela fragilização de uma consciência crítica e política, acaba motivando respostas fragmentadas e imediatista, favorecendo as expressões neoconservadoras.

Nesse sentido, Teixeira e Braz (2009)¹³ afirmam a década de 1990 se inicia com a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um **neoconservadorismo profissional**.

Mas não apenas o neoliberalismo repercute negativamente na profissão. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos. A pós-modernidade expressa esse caldo de cultura e pode ser considerada a base ideocultural, ou as "expressões ideoculturais da crise capitalista" na interpretação de Simionato (1999), sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante.

Barroco (2011)¹⁴ atenta para o fato de que o **neoconservadorismo** apresenta diversas formas de expressão e, para seu **enfretamento**, supõe **dimensões teóricas e ético-políticas**. O assistente social precisa estar capacitado para enfrentar o discurso (neo)conservador, de forma a não o reproduzir. É preciso uma organização política fortalecida e renovada, junto à categoria, com as entidades de representação, as unidades de ensino e aos movimentos populares e democráticos. O

¹³ TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.

¹⁴ BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto-ético-político. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-208, abr/jun, 2011.



enfrentamento teórico supõe a desmistificação dos pressupostos e mitos irracionais em torno da história.



Vamos ver como esse assunto é cobrado em prova:

(INSTITUTO CONSULPLAN - 2023) Os elementos éticos do projeto profissional não se limitam a normas e prescrições de direitos e deveres, mas envolvem opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais, ou seja, a direção ética é combinada com uma direção político-profissional. (NETTO, 1999.) Sobre o Projeto Ético-Político (PEP) da profissão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Sua construção foi comprometida com os interesses da classe trabalhadora; vem sendo construído na transição dos anos 1970 para os anos 1980.
- II. A reforma curricular de 1982 contribuiu para fomentar o debate sobre a formação profissional, no sentido de dimensionar o ensino e a formação profissional.
- III. É o único existente no interior da categoria profissional. Por ser homogêneo com a sua construção, houve a eliminação de tendências conservadoras e neoconservadoras.
- IV. Adquire materialidade na Lei da Regulamentação da Profissão (1993); no Código de Ética Profissional (1993); e, nas diretrizes curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996).
- V. Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) IV e V.
- B) I, III e V.
- C) II, III e IV.
- D) I, II, IV e V.

GABARITO: D

COMENTÁRIO:

As afirmativas corretas são I, II, IV e V. Vejamos cada um dos itens:

- I. Correto.** O PEP foi construído com um compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e sua construção ocorreu durante a transição dos anos 1970 para os anos 1980.
- II. Correto.** A reforma curricular de 1982 desempenhou um papel importante no fomento do debate sobre a formação profissional, ajudando a dimensionar o ensino e a formação profissional.
- IV. Correto.** O PEP adquire materialidade na Lei da Regulamentação da Profissão (1993), no Código de Ética Profissional (1993) e nas diretrizes curriculares que orientam a formação acadêmica (1996).
- V. Correto.** O PEP tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central.



III. Incorreto. A afirmativa III não está correta porque, embora o PEP seja o principal projeto no interior da categoria profissional, não eliminou completamente as tendências conservadoras e neoconservadoras. A diversidade de pensamentos e abordagens ainda existe dentro da profissão.

(FGV - 2022) Há inegáveis tensionamentos no interior da categoria acerca do projeto ético-político do Serviço Social. Movimentos conservadores, ao ganharem relevância no debate público a partir dos anos 1990, passam a confrontar o projeto hegemônico, em razão da sua filiação a um projeto societário de transformação da ordem capitalista. A natureza desses tensionamentos se encontra no domínio:

- A. doutrinário-religioso;
- B. filosófico;
- C. político-ideológico;
- D. epistemológico;
- E. social.

Comentário:

Teixeira e Braz (2009)¹⁵ afirmam a década de 1990 se inicia com a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional. **Mas não apenas o neoliberalismo repercute negativamente na profissão. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos.**

Gabarito: letra C.

(FCC - 2018) No que se refere ao projeto ético-político do/da assistente social na contemporaneidade, considere as assertivas abaixo.

- I. O neoconservadorismo constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político.**
- II. Novos paradigmas se apresentam como compatíveis e necessários complementos para o avanço do projeto ético-político, quais sejam: o ecletismo, o relativismo e o empirismo.**
- III. A influência neoconservadora e a resiliência dos condicionantes sociopolíticos que a fomentam podem trazer uma inflexão na atual direção social da profissão.**
- IV. O projeto ético-político e a ética são sinônimos, constituindo um ethos profissional.**
- V. A teleologia posta no projeto ético-político do/da assistente social pressupõe a conquista de uma outra sociabilidade.**

¹⁵ TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.



Está correto o que se afirma APENAS em

- A. I, II e IV.
- B. II, III e V.
- C. I, III e V.
- D. II e V.
- E. III e IV.

Comentário:

Sabemos que a disseminação de ideias neoliberais, a partir da década de 90, no Brasil, abriu espaço para que o neoconservadorismo adentrasse a profissão e provocasse uma erosão das bases do projeto ético-político do Serviço Social. Essa influência acabou provocando uma inflexão dentro da profissão, de suas bases e de seus direcionamentos. **Itens I e III corretos.**

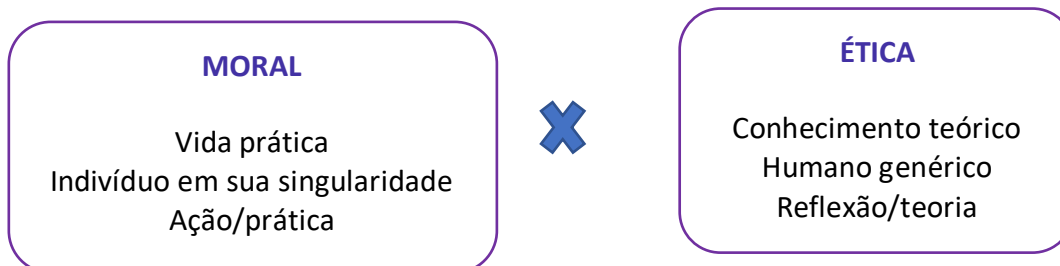
A teleologia (finalidade) posta no projeto ético-político pressupõe uma nova sociabilidade, ou seja, o projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. **Item V correto.**

Gabarito: C



RESUMO – FUNDAMENTOS ÉTICOS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

○ FUNDAMENTOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL



A **ética profissional** se objetiva:

- **como ação moral**, através da prática profissional,
- **como normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,
- **como teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e
- **como ação ético-política**.

A **moral profissional** diz respeito à relação entre:

- **a ação profissional do indivíduo singular** (derivada de determinado comportamento prático objetivador de decisões, escolhas, juízos e ações de valor moral),
- **os sujeitos nela envolvidos** (usuários, colegas, etc.) e
- **o produto concreto da intervenção profissional** (avaliado em função de suas consequências éticas, da responsabilidade profissional, tendo por parâmetros valores e referenciais dados pela categoria profissional, como o Código de Ética, etc.).

- ✓ **Nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código**, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal.
- ✓ **a ética profissional não é isenta dos processos de alienação**.



○ PROJETO SOCIETÁRIO X PROJETO PROFISSIONAL:

↳ **Projeto societário:** um tipo de projeto coletivo que apresenta propostas para a sociedade e não apenas para um grupo ou categoria profissional → são projetos macroscópicos e sempre estará presente uma dimensão política.

↳ **Projetos profissionais:** dispõem sobre os valores, prescrevem normas, princípios, objetivos, estabelecem bases para as relações profissionais → apresenta uma autoimagem da profissão. Não se limitam a normas e nunca será exclusivo → envolvem opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais.

○ A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO:

- ✓ Vem sendo construído desde o final dos **anos 70**. III Congresso da Virada em 1979.
- ✓ Serviço Social rompe com o conservadorismo e adota uma **perspectiva crítica**, com base na teoria marxista.
- ✓ Código de Ética de 1986 rompe com o conservadorismo.
- ✓ Instaura-se o **pluralismo político** na profissão.
- ✓ **Vasta produção de conhecimento, reforma curricular de 1982, a redemocratização da sociedade e o reconhecimento da proteção social como direito** reconhecido pela Constituição Federal e o **aparato legal** que se formou a partir daí, contribuíram para o fortalecimento da categoria profissional e do projeto ético-político.
- ✓ Conquistou hegemonia nos **anos 90** através do crescente envolvimento nos espaços de discussão e nos eventos da categoria e com assistentes sociais envolvidos na militância cívica/política;
- ✓ A partir da década de 90: disseminação de **ideias neoliberais**, o **neoconservadorismo** provoca uma erosão das bases do projeto ético-político do Serviço Social.

○ A ESTRUTURA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO:

↳ **Núcleo: Liberdade** como valor central;

↳ **Compromisso:** com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais;

↳ **Dimensão política:** a favor da equidade e da justiça social;

↳ **Vinculação a um projeto societário:** que propõe uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.



↳ **Elementos constitutivos:**

1. Explicitação de princípios e valores ético-políticos;
2. Matriz teórico-metodológica em que se ancora;
3. Crítica radical à ordem vigente;
4. Lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade;

↳ **Componentes que dão materialidade ao projeto profissional:**

1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);
3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

↳ O projeto ético-político do Serviço Social é explicitado

- no **Código de Ética Profissional**,
- na **Lei de Regulamentação da profissão** (Lei 8662/93) e
- nas **Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996**.



MAPAS MENTAIS – A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO



MAPAS MENTAIS – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PEP



COMPONENTES QUE DARÃO MATERIALIDADE AO PROJETO PROFISSIONAL:

1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);

+

2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);

+

3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

MAPAS MENTAIS – ESTRUTURA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO

ESTRUTURA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO



LISTA DE QUESTÕES - FUNDAMENTOS ÉTICOS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO - MULTIBANCAS

1. (Instituto Consulplan - 2024) Sobre o projeto ético-político do Serviço Social, é INCORRETO afirmar que:

A) O projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

B) Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas.

C) Constituem elementos do projeto ético-político do Serviço Social: explicitação de princípios e valores ético-políticos; matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à ordem vigente; e, lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade.

D) Efetiva-se integralmente na realidade, pois ele articula em si elementos constitutivos que tem em sua base, os componentes que lhe dão pluralidade, ou seja, aqueles elementos se objetivam e se expressam na realidade, pode-se dizer que ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos próprios assistentes sociais.

2. (UNIVIDA - 2024) Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente a lacuna abaixo: O _____ hegemônico na profissão está vinculado a um projeto de transformação da sociedade, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

A) Projeto ético-político.

B) Direito.

C) Código de ética.

D) Projeto social.

E) Serviço.

3. (CS-UFG - 2023) De acordo com José Paulo Netto (1999), o projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro se inscreve no marco dos projetos coletivos e apresentam



- A) a construção de princípios e diretrizes que se legitimam por grupos e disputas ideológicas e políticas centrados no pensamento conservador, prescrevendo normas para o comportamento dos profissionais.
- B) a reafirmação dos processos sociais vigentes e das forças políticas hegemônicas da sociabilidade capitalista e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços.
- C) a manifestação de processos contestatórios de uma dada profissão, com aportes teóricos e normativos que refletem as organizações e instituições privadas e públicas vigentes, inclusive o Estado.
- D) a autoimagem da profissão, elegendo os valores que a legitimam socialmente, delimitando e priorizando seus objetivos e funções, formulando os seus requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu exercício.

4. (NC-UFPR - 2023) Um dos requisitos para que o/a Assistente Social desenvolva seu trabalho na perspectiva do Projeto ético-político é a (re)construção ontológica do objeto de intervenção, entendendo o espaço de atuação profissional como um campo de mediações. Assinale a alternativa que apresenta a tríade que fundamenta esse processo.

- A) Questão Social, Trabalho, Políticas Públicas.
- B) Singularidade, Universalidade, Particularidade.
- C) Dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa.
- D) Historicidade, Totalidade, Instrumentalidade.
- E) Eficiência, Eficácia e Efetividade.

5. (SELECON - 2023) O projeto ético-político do serviço social (PEP) articula-se ao projeto societário de emancipação humana, ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e em instrumentos jurídicos que o sustentam. Historicamente, a direção sociopolítica do processo de ruptura com o conservadorismo foi assumida pelos assistentes sociais no Brasil:

- A) no encontro de Araxá
- B) no Congresso da Virada
- C) a partir da Constituição Federal de 1988



D) no segundo Código de Ética Profissional

6. (FURB - 2023) Segundo Netto (2009, p. 04), os projetos _____ apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Assinale a alternativa que corretamente completa a lacuna no excerto:

- A) Comunistas
- B) Capitalistas
- C) De governo
- D) Societários
- E) Profissionais

7. (FAUEL - 2023) Sobre o projeto ético-político da profissão, julgue as afirmativas como verdadeira ou falsa e assinale a alternativa CORRETA.

I. O projeto ético-político direciona a ação profissional para a defesa da democracia, da liberdade, da igualdade, dos direitos sociais, da justiça, entre outros.

II. A dimensão jurídico-política do projeto ético-político compreende às ações políticas e movimentos sociais que lutam pela materialização do projeto no interior da categoria profissional.

III. O projeto ético-político, consolidado na década de 90, está vinculado a outros projetos societários que buscam garantir melhores condições de vida à classe trabalhadora a partir do aprimoramento do sistema capitalista e distribuição da riqueza socialmente produzida.

- A) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- B) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas a afirmativa II é falsa.
- D) Apenas a afirmativa III é falsa.



E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

8. (CEPS-UFPA - 2023) O denominado projeto ético-político profissional propugnado pelo Serviço Social brasileiro estrutura-se e explicita-se em torno de quatro elementos constitutivos. São eles:

A) O ideal de cidadania, justiça social e sustentabilidade; a defesa do pluralismo teórico-metodológico; as lutas e posicionamentos em defesa dos usuários da assistência; a análise dialética da sociedade vigente.

B) A explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; a crítica radical à ordem social vigente; as lutas e posicionamentos políticos.

C) A defesa radical do pluralismo teórico e metodológico; a apreciação crítica das relações sociais na ordem vigente; a defesa intransigente do materialismo dialético; a afirmação da ideologia de classe.

D) A crítica radical ao preconceito e à homofobia; o aporte em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas; as apostas relacionadas ao processo de humanização do capitalismo; o investimento na pós-graduação stricto sensu.

E) A crítica radical à sociedade capitalista; a defesa da ideologia de gênero e de classe; a busca pluralista por diferentes abordagens teóricas e metodológicas; a produção científica própria do Serviço Social.

9. (FCC - 2023) Um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar para a transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação

A) da emancipação política das classes subalternas.

B) do projeto societário hegemônico.

C) dos processos de trabalho dos/das Assistentes Sociais.

D) da resiliência profissional.

E) do projeto ético-político profissional.

10. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Com base no projeto ético-político do serviço social, julgue o próximo item.



As bases que deram origem a uma nova perspectiva ético-política para o serviço social brasileiro foram estabelecidas entre 1970 e 1980.

() Certo () Errado

11. (UFMA - 2023) O Código de Ética da/o Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABPESS modelam uma concepção de direitos e de cidadania que corporifica:

- A) Os Fundamentos Éticos do Serviço Social.
- B) A Política profissional do Serviço Social.
- C) Os Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social.
- D) O Projeto ético-político e profissional do Serviço Social.
- E) O Processo de Trabalho do Serviço Social

12. (CS-UFG - 2023) O projeto ético-político construído pelo Serviço Social renovado se assenta na recusa e crítica ao conservadorismo no interior da profissão. Nesse aspecto, tal projeto

- A) apresenta a autoimagem da profissão, os valores por ela defendidos e direciona os requisitos teórico-práticos para a formação e o trabalho profissional.
- B) elucida os valores e princípios que devem nortear a atuação profissional, podendo sofrer alterações a depender da correlação de forças em cada espaço sócio-ocupacional.
- C) propõe a construção de práticas sociais alternativas para subsidiar o trabalho profissional em meio às políticas sociais, qualificando a manipulação de variáveis empíricas.
- D) evidencia a construção histórica da profissão e aponta subsídios para os profissionais construírem sua intervenção atendendo interesses antagônicos das classes sociais.

13. (CS-UFG - 2023) Um dos princípios fundamentais do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é

- A) a defesa do neoliberalismo.
- B) a atuação profissional com neutralidade política.



- C) o compromisso com a justiça social e a transformação social.
- D) o compromisso com os valores do capitalismo.

14. (CS-UFG - 2023) Os principais documentos que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro são:

- A) a Lei nº 8.662/1993, o Código de Ética Profissional do Assistente Social e as Diretrizes Curriculares.
- B) a Lei nº 8.742/1993, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal do Brasil de 1988.
- C) a Lei nº 8.742/1993, as Diretrizes Curriculares e Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D) a Lei nº 8.662/1993, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

15. (CS-UFG - 2023) As ações dos assistentes sociais são pautadas pelo projeto ético-político do serviço social e pelo

- A) projeto societário por meio de proposições teóricas com princípios éticos.
- B) compromisso com o gestor das políticas públicas, considerando as demandas sociais.
- C) sistema capitalista, que prioriza as relações de mercado.
- D) atendimento das necessidades subjetivas e secundárias.

16. (UFRJ - 2023) Tendo por referência o projeto ético-político do Serviço Social, pode-se identificar os elementos constitutivos e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão, EXCETO:

- A) A Matriz teórico-metodológica em que se ancora.
- B) A sua relação eliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, no projeto filia-se a um outro projeto de sociedade se confundindo com ele.
- C) A crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas.



- D) Lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.
- E) Explicitação de princípios e valores ético-políticos.

17. (COMVEST UFAM - 2023) Acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social, de acordo com Teixeira e Braz (2009), os componentes que lhe dão materialidade são os seguintes: I. a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social. II. as instâncias político organizativas da profissão. III. a dimensão jurídico política da profissão. IV. a inserção do profissional na execução das políticas públicas. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

18. (COMVEST UFAM - 2023) Acerca dos marcos de construção do Projeto ÉticoPolítico do Serviço Social no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Na década de 1990, com as pós-graduações, explicita-se a maturidade profissional que amplificou a produção do conhecimento.
- B) O avanço do Projeto Ético-Político, nos anos 1980, deveu-se à construção de elementos que o materializaram, entre eles, o Código de Ética de 1986.
- C) O Projeto Ético-Político avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão.
- D) Pode-se localizar a gênese do Projeto Ético-Político, na segunda metade da década de 1970.
- E) Politicamente, este processo teve seu marco no IV CBAS, em 1989, quando uma vanguarda profissional destituiu a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes do movimento dos trabalhadores, o que ficou conhecido como o “Congresso da Virada”.



19. (SELECON - 2023) O projeto ético-político do serviço social tem como desafio se tornar um guia para o exercício profissional, consolidando-se por meio de sua implementação efetiva. A sustentação a esse projeto é dada pelas dimensões:

- A) éticas, sociais e pedagógicas
- B) curriculares, pessoais e políticas
- C) burocráticas, coletivas e jurídicas
- D) organizativas, acadêmicas e legais

20. (IGEDUC - 2023) O projeto ético-político profissional do Assistente Social, que trata de um projeto profissional indissociável da democracia, da equidade, da liberdade, da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, contestando discriminações de todas as ordens.

() Certo () Errado

21. (Instituto Fênix - 2023) Na dimensão ético-política do trabalho profissional do assistente social, é essencial:

- A) Manter neutralidade política e ideológica.
- B) Valorizar a justiça social e os direitos humanos.
- C) Evitar o envolvimento com questões sociais.
- D) Focar apenas em aspectos técnicos do trabalho.

22. (UFSC - 2022) A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica (BARROCO, 2009). Sobre esse tema, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional.



II. A ética profissional se objetiva como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política.

III. A ética profissional busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional.

IV. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.

- A. Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- B. Somente a afirmativa IV está correta.
- C. Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D. Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- E. Todas as afirmativas estão corretas.

23. (VUNESP - 2022) O Projeto Ético-Político do Serviço Social, no Brasil, se sustenta em uma direção social estratégica, vinculada a projetos societários amplos, comprometidos com uma posição anticapitalista progressista e de afirmação de direitos no campo da seguridade social. As normativas regulamentadoras da profissão, o Código de Ética dos assistentes sociais, como também as diretrizes curriculares, preconizam a defesa intransigente de direitos fundamentais, uma formação e um trabalho profissional afinados, em tese, com tais orientações. Considerando as refrações da questão social, o claro compromisso é, nesse contexto, formar intelectuais capazes de pensar e intervir

- A. criticamente.
- B. uniformemente.
- C. cotidianamente.
- D. solidariamente.
- E. imediatamente.



24. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Assinale a opção que apresenta um documento que baseia o projeto ético-político do serviço social.

- A. Lei Orgânica da Assistência Social
- B. Estatuto da Criança e do Adolescente
- C. Estatuto da Família
- D. Estatuto do Idoso
- E. Diretrizes Curriculares da ABEPSS

25. (FGV - 2022) O Projeto Ético-Político do Serviço Social começa a ser construído na transição dos anos 1970 para os anos 1980. Para Netto (2006), “foi naqueles anos que a primeira condição para a construção deste novo projeto se viabilizou”. Essa condição é:

- A. o reconhecimento da profissão por parte do Estado;
- B. a consolidação da pós-graduação em Serviço Social;
- C. a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional;
- D. o espraiamento da perspectiva de intenção de ruptura;
- E. o desenvolvimento e a afirmação do marxismo na profissão.

26. (IBADE - 2022) O projeto ético e político do Serviço Social orientam o exercício e a formação profissional e resultou de um processo histórico de construção coletiva no interior da profissão, balizando seus valores e princípios éticos. Estão entre os valores constituintes do projeto ético-político do serviço social:

- A. a defesa radical da democracia e da cidadania e a reatualização dos valores da família brasileira.
- B. a liberdade como valor ético e a defesa intransigente dos direitos humanos.
- C. o compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos e a defesa do sincretismo teórico.
- D. ênfase nos conhecimentos técnico-operativos e vinculação a novos projetos societários.
- E. materialização da dimensão político-organizativa da categoria e superação das desigualdades sociais.



27. (UFSC - 2022) Sobre o Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social e seus elementos constitutivos, indique se as afirmativas abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

() É a partir da década de 1990 que o PEP do Serviço Social começa a tomar forma, tendo como marco o Código de Ética (1993) e a Lei de Regulamentação da profissão (1993).

() Seus elementos constitutivos incluem: dimensão teórica, dimensão jurídico-política, dimensão político-organizativa.

() A Política Nacional de Fiscalização (PNF) do conjunto CFESS/CRESS se constitui num instrumento de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

() A mercantilização do ensino superior brasileiro produz pouca influência na manutenção das bases do projeto profissional dos assistentes sociais.

() A crise do projeto societário das classes trabalhadoras está na origem da crise do projeto profissional do Serviço Social.

A. F – V – F – F – F

B. V – V – V – F – V

C. V – F – V – F – V

D. V – V – F – V – F

E. F – F – V – V – F

28. (FAU - 2022) Em se tratando do Projeto Ético-Político do Serviço Social está INCORRETO afirmar que ele:

A. Tem um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

B. Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

C. Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

D. Se efetiva integralmente na realidade.

E. É um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras.



29. (FCC – 2022) O Serviço Social brasileiro consolidou um projeto profissional

- (A) que imprimiu uma direção social diametralmente oposta àquela seguida pelo capital.
- (B) heteronômico, como opção no interior da profissão e assumido pela categoria.
- (C) especificamente pelo marco legal existente, com foco nas resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).
- (D) em que os caminhos para sua concretização são vários e trazem muitos empecilhos, inclusive e especialmente a remuneração dos trabalhadores.
- (E) que tem como finalidade uma forma de sociabilidade humanizada e reificada.

30. (IBADE - 2021) Sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social no Brasil, é correto afirmar que:

- A. trata-se de um projeto profissional construído por um sujeito coletivo coeso e homogêneo.
- B. regulamenta as atribuições privativas e competências do profissional de Serviço Social.
- C. aponta para estratégias de enfrentamento ao desmonte do sistema de proteção social.
- D. é orientado por perspectivas teóricas reelaboradas cotidianamente por cada profissional.
- E. vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

31. (CESPE/CEBRASPE - 2020) Considerando o projeto ético-político do serviço social brasileiro, sua constituição histórica, seu estado atual e seus desafios futuros, assinale a opção correta.

- A. O reconhecimento do pluralismo é o valor ético central do projeto ético-político do serviço social.
- B. O projeto ético-político do serviço social está vinculado a uma proposta de transformação da sociedade.
- C. Por ser permeado por interesses contraditórios, o projeto ético-político do serviço social não é claro ou explícito quanto aos seus compromissos.
- D. Por se mostrar inviável no contexto da contemporaneidade e do neoliberalismo, o projeto ético-político do serviço social está em fase de rediscussão, por meio de um documento preliminar elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social.



E. O projeto ético-político do serviço social surgiu nos anos 90 do século passado, mas consolidou-se a partir de 2000, tensionado pelo fortalecimento do neoliberalismo e por uma nova reação conservadora da profissão.

32. (FUNDEP - 2020) Em seu texto Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional, a autora Maria Lúcia Martinelli afirma que o projeto ético-político que se tem hoje no âmbito do Serviço Social, cuja base de sustentação é a teoria social marxista, é uma construção coletiva. Dessa construção não participaram os seguintes sujeitos:

- A. Profissionais de campo.
- B. Estudantes de Serviço Social.
- C. Usuários das políticas sociais.
- D. Pesquisadores.

33. (IBADE - 2020) À luz de várias referências teóricas e críticas, a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social remonta à transição da década de 1970 à década de 1980 do século XX, quando:

- A. surgiu a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.
- B. surgiu as primeiras escolas de Serviço Social na América Latina.
- C. adotaram a influência teórica metodológica de caso, grupo e comunidade.
- D. foram influenciados teoricamente pela fenomenologia.
- E. realizaram o Seminário de Araxá.

34. (CONSULPLAN - 2020) Considerando o denominado Projeto Ético-Político do Serviço Social, a partir de sua construção inicial pela categoria, é correto afirmar que:

- A. Efetiva-se integralmente na realidade.
- B. A dimensão jurídico-política da profissão é dissociada do Projeto Ético-Político profissional.
- C. Articula em si mesmo uma imagem ideal da profissão, assim como os valores que a legitimam, sua função social, seus objetivos e conhecimentos teóricos e saberes interventivos
- D. Está impresso em documento construído coletivamente e distribuído à categoria profissional pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para amplo conhecimento e divulgação



E. É impossível identificar e/ou sistematizar os seus elementos constitutivos e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão, uma vez que se alteram dialeticamente.

35. (Instituto Unifil - 2020) Maria Lucia Silva Barroco afirma que “a ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica”. Segundo a autora, a ética profissional pode se objetivar como

- A. ação moral; normatização de deveres e valores; teorização social; ação fiscalizadora.
- B. ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética; ação ético-política.
- C. ação fiscalizadora; normatização social; teorização ética; ação ético-política.
- D. ação moral; normatização de comportamentos; teorização social; ação ético-política.

36. (IFMT – 2019) Desde os anos de 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Esse projeto adquire materialidade:

- A. nos fundamentos históricos e teórico-metodológicos extraídos da tradição marxista.
- B. nos valores e princípios éticos humanistas e nas particularidades da formação histórica do país.
- C. no Código de Ética Profissional (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996).
- D. no conjunto das regulamentações profissionais, a exemplo do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional.
- E. no Projeto de Formação Profissional do Serviço Social, no Currículo Mínimo Nacional e na Política Nacional de Estágio.

37. (COMPERVE – 2019) A literatura profissional que trata do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro aponta que este possui alguns elementos constitutivos, que são: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; uma matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria, através de suas formas coletivas de



organização política, em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. Tais elementos constitutivos possuem componentes que lhe dão materialidade. Esses componentes construídos pelos assistentes sociais são:

- A. a produção de conhecimento; as instâncias político-organizativas da profissão e a dimensão jurídico-política da profissão.
- B. a produção em pesquisa; as instâncias de pactuação e organização e a dimensão jurídico-política da profissão.
- C. o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; a gênese do projeto ético-político e as instâncias de controle social.
- D. o compromisso com as instituições empregadoras; a produção de conhecimento e as instâncias político-organizativas da profissão.

38. (IBADE - 2019) Segundo Barroco (2009), “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica.”. Para ela, a ética profissional se objetiva:

- A. como ação moral, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção.
- B. como normatização de deveres e valores, através da prática profissional.
- C. como teorização ética, através do código de Ética Profissional.
- D. como ação éticopolítica, através das teorias que fundamentam sua reflexão.
- E. em formas não necessariamente puras e/ou absolutas, e sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

39. (DÉDALUS CONCURSOS - 2018) Sobre o Projeto Ético Político analise as afirmações a seguir e assinale a opção incorreta:

- A. O projeto ético e político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO).
- B. Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.



C. No cotidiano, os profissionais devem promover estratégias técnico-políticas nos diversos espaços sócio-institucionais que concretizem princípios como a ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos.

D. A atuação profissional exige um perfil crítico com competência técnica e ético-política para as respostas qualificadas que preservem e ampliem direitos.

E. Em resposta à histórica requisição social, bem como às finalidades, objetivos, valores e princípios com direção ética e política da profissão, os Assistentes Sociais brasileiros possuem o compromisso com a classe que contrata os trabalhadores e os processos emancipatórios na perspectiva de uma sociedade igualitária.

40. (CESPE/CEBRASPE – 2018) Com o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, iniciou-se o processo de construção de uma nova ética profissional. Julgue o item a seguir, a respeito das conquistas nessa área.

A ética profissional, em todas as suas dimensões, é autônoma e independente da capacitação teórica e da prática política nas atividades profissionais.

() certo () errado

41. (CESPE/CEBRASPE - 2018) Com base no projeto ético-político do serviço social, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993), julgue os itens a seguir.

O alcance na atualidade, em sua totalidade, dos princípios e valores que alicerçam o projeto ético-político do serviço social representa uma conquista da categoria profissional.

() certo () errado

42. (CESPE/CEBRASPE - 2018) Com base no projeto ético-político do serviço social, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993), julgue os itens a seguir.

O processo de construção do projeto ético-político do serviço social é contínuo e edificado sobre os pilares de realidades contraditórias.

() certo () errado



43. (CESPE/CEBRASPE – 2018) Com o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, iniciou-se o processo de construção de uma nova ética profissional. Julgue o item a seguir, a respeito das conquistas nessa área.

A ética profissional do assistente social se esgota nas disposições do referido Código, que rompeu com os pressupostos que predominaram por mais de quarenta anos nos antigos códigos de ética do serviço social no Brasil.

() certo () errado

44. (FCC – 2018) Os termos moral e ética são várias vezes confundidos e usados como sinônimos, mas, considerando a diferença entre a vida prática e o conhecimento teórico, bem como entre o indivíduo em sua singularidade e o humano genérico:

- A. moral faz parte de um conhecimento teórico desde as sociedades primitivas, enquanto a ética só surge com os gregos no interior do conhecimento filosófico.
- B. moral, enquanto prática, é uma resposta às necessidades individuais, que devem existir, com a reflexão teórica sobre ela. É a aproximação à ética que permite essa reflexão.
- C. ética, enquanto ação, supõe a escolha consciente e livre, já moral se norteia pelo caráter normativo de forma mecânica e acrítica.
- D. moral é parte constitutiva de todas as formas de práxis, ética é a relação com o outro, aceitando conscientemente que ele participa de minha existência.
- E. moral é a prática dos indivíduos em sua singularidade, ética é a reflexão teórica e ação livre voltada ao humano genérico.

45. (FCC – 2018) Frente a ética profissional e o projeto ético-político da profissão, considere:

I. O conteúdo da ética profissional é construído na prática cotidiana, espaço de confronto com situações de conflito que demandam um posicionamento de valor.

II. As condições adversas da prática profissional impõem limites à ética profissional.

III. A práxis política se coloca como o meio adequado à realização da ética profissional.

Está correto o que consta em

- A. I, II e III.
- B. III, apenas
- C. II, apenas.



- D. I e II, apenas.
- E. I e III, apenas.

46. (NUCEPE - 2017) “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica”. (BARROCO, 2009) A ética profissional se objetiva como:

- A. Ação moral, normatização de deveres, teorização ética e ação técnica.
- B. Ação moral; normatização de direitos e valores, teorização científica e ação ético política.
- C. Ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética e ação ético-política.
- D. Ação moral; normatização de compromissos; teorização ética e ação ético-política.
- E. Ação moral; normatização de princípios; teorização ética; e ação ético-política.

47. (CESPE/CEBRASPE – 2016) O debate a respeito do projeto ético-político no serviço social brasileiro, nos últimos anos 90, foi marcado pela recusa e crítica do conservadorismo profissional. Acerca do seu processo de construção e desafios, julgue o seguinte item.

Os fóruns de deliberação, assim como as entidades da profissão, constituem instâncias político-organizativas da profissão, por meio das quais os traços gerais do projeto profissional são reafirmados.

() certo () errado

48. (CESPE/CEBRASPE – 2016) O debate a respeito do projeto ético-político no serviço social brasileiro, nos últimos anos 90, foi marcado pela recusa e crítica do conservadorismo profissional. Acerca do seu processo de construção e desafios, julgue o seguinte item.

O projeto ético-político profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e(ou) exploração de classe, etnia e gênero.

() certo () errado



49. (FUNCAB - 2013) O Projeto Ético-Político do Serviço Social é operado por meio das diversas modalidades interventivas do assistente social. Os seus elementos constitutivos materializam - se a partir da articulação de três dimensões: produção de conhecimentos no interior do serviço social e:

- A. ética profissional e sociedade.
- B. pesquisa e extensão.
- C. sistematização da prática cotidiana e ética.
- D. político - organizativa e jurídico - política.
- E. política e normatização profissional.



GABARITO

- | | | |
|-----------|-----------|------------|
| 1. D | 16. B | 32. C |
| 2. A | 17. B | 33. A |
| 3. D | 18. E | 34. C |
| 4. B | 19. D | 35. B |
| 5. B | 20. CERTO | 36. C |
| 6. E | 21. B | 37. A |
| 7. A | 22. E | 38. E |
| 8. B | 23. A | 39. E |
| 9. E | 24. E | 40. ERRADO |
| 10. CERTO | 25. C | 41. ERRADO |
| 11. D | 26. B | 42. CERTO |
| 12. A | 27. B | 43. ERRADO |
| 13. C | 28. D | 44. E |
| 14. A | 29. A | 45. A |
| 15. A | 30. E | 46. C |
| | 31. B | 47. CERTO |
| | | 48. CERTO |
| | | 49. D |



QUESTÕES COMENTADAS- FUNDAMENTOS ÉTICOS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO - MULTIBANCAS

1. (Instituto Consulplan - 2024) Sobre o projeto ético-político do Serviço Social, é **INCORRETO** afirmar que:

A) O projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

B) Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas.

C) Constituem elementos do projeto ético-político do Serviço Social: explicitação de princípios e valores ético-políticos; matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à ordem vigente; e, lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade.

D) Efetiva-se integralmente na realidade, pois ele articula em si elementos constitutivos que tem em sua base, os componentes que lhe dão pluralidade, ou seja, aqueles elementos se objetivam e se expressam na realidade, pode-se dizer que ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos próprios assistentes sociais.

Comentário:

A alternativa D é a incorreta. Ela afirma que o projeto ético-político do Serviço Social se efetiva integralmente na realidade, o que não é verdade. Embora o projeto ético-político seja um guia para a prática profissional e busque influenciar a realidade social, ele não se efetiva integralmente na realidade.

Isso ocorre porque a realidade social é complexa e está sempre mudando, e existem muitos fatores que podem influenciar a efetivação do projeto ético-político. Além disso, o projeto ético-político é um ideal a ser buscado, e pode haver obstáculos e desafios que dificultam sua plena realização.

Portanto, embora o projeto ético-político seja um componente importante da prática do Serviço Social e busque influenciar a realidade social, ele não se efetiva integralmente na realidade. As outras alternativas (A, B, C) são todas condizentes com a natureza e os objetivos do projeto ético-político do Serviço Social.

Gabarito: D.

2. (UNIVIDA - 2024) Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente a lacuna abaixo: O _____ hegemônico na profissão está vinculado a um projeto de



transformação da sociedade, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

- A) Projeto ético-político.
- B) Direito.
- C) Código de ética.
- D) Projeto social.
- E) Serviço.

Comentário:

A alternativa A, “**Projeto ético-político**”, é a correta. O projeto ético-político é o elemento hegemônico na profissão de Serviço Social que está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Ele propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

O projeto ético-político do Serviço Social é um conjunto de princípios e valores que orientam a prática profissional. Ele é baseado em uma visão de justiça social, direitos humanos e bem-estar social, e busca orientar os assistentes sociais em seu trabalho para promover esses ideais na sociedade.

Portanto, a alternativa A captura com precisão a essência do projeto ético-político do Serviço Social e seu compromisso com a transformação social.

Gabarito: A.

3. (CS-UFG - 2023) De acordo com José Paulo Netto (1999), o projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro se inscreve no marco dos projetos coletivos e apresentam

- A) a construção de princípios e diretrizes que se legitimam por grupos e disputas ideológicas e políticas centrados no pensamento conservador, prescrevendo normas para o comportamento dos profissionais.
- B) a reafirmação dos processos sociais vigentes e das forças políticas hegemônicas da sociabilidade capitalista e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços.
- C) a manifestação de processos contestatórios de uma dada profissão, com aportes teóricos e normativos que refletem as organizações e instituições privadas e públicas vigentes, inclusive o Estado.



D) a autoimagem da profissão, elegendo os valores que a legitimam socialmente, delimitando e priorizando seus objetivos e funções, formulando os seus requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu exercício.

Comentário:

O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro, conforme descrito na opção D, é uma representação da autoimagem da profissão. Ele estabelece os valores que legitimam a profissão socialmente e define seus objetivos e funções. Além disso, formula os requisitos teóricos, práticos e institucionais para o exercício da profissão.

Este projeto é mais do que apenas um conjunto de diretrizes; é uma declaração de missão que orienta todos os aspectos da prática profissional. Ele ajuda a garantir que o trabalho dos assistentes sociais esteja alinhado com os valores centrais da profissão, como a promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Além disso, o projeto ético-político serve como uma ferramenta para a defesa da profissão. Ele ajuda a destacar a importância do trabalho social e a necessidade de recursos adequados para apoiar esse trabalho. Ao fazer isso, o projeto contribui para o fortalecimento da profissão e para a melhoria dos serviços prestados aos usuários.

Gabarito: D.

4. (NC-UFPR - 2023) Um dos requisitos para que o/a Assistente Social desenvolva seu trabalho na perspectiva do Projeto ético-político é a (re)construção ontológica do objeto de intervenção, entendendo o espaço de atuação profissional como um campo de mediações. Assinale a alternativa que apresenta a tríade que fundamenta esse processo.

- A) Questão Social, Trabalho, Políticas Públicas.
- B) Singularidade, Universalidade, Particularidade.
- C) Dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa.
- D) Historicidade, Totalidade, Instrumentalidade.
- E) Eficiência, Eficácia e Efetividade.

Comentário:

A alternativa B é a correta, pois a tríade “**Singularidade, Universalidade, Particularidade**” é fundamental para a (re)construção ontológica do objeto de intervenção no Serviço Social.

Essa tríade representa uma abordagem dialética para entender e intervir na realidade social. A “Singularidade” refere-se à experiência única e individual de cada pessoa. A “Universalidade” refere-



se aos aspectos comuns e gerais da experiência humana. E a “Particularidade” refere-se à interação entre a singularidade e a universalidade, ou seja, como as experiências individuais são moldadas por forças sociais mais amplas.

Essa compreensão permite que os assistentes sociais desenvolvam intervenções que são sensíveis às necessidades e experiências individuais, ao mesmo tempo em que reconhecem e abordam as forças sociais mais amplas que impactam a vida das pessoas. Portanto, essa tríade é fundamental para o trabalho do Serviço Social na perspectiva do Projeto ético-político.

Gabarito: B.

5. (SELECON - 2023) O projeto ético-político do serviço social (PEP) articula-se ao projeto societário de emancipação humana, ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e em instrumentos jurídicos que o sustentam. Historicamente, a direção sociopolítica do processo de ruptura com o conservadorismo foi assumida pelos assistentes sociais no Brasil:

- A) no encontro de Araxá
- B) no Congresso da Virada
- C) a partir da Constituição Federal de 1988
- D) no segundo Código de Ética Profissional

Comentário:

A alternativa B, “no **Congresso da Virada**”, é a correta. O Congresso da Virada ocorreu em 1979 e marcou um ponto de inflexão significativo para o Serviço Social no Brasil.

Neste congresso, os assistentes sociais brasileiros assumiram a direção sociopolítica do processo de ruptura com o conservadorismo. Foi neste evento que o Serviço Social brasileiro começou a se alinhar mais fortemente com um projeto de emancipação humana, ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

O Congresso da Virada foi um marco na história do Serviço Social brasileiro, pois representou uma mudança significativa na orientação da profissão. A partir deste ponto, o Serviço Social começou a se posicionar de forma mais crítica e reflexiva em relação à sua prática, buscando não apenas responder às demandas imediatas dos usuários, mas também questionar e desafiar as estruturas sociais que geram essas demandas.

Portanto, a resposta correta reflete a importância do Congresso da Virada na formação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Gabarito: B.



6. (FURB - 2023) Segundo Netto (2009, p. 04), os projetos _____ apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Assinale a alternativa que corretamente completa a lacuna no excerto:

- A) Comunistas
- B) Capitalistas
- C) De governo
- D) Societários
- E) Profissionais

Comentário:

A alternativa E, “**Profissionais**”, é a correta. Segundo Netto (2009), os projetos profissionais são aqueles que definem a identidade de uma profissão. Eles estabelecem a autoimagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, e formulam os requisitos teóricos, práticos e institucionais para o exercício da profissão.

Além disso, os projetos profissionais prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas, inclusive o Estado, que é responsável pelo reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais.

Portanto, a resposta correta reflete a importância dos projetos profissionais na definição e orientação da prática em qualquer campo profissional. Eles são fundamentais para garantir que a profissão mantenha sua relevância e eficácia na resposta às necessidades da sociedade.

Gabarito: E.

7. (FAUEL - 2023) Sobre o projeto ético-político da profissão, julgue as afirmativas como verdadeira ou falsa e assinale a alternativa CORRETA.



I. O projeto ético-político direciona a ação profissional para a defesa da democracia, da liberdade, da igualdade, dos direitos sociais, da justiça, entre outros.

II. A dimensão jurídico-política do projeto ético-político compreende às ações políticas e movimentos sociais que lutam pela materialização do projeto no interior da categoria profissional.

III. O projeto ético-político, consolidado na década de 90, está vinculado a outros projetos societários que buscam garantir melhores condições de vida à classe trabalhadora a partir do aprimoramento do sistema capitalista e distribuição da riqueza socialmente produzida.

- A) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- B) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas a afirmativa II é falsa.
- D) Apenas a afirmativa III é falsa.
- E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

Comentário:

A alternativa A, “Apenas a afirmativa I é verdadeira”, é a correta. Vamos analisar cada afirmativa:

I. O projeto ético-político direciona a ação profissional para a defesa da democracia, da liberdade, da igualdade, dos direitos sociais, da justiça, entre outros. Esta afirmativa é verdadeira. O projeto ético-político do Serviço Social é orientado por valores como democracia, liberdade, igualdade, direitos sociais e justiça. Ele busca orientar a prática profissional de forma a promover esses valores na sociedade.

II. A dimensão jurídico-política do projeto ético-político compreende às ações políticas e movimentos sociais que lutam pela materialização do projeto no interior da categoria profissional. Esta afirmativa é falsa. Embora o projeto ético-político esteja relacionado com ações políticas e movimentos sociais, a dimensão jurídico-política do projeto se refere mais especificamente ao conjunto de leis, regulamentos e políticas que orientam a prática profissional.

III. O projeto ético-político, consolidado na década de 90, está vinculado a outros projetos societários que buscam garantir melhores condições de vida à classe trabalhadora a partir do aprimoramento do sistema capitalista e distribuição da riqueza socialmente produzida. Esta afirmativa é falsa. O projeto ético-político do Serviço Social não busca aprimorar o sistema capitalista, mas sim questionar e desafiar as estruturas sociais que geram desigualdades, sendo um de seus elementos constitutivos a crítica radical à ordem social vigente. Ele está mais alinhado com um projeto de emancipação humana, que busca transformar a sociedade para promover a justiça social e os direitos humanos.

Portanto, apenas a afirmativa I é verdadeira, o que faz da alternativa A a resposta correta.

Gabarito: A.



8. (CEPS-UFPA - 2023) O denominado projeto ético-político profissional propugnado pelo Serviço Social brasileiro estrutura-se e explicita-se em torno de quatro elementos constitutivos. São eles:

- A) O ideal de cidadania, justiça social e sustentabilidade; a defesa do pluralismo teórico-metodológico; as lutas e posicionamentos em defesa dos usuários da assistência; a análise dialética da sociedade vigente.
- B) A explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; a crítica radical à ordem social vigente; as lutas e posicionamentos políticos.
- C) A defesa radical do pluralismo teórico e metodológico; a apreciação crítica das relações sociais na ordem vigente; a defesa intransigente do materialismo dialético; a afirmação da ideologia de classe.
- D) A crítica radical ao preconceito e à homofobia; o aporte em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas; as apostas relacionadas ao processo de humanização do capitalismo; o investimento na pós-graduação stricto sensu.
- E) A crítica radical à sociedade capitalista; a defesa da ideologia de gênero e de classe; a busca pluralista por diferentes abordagens teóricas e metodológicas; a produção científica própria do Serviço Social.

Comentário:

A alternativa **B** é a correta. Ela descreve os quatro elementos constitutivos do projeto ético-político profissional propugnado pelo Serviço Social brasileiro:

- **A explicitação de princípios e valores ético-políticos:** Isso se refere à definição clara dos princípios e valores que orientam a prática profissional no Serviço Social. Esses princípios e valores são fundamentais para garantir que o trabalho dos assistentes sociais esteja alinhado com os ideais de justiça social e direitos humanos.
- **A matriz teórico-metodológica em que se ancora:** Isso se refere ao conjunto de teorias e métodos que fornecem a base para a prática profissional no Serviço Social. Essa matriz teórico-metodológica auxilia os assistentes sociais a entender e intervir efetivamente na realidade social.
- **A crítica radical à ordem social vigente:** Isso se refere à postura crítica do Serviço Social em relação à sociedade atual. Os assistentes sociais são encorajados a questionar e desafiar as estruturas sociais existentes que perpetuam a desigualdade e a injustiça.
- **As lutas e posicionamentos políticos:** Isso se refere ao compromisso do Serviço Social com a defesa dos direitos e interesses dos usuários de seus serviços. Isso envolve a participação em lutas políticas e sociais para promover a justiça social e a mudança social.



Portanto, esses quatro elementos são fundamentais para a estruturação e explicitação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Eles orientam a prática profissional e direcionam a profissão a manter seu compromisso com a promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Gabarito: B.

9. (FCC - 2023) Um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar para a transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação

- A) da emancipação política das classes subalternas.
- B) do projeto societário hegemônico.
- C) dos processos de trabalho dos/das Assistentes Sociais.
- D) da resiliência profissional.
- E) do projeto ético-político profissional.

Comentário:

A alternativa E, “**do projeto ético-político profissional**”, é a correta. Um projeto de trabalho, além de ser tecnicamente preciso, deve ser um instrumento poderoso para impactar a realidade e seu produto deve apontar para a transformação dessa realidade.

Nesse sentido, é fundamental que ele reafirme o projeto ético-político profissional. Isso significa que o projeto de trabalho deve estar alinhado com os princípios e valores éticos da profissão, contribuindo para a realização de seus objetivos e funções.

O projeto ético-político profissional é a base que orienta a prática profissional, garantindo que ela esteja alinhada com os ideais de justiça social, direitos humanos e bem-estar social. Portanto, qualquer projeto de trabalho no campo do Serviço Social deve reafirmar e contribuir para a realização desse projeto ético-político.

Gabarito: E.

10. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Com base no projeto ético-político do serviço social, julgue o próximo item.

As bases que deram origem a uma nova perspectiva ético-política para o serviço social brasileiro foram estabelecidas entre 1970 e 1980.



() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação é **Certa**. As bases para uma nova perspectiva ético-política para o Serviço Social brasileiro realmente começaram a ser estabelecidas entre as décadas de 1970 e 1980.

Este foi um período de intensas mudanças sociais e políticas no Brasil e em todo o mundo, e o Serviço Social não foi exceção. Durante esse tempo, houve um movimento crescente dentro da profissão para reavaliar e reformular suas abordagens teóricas e práticas.

Essa reavaliação levou ao desenvolvimento de uma nova perspectiva ético-política que buscava alinhar o Serviço Social com a teoria social crítica. Isso foi refletido na adoção do projeto ético-político, que continua a orientar a prática do Serviço Social no Brasil até hoje.

Portanto, a afirmação de que as bases para essa nova perspectiva foram estabelecidas entre 1970 e 1980 é correta.

Gabarito: Certo.

11. (UFMA - 2023) O Código de Ética da/o Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABPESS modelam uma concepção de direitos e de cidadania que corporifica:

- A) Os Fundamentos Éticos do Serviço Social.
- B) A Política profissional do Serviço Social.
- C) Os Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social.
- D) O Projeto ético-político e profissional do Serviço Social.
- E) O Processo de Trabalho do Serviço Social

Comentário:

A alternativa D, “**O Projeto ético-político e profissional do Serviço Social**”, é a correta. O Código de Ética do Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABPESS contribuem para moldar uma concepção de direitos e cidadania que incorpora o Projeto ético-político e profissional do Serviço Social.

Portanto, esses documentos são responsáveis por materializar o Projeto ético-político e profissional do Serviço Social, garantindo que ele esteja no centro da prática profissional no campo do Serviço Social. Eles fornecem uma estrutura dentro da qual a profissão pode trabalhar e responder efetivamente às necessidades dos indivíduos e da sociedade.



Gabarito: D.

12. (CS-UFG - 2023) O projeto ético-político construído pelo Serviço Social renovado se assenta na recusa e crítica ao conservadorismo no interior da profissão. Nesse aspecto, tal projeto

- A) apresenta a autoimagem da profissão, os valores por ela defendidos e direciona os requisitos teórico-práticos para a formação e o trabalho profissional.
- B) elucida os valores e princípios que devem nortear a atuação profissional, podendo sofrer alterações a depender da correlação de forças em cada espaço sócio-ocupacional.
- C) propõe a construção de práticas sociais alternativas para subsidiar o trabalho profissional em meio às políticas sociais, qualificando a manipulação de variáveis empíricas.
- D) evidencia a construção histórica da profissão e aponta subsídios para os profissionais construírem sua intervenção atendendo interesses antagônicos das classes sociais.

Comentário:

A alternativa **A** é a correta. O projeto ético-político do Serviço Social, construído em resposta ao conservadorismo na profissão, apresenta a autoimagem da profissão, os valores que ela defende e direciona os requisitos teórico-práticos para a formação e o trabalho profissional.

Isso significa que o projeto ético-político define como os assistentes sociais se veem e quais valores eles consideram importantes. Além disso, ele fornece orientações sobre os conhecimentos teóricos e práticos necessários para a formação e o trabalho na área de Serviço Social.

Portanto, o projeto ético-político é uma ferramenta crucial para orientar a prática profissional no Serviço Social, ajudando a profissão a se manter relevante e eficaz na resposta às necessidades sociais. Ele também serve como um guia para a formação e desenvolvimento contínuo dos profissionais de serviço social.

Gabarito: A.

13. (CS-UFG - 2023) Um dos princípios fundamentais do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é

- A) a defesa do neoliberalismo.
- B) a atuação profissional com neutralidade política.



C) o compromisso com a justiça social e a transformação social.

D) o compromisso com os valores do capitalismo.

Comentário:

A alternativa C, “**o compromisso com a justiça social e a transformação social**”, é a correta. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é fundamentado em princípios que visam a promoção da justiça social e a transformação social.

Isso significa que os assistentes sociais, guiados por este projeto, se comprometem a trabalhar para a redução das desigualdades sociais, a promoção dos direitos humanos e a melhoria do bem-estar social. Eles buscam ativamente transformar as estruturas sociais que perpetuam a injustiça e a desigualdade.

Vamos analisar as outras alternativas:

A) A defesa do neoliberalismo: **Esta alternativa é incorreta** porque o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro não defende o neoliberalismo. Na verdade, ele critica as estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade e a injustiça, que muitos argumentam serem características do neoliberalismo.

B) A atuação profissional com neutralidade política: **Esta alternativa é incorreta** porque o Serviço Social, como profissão, não é politicamente neutro. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é explicitamente comprometido com a promoção da justiça social e a transformação social, o que envolve a tomada de posição em questões políticas e sociais.

D) O compromisso com os valores do capitalismo: **Esta alternativa é incorreta** porque o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro não se compromete com os valores do capitalismo. Pelo contrário, ele busca questionar e desafiar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a injustiça, que são frequentemente associadas ao capitalismo.

Portanto, todas essas alternativas são inconsistentes com os princípios e valores fundamentais do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Gabarito: C.

14. (CS-UFG - 2023) Os principais documentos que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro são:

A) a Lei nº 8.662/1993, o Código de Ética Profissional do Assistente Social e as Diretrizes Curriculares.

B) a Lei nº 8.742/1993, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal do Brasil de 1988.



C) a Lei nº 8.742/1993, as Diretrizes Curriculares e Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) a Lei nº 8.662/1993, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Comentário:

A alternativa **A** é a correta. Os principais documentos que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro são:

- **Lei nº 8.662/1993:** Esta lei regulamenta a profissão de Assistente Social e estabelece as diretrizes para a prática profissional.
- **Código de Ética Profissional do Assistente Social:** Este código estabelece os princípios e valores éticos que devem orientar a prática profissional dos assistentes sociais. Ele serve como um guia para a conduta profissional e a tomada de decisões éticas.
- **Diretrizes Curriculares da ABPESS:** Estas diretrizes estabelecem os padrões para a formação em Serviço Social. Elas definem os conhecimentos e habilidades que os assistentes sociais devem adquirir durante sua formação.

Portanto, esses documentos são fundamentais para a orientação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Eles fornecem a estrutura e as diretrizes para a prática profissional e a formação em Serviço Social.

Gabarito: A.

15. (CS-UFG - 2023) As ações dos assistentes sociais são pautadas pelo projeto ético-político do serviço social e pelo

- A) projeto societário por meio de proposições teóricas com princípios éticos.
- B) compromisso com o gestor das políticas públicas, considerando as demandas sociais.
- C) sistema capitalista, que prioriza as relações de mercado.
- D) atendimento das necessidades subjetivas e secundárias.

Comentário:

A alternativa A, “**projeto societário por meio de proposições teóricas com princípios éticos**”, é a correta. As ações dos assistentes sociais são orientadas tanto pelo projeto ético-político do Serviço Social quanto pelo projeto societário.

O projeto societário se refere ao conjunto de ideias e propostas que uma sociedade tem para si mesma, incluindo seus objetivos, valores e princípios éticos. No contexto do Serviço Social, o projeto societário é orientado para a promoção da justiça social, dos direitos humanos e do bem-estar social.



Portanto, as ações dos assistentes sociais são orientadas por esses dois projetos, que juntos fornecem uma estrutura para a prática profissional.

Gabarito: A.

16. (UFRJ - 2023) Tendo por referência o projeto ético-político do Serviço Social, pode-se identificar os elementos constitutivos e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão, EXCETO:

- A) A Matriz teórico-metodológica em que se ancora.
- B) A sua relação eliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, no projeto filia-se a um outro projeto de sociedade se confundindo com ele.
- C) A crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas.
- D) Lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.
- E) Explicitação de princípios e valores ético-políticos.

Comentário:

A alternativa B, **“A sua relação eliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, no projeto filia-se a um outro projeto de sociedade se confundindo com ele”**, é a **incorreta**.

O projeto ético-político do Serviço Social não tem uma “relação eliminável” com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Pelo contrário, ele está profundamente enraizado e engajado com esses projetos. O Serviço Social, como profissão, está comprometido com a transformação social e a promoção da justiça social, o que inevitavelmente envolve a interação e o engajamento com os projetos de transformação da sociedade.

Além disso, o projeto ético-político do Serviço Social não se confunde com outros projetos de sociedade. Embora esteja alinhado com os ideais de justiça social e direitos humanos, ele mantém sua identidade e orientação distintas.

Portanto, a alternativa B não é um elemento constitutivo ou componente que materializa o projeto ético-político do Serviço Social no processo sócio-histórico da profissão. As outras alternativas (A, C, D, E) são todas condizentes com os princípios e valores do projeto ético-político do Serviço Social.

Gabarito: B.



17. (COMVEST UFAM - 2023) Acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social, de acordo com Teixeira e Braz (2009), os componentes que lhe dão materialidade são os seguintes: I. a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social. II. as instâncias político organizativas da profissão. III. a dimensão jurídico política da profissão. IV. a inserção do profissional na execução das políticas públicas. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

Comentário:

A alternativa B, “**Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras**”, é a correta. Vamos analisar cada afirmativa:

I. A produção de conhecimentos no interior do Serviço Social: Esta afirmativa é verdadeira. A produção de conhecimentos é um componente essencial do projeto ético-político do Serviço Social. Isso envolve a geração de novas ideias, teorias e práticas que podem ajudar a profissão a responder de forma mais eficaz às necessidades sociais.

II. As instâncias político organizativas da profissão: Esta afirmativa é verdadeira. O projeto ético-político do Serviço Social é materializado através das várias instâncias políticas e organizativas da profissão. Isso inclui organizações profissionais, sindicatos, conselhos de Serviço Social, entre outros.

III. A dimensão jurídico política da profissão: Esta afirmativa é verdadeira. O projeto ético-político do Serviço Social também é materializado através da dimensão jurídico-política da profissão. Isso se refere ao conjunto de leis, regulamentos e políticas que orientam a prática profissional no Serviço Social.

IV. A inserção do profissional na execução das políticas públicas: Esta afirmativa é falsa, pois não é mencionada por Teixeira e Braz (2009) como um dos componentes que dão materialidade ao projeto ético-político do Serviço Social.

Portanto, as afirmativas I, II e III são verdadeiras, enquanto a afirmativa IV não é mencionada especificamente por Teixeira e Braz (2009).

Gabarito: B.



18. (COMVEST UFAM - 2023) Acerca dos marcos de construção do Projeto ÉticoPolítico do Serviço Social no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Na década de 1990, com as pós-graduações, explicita-se a maturidade profissional que amplificou a produção do conhecimento.
- B) O avanço do Projeto Ético-Político, nos anos 1980, deveu-se à construção de elementos que o materializaram, entre eles, o Código de Ética de 1986.
- C) O Projeto Ético-Político avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão.
- D) Pode-se localizar a gênese do Projeto Ético-Político, na segunda metade da década de 1970.
- E) Politicamente, este processo teve seu marco no IV CBAS, em 1989, quando uma vanguarda profissional destituiu a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes do movimento dos trabalhadores, o que ficou conhecido como o “Congresso da Virada”.

Comentário:

A alternativa E é a **incorreta**. O “Congresso da Virada” não ocorreu no IV CBAS em 1989, mas sim no **III CBAS**, em **1979**.

De acordo com Teixeira e Braz (2009, p. 13)¹ “é sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o Congresso da Virada”.

As demais alternativas (A, B, C, D) estão corretas e são condizentes com a evolução do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Gabarito: E.

19. (SELECON - 2023) O projeto ético-político do serviço social tem como desafio se tornar um guia para o exercício profissional, consolidando-se por meio de sua implementação efetiva. A sustentação a esse projeto é dada pelas dimensões:

- A) éticas, sociais e pedagógicas

¹ TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasília – DF, 2009.



- B) curriculares, pessoais e políticas
- C) burocráticas, coletivas e jurídicas
- D) organizativas, acadêmicas e legais

Comentário:

A alternativa D, “**organizativas, acadêmicas e legais**”, é a correta. Essas três dimensões são fundamentais para a sustentação do projeto ético-político do Serviço Social:

- **Organizativas:** está relacionada às **Instâncias Organizativas e Políticas:** Esta dimensão se refere às várias formas de organização e ação política que são relevantes para o Serviço Social. Isso inclui a participação em organizações profissionais, sindicatos e outras formas de organização coletiva, bem como o engajamento em ações políticas que visam promover a justiça social e os direitos humanos.
- **Acadêmicas:** está relacionada à **Produção do Conhecimento do Serviço Social:** Esta dimensão se refere à geração e aplicação de conhecimentos teóricos e práticos que são relevantes para a prática do Serviço Social. Isso inclui o desenvolvimento de teorias e modelos que ajudam a entender e intervir na realidade social, bem como a realização de pesquisas que contribuem para o avanço do conhecimento na área.
- **Legais:** está relacionada à **Dimensão Jurídica da Profissão:** Esta dimensão se refere ao conjunto de leis, regulamentos e normas éticas que orientam a prática do Serviço Social. Isso inclui leis que regulamentam a profissão, bem como leis e políticas que afetam os direitos e o bem-estar dos usuários dos serviços sociais.

Portanto, essas três dimensões são fundamentais para a implementação e materialização do projeto ético-político do Serviço Social. Elas fornecem a estrutura e as diretrizes para a prática profissional.

Gabarito: D.

20. (IGEDUC - 2023) O projeto ético-político profissional do Assistente Social, que trata de um projeto profissional indissociável da democracia, da equidade, da liberdade, da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, contestando discriminações de todas as ordens.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação é **Correta**. O projeto ético-político do Serviço Social é, de fato, um projeto profissional indissociável da democracia, equidade, liberdade, defesa do trabalho, direitos sociais e humanos. Ele se posiciona contra todas as formas de discriminação.



Este projeto orienta a prática profissional dos assistentes sociais, fornecendo um quadro de valores e princípios que guiam seu trabalho. Ele reflete um compromisso com a promoção da justiça social e a transformação social.

Os assistentes sociais, guiados por este projeto, trabalham para promover a igualdade, proteger os direitos humanos, desafiar a discriminação e trabalhar para a transformação social. Eles se esforçam para defender os interesses dos indivíduos e grupos marginalizados e para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Gabarito: Certo.

21. (Instituto Fênix - 2023) Na dimensão ético-política do trabalho profissional do assistente social, é essencial:

- A) Manter neutralidade política e ideológica.
- B) Valorizar a justiça social e os direitos humanos.
- C) Evitar o envolvimento com questões sociais.
- D) Focar apenas em aspectos técnicos do trabalho.

Comentário:

A alternativa **B**, “**Valorizar a justiça social e os direitos humanos**”, é a correta. Na dimensão ético-política do trabalho do assistente social, é fundamental valorizar a justiça social e os direitos humanos.

Os assistentes sociais, guiados pelo projeto ético-político da profissão, trabalham para promover a igualdade, proteger os direitos humanos, desafiar a discriminação e trabalhar para a transformação social. Eles se esforçam para defender os interesses dos indivíduos e grupos marginalizados e para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

As outras alternativas (A, C, D): neutralidade política e ideológica (A), evitar o envolvimento com questões sociais (C) e focar apenas em aspectos técnicos do trabalho (D) não são condizentes com os princípios e valores fundamentais do projeto ético-político do Serviço Social.

Gabarito: B.

22. (UFSC - 2022) A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista,



marcando a sua origem e a sua trajetória histórica (BARROCO, 2009). Sobre esse tema, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional.

II. A ética profissional se objetiva como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política.

III. A ética profissional busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional.

IV. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.

A. Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

B. Somente a afirmativa IV está correta.

C. Somente as afirmativas II e III estão corretas.

D. Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

E. Todas as afirmativas estão corretas.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

I. Correto. A ética profissional se objetiva **como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional**, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política (BARROCO, 2009, p. 12).

II. Correto. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, **como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política** (BARROCO, 2009, p. 12).

III. Correto. A ética profissional **busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas**, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional (BARROCO, 2009, p. 14).



IV. Correto. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional (BARROCO, 2009, p. 14).

Todos os itens transcrevem a literalidade do artigo de Barroco (2009)², que trata dos fundamentos éticos do Serviço Social.

Gabarito: letra E.

23. (VUNESP - 2022) O Projeto Ético-Político do Serviço Social, no Brasil, se sustenta em uma direção social estratégica, vinculada a projetos societários amplos, comprometidos com uma posição anticapitalista progressista e de afirmação de direitos no campo da seguridade social. As normativas regulamentadoras da profissão, o Código de Ética dos assistentes sociais, como também as diretrizes curriculares, preconizam a defesa intransigente de direitos fundamentais, uma formação e um trabalho profissional afinados, em tese, com tais orientações. Considerando as refrações da questão social, o claro compromisso é, nesse contexto, formar intelectuais capazes de pensar e intervir

- A. criticamente.
- B. uniformemente.
- C. cotidianamente.
- D. solidariamente.
- E. imediatamente.

Comentário:

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é um projeto profissional que foi construído no movimento de reconceituação da categoria a partir da década de 70 a 80, vislumbrando o processo de redemocratização da sociedade brasileira pós-ditadura militar, tal como o perfil da profissão na tentativa de ruptura com o conservadorismo. Ele se sustenta em uma direção social estratégica, vinculada a projetos societários amplos, comprometidos com uma posição anticapitalista progressista e de afirmação de direitos no campo da seguridade social.

² BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



As normativas regulamentadoras da profissão, o Código de Ética dos assistentes sociais, como também as diretrizes curriculares, preconizam a defesa intransigente de direitos fundamentais, uma formação e um trabalho profissional afinados, em tese, com tais orientações.

Considerando as refrações da questão social, o claro compromisso é, nesse contexto, **formar intelectuais capazes de pensar e intervir criticamente na realidade social**. O objetivo é promover estratégias técnico-políticas nos diversos espaços sócio institucionais que concretizem princípios como: ampliação da liberdade, defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo, defesa e aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia (socialização da riqueza socialmente produzida e da participação política), defesa da equidade e da justiça social, universalizando o acesso a bens e serviços relativos a programas e políticas sociais e a sua gestão democrática.

Gabarito: letra A.

24. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Assinale a opção que apresenta um documento que baseia o projeto ético-político do serviço social.

- A. Lei Orgânica da Assistência Social
- B. Estatuto da Criança e do Adolescente
- C. Estatuto da Família
- D. Estatuto do Idoso
- E. Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Comentário:

O projeto ético-político está em um constante processo de construção. Ele **não é estático, é flexível** e se molda para enfrentar novas problemáticas e desafios. Ele é explicitado no **Código de Ética Profissional**, na **Lei de Regulamentação da profissão** (Lei 8662/93) e nas **Diretrizes Curriculares** aprovadas pela ABEPSS em 1996.

Gabarito: letra E.

25. (FGV - 2022) O Projeto Ético-Político do Serviço Social começa a ser construído na transição dos anos 1970 para os anos 1980. Para Netto (2006), “foi naqueles anos que a primeira condição para a construção deste novo projeto se viabilizou”. Essa condição é:

- A. o reconhecimento da profissão por parte do Estado;



- B. a consolidação da pós-graduação em Serviço Social;
- C. a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional;
- D. o espraiamento da perspectiva de intenção de ruptura;
- E. o desenvolvimento e a afirmação do marxismo na profissão.

Comentário:

De acordo com Netto (1999)³, **a construção do PEP no marco do Serviço Social no Brasil é iniciada na transição da década de 1970 à de 1980**, período que marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo **enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional**. É neste processo de **recusa e crítica do conservadorismo** que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.

O autor ainda afirma que este projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social, no Brasil, na década de noventa do século XX.

Gabarito: letra C.

26. (IBADE - 2022) O projeto ético e político do Serviço Social orienta o exercício e a formação profissional e resultou de um processo histórico de construção coletiva no interior da profissão, balizando seus valores e princípios éticos. Estão entre os valores constituintes do projeto ético-político do serviço social:

- A. a defesa radical da democracia e da cidadania e a reatualização dos valores da família brasileira.
- B. a liberdade como valor ético e a defesa intransigente dos direitos humanos.
- C. o compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos e a defesa do sincretismo teórico.
- D. ênfase nos conhecimentos técnico-operativos e vinculação a novos projetos societários.
- E. materialização da dimensão político-organizativa da categoria e superação das desigualdades sociais.

³ NETTO, J. P. *A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e a crise contemporânea: capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 1. Brasília, CEAD/UnB/ABEPSS/CFESS, 1999.



Comentário:

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. De acordo com Netto (1999), nosso projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos:

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-5)⁴.

A liberdade como valor ético e a defesa intransigente dos direitos humanos são princípios fundamentais expressos no Código de Ética Profissional de 1993, que materializa o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Gabarito: letra B.

27. (UFSC - 2022) Sobre o Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social e seus elementos constitutivos, indique se as afirmativas abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

() É a partir da década de 1990 que o PEP do Serviço Social começa a tomar forma, tendo como marco o Código de Ética (1993) e a Lei de Regulamentação da profissão (1993).

() Seus elementos constitutivos incluem: dimensão teórica, dimensão jurídico-política, dimensão político-organizativa.

() A Política Nacional de Fiscalização (PNF) do conjunto CFESS/CRESS se constitui num instrumento de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

() A mercantilização do ensino superior brasileiro produz pouca influência na manutenção das bases do projeto profissional dos assistentes sociais.

() A crise do projeto societário das classes trabalhadoras está na origem da crise do projeto profissional do Serviço Social.

A. F – V – F – F – F

⁴ NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.



- B. V – V – V – F – V
- C. V – F – V – F – V
- D. V – V – F – V – F
- E. F – F – V – V – F

Comentário:

Vamos analisar os itens:

(VERDADEIRO) É a partir da década de 1990 que o PEP do Serviço Social começa a tomar forma, tendo como marco o Código de Ética (1993) e a Lei de Regulamentação da profissão (1993).

As bases do PEP são, respectivamente, o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996.

(VERDADEIRO) Seus elementos constitutivos incluem: dimensão teórica, dimensão jurídico-política, dimensão político-organizativa.

São componentes que darão materialidade ao projeto profissional: **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa); **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação); **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

(VERDADEIRO) A Política Nacional de Fiscalização (PNF) do conjunto CFESS/CRESS se constitui num instrumento de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

De acordo com Santos (2010 et al.)⁵, a fiscalização constitui-se como meio para a garantia de qualidade dos serviços prestados aos usuários e usuárias dos serviços sociais. Assim, **a Política Nacional de Fiscalização (PNF) é considerada como mais uma das expressões do projeto ético-político do Serviço Social**, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do assistente social.

(FALSO) A mercantilização do ensino superior brasileiro produz pouca influência na manutenção das bases do projeto profissional dos assistentes sociais.

De acordo com Iamamoto (2014)⁶, "o crescimento desmesurado do contingente profissional, fruto dessa ampla expansão do ensino superior privado e do ensino a distância, têm implicações na qualidade acadêmica, na formação, no aligeiramento do trato da teoria, na preocupação voltada ao treinamento, menos a descoberta científica, comprometendo a autonomia do conhecimento. (...)

⁵ SANTOS, Josiane Soares et al. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo , n. 101, p. 146-176, Mar. 2010.

⁶ IAMAMOTO, Marilda Villeta. 7º Seminário Anual de Serviço Social, organizado pela Cortez Editora, 2014b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zDOnXgCH_1Y/



tende a provocar mudanças nas condições salariais, no crescimento acelerado do desemprego, pressionando o piso salarial, favorecendo essa aceitação da ampla precarização das condições de trabalho e de insegurança no trabalho (...). Estamos construindo o exército assistencial de reserva, reforço ao clientelismo político, a solidariedade (...)" **Todas essas questões trazem repercussões negativas à profissão e a consolidação do Projeto ético-político.**

(VERDADEIRO) A crise do projeto societário das classes trabalhadoras está na origem da crise do projeto profissional do Serviço Social.

O projeto profissional do Serviço Social é composto por quatro dimensões relacionais, entre elas, as lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade. Assim, a crise do projeto societário das classes trabalhadoras, com a ofensiva neoliberal em âmbito mundial, contrarreforma do Estado e processos de privatização, desregulamentação e flexibilização, rebate diretamente no projeto profissional do Serviço Social.

Gabarito: letra B.

28. (FAU - 2022) Em se tratando do Projeto Ético-Político do Serviço Social está INCORRETO afirmar que ele:

- A. Tem um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.
- B. Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central.
- C. Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.
- D. Se efetiva integralmente na realidade.
- E. É um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras.

Comentário:

A questão pede a alternativa Incorreta.

De acordo com Teixeira e Braz (2009)⁷, o projeto ético-político tem em seu núcleo **o reconhecimento da liberdade como valor ético central** e um **compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais**. Consequentemente, o projeto profissional **vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero**.

⁷ TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.



O projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” Todos esses elementos constitutivos têm em sua base os componentes que lhe dão materialidade. Ou seja, aqueles elementos se objetivam e se expressam na realidade – podemos dizer: ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais. Mas, **isto não quer dizer que o projeto ético-político se efetiva integralmente na realidade**. E por que isto ocorre? Porque não há uma relação de identidade entre o que projetamos e o que realizamos efetivamente, pois, a realidade objetiva é diferente do plano subjetivo, e, portanto, daquilo que se idealiza realizar.

Gabarito: letra D.

29. (FCC – 2022) O Serviço Social brasileiro consolidou um projeto profissional

- (A) que imprimiu uma direção social diametralmente oposta àquela seguida pelo capital.
- (B) heteronômico, como opção no interior da profissão e assumido pela categoria.
- (C) especificamente pelo marco legal existente, com foco nas resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).
- (D) em que os caminhos para sua concretização são vários e trazem muitos empecilhos, inclusive e especialmente a remuneração dos trabalhadores.
- (E) que tem como finalidade uma forma de sociabilidade humanizada e reificada.

Comentário:

A profissão de Serviço Social mantém um projeto profissional de caráter societário, que tem como bandeira de luta a construção da superação da sociedade posta, ou seja, uma direção de crítica à sociedade do capital, que está centrada na propriedade privada, na exploração da força de trabalho e no domínio do homem pelo homem. Essa direção social crítica é com base nos fundamentos da teoria social de Marx, em ruptura com a herança conservadora da profissão.

Segundo as reflexões trazidas por Iamamoto (2000)⁸, enquanto profissionais, devemos entender que a profissão transita nessa dicotomia entre as necessidades da classe operária e as determinações do mundo do capital, mas sem perder de vista os compromissos assumidos com a classe trabalhadora.

Gabarito: letra A.

⁸ IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.



30. (IBADE - 2021) Sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social no Brasil, é correto afirmar que:

- A. trata-se de um projeto profissional construído por um sujeito coletivo coeso e homogêneo.
- B. regulamenta as atribuições privativas e competências do profissional de Serviço Social.
- C. aponta para estratégias de enfrentamento ao desmonte do sistema de proteção social.
- D. é orientado por perspectivas teóricas reelaboradas cotidianamente por cada profissional.
- E. vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

Comentário:

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. Segundo Netto (2009)⁹, os projetos profissionais vinculam-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Gabarito: letra E.

31. (CESPE/CEBRASPE - 2020) Considerando o projeto ético-político do serviço social brasileiro, sua constituição histórica, seu estado atual e seus desafios futuros, assinale a opção correta.

- A. O reconhecimento do pluralismo é o valor ético central do projeto ético-político do serviço social.
- B. O projeto ético-político do serviço social está vinculado a uma proposta de transformação da sociedade.
- C. Por ser permeado por interesses contraditórios, o projeto ético-político do serviço social não é claro ou explícito quanto aos seus compromissos.
- D. Por se mostrar inviável no contexto da contemporaneidade e do neoliberalismo, o projeto ético-político do serviço social está em fase de rediscussão, por meio de um documento preliminar elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social.
- E. O projeto ético-político do serviço social surgiu nos anos 90 do século passado, mas consolidou-se a partir de 2000, tensionado pelo fortalecimento do neoliberalismo e por uma nova reação conservadora da profissão.

⁹ NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Ed. Cortez, 2009.



Comentário:

Vamos analisar as alternativas:

A. Errado. O reconhecimento da **liberdade** é o valor ético central do projeto ético-político do serviço social.

B. Correto. O projeto ético-político vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

C. Errado. O projeto ético-político do serviço social é claro quanto ao seu compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

D. Errado. Não há rediscussão do projeto ético-político por meio de documento preliminar do CFESS.

E. Errado. O projeto ético-político do serviço social começou a ser construído na década de 70 e consolidou-se nos anos 90.

Gabarito: letra B.

32. (FUNDEP - 2020) Em seu texto Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional, a autora Maria Lúcia Martinelli afirma que o projeto ético-político que se tem hoje no âmbito do Serviço Social, cuja base de sustentação é a teoria social marxista, é uma construção coletiva. Dessa construção não participaram os seguintes sujeitos:

- A. Profissionais de campo.
- B. Estudantes de Serviço Social.
- C. Usuários das políticas sociais.
- D. Pesquisadores.

Comentário:

De acordo com Martinelli (2006)¹⁰, o projeto ético-político do Serviço Social é uma construção coletiva, tendo como protagonistas os pesquisadores, docentes, profissionais de campo, estudantes de Serviço Social, juntamente com o conjunto CFESS/CRESS/ ABEPSS, com as organizações socioassistenciais, com as agências formadoras de ensino e pesquisa.

Gabarito: letra C.

¹⁰ Martinelli, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. Emancipação, 6(1): 9-23, 2006. Disponível em: [Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional - Dialnet \(unirioja.es\)](http://www.unirioja.es)



33. (IBADE - 2020) À luz de várias referências teóricas e críticas, a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social remonta à transição da década de 1970 à década de 1980 do século XX, quando:

- A. surgiu a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.
- B. surgiu as primeiras escolas de Serviço Social na América Latina.
- C. adotaram a influência teórica metodológica de caso, grupo e comunidade.
- D. foram influenciados teoricamente pela fenomenologia.
- E. realizaram o Seminário de Araxá.

Comentário:

De acordo com Netto (2009)¹¹, a construção do projeto ético-político iniciou-se na transição da década de 1970 à de 1980, período que "marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político".

Gabarito: letra A.

34. (CONSULPLAN - 2020) Considerando o denominado Projeto Ético-Político do Serviço Social, a partir de sua construção inicial pela categoria, é correto afirmar que:

- A. Efetiva-se integralmente na realidade.
- B. A dimensão jurídico-política da profissão é dissociada do Projeto Ético-Político profissional.
- C. Articula em si mesmo uma imagem ideal da profissão, assim como os valores que a legitimam, sua função social, seus objetivos e conhecimentos teóricos e saberes interventivos
- D. Está impresso em documento construído coletivamente e distribuído à categoria profissional pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para amplo conhecimento e divulgação
- E. É impossível identificar e/ou sistematizar os seus elementos constitutivos e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão, uma vez que se alteram dialeticamente.

¹¹ NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Ed. Cortez, 2009.



Comentário:

De acordo com Netto (2009)¹², o projeto profissional "envolve uma série de componentes distintos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc. São várias, portanto, as dimensões de um projeto profissional, que deve articulá-las coerentemente".

Gabarito: letra C.

35. (Instituto Unifil - 2020) Maria Lucia Silva Barroco afirma que “a ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica”. Segundo a autora, a ética profissional pode se objetivar como

- A. ação moral; normatização de deveres e valores; teorização social; ação fiscalizadora.
- B. ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética; ação ético-política.
- C. ação fiscalizadora; normatização social; teorização ética; ação ético-política.
- D. ação moral; normatização de comportamentos; teorização social; ação ético-política.

Comentário:

De acordo com Barroco (2009)¹³, a ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica. A ética profissional se objetiva

- como **ação moral**, através da prática profissional,
- **como normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,
- **como teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política".

¹² NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Ed. Cortez, 2009.

¹³ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



Assim, a ética profissional pode se objetivar como **ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética; ação ético-política**. A **ação fiscalizadora** não compõe a dimensão ético-política da profissão de Serviço Social.

Gabarito: letra B.

36. (IFMT – 2019) Desde os anos de 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Esse projeto adquire materialidade:

- A. nos fundamentos históricos e teórico-metodológicos extraídos da tradição marxista.
- B. nos valores e princípios éticos humanistas e nas particularidades da formação histórica do país.
- C. no Código de Ética Profissional (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996).
- D. no conjunto das regulamentações profissionais, a exemplo do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional.
- E. no Projeto de Formação Profissional do Serviço Social, no Currículo Mínimo Nacional e na Política Nacional de Estágio.

Comentário:

Desde o final da década de 1970, o Serviço Social vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras; teve seu marco no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, na cidade de São Paulo.

O movimento de reconceituação somado ao processo de redemocratização no Brasil formaram o alicerce para o Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura com tradicionalismo que imperava naquele momento.

Esse projeto adquire materialidade no **Código de Ética Profissional (1993)**, na **Lei da Regulamentação da Profissão (1993)** e nas **Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996)**.

Gabarito: letra C

37. (COMPERVE – 2019) A literatura profissional que trata do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro aponta que este possui alguns elementos constitutivos, que são: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; uma matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; lutas e



posicionamentos políticos acumulados pela categoria, através de suas formas coletivas de organização política, em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. Tais elementos constitutivos possuem componentes que lhe dão materialidade. Esses componentes construídos pelos assistentes sociais são:

- A. a produção de conhecimento; as instâncias político-organizativas da profissão e a dimensão jurídico-política da profissão.
- B. a produção em pesquisa; as instâncias de pactuação e organização e a dimensão jurídico-política da profissão.
- C. o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; a gênese do projeto ético-político e as instâncias de controle social.
- D. o compromisso com as instituições empregadoras; a produção de conhecimento e as instâncias político-organizativas da profissão.

Comentário:

Vamos relembrar os elementos constitutivos e os componentes que dão materialidade ao projeto profissional, conforme Teixeira e Braz (2009)¹⁴.

Elementos constitutivos:

- 1. Explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- 2. Matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- 3. Crítica radical à ordem vigente;
- 4. Lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade;

A partir desses elementos, temos:

Componentes que darão materialidade ao projeto profissional:

- 1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
- 2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);
- 3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

Gabarito: letra A

¹⁴ TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.



38. (IBADE - 2019) Segundo Barroco (2009), “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica.”. Para ela, a ética profissional se objetiva:

- A. como ação moral, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção.
- B. como normatização de deveres e valores, através da prática profissional.
- C. como teorização ética, através do código de Ética Profissional.
- D. como ação éticopolítica, através das teorias que fundamentam sua reflexão.
- E. em formas não necessariamente puras e/ou absolutas, e sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Comentário:

A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política. Barroco (2009) destaca que essas não são formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Gabarito: letra E.

39. (DÉDALUS CONCURSOS - 2018) Sobre o Projeto Ético Político analise as afirmações a seguir e assinale a opção incorreta:

- A. O projeto ético e político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO).
- B. Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.
- C. No cotidiano, os profissionais devem promover estratégias técnico-políticas nos diversos espaços sócio-institucionais que concretizem princípios como a ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos.
- D. A atuação profissional exige um perfil crítico com competência técnica e ético-política para as respostas qualificadas que preservem e ampliem direitos.



E. Em resposta à histórica requisição social, bem como às finalidades, objetivos, valores e princípios com direção ética e política da profissão, os Assistentes Sociais brasileiros possuem o compromisso com a classe que contrata os trabalhadores e os processos emancipatórios na perspectiva de uma sociedade igualitária.

Comentário:

A questão pede a alternativa incorreta! Quando fazemos a leitura da alternativa E, já podemos identificar o **erro: compromisso com a classe que contrata os trabalhadores**. Na verdade, os Assistentes Sociais possuem o **compromisso com a classe trabalhadora** e os processos emancipatórios na perspectiva de uma sociedade igualitária.

Gabarito: letra E

40. (CESPE/CEBRASPE – 2018) Com o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, iniciou-se o processo de construção de uma nova ética profissional. Julgue o item a seguir, a respeito das conquistas nessa área.

A ética profissional, em todas as suas dimensões, é autônoma e independente da capacitação teórica e da prática política nas atividades profissionais.

() certo () errado

Comentário:

Quando falamos em **ética profissional**, devemos entendê-la como uma dimensão específica do Serviço Social, sendo suas determinações mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho.

Segundo Barroco (2009), a **ética profissional se objetiva:**

- **como ação moral**, através da prática profissional,
- **como normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,
- **como teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e
- **como ação ético-política**.

A autora destaca que essas **não são formas puras e/ou absolutas** e que **sua realização depende de uma série de determinações**, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Gabarito: Errado.



41. (CESPE/CEBRASPE - 2018) Com base no projeto ético-político do serviço social, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993), julgue os itens a seguir.

O alcance na atualidade, em sua totalidade, dos princípios e valores que alicerçam o projeto ético-político do serviço social representa uma conquista da categoria profissional.

() certo () errado

Comentário:

Ah...quem dera se tivéssemos alcançado todos os princípios e valores do nosso projeto ético-político! Não há que se falar em totalidade no alcance dos princípios e valores do projeto ético-político, considerando que ele se encontra em um constante processo de construção e consolidação. É um projeto hegemônico, porém não homogêneo, e isso pressupõe contradições e diversidades.

Gabarito: Errado

42. (CESPE/CEBRASPE - 2018) Com base no projeto ético-político do serviço social, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993), julgue os itens a seguir.

O processo de construção do projeto ético-político do serviço social é contínuo e edificado sobre os pilares de realidades contraditórias.

() certo () errado

Comentário:

De acordo com Netto (1999), é no trânsito dos anos oitenta aos noventa que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica, porém flexível, para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Assim, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento.

Este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes proprietárias e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social. Assim, é nítido o antagonismo entre o projeto ético-político a ofensiva neoliberal que vem promovendo a liquidação de direitos sociais, a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população.

Gabarito: Certo.



43. (CESPE/CEBRASPE – 2018) Com o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, iniciou-se o processo de construção de uma nova ética profissional. Julgue o item a seguir, a respeito das conquistas nessa área.

A ética profissional do assistente social se esgota nas disposições do referido Código, que rompeu com os pressupostos que predominaram por mais de quarenta anos nos antigos códigos de ética do serviço social no Brasil.

() certo () errado

Comentário:

A ética profissional do Serviço Social não se esgota no referido código. **Barroco (2009) deixa bem claro que "nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código**, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal. Trata-se de uma questão de **consciência ética e política** cuja ampliação requer estratégias da categoria profissional, no sentido de **mobilização, de incentivo à participação, à capacitação, de ampliação do debate e de acesso à informação**".

Gabarito: Errado

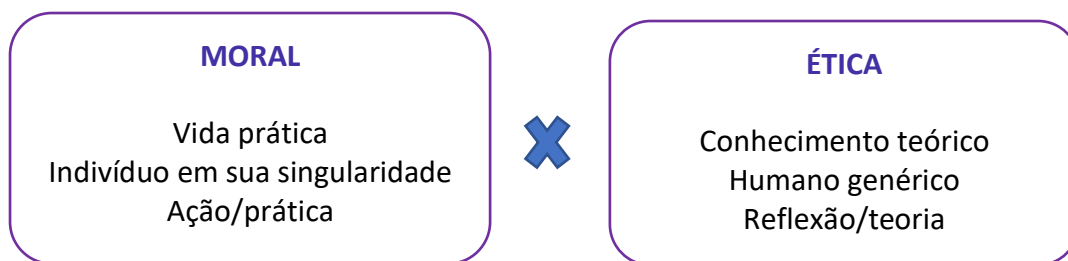
44. (FCC – 2018) Os termos moral e ética são várias vezes confundidos e usados como sinônimos, mas, considerando a diferença entre a vida prática e o conhecimento teórico, bem como entre o indivíduo em sua singularidade e o humano genérico:

- A. moral faz parte de um conhecimento teórico desde as sociedades primitivas, enquanto a ética só surge com os gregos no interior do conhecimento filosófico.
- B. moral, enquanto prática, é uma resposta às necessidades individuais, que devem existir, com a reflexão teórica sobre ela. É a aproximação à ética que permite essa reflexão.
- C. ética, enquanto ação, supõe a escolha consciente e livre, já moral se norteia pelo caráter normativo de forma mecânica e acrítica.
- D. moral é parte constitutiva de todas as formas de práxis, ética é a relação com o outro, aceitando conscientemente que ele participa de minha existência.
- E. moral é a prática dos indivíduos em sua singularidade, ética é a reflexão teórica e ação livre voltada ao humano genérico.

Comentário:

É importante compreendermos o significado de moral e ética e a própria questão traz a resposta:





Enquanto a moral é ação, a ética é a reflexão, ou seja, prática e teoria.

Enquanto a moral é entendida como um conjunto de normas, aceitas livres e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens, a ética busca compreender e relacionar criticamente os atos e as normas, é o estudo dos comportamentos estabelecidos pela moral, é um tratamento científico dos problemas morais.

Gabarito: letra E

45. (FCC – 2018) Frente a ética profissional e o projeto ético-político da profissão, considere:

- I. O conteúdo da ética profissional é construído na prática cotidiana, espaço de confronto com situações de conflito que demandam um posicionamento de valor.**
- II. As condições adversas da prática profissional impõem limites à ética profissional.**
- III. A práxis política se coloca como o meio adequado à realização da ética profissional.**

Está correto o que consta em

- A. I, II e III.
- B. III, apenas
- C. II, apenas.
- D. I e II, apenas.
- E. I e III, apenas.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

I. O conteúdo da ética profissional é construído na prática cotidiana, espaço de confronto com situações de conflito que demandam um posicionamento de valor.

Correto. Considerando que a ética é uma dimensão da profissão vinculada organicamente às dimensões teórica, técnica, política e prática, o conteúdo da ética profissional é construído na prática cotidiana.



II. As condições adversas da prática profissional impõem limites à ética profissional.

Correto. Para Barroco (2008)¹⁵, as condições adversas da prática profissional impõem limites à ética profissional, gerando, muitas vezes, sentimentos de impotência, desmotivadores da intervenção ético-política desejada. Essa questão, entretanto, não é exclusiva do Serviço Social: seu enfrentamento demanda uma articulação com outras profissões e com o conjunto dos trabalhadores, pois se trata de uma questão política.

III. A práxis política se coloca como o meio adequado à realização da ética profissional.

Correto. Segundo Barroco (2008), a organização política dos trabalhadores é construída na vida cotidiana, em face da alienação e das respostas que possibilitam suspender a cotidianidade alienada. Neste processo vivido em suas contradições, a práxis política se afirma como mediação e forma de objetivação de valores éticos voltados à liberdade e coesão dos sujeitos coletivos.

Gabarito: letra A

46. (NUCEPE - 2017) “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica”. (BARROCO, 2009) A ética profissional se objetiva como:

- A. Ação moral, normatização de deveres, teorização ética e ação técnica.
- B. Ação moral; normatização de direitos e valores, teorização científica e ação ético política.
- C. Ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética e ação ético-política.
- D. Ação moral; normatização de compromissos; teorização ética e ação ético-política.
- E. Ação moral; normatização de princípios; teorização ética; e ação ético-política.

Comentário:

Segundo Barroco (2009)¹⁶, a ética profissional se objetiva:

- como ação moral, através da prática profissional,

¹⁵ BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2008.

¹⁶ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



- como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional,
- como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e
- como ação ético-política, através da organização política dos sujeitos sociais.

Gabarito: letra C.

47. (CESPE/CEBRASPE – 2016) O debate a respeito do projeto ético-político no serviço social brasileiro, nos últimos anos 90, foi marcado pela recusa e crítica do conservadorismo profissional. Acerca do seu processo de construção e desafios, julgue o seguinte item.

Os fóruns de deliberação, assim como as entidades da profissão, constituem instâncias político-organizativas da profissão, por meio das quais os traços gerais do projeto profissional são reafirmados.

() certo () errado

Comentário:

São três os componentes que dão materialidade ao projeto profissional:

4. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
5. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);
6. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

Assim, os fóruns de deliberação, assim como as entidades da profissão, constituem instâncias político-organizativas da profissão.

Gabarito: Certo

48. (CESPE/CEBRASPE – 2016) O debate a respeito do projeto ético-político no serviço social brasileiro, nos últimos anos 90, foi marcado pela recusa e crítica do conservadorismo profissional. Acerca do seu processo de construção e desafios, julgue o seguinte item.

O projeto ético-político profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e(ou) exploração de classe, etnia e gênero.

() certo () errado



Comentário:

Nosso projeto ético-político está vinculado a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e(ou) exploração de classe, etnia e gênero, conforme está expresso entre os 11 princípios fundamentais do Código de Ética profissional do assistente social.

Gabarito: Certo

49. (FUNCAB - 2013) O Projeto Ético-Político do Serviço Social é operado por meio das diversas modalidades interventivas do assistente social. Os seus elementos constitutivos materializam - se a partir da articulação de três dimensões: produção de conhecimentos no interior do serviço social e:

- A. ética profissional e sociedade.
- B. pesquisa e extensão.
- C. sistematização da prática cotidiana e ética.
- D. político - organizativa e jurídico - política.
- E. política e normatização profissional.

Comentário:

Vamos lembrar as 3 dimensões que dão materialidade ao projeto ético-político:

1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);
3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

Gabarito: letra D



RESOLUÇÃO CFESS Nº 273/93 - O CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Considerações Iniciais

Bem-vindo(a), **futuro(a) aprovado(a)**!

Sou a **Professora Nilza Ciciliati**, assistente social e servidora pública federal há 13 anos, especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social. Estou muito feliz e entusiasmada por recebê-lo(a) em mais um encontro repleto de aprendizado e descobertas nos conhecimentos específicos do nosso curso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Nesta aula, vamos estudar sobre a **Resolução nº 273/93**, que dispõe sobre o **Código de Ética do/a Assistente Social**.

A proposta da aula é apresentar o tema de forma leve, simples e objetiva, dando relevância para os tópicos que você realmente precisa aprender para realizar uma prova de forma satisfatória.

Inicialmente abordaremos a parte teórica, em seguida traremos uma lista de questões para que você possa treinar seu conhecimento e posteriormente poderá conferir o gabarito e todas as questões com comentários. Ao final da aula, você terá um resumo com os pontos mais importantes, para facilitar na hora da revisão. Qualquer dúvida sobre o conteúdo, poderá enviar sua pergunta pelo fórum de dúvidas do curso! Terei o maior prazer em responder!

Deixo aqui também os meus contatos nas redes sociais e no Canal do YouTube:



@profnilzaciliati



<https://t.me/profnilzaciliati>



<https://whatsapp.com/channel/0029VaGkY9r1NCrSuJ34Mi2R>



<https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>



Ótima aula e bons estudos!

Profa. Nilza Ciciliati



Breve histórico dos Códigos de ética da profissão

O processo de construção dos Códigos de Ética do/a assistente social é marcado por várias mudanças e expressam normativas, direitos e deveres, mas também os valores da profissão em cada momento histórico. Foram quatro Códigos de Ética publicados até chegar no Código atualmente vigente, de 1993:



Esses códigos de ética marcaram um período histórico em que o projeto societário defendido pela categoria profissional do Serviço Social era conservador e tradicional. A partir de 1986, houve uma ruptura com esse projeto societário e o Código de Ética passou a refletir uma perspectiva teórico-crítica da sociedade de classe, comprometida ética e politicamente com a classe trabalhadora. Esses códigos se apoiavam nos pressupostos do **neotomismo e do positivismo**! No Serviço Social tradicional, esses pressupostos ofereciam suporte para uma ética profissional aparentemente "**neutra**", partindo do entendimento de que as desigualdades e as lutas de classe eram "**disfunções**", as expressões da questão social eram "**desvios de conduta moral**" e a ação do Serviço Social visava uma "**correção dos desníveis sociais**" (BARROCO; TERRA; 2012)¹.



ESQUEMATIZANDO

- **Código de Ética de 1947**: extremamente doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos;
- **Código de Ética de 1965**: revelou alguns traços de renovação profissional no contexto da modernização conservadora; introduziu alguns valores liberais, sem romper com o neotomismo e o funcionalismo.
- **Código de Ética de 1975**: suprimiu as referências democrático-liberais do Código anterior, no contexto de reatualização do conservadorismo profissional.
- **Código de Ética de 1986**: construído coletivamente pela categoria, descaracterizou a tendência legalista do Código anterior e se articulou a um projeto de sociedade, politizando sua natureza, com comprometimento com a classe trabalhadora. Assim, exigia-se uma nova ética, que refletia uma vontade coletiva, **superando valores a-históricos e rompendo com o conservadorismo**, apesar de, segundo Barroco (2009)², não

¹ BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. Código de Ética do Assistente Social comentado. Organização do Cfess. São Paulo: Cortez, 2012.

² BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.



ter desenvolvido, suficientemente, os pressupostos da teoria social marxista, o que só veio a se concretizar no Código de 1993.

Conquistas efetivadas no Código de Ética de 86:

- **Rompimento com a pretensa perspectiva "imparcial" dos códigos anteriores;**
- **Desvelamento do caráter político da intervenção ética;**
- **Explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de pessoa humana;**
- **Negação de valores a-históricos;**
- **Recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído;** (BARROCO; TERRA; 2012, p.48)

A partir dos anos 90, o debate a respeito da questão ética e direitos humanos toma força no interior da profissão, incentivando grupos de estudos e núcleos de pesquisa. A questão ética despontou como objeto de reflexão no processo de revisão das diretrizes curriculares em 1996 e do novo Código de Ética em 1993. Esse Código representou uma mudança significativa em relação aos códigos anteriores, refletindo a **ruptura com o projeto societário conservador e tradicional** que orientou a categoria profissional do Serviço Social até então.

O **Código de Ética de 1993** é resultado da **revisão do código de 1986**, fruto de discussões do **I Seminário Nacional de Ética**, em agosto de 1991, o **VII CBAS em maio de 1992** e no **II Seminário Nacional de Ética**, em novembro de 1992. O novo Código incorporou valores e princípios ético-políticos que expressam o **compromisso da categoria com a classe trabalhadora** e com a **construção de uma sociedade mais justa e igualitária**.

Dentre as principais diferenças do Código de Ética de 1993 em relação aos códigos anteriores, podemos citar a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo, o posicionamento em favor da equidade e da justiça social, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, a defesa do exercício democrático da profissão e o compromisso com a construção de uma sociedade sem exploração e opressão.

Essas mudanças refletem o processo de renovação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que ocorreu no Serviço Social brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, marcando um novo momento na trajetória histórica da profissão.



(CESPE/CEBRASPE - 2023) Acerca dos fundamentos éticos do serviço social, julgue o item a seguir.



O VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o II Seminário Nacional de Ética, ambos realizados em 1992, foram determinantes para revisão do Código de Ética de 1975.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação está errada. O texto deveria se referir à **revisão do Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1986**, que foi um processo importante e abrangente na história da profissão no Brasil. A necessidade dessa revisão começou a ser sentida no final dos anos 80 e foi oficialmente agendada durante a gestão 1990/1993 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

O processo de revisão foi marcado por uma série de eventos significativos, incluindo o **I Seminário Nacional de Ética em agosto de 1991, o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em maio de 1992, e culminou com o II Seminário Nacional de Ética em novembro de 1992**. Esses eventos envolveram várias organizações profissionais, incluindo o CFESS, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS), a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e a Sociedade de Estudos Sociais (SESSUNE).

A participação ativa de assistentes sociais de todo o país nesses eventos garantiu que o novo Código de Ética refletisse as aspirações coletivas dos profissionais brasileiros. Isso significa que o código foi produzido com um alto grau de consenso e representatividade, tornando-o um reflexo fiel dos valores e princípios éticos da profissão naquele momento. O novo Código de Ética de 1993, portanto, não foi apenas um documento regulatório, mas também uma expressão das aspirações coletivas dos assistentes sociais brasileiros.

Gabarito: Errado.

(UFRR - 2018) Netto (2006) afirma que, a partir da quebra do quase monopólio do conservadorismo na profissão, se conjugaram vários componentes para propiciar a construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. Dentre os componentes que foram gestados encontram-se o Código de Ética Profissional. Qual dos códigos é considerado pelo autor como momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil?

- A. O Código de Ética Profissional de 1993.
- B. O Código de Ética Profissional de 1986.
- C. O Código de Ética Profissional de 1975.
- D. O Código de Ética Profissional de 1965.
- E. O Código de Ética Profissional de 1947.

Comentário:

Segundo Netto (2006)³, apesar do Código de 1986 romper com o conservadorismo, a reduzida acumulação no terreno da reflexão ética comprometeu o referido Código, obrigando a realização de sua revisão em 1993. Desta forma, o novo Código de 1993 superou os limites impostos pelo código

³ NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2006.



anterior e é considerado pelo autor como momento fundamental do processo de construção do projeto ético-político.

Gabarito: A

Outra questão sobre o assunto:

(UFRJ - 2018) O Código de Ética Profissional de 1986 promoveu a ruptura com o conservadorismo ético, até então instaurado na profissão. Este documento foi considerado, de fato, como parte de um projeto profissional articulado a um projeto de sociedade. Entre o conjunto de conquistas efetivadas no referido código, encontra-se:

- A. o desvelamento do caráter político da intervenção ética.
- B. o rompimento com a pretensa perspectiva parcial dos códigos anteriores.
- C. o reforço do conceito de pessoa humana, no que diz respeito aos usuários.
- D. a afirmação de valores a-históricos.
- E. a aceitação do compromisso velado ou explícito com o poder instituído.

Comentário:

A questão tenta confundir, trocando alguns termos nas alternativas. Vamos rever as principais conquistas do CE de 86:

- o Rompimento com a pretensa perspectiva "imparcial" dos códigos anteriores;
- o **Desvelamento do caráter político da intervenção ética;**
- o Explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de pessoa humana;
- o Negação de valores a-históricos;
- o Recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído;

Gabarito: letra A



O Código de Ética de 1993

O Código de Ética de 1993 foi instituído pela **RESOLUÇÃO CFESS Nº 273/93**, considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

O CE de 93 traz um conjunto de **princípios, deveres, direitos e proibições** que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, com base na teoria social de Marx.

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a.

A seguir traremos o conteúdo do Código de Ética de 1993.



Um dos temas mais importantes em prova é sobre os princípios fundamentais do Código de Ética!

Então vamos estudá-los?



11 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993

Os princípios do Código de Ética do Assistente Social de 1993 são:

✓ **Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.**

Neste princípio, a liberdade é vista como um direito fundamental que deve ser respeitado e promovido. A liberdade aqui é entendida não apenas como a ausência de coerção, mas também como a capacidade de agir de acordo com a própria vontade.

As demandas políticas inerentes à liberdade incluem a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. A autonomia refere-se à capacidade de tomar decisões independentes e de se autogovernar. A emancipação é o processo de se libertar de formas de opressão e exploração. A plena expansão dos indivíduos sociais refere-se ao desenvolvimento integral dos indivíduos, permitindo que eles realizem seu potencial em todas as áreas da vida.

✓ **A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção e defesa dos direitos humanos, bem como com a resistência às formas de opressão, exploração e violação desses direitos. A defesa intransigente dos direitos humanos significa que os assistentes sociais devem trabalhar ativamente para garantir que os direitos humanos sejam respeitados e promovidos em todas as esferas da sociedade.

A recusa do arbítrio e do autoritarismo significa que os assistentes sociais devem se opor a todas as formas de autoritarismo, opressão e violência, seja por parte do Estado ou de outros atores sociais. Isso inclui a luta contra práticas arbitrárias, abusos de poder e violações dos direitos civis e políticos.

✓ **Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.**

Este princípio reconhece a ampliação e consolidação da cidadania como uma tarefa primordial de toda sociedade. Isso significa que a promoção da cidadania é vista como uma responsabilidade coletiva, que deve ser assumida por todos os membros da sociedade.

A cidadania é entendida aqui como a garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. Os direitos civis incluem direitos como a liberdade de expressão, de associação e de reunião. Os direitos sociais incluem direitos como o acesso à educação, à saúde e à previdência social. Os direitos políticos incluem direitos como o direito ao voto e à participação política.

Portanto, este princípio orienta os assistentes sociais a trabalhar para promover a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras em sua prática profissional.

✓ **Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.**



Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção e defesa da democracia, entendida não apenas como um sistema político, mas também como uma forma de organização social que busca a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

A defesa do aprofundamento da democracia significa que os assistentes sociais devem trabalhar ativamente para promover a participação política e cívica de todos os cidadãos, especialmente aqueles que são historicamente excluídos ou marginalizados. Isso inclui a promoção de formas de participação direta, como plebiscitos, referendos e iniciativas populares, bem como a defesa de instituições democráticas e do Estado de Direito.

A socialização da riqueza socialmente produzida significa que os assistentes sociais devem trabalhar para promover uma distribuição mais justa e equitativa da riqueza produzida pela sociedade. Isso inclui a defesa de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

- ✓ **O posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção da equidade e da justiça social, entendidas como valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A equidade refere-se à promoção de condições igualitárias de acesso a bens e serviços, enquanto a justiça social refere-se à garantia de direitos e oportunidades para todos os cidadãos.

A gestão democrática dos programas e políticas sociais significa que os assistentes sociais devem trabalhar para promover a participação popular na gestão desses programas e políticas. Isso inclui a defesa de mecanismos de controle social, como conselhos gestores, audiências públicas e conferências, que permitam aos cidadãos participar ativamente na tomada de decisões sobre os programas e políticas sociais.

- ✓ **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção do respeito à diversidade e a eliminação de todas as formas de preconceito. Isso inclui o combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à transfobia e a todas as outras formas de discriminação que afetam negativamente a vida das pessoas.

Portanto, os assistentes sociais devem trabalhar ativamente para combater o preconceito e a discriminação em todas as esferas da sociedade. Isso inclui a promoção de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades e promover a inclusão social, bem como a defesa dos direitos humanos e da dignidade de todas as pessoas.

Incentivar o respeito à diversidade significa promover o reconhecimento e valorização das diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero, orientação sexual e outras. Isso inclui a promoção



do diálogo e da convivência pacífica entre diferentes grupos sociais, bem como a defesa do direito à autodeterminação e à livre expressão das identidades.

A participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças significa promover a inclusão social e política desses grupos, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas sejam atendidas. Isso inclui a promoção de espaços de diálogo e participação popular, bem como a defesa dos direitos desses grupos.

✓ **Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção do pluralismo e do respeito à diversidade de correntes profissionais democráticas existentes. Isso significa que os assistentes sociais devem respeitar e valorizar as diferentes abordagens teóricas e metodológicas que existem dentro da profissão, desde que estejam alinhadas com os valores democráticos e éticos da profissão.

A garantia do pluralismo também implica o compromisso com o constante aprimoramento intelectual. Isso significa que os assistentes sociais devem buscar continuamente atualizar seus conhecimentos e habilidades, a fim de melhorar sua prática profissional e contribuir para o desenvolvimento da profissão.

✓ **Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a construção de uma nova ordem societária, livre de dominação e exploração de classe, etnia e gênero. Isso significa que os assistentes sociais devem trabalhar para promover a transformação social, buscando construir uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

De acordo com a teoria marxista, a sociedade capitalista é baseada na exploração da classe trabalhadora pela classe dominante, que detém os meios de produção. Essa exploração gera desigualdades sociais e econômicas, bem como conflitos de classe. Para superar essas desigualdades e conflitos, Marx defendia a construção de uma sociedade socialista, onde os meios de produção seriam controlados coletivamente e a riqueza seria distribuída de forma mais justa.

Para o Serviço Social, a construção de uma nova ordem societária com base nas ideias de Marx implica o compromisso com a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social e a luta contra todas as formas de opressão e exploração.

✓ **Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais em trabalhar em conjunto com outras categorias profissionais que compartilhem dos mesmos valores e princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética do Assistente Social. Isso significa que os assistentes sociais devem buscar estabelecer alianças e parcerias com outras categorias profissionais que estejam



comprometidas com a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, este princípio também expressa o compromisso dos assistentes sociais em se articular com a luta geral dos trabalhadores. Ou seja, devem apoiar e participar das lutas e reivindicações dos trabalhadores, em busca da efetivação dos seus direitos.

✓ **Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais em prestar serviços de qualidade à população, buscando atender às suas demandas e necessidades de forma efetiva, crítica e criativa. Isso significa que os assistentes sociais devem buscar continuamente aprimorar suas habilidades técnicas, teóricas e éticas, atualizar seus conhecimentos e habilidades, participando de cursos, seminários, congressos e outras atividades de formação e capacitação, a fim de melhorar sua prática profissional e prestar serviços de qualidade à população.

✓ **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais em exercer sua profissão sem discriminar ou ser discriminado por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade ou condição física. Isso significa que os assistentes sociais devem tratar todas as pessoas com igualdade e respeito, independentemente de suas características pessoais ou sociais. Além disso, devem trabalhar para combater todas as formas de discriminação e preconceito, buscando promover a inclusão social e a garantia dos direitos humanos para todos os cidadãos.



ESQUEMATIZANDO

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - **autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;**

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;



Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.



Observe os valores e princípios dispostos em nosso Código de Ética Profissional, cuidando para não confundir:

Liberdade

- como **valor ético central**

Democracia

- como **valor ético-político central**

Liberdade e a justiça social

- como **valores fundantes**



(VUNESP - 2023) O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a



aceitação do ser humano. É um processo que exige conhecimento e reflexão, entendido como confrontação potencializadora e prospectiva, que respeita o compromisso na construção e defesa de uma biografia individual e coletiva. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento

- A. moral.
- B. subjetivo.
- C. hegemônico.
- D. intelectual.
- E. pragmático.

Comentário:

O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca como um de seus princípios a **garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual.**

Esse princípio pressupõe a compreensão de que o diálogo democrático e a equivalência entre os diversos campos teórico-metodológicos são necessários para o fortalecimento do projeto ético-político do serviço social.

O princípio da garantia do pluralismo no serviço social também implica o reconhecimento de que nem todas as posições teóricas e político-profissionais se equivalem e que o direito à expressão teórica e política garante as condições de debate e de crítica no âmbito da profissão. Além disso, esse princípio exige uma postura não-neutralidade e de compromisso com os interesses da classe trabalhadora e dos segmentos sociais mais vulneráveis, bem como um constante aprimoramento intelectual, que possibilite uma intervenção profissional mais qualificada.

Gabarito: letra D.

(FCC – 2022) A Resolução 273/1993 do CFESS instituiu o atual Código de Ética Profissional da/do Assistente Social, reafirmando os valores fundantes do Código de Ética de 1986, a liberdade e a justiça social. Assim, ao enfrentamento das contradições postas à profissão, cabe pensar

- A. que na prática profissional a teoria é outra.
- B. que a teoria se sobrepõe à prática.
- C. a ética como pressuposto teórico-político.
- D. que o projeto ético-político é uma mediação para a teoria.
- E. que a singularidade e a universalidade são pressupostos éticos.

Comentário:

A revisão do texto de 1986 processou-se em **dois níveis**. Reafirmando os seus **valores fundantes - a liberdade e a justiça social** -, articulou-os a partir da exigência democrática: **a democracia é tomada**



como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a **normatização do exercício profissional** de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a **ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social**: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a **ética como pressuposto teórico-político** que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (Resolução CFESS nº 273/93, p. 21-22)

Gabarito: letra C.

COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (art.1º)

- a- **zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código**, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;
- b- **introduzir alteração neste Código**, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;
- c- **como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência** na observância deste Código e nos casos omissos.

Parágrafo único **Compete aos Conselhos Regionais**, nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, e **funcionar como órgão julgador de primeira instância**.





CFESS

- funciona como **Tribunal Superior de Ética Profissional**;

CRESS

- funciona como **órgão julgador de primeira instância**;

A seguir, iremos abordar os **direitos e deveres** do/a assistente social!



Os **direitos** são **garantias** para que o assistente social exerça suas atribuições e competências!

Já os **deveres** são **obrigações** que precisam ser cumpridas no exercício profissional!

DOS DIREITOS DO/A ASSISTENTE SOCIAL (art. 2º)

- garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas**, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- livre exercício das atividades** inerentes à Profissão;
- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais**, e na formulação e implementação de programas sociais;
- inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação**, garantindo o sigilo profissional;
- desagravo público por ofensa** que atinja a sua honra profissional;
- aprimoramento profissional de forma contínua**, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;



g- **pronunciamento em matéria de sua especialidade**, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;

h- **ampla autonomia no exercício da Profissão**, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;

i- **liberdade na realização de seus estudos e pesquisas**, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

DEVERES DO/A ASSISTENTE SOCIAL (art. 3º)

a- **desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade**, observando a legislação em vigor;

b- **utilizar seu número de registro no Conselho Regional** no exercício da Profissão;

c- **abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos**, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;

d- **participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública**, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.



As vedações são ações **não permitidas** no exercício profissional!

VEDAÇÕES AO/À ASSISTENTE SOCIAL (art. 4º)

a- **transgredir qualquer preceito deste Código**, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;

b- **praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais**, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais;

c- **acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código**;

d- **compactuar com o exercício ilegal da Profissão**, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/às profissionais;

- e- **permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social** em Instituições Públicas ou Privadas que **não** tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a;
- f- **assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a** pessoal e tecnicamente;
- g- **substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional**, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- h- **pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega**;
- i- **adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos** de que tome conhecimento;
- j- **assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros**, mesmo que executados sob sua orientação.



(COPEVE - UFAL - 2019) Segundo Barroco e Terra (2012), os princípios representam a estrutura ideológica sobre a qual se elaborou e se assentou o Código de Ética do assistente social. Eles se configuram como paramentos ideológicos das regras materiais contidas nos artigos do Código de Ética, possibilitam conferir a necessária unidade, coerência e harmonia ao sistema jurídico estabelecido pelo Código. Ademais, os princípios perpassam toda a normatividade do Código, representando o alicerce do regramento estabelecido, que é o fundamento da concepção do projeto ético-político adotada pelo Código.

De acordo com o Código de Ética de 1993, são Princípios Fundamentais:

- I. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.
- II. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.
- III. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- V. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.



- A. Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas
- B. Apenas as assertivas II e III estão corretas
- C. Apenas as assertivas II e V estão corretas
- D. Apenas as assertivas I e III estão corretas
- E. Apenas a assertiva I, está correta.

Comentário:

Normalmente as bancas examinadoras tentam confundir o candidato, utilizando princípios, direitos e deveres, tudo misturado. É importante saber a diferença de cada um deles. Vamos analisar cada um dos itens:

- I. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. **Correto. Trata-se de um princípio fundamental.**
- II. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as. **Correto. Trata-se de um princípio fundamental.**
- III. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor. **Errado. É um dever do/a assistente social, disposto no art. 3º.**
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. **Correto. Trata-se de um princípio fundamental.**
- V. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. **Errado. Trata-se de um direito do/a assistente social, disposto no art. 2º.**

Gabarito: letra A



A seguir, nos artigos 5º e 6º, veremos os deveres e vedações que disciplinam as relações do(a) assistente social com os usuários. Faça uma leitura atenta de todos eles.

DAS RELAÇÕES COM OS/AS USUÁRIOS/AS

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

- a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;



- c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;
- d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h- esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Art. 6º É vedado ao/à assistente social:

- a- exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses;
- b- aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros;
- c- bloquear o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.



A seguir, nos artigos 7º, 8º e 9º, veremos os direitos, deveres e vedações nas relações do(a) assistente social com as instituições empregadoras. Não é necessário decorar as alíneas, apenas diferenciar o que constitui um direito (garantia), um dever (obrigação) e uma vedação (proibição)!

DAS RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES EMPREGADORAS E OUTRAS

Art. 7º Constituem direitos do/a assistente social:

- a- dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;



b- ter livre acesso à população usuária;

c- ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais;

d- integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Art. 8º São deveres do/a assistente social:

a- programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;

b- denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;

c- contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;

d- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais;

e- empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as.

Art. 9º É vedado ao/à assistente social:

a- emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;

b- usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos;

c- utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

DAS RELAÇÕES COM ASSISTENTES SOCIAIS E OUTROS/AS PROFISSIONAIS

Art. 10 São deveres do/a assistente social:

a- ser solidário/a com outros/as profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;



- b- repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;
- c- mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as;
- d- incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- e- respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;
- f- ao realizar crítica pública a colega e outros/ as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.

Art. 11 É vedado ao/à assistente social:

- a- intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro/a profissional, salvo a pedido desse/a profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao/à profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada;
- b- prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;
- c- ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro/a profissional;
- d- prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro/a profissional.

DAS RELAÇÕES COM ENTIDADES DA CATEGORIA E DEMAIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Art.12 Constituem direitos do/a assistente social:

- a- participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional;
- b- apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Art. 13 São deveres do/a assistente social:

- a- denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais;
- b- denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus



tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã;

c- respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Art. 14 É vedado ao/à assistente social valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros/as.



(TJ-SC - 2010) São direitos e deveres garantidos pelo Código de Ética do Assistente Social:

I. Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.

II. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência que julgar necessária para cada caso.

III. Pronunciamento público sobre caso que estiver atuando e este se tratar de assunto polêmico e de conhecimento público.

IV. Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.

A. As proposições I e III estão corretas.

B. As proposições II e IV estão corretas.

C. As proposições I e IV estão corretas.

D. As proposições II e III estão corretas.

E. As proposições III e IV estão corretas.

Comentário:

Vamos lembrar os direitos e deveres previstos no CE de 93:

DOS DIREITOS DO/A ASSISTENTE SOCIAL (art. 2º)

a- garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;

b- livre exercício das atividades inerentes à Profissão;

c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;

d- inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;

e- **desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;**

f- aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;



g- pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; e não "Pronunciamento público sobre caso que estiver atuando e este se tratar de assunto polêmico e de conhecimento público."

h- ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;

i- liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

DEVERES DO/A ASSISTENTE SOCIAL (art. 3º)

a- desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor; e não "Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência que julgar necessária para cada caso."

b- utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

c- abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;

d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

As proposições I e IV estão corretas.

Gabarito: letra C

DO SIGILO PROFISSIONAL



Fique atento no art. 15, pois o sigilo profissional é um "direito" e não um "dever".

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único. Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.





Fique atento também nos casos em que **o sigilo é admissível!**
Despenca em prova!

Art. 18 A quebra do sigilo **só é admissível** quando se tratarem de **situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.**

Parágrafo único A revelação será feita dentro do **estritamente necessário**, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.



Vamos entender melhor quando pode ser aplicado essa exceção na quebra do sigilo profissional?

Bem, o sigilo profissional do assistente social é um princípio ético fundamental para a profissão. Ele **visa proteger a confidencialidade das informações obtidas no exercício da profissão.** Como vimos no art. 18, a quebra do sigilo só é admissível em situações cuja gravidade possa trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade, envolvendo ou não fato delituoso. Isso significa que, **em situações extremas, onde há risco iminente de morte, de violência sexual ou de outros crimes graves, o sigilo pode ser quebrado.**

Vou deixar aqui alguns exemplos de situações em que a quebra de sigilo pode ser considerada:

- **Risco de suicídio:** Se um usuário revela à assistente social que está planejando cometer suicídio, a assistente social pode ter a obrigação ética e legal de reportar isso aos profissionais competentes e aos familiares para garantir a segurança do usuário.
- **Abuso infantil:** Se um usuário revela que está abusando de uma criança ou se a assistente social suspeita de abuso infantil, ela pode ter a obrigação de reportar isso às autoridades competentes para proteger a criança.
- **Violência doméstica:** Se um usuário revela que está sendo vítima de violência doméstica ou se a assistente social suspeita de violência doméstica, ela pode ter a obrigação de reportar isso às autoridades competentes para proteger o usuário.
- **Abuso de idosos:** Se um usuário revela que está abusando de um idoso ou se a assistente social suspeita de abuso de idosos, ela pode ter a obrigação de reportar isso às autoridades competentes para proteger o idoso.



- **Ameaça à segurança pública:** Se um usuário revela que está planejando cometer um ato que colocaria a segurança pública em risco, como um ataque terrorista, a assistente social pode ter a obrigação de reportar isso às autoridades competentes.

Lembre-se, cada situação é única e requer uma análise cuidadosa. A assistente social deve sempre considerar os interesses do usuário, de terceiros e da coletividade, e buscar orientação quando necessário.

DAS RELAÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM A JUSTIÇA

Art. 19 São deveres do/a assistente social:

a- apresentar à justiça, **quando convocado na qualidade de perito ou testemunha**, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código;

b- comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a **prestar depoimento**, para declarar que está **obrigado/a a guardar sigilo profissional** nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

Art. 20 É vedado ao/à assistente social:

a- **depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a** de que tenha conhecimento no exercício profissional, **mesmo quando autorizado**;

b- **aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia** quando a **situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional**, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.



Isso quer dizer que, quando convocado pela justiça na qualidade de perito ou testemunha, **é dever do assistente social** apresentar-se para informar as conclusões do seu laudo ou depoimento. No entanto, **é vedado ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional**, mesmo quando autorizado. Portanto,

caso o assistente social seja intimado a prestar depoimento perante a justiça, ele deve comparecer e apresentar apenas os dispositivos legais segundo o Código de Ética.



No caso de prestar depoimento como **TESTEMUNHA**:

- Quando convocado, não deverá extrapolar o âmbito da competência profissional. Deverá declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional.
- Sobre situação sigilosa do usuário: **é vedado depor como testemunha.**

A Resolução n.º 559, do CFESS, de 16/09/2009, dispõe sobre a atuação do(a) Assistente Social quando convocado(a) a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente, inclusive na qualidade de perito(a) judicial ou assistente técnico(a).

Vejamos o que disciplina a resolução:

Art. 1º. O Assistente Social, na qualidade de **perito judicial ou assistente técnico**, sempre que for convocado a comparecer à audiência, por determinação ou solicitação do Juiz, Curador, Promotor de Justiça ou das partes **se restringirá a prestar esclarecimentos, formular sua avaliação, emitir suas conclusões sempre de natureza técnica, sendo vedado**, nestas circunstâncias, **prestar informações sobre fatos, principalmente em relação aqueles presenciados ou que tomou conhecimento em decorrência de seu exercício profissional.**

Art. 2º. O objeto da perícia deverá ser o mesmo para perito e assistente técnico, que deverão possuir a mesma habilitação profissional, na hipótese de se manifestarem sobre matéria de Serviço Social, atribuição privativa do profissional habilitado nos termos das disposições do artigo 5º. da Lei 8.662/93.

Art. 3º. Quando a perícia consistir apenas na **inquirição**, pelo juiz, do perito e do assistente técnico, por ocasião da audiência de instrução e julgamento, **o assistente social deverá se restringir a emitir sua opinião técnica a respeito do que houver avaliado.**

Art. 4º. O **assistente técnico** mesmo sendo contratado por uma das partes, mesmo não estando sujeito a prestar compromisso ou a ser inquirido de suspeição e impedimento e funcionando como assessor da parte que o indicou, **está obrigado a cumprir todas as normas do Código de Ética** do Assistente Social, emitindo seu parecer de forma fundamentada, sendo vedado fazer declarações falaciosas ou infundadas.

Art. 5º. Quando intimado perante a autoridade competente a **prestar depoimento como testemunha**, qualquer profissional **assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional**, sendo **VEDADO depor na condição de testemunha.**



Atenção! Esta Resolução está com efeitos suspensos por decisão judicial:



Em abril de 2014, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, em ação civil pública do Estado do RS, declarou a nulidade da referida normativa do CFESS.

Conforme sentença prolatada pela Juíza Federal da 3a. Vara Federal da Seção Judiciária de Porto Alegre em 11 de abril de 2014, a resolução questionada ao vedar que o assistente social preste informações obtidas no exercício da profissão, quando ouvido como testemunha, perito ou assistente técnico, desbordou em muito do seu caráter meramente regulamentar criando vedação não estabelecida na lei processual civil ou penal.

Argumenta que a Lei 8662/93, que dispõe sobre a profissão do assistente social, nada refere acerca da oponibilidade do sigilo profissional em juízo, do que se conclui que os assistentes sociais não estão incluídos nas exceções trazidas pelos dispositivos processuais que regulamentam a matéria, de forma que não podem se eximir de informar ou depor sobre fatos que tenham tomado conhecimento no exercício da profissão.



Em virtude da suspensão da Resolução 559/2009, o CFESS publicou a **Orientação Normativa nº 04/2020, de 28 de abril de 2020**, que “Dispõe sobre o sigilo profissional e a participação de assistente social como testemunha ou perito/a em processos que envolvam usuário/a”, para a categoria.

Confira a Orientação Normativa n.º 04/2020:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA 04/2020 28 de abril de 2020. Dispõe sobre o sigilo profissional e a participação de assistente social como testemunha ou perito/a em processos que envolvam usuário/a.

ORIENTA

1. Os espaços sócio ocupacionais onde atuam os/as assistentes sociais devem garantir **condições adequadas para que o sigilo profissional possa ser garantido** aos/as usuários/as;
2. Nos casos em que esses espaços limitem esse direito, cabe aos/as assistentes sociais envidarem esforços para alterar essa situação, **primeiramente informando aos/às seus/suas empregadores/as** e, caso não tenham sucesso, **denunciando as situações junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social ou às autoridades competentes**, conforme determina a Resolução Cfess nº 493/2006;
3. Nos **relatórios, pareceres, laudos e prontuários**, entre outros documentos de caráter técnico-profissionais, elaborados por assistentes sociais, **devem ser registradas, estritamente, informações que guardem relação com o objetivo do atendimento** profissional;
4. Os/as assistentes sociais que vierem a receber **intimação para depor na condição de testemunha ou perito/a em processos judiciais**, **devem proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade do/a usuário/a;**



5. O/A assistente social **convocado/a na condição de perito/a deverá emitir a sua opinião técnico-profissional** acerca da situação e/ou da matéria sobre a qual foi solicitada a sua manifestação, **limitando-se a discorrer sobre os aspectos que foram considerados fundamentais na elaboração da referida opinião técnica;**
6. **O sigilo profissional é a regra. Sua quebra é exceção, devendo ser adotada somente quando puder contribuir ou evitar que aconteça uma situação grave, nociva e perigosa para a integridade física e psíquica do/a usuário/a ou de terceiros.** Nessas ocasiões o/a profissional deve restringir-se a prestar as informações necessárias para a solução da situação;
7. No caso de **trabalhos de natureza multi ou interdisciplinares** o/a assistente social deverá compartilhar com outros/as profissionais, **somente as informações que forem relevantes** para a prestação do serviço aos/as usuários/as, **resguardando o caráter sigiloso dos documentos/comunicações** e se assegurando de que o sigilo também seja preservado pelas outras pessoas que, em decorrência do trabalho em equipe, venham a ter acesso aos mesmos;
8. Esse **cuidado deve ser redobrado**, quando essa **socialização de informações for realizada por meios eletrônicos ou pela internet**, tais como prontuários eletrônicos ou sistemas de cadastramento de dados para acesso a benefícios sociais, dentre outros.
9. As determinações institucionais que estejam em desacordo com a legislação profissional (Lei de Regulamentação, Código de Ética e Resoluções) devem ser informadas aos Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress) em suas jurisdições.



(FGV - 2018) Quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, o Assistente Social deverá comparecer e declarar que

- A. está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo vedado depor na condição de testemunha.
- B. não poderá depor caso o motivo da intimação tenha ocorrido fora de seu lugar de trabalho.
- C. seu testemunho restringir-se-á ao estritamente necessário, desde que não exponha o que lhe foi dito em atendimento.
- D. é atribuição privativa contribuir com a justiça naquilo que for objeto de intervenção profissional.
- E. deverá, primeiro, inteirar-se do que deverá testemunhar e, em seguida, pedir permissão ao CRESS para este ato.

Comentário:



Apesar de a Resolução nº 559/2009 estar com efeito suspensivo pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul, aplica-se o disposto no Código de Ética do Assistente Social:

Deverá comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a **prestar depoimento**, para declarar que está **obrigado/a a guardar sigilo profissional** nos termos deste Código e da Legislação em vigor, sendo vedado depor **como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a** de que tenha conhecimento no exercício profissional, **mesmo quando autorizado**;

Gabarito: letra A

Questão estilo CESPE:

(CESPE - 2016) De acordo com as disposições da legislação profissional do assistente social, julgue o item subsequente.

Caso seja intimado a prestar depoimento perante a autoridade competente, na qualidade de testemunha, o assistente social deverá revelar somente as informações que dizem respeito à rede de convivência do usuário, identificada durante os atendimentos.

() Certo () Errado

Comentário:

Conforme o Código de Ética, é vedado depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, não podendo revelar informações de que tenha conhecimento no exercício profissional.

Gabarito: Errado.

DA OBSERVÂNCIA, PENALIDADES, APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO DESTE CÓDIGO

Art. 21 São deveres do/a assistente social:

a- cumprir e fazer cumprir este Código;

b- denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional;

c- informar, esclarecer e orientar os/as estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 22 Constituem infrações disciplinares:

a- exercer a Profissão quando impedido/a de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício ao/às não inscritos/as ou impedidos/as;



- b- não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado/a;
- c- deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a;⁴
- d- participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional;
- e- fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

Das Penalidades

Art. 23 As infrações a este Código acarretarão penalidades, desde a multa à cassação do exercício profissional, na forma dos dispositivos legais e/ ou regimentais.

Art. 24 As penalidades aplicáveis são as seguintes:

- a- multa;**
- b- advertência reservada;**
- c- advertência pública;**
- d- suspensão do exercício profissional;**
- e- cassação do registro profissional.**

⁴ A Resolução CFESS nº 970, de 25 de maio de 2021, anulou a revogação da alínea “c” do artigo 22 do Código de Ética do/a Assistente Social, operada pela Resolução CFESS nº 954/2020, **restabelecendo sua vigência**, de forma a **manter a caracterização da infração disciplinar** descrita. Ainda prevê, em seu art. 4º, a suspensão dos trâmites dos processos que apurem a infração disciplinar prevista pela alínea “c” do artigo 22 do Código de Ética do/a Assistente Social e, conseqüentemente, a aplicação de qualquer penalidade, até que seja promovida a ampla e democrática discussão nacional, no fórum máximo de deliberação da categoria, “Encontro Nacional CFESS/CRESS”, ou na Plenária Nacional que vier substituí-lo, nos termos do Código de Ética de 93.





Segue um mnemônico para facilitar a memorização das penalidades:

MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA

Parágrafo único. Serão eliminados/as dos quadros dos CRESS aqueles/as que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

Art. 25 A pena de **suspensão** acarreta ao/à assistente social a **interdição do exercício profissional** em todo o território nacional, pelo prazo **de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos**.

~~Parágrafo único — A suspensão por falta de pagamento de anuidades e taxas só cessará com a satisfação do débito, podendo ser cassada a inscrição profissional após decorridos três anos da suspensão.⁵~~

Art. 26 Serão considerados na aplicação das penas os antecedentes profissionais do/a infrator/a e as circunstâncias em que ocorreu a infração.

Art. 27 Salvo nos casos de gravidade manifesta, que exigem aplicação de penalidades mais rigorosas, a imposição das penas obedecerá à gradação estabelecida pelo artigo 24.



O art. 28 trata das **penalidades** que são consideradas **especialmente graves**. São elas:

- **abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos**, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- **transgredir qualquer preceito deste Código**, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;
- **praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais**, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais;
- **acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código**;

⁵ A Resolução CFESS nº 954 de 2020 extinguiu a penalidade de “suspensão do exercício profissional por débito”, revogando o parágrafo único do artigo 25 do Código de Ética do Assistente Social.



- **substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional**, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- **adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos** de que tome conhecimento;
- **assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros**, mesmo que executados sob sua orientação.
- **deixar de garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas**, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- **deixar de fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões**, resguardado o sigilo profissional;
- **exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a** de participar e decidir livremente sobre seus interesses;
- **aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros**;
- **bloquear o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições**, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.
- **deixar de denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha**, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;
- **emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas** para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;
- **usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego**, desrespeitando concurso ou processos seletivos;
- **utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro)** para fins partidários, eleitorais e clientelistas.
- **prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade**;
- **ser conivente com falhas éticas** de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro/a profissional;
- **prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro/a profissional**.
- **deixar de denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos**, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã;
- **valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais**, diretamente ou através de terceiros/as.
- violar o sigilo profissional;
- deixar de comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a **prestar depoimento**, para declarar que está **obrigado/a a guardar sigilo profissional** nos termos deste Código e da Legislação em vigor.
- **depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a** de que tenha conhecimento no exercício profissional, **mesmo quando autorizado**;



- **aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia** quando a **situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional**, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

Parágrafo único As demais violações não previstas no “caput”, uma vez consideradas graves, autorizarão aplicação de penalidades mais severas, em conformidade com o artigo 26.

Art. 29 A **advertência reservada**, ressalvada a hipótese prevista no artigo 33 **será confidencial**, sendo que a **advertência pública, suspensão e a cassação** do exercício profissional serão efetivadas através de **publicação em Diário Oficial e em outro órgão da imprensa**, e **afixado na sede do Conselho Regional** onde estiver inserido/a o/a denunciado/a e na Delegacia Seccional do CRESS da jurisdição de seu domicílio.

Art. 30 Cumpre ao **Conselho Regional** a execução das decisões proferidas nos **processos disciplinares**.

Art. 31 Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso com **efeito suspensivo** ao CFESS.

Art. 32 A **punibilidade do assistente social**, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, **prescreve em 5 (cinco) anos**, contados da data da verificação do fato respectivo.

Art. 33 Na execução da pena de advertência reservada, não sendo encontrado o/a penalizado/a ou se este/a, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade, será ela tornada pública.

§1º A **pena de multa**, ainda que o/a penalizado/a compareça para tomar conhecimento da decisão, será publicada nos termos do artigo 29 deste Código, se não for devidamente quitada no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança judicial.

§ 2º Em **caso de cassação** do exercício profissional, além dos editais e das comunicações feitas às autoridades competentes interessadas no assunto, proceder-se-á a **apreensão da Carteira e Cédula de Identidade Profissional** do/a infrator/a.

Art. 34 A **pena de multa** variará entre o mínimo correspondente ao **valor de uma anuidade e o máximo do seu décuplo**.

Art. 35 As dúvidas na observância deste Código e os **casos omissos** serão resolvidos pelos **Conselhos Regionais de Serviço Social “ad referendum” do Conselho Federal de Serviço Social**, a quem cabe firmar jurisprudência.

Art. 36 O presente Código entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.





ATENÇÃO DECORE!

Decisões nos processos disciplinares: Conselho Regional.
Suspensão (interdição do exercício profissional): de 30 dias a 2 anos.
Prescrição: 5 anos, contado da verificação do fato.
Multa: valor de **uma anuidade até o seu décuplo.**



DESPENCA NA PROVA!

(FCM - 2017) Constituem penalidades aplicáveis às infrações do Código de Ética do/a Assistente Social, EXCETO

- A. multa.
- B. advertência pública.
- C. advertência reservada.
- D. suspensão do exercício profissional.
- E. anulação do diploma de graduação.

Comentário:

Vamos lembrar o mnemônico: **MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA**

MUlta **AD. RE**servada **AD. PUB**lica **SUS**ensão **CASSA**ção

Agora ficou fácil. Anulação do diploma de graduação não está entre as penalidades previstas no Código de Ética do Assistente Social

Gabarito: letra E

Vamos resolver mais uma?

(TJ SC - 2010) As infrações ao Código de Ética do Assistente Social acarretam penalidades de multa à cassação do exercício profissional. Neste sentido é correto afirmar:

- A. A pena de suspensão acarreta ao assistente social a interdição do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias a 3 (três) anos.
- B. Cumpre ao Conselho Regional a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares.
- C. Cumpre ao Conselho Federal a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares.



- D. A punibilidade do assistente social, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, prescreve em 4 (quatro) anos, contados da data da verificação do fato respectivo.
- E. As dúvidas na observância do Código de Ética e os casos omissos serão resolvidos, tão somente, pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa:

- A. A pena de suspensão acarreta ao assistente social a interdição do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias a 3 (três) anos. **Errado. A pena de suspensão é pelo prazo de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos**
- B. Cumpre ao Conselho Regional a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares. **Correta. Conforme art. 30 do Código de Ética.**
- C. Cumpre ao Conselho Federal a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares. **Errado. Cumpre ao Conselho Regional**
- D. A punibilidade do assistente social, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, prescreve em 4 (quatro) anos, contados da data da verificação do fato respectivo. **Errado. Prescreve em 5 (cinco) anos**
- E. As dúvidas na observância do Código de Ética e os casos omissos serão resolvidos, tão somente, pelo Conselho Federal de Serviço Social. **Errado. Serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social "ad referendum" do Conselho Federal de Serviço Social, a quem cabe firmar jurisprudência.**

Gabarito: letra B



RESUMO – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

○ BREVE HISTÓRICO DOS CÓDIGOS DE ÉTICA DA PROFISSÃO

- **Código de Ética de 1947:** extremamente doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos;
- **Código de Ética de 1965:** revelou alguns traços de renovação profissional no contexto da modernização conservadora; introduziu alguns valores liberais, sem romper com o neotomismo e o funcionalismo.
- **Código de Ética de 1975:** suprimiu as referências democrático-liberais do Código anterior, no contexto de reatualização do conservadorismo profissional.
- **Código de Ética de 1986:** construído coletivamente pela categoria, descaracterizou a tendência legalista do Código anterior e se articulou a um projeto de sociedade, politizando sua natureza, com comprometimento com a classe trabalhadora, superando valores ahistóricos e rompendo com o conservadorismo

↳ Conquistas efetivadas no CE de 86:

- ✓ Rompimento com a pretensa perspectiva "imparcial" dos códigos anteriores;
- ✓ Desvelamento do caráter político da intervenção ética;
- ✓ Explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de pessoa humana;
- ✓ Negação de valores a-históricos;
- ✓ Recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído;

- **Código de Ética de 1993:** com base na teoria social de Marx, reafirmou seus valores fundantes - a **liberdade e a justiça social**; a **democracia** é tomada como valor ético-político central.

Liberdade

- como **valor ético central**

Democracia

- como **valor ético-político central**

**Liberdade e a
justiça social**

- como **valores fundantes**



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL
Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
Ampliação e consolidação da cidadania , considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
Defesa do aprofundamento da democracia , enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
Posicionamento em favor da equidade e justiça social , que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito , incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
Garantia do pluralismo , através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária , sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar , por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

↳ **Competências do CFESS e CRESS:**

- CFESS - funciona como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- CRESS - Funciona como órgão julgador de primeira instância;

↳ **Direitos, deveres e vedações:**

- Os direitos são garantias para que o assistente social exerça suas atribuições e competências!
- Já os deveres são obrigações que precisam ser cumpridas no exercício profissional!
- As vedações são ações não permitidas no exercício profissional!

↳ **Sigilo profissional:**

- Sigilo profissional **é um direito** e não um dever.
- **Quebra de sigilo:** situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade. → Só o estritamente necessário.

↳ **Perito ou testemunha:**

- Quando convocado, deverá apresentar as conclusões, sem extrapolar sua competência profissional.



- **Quando intimado a prestar depoimento:** declarar que está obrigado/a a guardar sigilo profissional.
- **É vedado depor como testemunha sobre situação sigilosa** do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, **mesmo quando autorizado**.

↳ **Penalidades:**

- ✓ **MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA**

MUIta

AD. REservada

AD. PUBlica

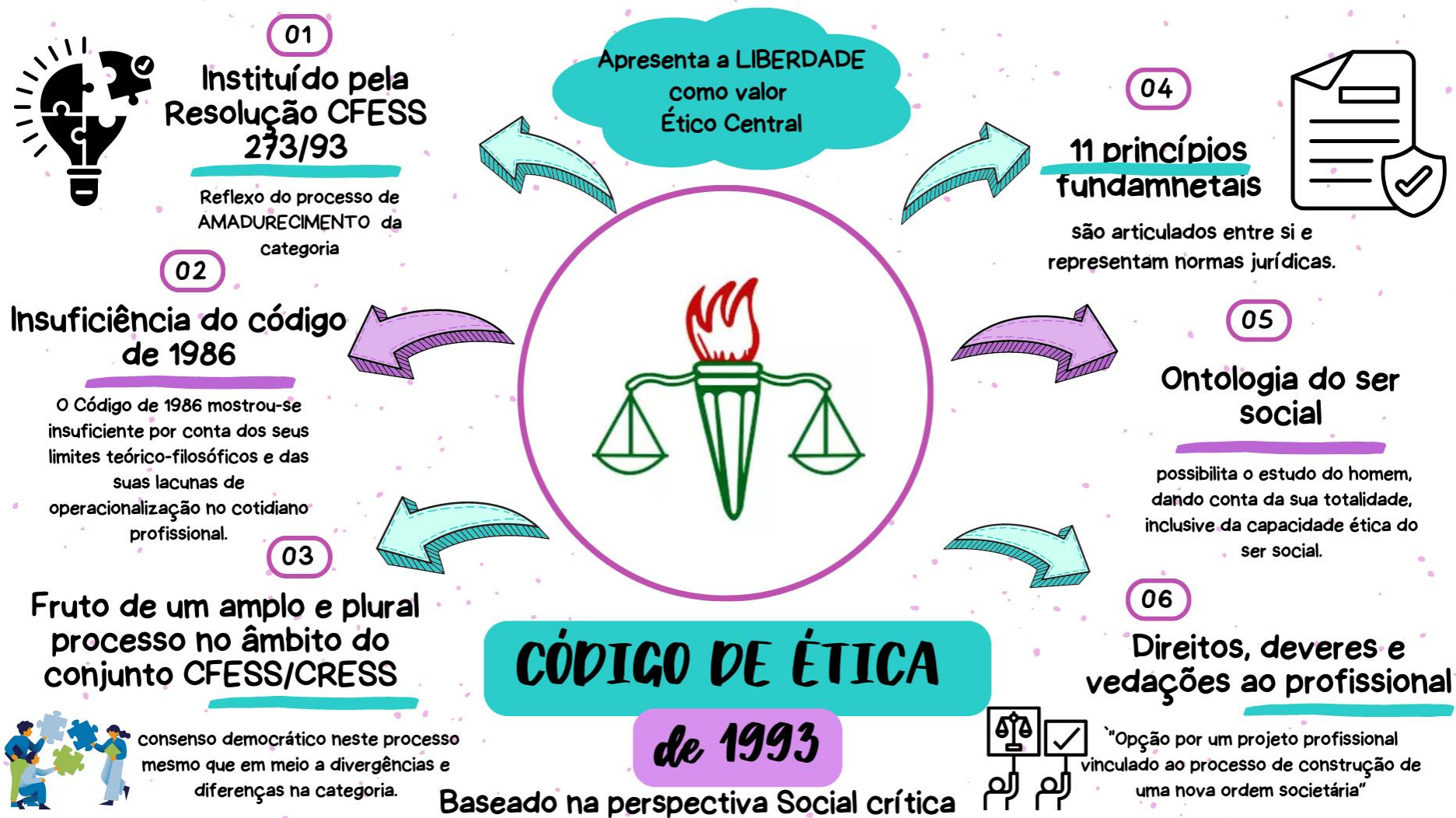
SUSpensão

CASSAção

- ✓ **Decisões nos processos disciplinares: Conselho Regional.**
- ✓ **Suspensão** (interdição do exercício profissional): **de 30 dias a 2 anos**.
- ✓ **Prescrição: 5 anos**, contado da verificação do fato.
- ✓ **Multa:** valor de **uma anuidade até o seu décuplo**.



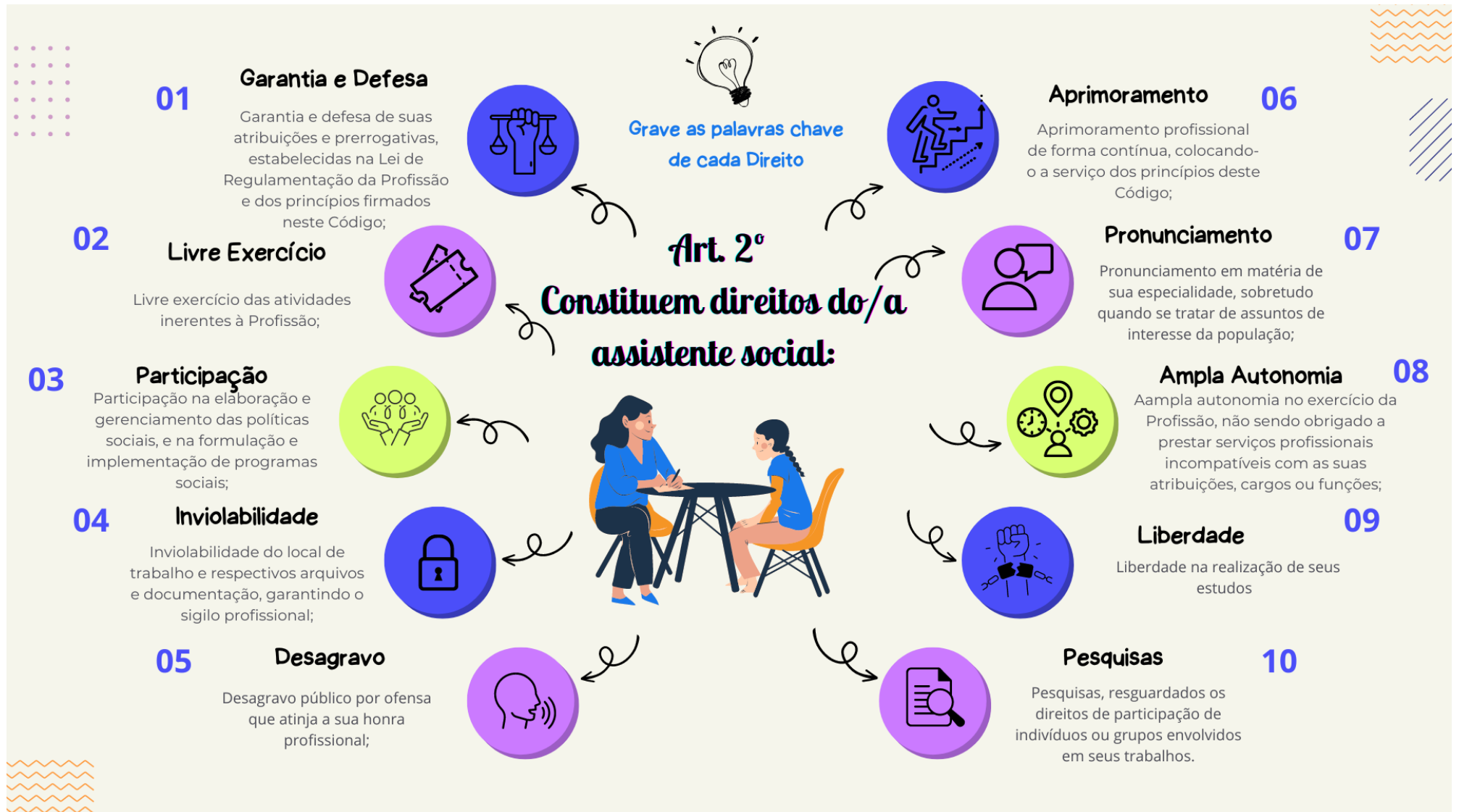
MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



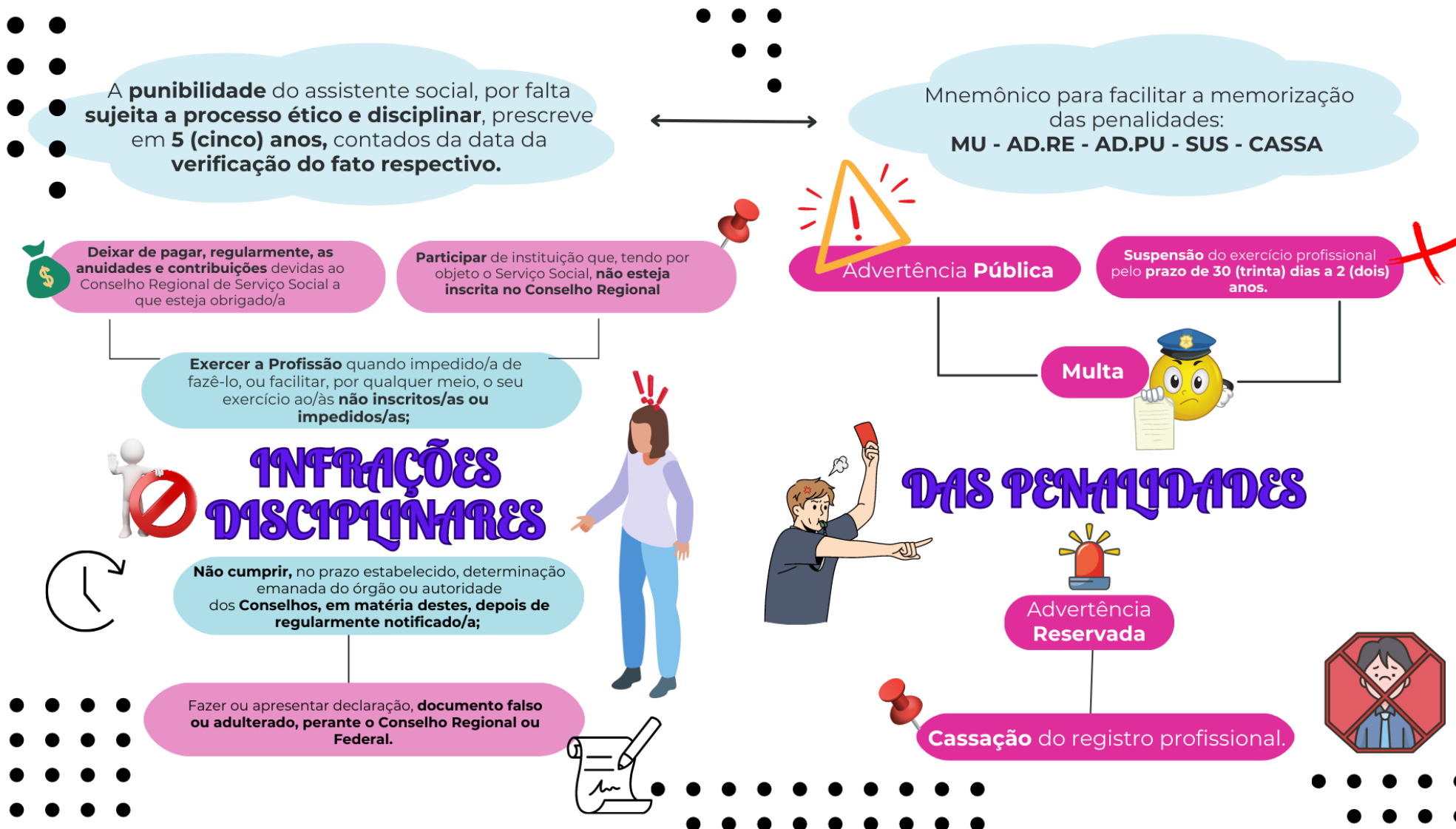
MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



LISTA DE QUESTÕES – CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL - MULTIBANCAS

1. (IBADE - 2024) O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão. Sobre esse tema, marque V para os itens verdadeiros e F para os itens falsos:

() O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão.

() O assistente social não necessariamente deve assegurar a qualidade dos serviços prestados, respeitando a dignidade e os interesses dos usuários.

() O assistente social deve manter o sigilo sobre as informações obtidas no exercício da profissão, preservando a privacidade dos usuários.

() O assistente social deve atuar de maneira parcial, não discriminando os usuários por qualquer motivo.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta:

A) F - V - V - F;

B) F - F - F - V;

C) V - V - V - V;

D) V - F - V - F;

E) F - V - F - V.

2. (UNIVIDA - 2024) Indique a alternativa correspondente a um dos direitos estabelecidos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social:

A) Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

B) Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

C) Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.



D) Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados no Código de Ética Profissional.

E) Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.

3. (FUNCERN - 2024) Aos profissionais do Serviço Social que infringirem as determinações do código de ética do Assistente Social, as penalidades passíveis de serem aplicadas são:

A) conversa reservada, multa, demissão do seu local de trabalho e cassação do registro profissional.

B) multa, advertência reservada, advertência pública, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional.

C) conversa reservada, multa, comunicação das penalidades aos gestores diretos e cassação do registro profissional.

D) multa; conversa reservada, advertência pública, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional.

4. (INSTITUTO ACCESS - 2024) As infrações cometidas ao Código de Ética da(o) Assistente Social resultam em penalidade, conforme previsto no art. 23 e 24 do Código de 1993. Essas penalidades são

(1) multa;

(2) advertência reservada e/ou pública;

(3) cassação do exercício profissional;

(4) suspensão do registro profissional;

(5) desagravo público;

(6) inviolabilidade do local de trabalho.

É correto o que se afirma em

A) 1 e 2.

B) 1, 2, 3, 4, 5 e 6.



C) 1, 2, 3 e 4, somente.

D) 3 e 4, somente.

5. (Instituto ACCESS - 2024) O Código de Ética de 1993, em seu capítulo V, trata da questão do Sigilo Profissional, que consiste na obrigação da(o) Assistente Social de não divulgar, fatos, relatados pelo usuário ou beneficiário, ou constantes de documentos, relativos à sua privacidade ou de terceiros e que somente são por ele conhecidos em consequência do exercício profissional (Simões, 2008). Sua violação se constitui infração ética e crime contra a liberdade individual (art.325 do Código Penal). Acerca desse assunto, analise as assertivas abaixo:

I. Constitui direito do Assistente Social manter o sigilo profissional.

II. Constitui dever do Assistente Social manter o sigilo profissional.

III. É vedado ao Assistente Social revelar o sigilo profissional.

IV. A quebra do sigilo profissional só é admissível quando o Assistente Social for convocado pela Justiça.

V. É dever do Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, quando autorizado.

É correto o que se afirma em

A) I e III, somente.

B) I, II e III, somente.

C) II e IV, somente.

D) em todas.

6. (FUNDEP - 2024) Tendo por base o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa incorreta.

A) A quebra do sigilo profissional só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.



- B) É vedado ao assistente social permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.
- C) É dever do assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, especialmente se a situação que tomou conhecimento envolver menores.
- D) É vedado ao assistente social aceitar nomeação como perito e / ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

7. (ADM&TEC - 2024) Analise as informações a seguir:

I. É vedado ao assistente social praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios do Código de Ética do assistente social, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais.

II. É dever do assistente social abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

Marque a alternativa CORRETA:

- A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- D) As duas afirmativas são falsas.

8. (ADVISE - 2024) A Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993 aponta como um dos princípios fundamentais para a profissão do assistente social o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena:

- A) mitigação os meios de produção.
- B) redistribuição das riquezas sociais.
- C) expansão dos indivíduos sociais.



- D) alienação dos deveres do cidadão.
- E) materialização do comunismo no Brasil.

9. (Instituto Consulplan - 2024) De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, as penalidades aplicáveis ao profissional que cometer algum tipo de infração disciplinar serão as seguintes: • Multa. • Advertência reservada. • Advertência pública. • Suspensão do exercício profissional. • Cassação do registro profissional. O Art. 25 dispõe sobre a pena de suspensão, que acarretará ao Assistente Social a interdição do seu exercício profissional, em todo o território brasileiro, pelo prazo (mínimo e máximo) de:

- A) 30 dias a 2 anos.
- B) 15 dias a 12 meses.
- C) 45 dias a 3 anos.
- D) 90 dias a 2 anos.

10. (IBADE - 2024) A ética profissional no serviço social é uma parte fundamental da prática, definindo padrões de conduta e orientando as ações dos assistentes sociais. Nesse sentido, um profissional ético que pretende desenvolver a justiça social, busca:

- A) promover a equidade, identificando e enfrentando desigualdades e injustiças estruturais que afetam as vidas das pessoas;
- B) promover qualquer forma de discriminação, seja ela baseada em raça, gênero, orientação sexual, religião, classe social ou outras características;
- C) promover a responsabilidade social e ambiental, buscando contribuir para a prejudicialidade das condições sociais e do meio ambiente;
- D) capacitar as pessoas a tomarem decisões informadas e a desenvolverem suas próprias capacidades para não enfrentar desafios;
- E) reconhecer e desprezar a individualidade, diversidade e autonomia das pessoas atendidas, respeitando suas decisões e opiniões.



11. (UFMT - 2023) Neste ano de 2023, o Código de Ética da/o Assistente Social está comemorando 30 anos. O documento é subsídio para o trabalho de assistentes sociais por meio de princípios e diretrizes, mas também instrumento concreto na defesa de direitos e, principalmente, na luta por uma sociedade justa e livre de opressões e preconceitos. Sobre esse Código, é correto afirmar:

- A) Aprovado em 1993, foi revisado em 2013 com o objetivo de torná-lo mais adequado às mudanças sociais e políticas ocorridas desde a sua criação, incorporando novos valores éticos, como a defesa da democracia, da cidadania, da justiça e igualdade social.
- B) Reconhece a liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- C) É um instrumento importante para garantir a completa autonomia e a independência da profissão em relação ao Estado.
- D) Foi elaborado em um momento histórico de transformações societárias que marcaram o processo de democratização do país e culminaram com a aprovação da Constituição Federal em vigor, conhecida como Constituição Cidadã.

12. (FUNTEF-PR - 2023) De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional. Considerando suas determinações, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O sigilo protegerá o(a) usuário(a) em tudo aquilo de que o(a) assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.
- II. É vedado ao(à) assistente social recomendar sigilo profissional e, em trabalho multidisciplinar, só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.
- III. Em trabalho multidisciplinar poderão ser prestadas informações sigilosas, se o(s) outro(s) profissional(is) se comprometer(em) publicamente em guardar sigilo frente a uma testemunha.
- IV. A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, desde que não envolvendo fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

- A) Apenas a afirmativa I é correta.
- B) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.



E) Apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.

13. (Instituto Fênix - 2023) O Código de Ética Profissional do Assistente Social enfatiza diversos princípios éticos fundamentais para a prática profissional. Qual dos seguintes NÃO é um princípio destacado no Código de Ética?

- A) Compromisso com a liberdade, a justiça social e os direitos humanos.
- B) Respeito à diversidade cultural e à pluralidade de formas de expressão.
- C) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- D) Priorização do lucro e da eficiência econômica nas intervenções sociais.

14. (COTEC - 2023) De acordo com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1993, o sigilo, além de ser um direito, está entre as principais responsabilidades desses profissionais; logo, existem algumas previsões e limitações legais que precisam ser observadas. Assinale a alternativa que expressa o que prevê o Código de Ética dos Assistentes Sociais sobre o sigilo profissional.

- A) O sigilo profissional é facultativo, podendo ser quebrado a critério do assistente social.
- B) O sigilo profissional pode ser quebrado apenas com o consentimento prévio do usuário dos serviços, pois eles têm plena autonomia de decidir o quê e quando permitir.
- C) O sigilo profissional é absoluto, não sendo permitida a sua quebra em nenhuma circunstância.
- D) O sigilo profissional é apenas uma recomendação, mas não uma obrigação, cabendo ao assistente social julgar quando a sua restrição é conveniente.
- E) O sigilo profissional só pode ser quebrado quando houver risco iminente de dano à vida ou integridade física do usuário dos serviços.

15. (OBJETIVA - 2023) Nos termos do Código de Ética do/a Assistente Social, considerando-se as penalidades nele previstas, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: Serão _____ dos quadros dos CRESS aqueles/as que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

- A) eliminados/as



- B) suspensos/as
- C) cassados/as
- D) afastados/as

16. (IF-ES - 2023) Conforme o Código de Ética Profissional (CFESS, 2012), em relação aos princípios éticos na atuação do assistente social na Educação, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Podem ser apropriados e analisados de forma isolada; e podem, ainda, ser desconectados da direção histórica e ontológica que os fundamentam.
- B) A garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.
- C) A ampliação e a consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- D) A emancipação humana.
- E) A articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.

17. (IDHTEC - 2023) Nas Relações com Assistentes Sociais e outros/as Profissionais, são deveres do/a assistente social, segundo a normativa estabelecida no código de ética, exceto:

- A) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes do Código de Ética, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
- B) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
- C) Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.
- D) Ao realizar crítica pública a colega e outros/ as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.
- E) Mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as.



18. (IBFC - 2023) O Código de Ética do Assistente Social nos indica no artigo 4º. as vedações colocadas ao Assistente Social. Com base em tal documento, analise as afirmativas abaixo:

I. Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

II. Esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

III. Permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a.

IV. Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

V. Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.

Estão corretas as afirmativas:

A) I e II

B) III e V

C) I e V

D) II e IV

E) I e IV

19. (IBFC - 2023) O Código de Ética do/a Assistente Social destaca em seu artigo 1º: “[...]zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;” (CFESS, 1993). Assinale a alternativa correta.

A) Direitos e deveres do Assistente Social habilitado

B) Competência do Sistema sociojurídico

C) Competência do Conselho Federal de Serviço Social

D) Competência do Conselho Estadual de Serviço Social

E) Competência da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social



20. (IBFC - 2023) O Código de Ética do Assistente Social nos apresenta informações sobre o sigilo profissional. Considerando o referido em tal legislação, assinale a alternativa correta.

- A) Em trabalho multidisciplinar não poderão ser prestadas informações nem dentro dos limites do estritamente necessário
- B) O sigilo protegerá o/a Assistente Social em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional
- C) Constitui dever do/a assistente social manter o sigilo profissional
- D) É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional

21. (FUNDATEC - 2023) Considerando os princípios fundamentais do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, vê-se que o Projeto Ético-Político Profissional é explícito quanto aos seus compromissos, tendo, em seu núcleo, como valor ético central, o reconhecimento do(a):

- A) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito.
- B) Liberdade.
- C) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais.
- D) Equidade.
- E) Defesa dos direitos humanos.

22. (SELECON - 2023) Marluce é assistente social e coordena uma equipe composta por cinco profissionais de serviço social. Dentre elas, está Alice que, no momento, realiza um curso de aprimoramento e está desenvolvendo uma pesquisa de campo. Entendendo a dificuldade de Alice em conciliar o horário de trabalho e a pesquisa de campo, Marluce a liberou um dia por semana para a dedicação à pesquisa. De acordo com o Código de Ética do/ da Assistente Social (1993), a postura de Marluce está pautada em um:

- A) dever seu como chefe
- B) direito de todo assistente social
- C) ato de insubordinação institucional



D) posicionamento de solidariedade profissional

23. (SELECON - 2023) O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 1986, foi de suma importância, todavia, ainda estava aquém dos avanços teórico-metodológicos e políticos da profissão. Assim, a revisão que se sucedeu com o Código, em 1993, tem como categoria fundante:

- A) a política
- B) o trabalho
- C) a questão social
- D) a relação social

24. (SELECON - 2023) Alguns alunos da escola H decidiram reativar o grêmio estudantil que, há alguns anos, não funcionava. Para isso, solicitaram apoio à assistente social da escola, sra. Débora, para que promovessem um amplo debate acerca do significado e dos objetivos de um grêmio para, então, estarem aptos a formarem as chapas para a eleição dos membros diretores. Em consonância com o Código de Ética do/da Assistente social, ao atuar na direção da ampliação da cidadania e da democracia de um movimento social, Débora está respeitando um:

- A) dever
- B) direito
- C) princípio
- D) fundamento

25. (VUNESP - 2023) Em se tratando da ética profissional, compete ao assistente social refletir sobre os valores que sustentam sua intervenção, o significado desses valores para si, bem como os efeitos em suas ações e as consequências que podem produzir. Fruto da construção do coletivo da categoria, o Código de Ética do Assistente Social tem explicitado um conjunto de princípios fundamentais que direcionam o exercício profissional. Constitui-se um desses princípios o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua



- A. formulação ideal.
- B. gestão democrática.
- C. atenção genérica.
- D. expansão segmentada.
- E. prestação compensatória.

26. (VUNESP - 2023) O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. É um processo que exige conhecimento e reflexão, entendido como confrontação potencializadora e prospectiva, que respeita o compromisso na construção e defesa de uma biografia individual e coletiva. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento

- A. moral.
- B. subjetivo.
- C. hegemônico.
- D. intelectual.
- E. pragmático.

27. (VUNESP - 2022) A dimensão ética da profissão configura-se como um processo que envolve uma necessidade social e histórica. É nessa direção que se encontra a natureza da ética profissional, cuja materialização perpassa pelo Código de Ética Profissional (1993) e no Projeto ético-político que direciona os/as assistentes sociais. Conforme o Código de Ética profissional do Assistente Social em vigência, no seu artigo 4º, alínea "f", é vedado ao/a profissional:

- A. abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- B. aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código.



- C. desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- D. assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente.
- E. ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

28. (FCC – 2022) De acordo com o Código de Ética Profissional do/da Assistente Social, estabelecido pela Resolução no 273/1993, são alguns princípios da profissão:

- (A) Livre exercício das atividades inerentes à profissão; participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais; inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação.
- (B) Pronunciamento em matéria de sua especialidade; ampla autonomia no exercício da profissão; liberdade na realização de estudos e pesquisas.
- (C) Ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social.
- (D) Desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade; utilizar o número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão; participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.
- (E) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar; respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões; ao realizar crítica pública a colega e outros/as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável.

29. (FCC – 2022 - adaptada) Em referência a relação profissional da/do assistente social com as instituições empregadoras, no Art. 7o do Código de Ética está disposto os direitos do/a assistente social; no Art. 8o os deveres do/a assistente social; e no Art. 9o o que lhe é vedado. Considere as ações abaixo, indicando 1 para os direitos; 2 para os deveres; e 3 para o que é vedado aos profissionais de Serviço Social.

- () Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.**
- () Emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social.**



() Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código.

() Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.

As ações são correta e respectivamente classificadas com

(A) 2 3 2 1

(B) 3 1 1 2

(C) 1 2 3 1

(D) 2 3 2 2

(E) 1 3 2 2

30. (FCC – 2022) A Resolução 273/1993 do CFESS instituiu o atual Código de Ética Profissional da/do Assistente Social, reafirmando os valores fundantes do Código de Ética de 1986, a liberdade e a justiça social. Assim, ao enfrentamento das contradições postas à profissão, cabe pensar

(A) que na prática profissional a teoria é outra.

(B) que a teoria se sobrepõe à prática.

(C) a ética como pressuposto teórico-político.

(D) que o projeto ético-político é uma mediação para a teoria.

(E) que a singularidade e a universalidade são pressupostos éticos.

31. (FCC – 2022 - adaptada) O Fórum Municipal dos Usuários da Assistência Social municipal irá realizar uma atividade em defesa da Política Pública de Assistência Social e o assistente social foi convidado a participar da referida ação. Diante do Código de Ética Profissional, sua postura deverá ser

(A) informar aos usuários que esse tipo de atividade não é compatível com o papel de um Fórum de Usuários, pois este deve se ater à promoção de atividades de interação e integração entre usuários, trabalhadores e comunidade, para que os vínculos possam ser fortalecidos.



(B) de agradecer o convite, mas informar que não poderá estar presente, porque, na legislação trabalhista e de seu código de ética, não há reconhecimento da participação do profissional em atividades de defesa dos direitos humanos e sociais que extrapolam o âmbito institucional.

(C) de incentivo à atividade e confirmação de sua presença, informando seu posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, assim como sua gestão democrática.

(D) de agradecimento ao convite, mas informando que não poderá participar da atividade porque a defesa e luta pela qualidade dos serviços prestados à população é uma responsabilidade, sobretudo, dos próprios usuários, cabendo ao profissional ater-se ao compromisso de uma adequada e correta prestação de serviços, a partir dos recursos que a ele são disponibilizados.

(E) de incentivar essa proposta do Fórum e confirmar sua participação, mas informar que não poderá se posicionar em favor da ampliação e consolidação da cidadania por meio dos direitos sociais, pois tal prática é de responsabilidade dos órgãos de representação dos trabalhadores, isto é, Sindicatos, Fóruns e Conselhos de Categorias Profissionais.

32. (FGV – 2022) No Código de Ética Profissional de 1993, a democracia é um dos princípios fundamentais, entendida como único padrão de organização política capaz de assegurar

- (A) ética e direitos humanos.
- (B) igualdade e distributividade.
- (C) liberdade e equidade.
- (D) autonomia e emancipação.
- (E) universalidade e empoderamento.

33. (FGV – 2022) O Código de Ética Profissional de 1993 estrutura-se sobre um suporte teórico que fundamenta a concepção e os valores ético-políticos de suas prescrições. Esse suporte assenta-se

- (A) no estruturalismo.
- (B) na hermenêutica.
- (C) no pragmatismo.
- (D) na socialdemocracia.



(E) no marxismo

34. (FGV – 2022) O Art. 2º, inciso h, do Código de Ética Profissional do Assistente Social "assegura ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo o profissional obrigado a prestar serviços incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções". Caso seja convocado a colaborar no atendimento a vítimas de enchentes e deslizamentos, o assistente social deve:

(A) atender à convocação, uma vez que tal ato constitui dever do assistente social;

(B) atender à convocação, desde que publicada nominalmente em Diário Oficial;

(C) recusar a convocação, uma vez que a secretaria de governo responsável dispõe de profissionais habilitados para tal;

(D) recusar a convocação, uma vez que é vedado ao assistente social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado;

(E) atender à convocação por dever humanitário, uma vez que essa é a essência do Serviço Social.

35. (FGV – 2022) O assistente social atua em variados espaços ocupacionais, interagindo com diferentes profissionais e compartilhando saberes de outras áreas de conhecimento. Essa realidade, a depender do grau de organização ou institucionalização, pode vir a constituir trabalho interdisciplinar. O Código de Ética Profissional de Serviço Social trata nos seguintes termos a relação do assistente social com outros profissionais:

(A) veda a elaboração de pareceres conjuntos;

(B) define como dever do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;

(C) estimula o trabalho interdisciplinar como forma de agilizar o atendimento ao usuário;

(D) concebe o trabalho multidisciplinar como salto de qualidade na produção de novas práticas;

(E) define como direito do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.

36. (AOC - 2021) Sobre o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa correta.



- A. O Código não pode prever todas as situações da área da saúde, contudo deve ser avaliado de acordo com a chefia da instituição.
- B. É resguardado ao profissional de Serviço Social o papel de realizar o regramento institucional e manter a ordem, evitando tensões e conflitos.
- C. O sigilo profissional descreve o que é confiado ao profissional pelo usuário.
- D. É direito do profissional exercer sua autoridade de maneira a limitar e direcionar o usuário a participar de ações de interesse público.
- E. É vedado ao Assistente Social acatar determinação institucional que fira os princípios e as diretrizes do Código de Ética profissional.

37. (OMNI - 2021) O Código de Ética do Profissional Assistente Social regulamenta, entre outros, o sigilo profissional, sobre isso, assinale a alternativa CORRETA:

- A. O sigilo profissional deve ser guardado em relação as informações que o Assistente Social tenha conhecimento nas ações que executa profissionalmente.
- B. Em uma relação psicossocial todas as informações acerca dos usuários devem ser compartilhadas.
- C. Não há proibição da revelação de sigilo pelo profissional Assistente Social.
- D. Revelar sigilo não é permitido em nenhuma condição.

38. (QUADRIX - 2021) O atual Código de Ética do Assistente Social foi instituído em 1993, a partir da necessidade de se estabelecer, no âmbito da categoria profissional, novos valores éticos, fundamentados em uma definição mais abrangente de compromisso com os usuários. Conforme o Código de Ética de 1993, assinale a alternativa incorreta.

- A. A violação do sigilo profissional é permitida em determinadas situações.
- B. É proibido ao assistente social substituir profissional que tenha sido exonerado, demitido ou transferido por defender os princípios da ética profissional, enquanto ainda existirem os motivos da exoneração, da demissão ou da transferência.
- C. O assistente social tem como dever denunciar aos órgãos competentes toda forma de censura, cerceamento da liberdade ou policiamento de comportamentos, salvo se sofrer algum tipo de ameaça.



- D. Quando ocupante de cargo de chefia, o assistente social tem o dever de liberar subordinados que desejem participar de estudos e pesquisas, com o objetivo de aprimorar-se profissionalmente.
- E. Caso receba a pena de suspensão, o profissional terá o exercício interditado, em todos os estados brasileiros, por, no máximo, dois anos.

39. (ITAME - 2020) O “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, refere-se

- A. a uma atribuição privativa do assistente social preconizada na lei de regulamentação da profissão.
- B. a um dever profissional preconizado no Código de Ética profissional do assistente social de 1993.
- C. a um princípio do Código de Ética Profissional do assistente social de 1993.
- D. a uma competência profissional preconizada na lei de regulamentação da profissão.

40. (IBADE - 2020) De acordo com o Art 1º do Código de Ética do Serviço Social, assinale a alternativa que corresponda a uma das competências do Conselho Federal de Serviço Social.

- A. Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais
- B. Introduzir alteração neste código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais
- C. Assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação
- D. Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência
- E. Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as

41. (IFMT – 2019) Sobre o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social em vigor, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A. Reconhece a liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes — autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- B. Opõe-se ao pluralismo que se expressa em diferentes correntes profissionais e expressões teórico-metodológicas.
- C. Opta por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.



- D. Articula-se com os movimentos de outras categorias profissionais que partilham dos princípios do Código em vigor e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.
- E. Defende o aprofundamento da democracia, como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

42. (EDUCA – 2019) As atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na saúde ou em outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. O artigo 2º do Código de Ética assegura como sendo alguns dos direitos dos assistentes sociais, EXCETO:

- A. Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código.
- B. Livre exercício das atividades inerentes à profissão.
- C. Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
- D. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor.
- E. Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.

43. (COPEVE – UFAL – 2019) Com base nos elementos ético-políticos do Serviço Social, analise os enunciados abaixo e a seguir marque a alternativa correta:

- I. Ao garantir o direito à diversidade, o Código de Ética Profissional do Assistente Social preserva a neutralidade profissional.
- II. O assistente social deve articular-se com movimentos de outras categorias profissionais, porém, é vedado que participe de greve e manifestações públicas, uma vez que tal atitude fere os princípios instituídos no Código e Ética Profissional.
- III. É vedado ao assistente social aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário para obter vantagens pessoais e para terceiros.
- IV. Ao adotar a liberdade como valor central, o projeto ético-político do serviço social assume o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.



- A. Apenas os enunciados I e II estão corretos
- B. Apenas os enunciados I e IV estão corretos
- C. Apenas os enunciados III e IV estão corretos
- D. Apenas o enunciado I está correto
- E. Todos os enunciados estão corretos

44. (COPEVE – UFAL – 2019) Segundo Barroco e Terra (2012), os princípios representam a estrutura ideológica sobre a qual se elaborou e se assentou o Código de Ética do assistente social. Eles se configuram como paramentos ideológicos das regras materiais contidas nos artigos do Código de Ética, possibilitam conferir a necessária unidade, coerência e harmonia ao sistema jurídico estabelecido pelo Código. Ademais, os princípios perpassam toda a normatividade do Código, representando o alicerce do regramento estabelecido, que é o fundamento da concepção do projeto ético-político adotada pelo Código.

De acordo com o Código de Ética de 1993, são Princípios Fundamentais:

I. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

II. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.

III. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

V. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

- A. Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas
- B. Apenas as assertivas II e III estão corretas
- C. Apenas as assertivas II e V estão corretas
- D. Apenas as assertivas I e III estão corretas
- E. Apenas a assertiva I, está correta.

45. (VUNESP – 2019) A atuação profissional do assistente social é tecida no dia a dia dos usuários, transitando entre demandas e necessidades, que se constituem de ações múltiplas. Nessa



perspectiva, esse profissional é desafiado a superar-se constantemente, reconhecendo a realidade sócio-histórica em que vive e trabalha. Constitui-se um dos princípios fundamentais da ação profissional, estabelecido pelo Código de Ética do Assistente Social, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e às políticas sociais, bem como sua

- A. ação progressiva.
- B. atitude concreta.
- C. gestão democrática.
- D. postura adequada.
- E. efetivação complementar.

46. (CEFETBAHIA – 2019) A atuação do Assistente Social requer estabelecimento de uma relação profissional com os usuários dos serviços em que atua ou venha a atuar. Nesta relação, é um dever do Assistente Social:

- A. definir os momentos e espaços nos quais devem contar com a participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- B. devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, quando julgar necessário, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- C. fornecer à população usuária, quando desejar e não for lhe causar prejuízo, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardando o sigilo profissional.
- D. selecionar as informações que serão transmitidas aos usuários dos serviços sociais, bem como em quais programas, disponíveis no espaço institucional, eles poderão ter acesso, contribuindo assim para que participem, mais efetivamente, nas decisões institucionais.
- E. garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética da Profissão.

47. (OBJETIVA - 2008) Em conformidade com o Código de Ética Profissional, analisar os itens abaixo.

Nas Relações do Assistente Social com a Justiça, é dever do Assistente Social:

I - Quando autorizado, depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional.

II - Apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código.



- A. Somente o item I está correto.
- B. Somente o item II está correto.
- C. Os itens I e II estão corretos.
- D. Os itens I e II estão incorretos.

48. (FUNDATEC – 2019) Assinale a alternativa que trata especificamente do que é vedado ao/à assistente social nas relações com assistentes sociais e outros/as profissionais, conforme o Código de Ética do/a assistente social e a Lei nº 8.662/1993.

- A. Prevaler-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.
- B. Aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros.
- C. Bloquear o acesso aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.
- D. Usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos.
- E. Utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

49. (FUNDATEC – 2019) Assinale a alternativa correta em relação ao Código de Ética do/a assistente social e à Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão.

- A. É vedado ao/à assistente social a recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- B. Trata-se de um princípio fundamental a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que não partilhem dos princípios deste Código e nem com a luta geral dos/as trabalhadores/as.
- C. Compete ao/à assistente social, em sua prática profissional, atuar como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmando jurisprudência na observância nos casos omissos.
- D. Constitui atribuição privativa do/a assistente social planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- E. Constitui atribuição privativa do/a assistente social elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

50. (FUNDATEC – 2019) Em relação ao Código de Ética do/a assistente social e da Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão, assinale a alternativa INCORRETA.

- A. Constitui direito do/a assistente social o livre exercício das atividades inerentes à profissão.



- B. Constitui atribuição privativa do/a assistente social a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
- C. Constitui dever do/a assistente social garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética.
- D. Constitui dever do/a assistente social contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- E. Constitui dever do/a assistente social esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

51. (CRESCER CONSULTORIA – 2019) Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições, EXCETO:

- A. prestar assessoria técnico-consultiva exclusivamente aos organismos públicos, em matéria de Serviço Social.
- B. estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
- C. funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
- D. orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.

52. (DÉDALUS CONCURSOS – 2018) Julgue as afirmativas abaixo, com base no que dispõe o Código de Ética do/a Assistente Social, e em seguida assinale a opção correta:

I- O reconhecimento da liberdade como valor ético central é um direito do/a assistente social;

II- Já foram publicados 05 (cinco) Códigos de Ética do Assistente Social;

III- A opção por um projeto profissional neutro, sem vinculação a projeto classistas é um princípio fundamental do Código de Ética profissional.

- A. Apenas a afirmativa I está correta.
- B. As afirmativas I e III estão corretas.
- C. Apenas a afirmativa II está correta.
- D. As afirmativas II e III estão corretas.
- E. Apenas a afirmativa III está correta.

53. (DÉDALUS CONCURSOS – 2018) Uma assistente social que trabalha em um CRAS faz o atendimento de um usuário, durante essa ação, o usuário lhe confidenciou muitas informações



de sua vida privada. Posteriormente, em uma reunião com equipe interdisciplinar da rede socioassistencial e intersetorial do território de referência daquele CRAS, a referida profissional expôs o caso, desnecessariamente, para todos os presentes, revelando dados confidenciais a ela, colocando o usuário atendido em uma situação vexatória. A referida profissional transgrediu qual artigo do Código de Ética?

- A. A profissional não cometeu erro, haja vista que os casos devem ser discutidos em equipe.
- B. Art. 16º, parágrafo único, segundo o qual em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.
- C. Art. 15º, que trata do direito do/a profissional acerca do sigilo profissional.
- D. Art. 17º, que proíbe ao assistente social revelar sigilo profissional.
- E. Art. 24º, que aborda as penalidades aplicáveis ao assistente social em razão do descumprimento do Código.

54. (COTEC – 2019) São elementos resultantes da aproximação do Serviço Social a uma perspectiva teórico-metodológica mais crítica de análise da realidade social, EXCETO

- A. As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aprovadas em 1996.
- B. A Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão.
- C. A dimensão crítica hegemônica do projeto ético-político dessa profissão.
- D. O Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1947, 1965 e 1993.

55. (COMPERVE – 2017) Os fundamentos éticos e filosóficos dos códigos de ética anteriores ao de 1986 (Códigos de 1947, 1965, 1975) eram apoiados nos pressupostos

- A. do positivismo e da fenomenologia.
- B. do marxismo e da fenomenologia.
- C. do neotomismo e do idealismo.
- D. do neotomismo e do positivismo.



GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. D | 39. C |
| 2. D | 40. B |
| 3. B | 41. B |
| 4. A | 42. D |
| 5. A | 43. C |
| 6. C | 44. A |
| 7. A | 45. C |
| 8. C | 46. E |
| 9. A | 47. B |
| 10.A | 48. A |
| 11. B | 49. D |
| 12. A | 50. B |
| 13. D | 51. A |
| 14. E | 52. C |
| 15. A | 53. B |
| 16. A | 54. D |
| 17. A | 55. D |
| 18. B | |
| 19. C | |
| 20. D | |
| 21. B | |
| 22. A | |
| 23. B | |
| 24. B | |
| 25. B | |
| 26. D | |
| 27. D | |
| 28. C | |
| 29. A | |
| 30. C | |
| 31. C | |
| 32. C | |
| 33. E | |
| 34. A | |
| 35. B | |
| 36.E | |
| 37. A | |
| 38. C | |



QUESTÕES COMENTADAS – CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL- MULTIBANCAS

1. (IBADE - 2024) O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão. Sobre esse tema, marque V para os itens verdadeiros e F para os itens falsos:

() O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão.

() O assistente social não necessariamente deve assegurar a qualidade dos serviços prestados, respeitando a dignidade e os interesses dos usuários.

() O assistente social deve manter o sigilo sobre as informações obtidas no exercício da profissão, preservando a privacidade dos usuários.

() O assistente social deve atuar de maneira parcial, não discriminando os usuários por qualquer motivo.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta:

A) F - V - V - F;

B) F - F - F - V;

C) V - V - V - V;

D) V - F - V - F;

E) F - V - F - V.

Comentário:

Vamos analisar cada item, na sequência:

Verdadeiro - O Código de Ética Profissional do Assistente Social é, de fato, um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão. Este é o padrão para a prática profissional e serve como um guia para os assistentes sociais.

Falso - O assistente social deve assegurar a qualidade dos serviços prestados, respeitando a dignidade e os interesses dos usuários. A qualidade do serviço é fundamental para garantir que os usuários recebam o apoio adequado e necessário.



Verdadeiro - O assistente social deve manter o sigilo sobre as informações obtidas no exercício da profissão, preservando a privacidade dos usuários. A confidencialidade é um aspecto crucial da prática profissional em serviço social.

Falso - O assistente social deve atuar de maneira imparcial, não discriminando os usuários por qualquer motivo. A imparcialidade é essencial para garantir que todos os usuários sejam tratados com igualdade e justiça.

Portanto, a sequência correta é **V - F - V - F**, que corresponde à alternativa D.

Gabarito: D.

2. (UNIVIDA - 2024) Indique a alternativa correspondente a um dos direitos estabelecidos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social:

A) Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

B) Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

C) Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

D) Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados no Código de Ética Profissional.

E) Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.

Comentário:

A alternativa **D** é a **correta**, pois se refere a um dos **direitos** dispostos no art. 2º do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

As alternativas A, B, C e E do questionário são **deveres** do assistente social, conforme estabelecido no Código de Ética Profissional do Assistente Social. Esses deveres são obrigações que os assistentes sociais devem cumprir em sua prática profissional.

A distinção entre direitos e deveres é crucial para responder esse tipo de questão. Os direitos são as prerrogativas e proteções que os assistentes sociais têm em sua prática profissional, enquanto os deveres são as obrigações e responsabilidades que eles devem cumprir.

Art. 3º São deveres do/a assistente social:



- a- desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b- utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c- abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Portanto, as alternativas A, B, C e E são deveres e não direitos.

Gabarito: D.

3. (FUNCERN - 2024) Aos profissionais do Serviço Social que infringirem as determinações do código de ética do Assistente Social, as penalidades passíveis de serem aplicadas são:

- A) conversa reservada, multa, demissão do seu local de trabalho e cassação do registro profissional.
- B) multa, advertência reservada, advertência pública, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional.
- C) conversa reservada, multa, comunicação das penalidades aos gestores diretos e cassação do registro profissional.
- D) multa; conversa reservada, advertência pública, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional.

Comentário:

A alternativa B é a correta. De acordo com o art. 24 do Código de Ética do Assistente Social, as penalidades para os profissionais que infringirem as determinações do código são:

- **Multa:** Uma quantia pecuniária que o profissional é obrigado a pagar.
- **Advertência reservada:** Uma repreensão privada ao profissional.
- **Advertência pública:** Uma repreensão pública ao profissional.
- **Suspensão do exercício profissional:** O profissional é proibido de exercer a profissão por um período determinado.
- **Cassação do registro profissional:** O profissional perde o direito de exercer a profissão.

Lembre-se no mnemônico: **MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA**



As outras alternativas incluem penalidades que não estão previstas no Código de Ética do Assistente Social, como “conversa reservada”, “demissão do seu local de trabalho” e “comunicação das penalidades aos gestores diretos”. Portanto, essas alternativas estão incorretas.

Gabarito: B.

4. (INSTITUTO ACCESS - 2024) As infrações cometidas ao Código de Ética da(o) Assistente Social resultam em penalidade, conforme previsto no art. 23 e 24 do Código de 1993. Essas penalidades são

- (1) multa;
- (2) advertência reservada e/ou pública;
- (3) cassação do exercício profissional;
- (4) suspensão do registro profissional;
- (5) desagravo público;
- (6) inviolabilidade do local de trabalho.

É correto o que se afirma em

- A) 1 e 2.
- B) 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
- C) 1, 2, 3 e 4, somente.
- D) 3 e 4, somente.

Comentário:

A alternativa **A** é a **correta**. De acordo com os artigos 23 e 24 do Código de Ética do Assistente Social de 1993, as penalidades para infrações ao código são:

- Multa
- Advertência reservada e/ou pública

As outras opções listadas na pergunta - **cassação do exercício profissional** (o correto seria **cassação do registro profissional**), **suspensão do registro profissional** (o correto seria **suspensão do exercício**



profissional), **desagravo público** e **inviolabilidade do local de trabalho** - não são penalidades previstas no Código de Ética para infrações.

Portanto, apenas as afirmações 1 e 2 são corretas, o que corresponde à alternativa A.

Gabarito: A.

5. (Instituto ACCESS - 2024) O Código de Ética de 1993, em seu capítulo V, trata da questão do Sigilo Profissional, que consiste na obrigação da(o) Assistente Social de não divulgar, fatos, relatados pelo usuário ou beneficiário, ou constantes de documentos, relativos à sua privacidade ou de terceiros e que somente são por ele conhecidos em consequência do exercício profissional (Simões, 2008). Sua violação se constitui infração ética e crime contra a liberdade individual (art.325 do Código Penal). Acerca desse assunto, analise as assertivas abaixo:

I. Constitui direito do Assistente Social manter o sigilo profissional.

II. Constitui dever do Assistente Social manter o sigilo profissional.

III. É vedado ao Assistente Social revelar o sigilo profissional.

IV. A quebra do sigilo profissional só é admissível quando o Assistente Social for convocado pela Justiça.

V. É dever do Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, quando autorizado.

É correto o que se afirma em

A) I e III, somente.

B) I, II e III, somente.

C) II e IV, somente.

D) em todas.

Comentário:

A alternativa **A** é a correta. As assertivas I e III estão corretas.

I. Constitui direito do Assistente Social manter o sigilo profissional. - **Isso está correto.** O sigilo profissional é um direito do assistente social, pois protege a privacidade e a dignidade do usuário.



III. É vedado ao Assistente Social revelar o sigilo profissional. - Isso também está correto. O assistente social tem o dever ético de manter o sigilo profissional e não pode revelar informações que tome conhecimento no exercício profissional.

As outras assertivas não estão corretas no contexto do Código de Ética de 1993:

II. Constitui dever do Assistente Social manter o sigilo profissional. **Errado.** Manter o sigilo profissional é tido como um direito e **não dever**.

IV. A quebra do sigilo profissional só é admissível quando o assistente social for convocado pela Justiça. **Errado.** A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

V. É dever do Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, quando autorizado. **Errado.** É vedado depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

Gabarito: A.

6. (FUNDEP - 2024) Tendo por base o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa incorreta.

A) A quebra do sigilo profissional só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

B) É vedado ao assistente social permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.

C) É dever do assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, especialmente se a situação que tomou conhecimento envolver menores.

D) É vedado ao assistente social aceitar nomeação como perito e / ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

Comentário:

A alternativa **C** é a **incorreta**. De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, **não é dever** do assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo se a situação envolver menores. Na verdade, **é**



vedado ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

Essa vedação está relacionada à proteção da privacidade e confidencialidade do usuário. O sigilo profissional é um princípio ético fundamental na prática do serviço social. Ele protege a privacidade do usuário e promove um ambiente de confiança no qual o usuário se sente seguro para compartilhar informações pessoais e sensíveis.

Se um assistente social pudesse depor sobre essas informações, mesmo quando autorizado, isso poderia comprometer essa relação de confiança. Os usuários podem se sentir menos inclinados a compartilhar informações importantes por medo de que essas informações possam ser usadas contra eles no futuro.

Além disso, a vedação também protege o assistente social de possíveis conflitos de interesse ou dilemas éticos que possam surgir ao serem chamados para depor sobre informações sigilosas. Portanto, a vedação serve para proteger tanto o usuário quanto o assistente social, mantendo a integridade da relação profissional e a confidencialidade das informações compartilhadas.

As outras alternativas (A, B e D) estão corretas de acordo com o Código de Ética do Assistente Social.

Gabarito: C.

7. (ADM&TEC - 2024) Analise as informações a seguir:

I. É vedado ao assistente social praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios do Código de Ética do assistente social, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais.

II. É dever do assistente social abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

Marque a alternativa CORRETA:

- A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- D) As duas afirmativas são falsas.

Comentário:



As duas afirmativas da questão estão corretas porque refletem os princípios e deveres estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social:

I. É vedado ao assistente social praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais. Esta afirmativa está correta porque o Código de Ética do Assistente Social enfatiza a importância da integridade e da conduta ética na prática profissional. Os assistentes sociais devem aderir a padrões éticos elevados e não podem ser cúmplices de comportamentos antiéticos ou ilegais, seja em suas próprias ações ou nas ações de outros profissionais.

II. É dever do assistente social abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes. Esta afirmativa também está correta e reflete o compromisso do assistente social com a liberdade e a dignidade humana. O Código de Ética proíbe práticas que limitem a liberdade dos indivíduos e exige que os assistentes sociais denunciem tais práticas quando as encontrarem, reforçando seu papel como defensores dos direitos humanos e da justiça social.

Gabarito: A.

8. (ADVISE - 2024) A Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993 aponta como um dos princípios fundamentais para a profissão do assistente social o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena:

- A) mitigação os meios de produção.
- B) redistribuição das riquezas sociais.
- C) expansão dos indivíduos sociais.
- D) alienação dos deveres do cidadão.
- E) materialização do comunismo no Brasil.

Comentário:

A alternativa **C** é a **correta**, pois reflete um dos princípios fundamentais para a profissão do assistente social conforme apontado pela Resolução CFESS n. 273 de 1993. Este princípio é o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, que incluem a autonomia, a emancipação e a plena **expansão dos indivíduos sociais**.

A expansão dos indivíduos sociais está relacionada à capacidade de desenvolver plenamente suas potencialidades, tendo a liberdade para tomar decisões e agir de acordo com seus próprios valores e crenças.



As outras alternativas não refletem diretamente os princípios éticos do assistente social como estabelecidos na resolução mencionada. Por exemplo, a mitigação dos meios de produção (A) e a materialização do comunismo no Brasil (E) são conceitos econômicos e políticos que não estão especificamente relacionados aos princípios éticos do assistente social. Da mesma forma, a alienação dos deveres do cidadão (D) vai contra os princípios de autonomia e emancipação que são centrais para a profissão.

Portanto, a alternativa C é a que melhor representa os valores éticos centrais da profissão do assistente social conforme estabelecido pela Resolução CFESS n. 273.

Gabarito: C.

9. (Instituto Consulplan - 2024) De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, as penalidades aplicáveis ao profissional que cometer algum tipo de infração disciplinar serão as seguintes: • Multa. • Advertência reservada. • Advertência pública. • Suspensão do exercício profissional. • Cassação do registro profissional. O Art. 25 dispõe sobre a pena de suspensão, que acarretará ao Assistente Social a interdição do seu exercício profissional, em todo o território brasileiro, pelo prazo (mínimo e máximo) de:

- A) 30 dias a 2 anos.
- B) 15 dias a 12 meses.
- C) 45 dias a 3 anos.
- D) 90 dias a 2 anos.

Comentário:

A alternativa **A** é a correta. O Artigo 25 do Código de Ética do Assistente Social estabelece que a pena de suspensão, aplicável em casos de infração disciplinar, resultará na interdição do exercício profissional do assistente social em todo o território brasileiro pelo prazo **mínimo de 30 dias e máximo de 2 anos**.

Essa medida é considerada uma das penalidades mais severas antes da cassação do registro profissional, refletindo a seriedade com que as infrações éticas são tratadas na profissão. A suspensão serve como um período de reflexão e correção para o profissional, além de proteger a sociedade de práticas que possam ser prejudiciais ou antiéticas.

A definição desse intervalo de tempo permite que o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) ou o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) ajuste a penalidade de acordo com a gravidade da infração cometida, garantindo assim uma resposta proporcional e justa.

Gabarito: A.



10. (IBADE - 2024) A ética profissional no serviço social é uma parte fundamental da prática, definindo padrões de conduta e orientando as ações dos assistentes sociais. Nesse sentido, um profissional ético que pretende desenvolver a justiça social, busca:

- A) promover a equidade, identificando e enfrentando desigualdades e injustiças estruturais que afetam as vidas das pessoas;
- B) promover qualquer forma de discriminação, seja ela baseada em raça, gênero, orientação sexual, religião, classe social ou outras características;
- C) promover a responsabilidade social e ambiental, buscando contribuir para a prejudicialidade das condições sociais e do meio ambiente;
- D) capacitar as pessoas a tomarem decisões informadas e a desenvolverem suas próprias capacidades para não enfrentar desafios;
- E) reconhecer e desprezar a individualidade, diversidade e autonomia das pessoas atendidas, respeitando suas decisões e opiniões.

Comentário:

- A alternativa A é correta e está alinhada com os princípios fundamentais do Código de Ética é:

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

Portanto, um profissional ético no serviço social busca promover a **equidade**, trabalhando para identificar e enfrentar as desigualdades e injustiças estruturais que impactam negativamente as vidas das pessoas. Este compromisso com a **justiça social** é central para a prática do serviço social, que visa capacitar indivíduos e comunidades, promovendo mudanças sociais positivas.

As outras alternativas apresentam ações que são contrárias aos princípios éticos do serviço social:

- B) Promover qualquer forma de discriminação é incompatível com os valores do serviço social.
- C) A responsabilidade social e ambiental é importante, mas a alternativa sugere contribuir para a prejudicialidade, o que é incorreto.
- D) Capacitar as pessoas é parte do trabalho do assistente social, mas a alternativa é formulada de maneira negativa.
- E) O serviço social reconhece e valoriza a individualidade e diversidade, não as despreza.



Portanto, a ética profissional no serviço social enfatiza a importância de trabalhar em prol da equidade e justiça social, respeitando e valorizando a diversidade e a autonomia das pessoas atendidas.

Gabarito: A.

11. (UFMT - 2023) Neste ano de 2023, o Código de Ética da/o Assistente Social está comemorando 30 anos. O documento é subsídio para o trabalho de assistentes sociais por meio de princípios e diretrizes, mas também instrumento concreto na defesa de direitos e, principalmente, na luta por uma sociedade justa e livre de opressões e preconceitos. Sobre esse Código, é correto afirmar:

- A) Aprovado em 1993, foi revisado em 2013 com o objetivo de torná-lo mais adequado às mudanças sociais e políticas ocorridas desde a sua criação, incorporando novos valores éticos, como a defesa da democracia, da cidadania, da justiça e igualdade social.
- B) Reconhece a liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- C) É um instrumento importante para garantir a completa autonomia e a independência da profissão em relação ao Estado.
- D) Foi elaborado em um momento histórico de transformações societárias que marcaram o processo de democratização do país e culminaram com a aprovação da Constituição Federal em vigor, conhecida como Constituição Cidadã.

Comentário:

A alternativa **B** é correta. O Código de Ética do Assistente Social, aprovado em 1993, de fato **reconhece a liberdade como um valor ético central** e ressalta a importância da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Esses princípios são fundamentais para a prática do serviço social, que visa promover o bem-estar social, a justiça e a igualdade, além de combater as opressões e preconceitos.

As outras alternativas não são corretas:

- A) Não há registro de uma revisão em 2013 que tenha incorporado novos valores éticos ao Código.
- C) O Código de Ética não visa garantir a autonomia e independência da profissão em relação ao Estado, mas sim orientar a prática profissional dentro de princípios éticos.
- D) Embora o Código tenha sido elaborado em um contexto de democratização, ele não é diretamente relacionado ao processo que culminou com a Constituição Federal de 1988.

Gabarito: B.



12. (FUNTEF-PR - 2023) De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional. Considerando suas determinações, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. O sigilo protegerá o(a) usuário(a) em tudo aquilo de que o(a) assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

II. É vedado ao(à) assistente social recomendar sigilo profissional e, em trabalho multidisciplinar, só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

III. Em trabalho multidisciplinar poderão ser prestadas informações sigilosas, se o(s) outro(s) profissional(is) se comprometer(em) publicamente em guardar sigilo frente a uma testemunha.

IV. A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, desde que não envolvendo fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

- A) Apenas a afirmativa I é correta.
- B) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.
- E) Apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.

Comentário:

Vamos analisar cada uma das afirmativas em relação ao Código de Ética Profissional do Assistente Social:

I. O sigilo protegerá o(a) usuário(a) em tudo aquilo de que o(a) assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Esta afirmativa é correta. O sigilo profissional é um direito do assistente social e uma proteção ao usuário, garantindo que todas as informações obtidas no exercício da atividade profissional sejam mantidas em confidencialidade.

II. É vedado ao(à) assistente social recomendar sigilo profissional e, em trabalho multidisciplinar, só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário. Esta afirmativa contém um erro. Não é vedado ao assistente social recomendar sigilo profissional; pelo contrário, é parte de suas responsabilidades assegurar o sigilo. Em trabalho multidisciplinar, informações podem ser compartilhadas dentro dos limites do necessário, respeitando-se sempre o sigilo profissional.



III. Em trabalho multidisciplinar poderão ser prestadas informações sigilosas, se o(s) outro(s) profissional(is) se comprometer(em) publicamente em guardar sigilo frente a uma testemunha. **Esta afirmativa é incorreta.** O compromisso de guardar sigilo não depende de uma declaração pública na presença de uma testemunha. O sigilo deve ser mantido por todos os profissionais envolvidos, independentemente de tal procedimento.

IV. A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, desde que não envolvendo fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade. **Esta afirmativa é incorreta.** A quebra do sigilo é admissível em situações de gravidade que possam trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros ou da coletividade, e isso pode incluir situações envolvendo fato delituoso.

Portanto, a alternativa A é a correta, pois apenas a afirmativa I está de acordo com as determinações do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Gabarito: A.

13. (Instituto Fênix - 2023) O Código de Ética Profissional do Assistente Social enfatiza diversos princípios éticos fundamentais para a prática profissional. Qual dos seguintes NÃO é um princípio destacado no Código de Ética?

- A) Compromisso com a liberdade, a justiça social e os direitos humanos.
- B) Respeito à diversidade cultural e à pluralidade de formas de expressão.
- C) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- D) Priorização do lucro e da eficiência econômica nas intervenções sociais.

Comentário:

A alternativa **D** é a correta, pois o Código de Ética Profissional do Assistente Social **não destaca a priorização do lucro e da eficiência econômica nas intervenções sociais como um princípio ético.** Pelo contrário, o Código de Ética enfatiza valores como a defesa dos direitos humanos, a justiça social, o compromisso com a liberdade e o respeito à diversidade cultural. Esses valores orientam os assistentes sociais a atuar de forma a promover a equidade e a inclusão social, em oposição à busca por lucro ou eficiência econômica como objetivo principal de suas intervenções.

Gabarito: D.

14. (COTEC - 2023) De acordo com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1993, o sigilo, além de ser um direito, está entre as principais responsabilidades desses profissionais; logo, existem



algumas previsões e limitações legais que precisam ser observadas. Assinale a alternativa que expressa o que prevê o Código de Ética dos Assistentes Sociais sobre o sigilo profissional.

- A) O sigilo profissional é facultativo, podendo ser quebrado a critério do assistente social.
- B) O sigilo profissional pode ser quebrado apenas com o consentimento prévio do usuário dos serviços, pois eles têm plena autonomia de decidir o quê e quando permitir.
- C) O sigilo profissional é absoluto, não sendo permitida a sua quebra em nenhuma circunstância.
- D) O sigilo profissional é apenas uma recomendação, mas não uma obrigação, cabendo ao assistente social julgar quando a sua restrição é conveniente.
- E) O sigilo profissional só pode ser quebrado quando houver risco iminente de dano à vida ou integridade física do usuário dos serviços.

Comentário:

Vamos analisar as alternativas da questão sobre o Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993 e comentar os erros:

A) "O sigilo profissional é facultativo, podendo ser quebrado a critério do assistente social." Errado: O sigilo não é facultativo. Ele é um direito do assistente social e dever ético fundamental e só pode ser quebrado em situações muito específicas, como risco iminente de dano à vida ou integridade física do usuário.

B) "O sigilo profissional pode ser quebrado apenas com o consentimento prévio do usuário dos serviços, pois eles têm plena autonomia de decidir o quê e quando permitir." Errado: Existem situações em que o sigilo pode ser quebrado, mesmo sem o consentimento prévio, especialmente quando há risco iminente para a vida ou integridade física do usuário ou de terceiros.

C) "O sigilo profissional é absoluto, não sendo permitida a sua quebra em nenhuma circunstância." Errado: O sigilo não é absoluto. Como mencionado anteriormente, existem circunstâncias legais em que o sigilo pode e deve ser quebrado para proteger a vida ou integridade física do usuário ou de terceiros.

D) "O sigilo profissional é apenas uma recomendação, mas não uma obrigação, cabendo ao assistente social julgar quando a sua restrição é conveniente." Errado: O sigilo é mais do que uma recomendação; é uma obrigação ética e legal. A quebra do sigilo não é uma questão de conveniência, mas sim de necessidade, baseada em critérios éticos e legais claros.

E) "O sigilo profissional só pode ser quebrado quando houver risco iminente de dano à vida ou integridade física do usuário dos serviços." Correto: Esta é a única alternativa correta e está em conformidade com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, que permite a quebra do sigilo em situações de risco iminente para a vida ou integridade física do usuário ou de terceiros.



Portanto, as alternativas A, B, C e D estão incorretas porque apresentam uma compreensão equivocada do princípio do sigilo no Código de Ética dos Assistentes Sociais, enquanto a alternativa E está correta ao reconhecer as condições legais e éticas para a quebra do sigilo profissional.

Gabarito: E.

15. (OBJETIVA - 2023) Nos termos do Código de Ética do/a Assistente Social, considerando-se as penalidades nele previstas, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: Serão _____ dos quadros dos CRESS aqueles/as que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

- A) eliminados/as
- B) suspensos/as
- C) cassados/as
- D) afastados/as

Comentário:

A alternativa correta é a **A) “eliminados/as”**. No contexto do Código de Ética do/a Assistente Social, fazer falsa prova dos requisitos exigidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) é uma infração grave que pode levar à eliminação dos quadros dos CRESS.

As demais opções apresentam penalidades que também existem no âmbito da ética profissional, mas não são aplicáveis especificamente para o caso de falsa prova dos requisitos exigidos:

B) “suspensos/as” refere-se a uma penalidade temporária, que impede o exercício profissional por um período determinado.

C) “cassados/as” indica a perda definitiva do direito ao exercício profissional, mas é aplicada em contextos diferentes da falsa prova.

D) “afastados/as” pode ser interpretado como uma suspensão ou um afastamento temporário, que não corresponde à gravidade de apresentar falsa prova dos requisitos.

Portanto, a eliminação dos quadros dos CRESS é a medida adequada para casos de comprovação de falsidade nos requisitos exigidos, refletindo a seriedade com que o Código de Ética trata a integridade e a veracidade das informações prestadas pelos profissionais da área.

Gabarito: A.



16. (IF-ES - 2023) Conforme o Código de Ética Profissional (CFESS, 2012), em relação aos princípios éticos na atuação do assistente social na Educação, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Podem ser apropriados e analisados de forma isolada; e podem, ainda, ser desconectados da direção histórica e ontológica que os fundamentam.
- B) A garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.
- C) A ampliação e a consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- D) A emancipação humana.
- E) A articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.

Comentário:

A alternativa **INCORRETA** é a **A**, pois os princípios éticos não podem ser apropriados e analisados de forma isolada, nem desconectados da direção histórica e ontológica que os fundamentam. Eles são parte de um conjunto de valores e diretrizes que orientam a prática profissional do assistente social, devendo ser compreendidos dentro de um contexto mais amplo que considera as dimensões históricas, sociais e políticas da atuação profissional.

Gabarito: A.

17. (IDHTEC - 2023) Nas Relações com Assistentes Sociais e outros/as Profissionais, são deveres do/a assistente social, segundo a normativa estabelecida no código de ética, exceto:

- A) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes do Código de Ética, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
- B) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
- C) Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.
- D) Ao realizar crítica pública a colega e outros/ as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.
- E) Mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as.



Comentário:

A alternativa **A)** é a correta, pois **não é um dever do assistente social denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, se estes não estiverem ferindo os princípios e diretrizes do Código de Ética.** O Código de Ética dos Assistentes Sociais estabelece que é dever do profissional denunciar tais falhas apenas quando estas violam o Código de Ética.

As demais alternativas estão de acordo com os deveres estabelecidos pelo Código de Ética:

B) Incentivar a prática profissional interdisciplinar é um dever, pois promove a troca de conhecimentos e a colaboração entre diferentes áreas.

C) Repassar informações necessárias à continuidade do trabalho ao substituto é um dever, garantindo a não interrupção dos serviços prestados.

D) Realizar críticas públicas de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo responsabilidade, está alinhado com os princípios éticos da profissão.

E) Mobilizar autoridade funcional para a liberação de carga horária para estudos, pesquisas e representação da categoria é um dever, pois contribui para o desenvolvimento profissional e a representatividade da categoria.

Portanto, a alternativa A) é a exceção, pois sugere uma ação que não é um dever inerente ao assistente social, a menos que haja uma violação do Código de Ética envolvida.

Gabarito: A.

18. (IBFC - 2023) O Código de Ética do Assistente Social nos indica no artigo 4º. as vedações colocadas ao Assistente Social. Com base em tal documento, analise as afirmativas abaixo:

I. Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

II. Esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

III. Permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a.

IV. Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

V. Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.



Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II
- B) III e V
- C) I e V
- D) II e IV
- E) I e IV

Comentário:

As afirmativas **III** e **V** estão corretas e são as **vedações** colocadas ao Assistente Social segundo o artigo 4º do Código de Ética:

III: É vedado ao assistente social permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em instituições que não possuam um assistente social para acompanhamento direto, garantindo assim a qualidade e a supervisão adequada da formação prática do/a estudante.

V: É vedado ao assistente social substituir outro profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios éticos da profissão, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência. Isso resguarda a integridade do profissional e a luta pelos princípios éticos da profissão.

As demais afirmativas **I, II e IV não são vedações**, mas sim **deveres** do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as, como contribuir para a desburocratização, esclarecer os objetivos da atuação profissional e devolver informações de estudos e pesquisas aos usuários.

Gabarito: B.

19. (IBFC - 2023) O Código de Ética do/a Assistente Social destaca em seu artigo 1º: “[...]zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;” (CFESS, 1993). Assinale a alternativa correta.

- A) Direitos e deveres do Assistente Social habilitado
- B) Competência do Sistema sociojurídico
- C) Competência do Conselho Federal de Serviço Social
- D) Competência do Conselho Estadual de Serviço Social
- E) Competência da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social



Comentário:

A alternativa correta é a **C) “Competência do Conselho Federal de Serviço Social”**.

O artigo 1º do Código de Ética do/a Assistente Social estabelece que é competência do **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)** zelar pela observância dos princípios e diretrizes do Código de Ética, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social.

Isso significa que o CFESS tem a responsabilidade de garantir que os padrões éticos sejam mantidos em toda a profissão, incluindo a conduta dos assistentes sociais e o funcionamento das entidades que atuam nesse campo. A fiscalização e a manutenção dos princípios éticos são fundamentais para a integridade e a credibilidade da profissão de assistente social.

Gabarito: C.

20. (IBFC - 2023) O Código de Ética do Assistente Social nos apresenta informações sobre o sigilo profissional. Considerando o referido em tal legislação, assinale a alternativa correta.

- A) Em trabalho multidisciplinar não poderão ser prestadas informações nem dentro dos limites do estritamente necessário
- B) O sigilo protegerá o/a Assistente Social em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional
- C) Constitui dever do/a assistente social manter o sigilo profissional
- D) É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional

Comentário:

A alternativa correta, conforme o Código de Ética do Assistente Social, é a **D) “É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional”**. O sigilo profissional é uma obrigação ética e legal que visa proteger a confidencialidade das informações obtidas no exercício da profissão. O assistente social deve manter o sigilo sobre as informações confidenciais, exceto em situações específicas previstas por lei, onde a quebra do sigilo pode ser justificada para proteger a vida ou integridade física do usuário ou de terceiros.

As outras alternativas apresentam interpretações incorretas do sigilo profissional:

- A) Em trabalho multidisciplinar, as informações podem ser compartilhadas dentro dos limites do estritamente necessário para o desenvolvimento do trabalho em equipe, sempre respeitando o sigilo profissional.



- B) O sigilo não é uma proteção para o assistente social, mas sim para as informações confidenciais dos usuários.
- C) Manter o sigilo profissional constitui um direito e não dever do/a assistente social.

Gabarito: D.

21. (FUNDATEC - 2023) Considerando os princípios fundamentais do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, vê-se que o Projeto Ético-Político Profissional é explícito quanto aos seus compromissos, tendo, em seu núcleo, como valor ético central, o reconhecimento do(a):

- A) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito.
- B) Liberdade.
- C) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais.
- D) Equidade.
- E) Defesa dos direitos humanos.

Comentário:

O Código de Ética do Assistente Social de 1993 estabelece a **liberdade** como o valor ético central do projeto ético-político profissional. Este princípio é refletido no **reconhecimento da liberdade e nas demandas políticas inerentes a ela, como autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais**. O Código de Ética enfatiza a importância da liberdade como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

As outras opções, embora importantes e também presentes no Código de Ética, não são citadas como o valor ético central:

- A) O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito é um compromisso ético dos assistentes sociais, mas não é o valor central.
- C) A articulação com movimentos de outras categorias profissionais é parte da prática do assistente social, mas não é o valor ético central.
- D) A equidade é um objetivo a ser alcançado através da prática profissional, mas não é o valor ético central.
- E) A defesa dos direitos humanos é um princípio fundamental, mas a liberdade é destacada como o valor central.

Portanto, a liberdade é reconhecida como o valor ético central no Código de Ética do Assistente Social de 1993, orientando a prática profissional em direção à autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos na sociedade



Gabarito: B.

22. (SELECON - 2023) Marluce é assistente social e coordena uma equipe composta por cinco profissionais de serviço social. Dentre elas, está Alice que, no momento, realiza um curso de aprimoramento e está desenvolvendo uma pesquisa de campo. Entendendo a dificuldade de Alice em conciliar o horário de trabalho e a pesquisa de campo, Marluce a liberou um dia por semana para a dedicação à pesquisa. De acordo com o Código de Ética do/ da Assistente Social (1993), a postura de Marluce está pautada em um:

- A) dever seu como chefe
- B) direito de todo assistente social
- C) ato de insubordinação institucional
- D) posicionamento de solidariedade profissional

Comentário:

A atitude de Marluce está alinhada com o artigo 10, inciso c, do Código de Ética do Assistente Social de 1993.

Art. 10 São deveres do/a assistente social:

c- mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as;

Ao liberar Alice um dia por semana para se dedicar à pesquisa, Marluce está demonstrando solidariedade e apoio ao desenvolvimento profissional de sua colega, o que é considerado um dever ético do assistente social enquanto coordenador de equipe.

Portanto, a alternativa A) **“dever seu como chefe”** é a correta, pois reflete a responsabilidade de Marluce em promover as condições para que os membros de sua equipe possam realizar suas atividades profissionais e acadêmicas de maneira ética e eficaz.

Gabarito: A.

23. (SELECON - 2023) O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 1986, foi de suma importância, todavia, ainda estava aquém dos avanços teórico-metodológicos e políticos da



profissão. Assim, a revisão que se sucedeu com o Código, em 1993, tem como categoria fundante:

- A) a política
- B) o trabalho
- C) a questão social
- D) a relação social

Comentário:

A revisão do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais em 1993 foi um marco significativo para a profissão, refletindo os avanços teórico-metodológicos e políticos da época.

A categoria fundante do novo Código é o **trabalho**. O trabalho é entendido como uma categoria central na análise social e na prática do Serviço Social, pois é através dele que se expressam as relações sociais, a produção da vida material e as questões sociais. O Código de 1993 incorporou essa perspectiva, reconhecendo a importância do trabalho não apenas como meio de subsistência, mas como um elemento fundamental na construção da identidade, da cidadania e da participação social dos indivíduos.

Portanto, a alternativa B está correta ao identificar o trabalho como a categoria fundante do Código de Ética de 1993, destacando o compromisso da profissão com a valorização do trabalho humano e a luta contra todas as formas de exploração e alienação.

Gabarito: B.

24. (SELECON - 2023) Alguns alunos da escola H decidiram reativar o grêmio estudantil que, há alguns anos, não funcionava. Para isso, solicitaram apoio à assistente social da escola, sra. Débora, para que promovessem um amplo debate acerca do significado e dos objetivos de um grêmio para, então, estarem aptos a formarem as chapas para a eleição dos membros diretores. Em consonância com o Código de Ética do/da Assistente social, ao atuar na direção da ampliação da cidadania e da democracia de um movimento social, Débora está respeitando um:

- A) dever
- B) direito
- C) princípio
- D) fundamento



Comentário:

A atuação da assistente social Débora, ao apoiar os alunos na reativação do grêmio estudantil e promover um debate sobre seu significado e objetivos, está em consonância com os **princípios** fundamentais do Código de Ética do Assistente Social. Este apoio reflete o **compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e a luta pela ampliação e consolidação da cidadania**, bem como a defesa dos direitos civis, sociais e políticos dos trabalhadores.

No entanto, o gabarito fornecido pela Banca indica **"B) direito"** como a resposta correta, o que também estaria correto, considerando a relação dos assistentes sociais com as Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil. Conforme art. 12 do Código de Ética, constitui um direito do assistente social **apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania**.

Portanto, nessa questão duas alternativas seriam possíveis: **"B) direito"** e **"C) princípios"**, pois a promoção da cidadania e da democracia não é apenas um direito, mas um princípio ético que orienta a atuação do assistente social no fortalecimento das organizações populares e dos movimentos sociais.

Gabarito: B.

25. (VUNESP - 2023) Em se tratando da ética profissional, compete ao assistente social refletir sobre os valores que sustentam sua intervenção, o significado desses valores para si, bem como os efeitos em suas ações e as consequências que podem produzir. Fruto da construção do coletivo da categoria, o Código de Ética do Assistente Social tem explicitado um conjunto de princípios fundamentais que direcionam o exercício profissional. Constitui-se um desses princípios o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua

- A. formulação ideal.
- B. gestão democrática.
- C. atenção genérica.
- D. expansão segmentada.
- E. prestação compensatória.

Comentário:

O Código de Ética do Assistente Social é um documento que expressa os princípios e diretrizes norteadores da prática profissional do serviço social, reconhecendo a liberdade como valor ético



central e as demandas políticas a ela inerentes. O código de ética foi resultado de um amplo processo de trabalho conjunto da categoria e traz a marca da conjuntura atual da sociedade brasileira.

Um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social é o **posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática**. Isso significa que o assistente social deve refletir sobre os valores que sustentam sua intervenção, o significado desses valores para si, bem como os efeitos em suas ações e as consequências que podem produzir. O assistente social deve trabalhar para garantir que todos tenham acesso igualitário aos programas e políticas sociais e que esses programas e políticas sejam gerenciados de forma democrática.

Gabarito: letra B.

26. (VUNESP - 2023) O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. É um processo que exige conhecimento e reflexão, entendido como confrontação potencializadora e prospectiva, que respeita o compromisso na construção e defesa de uma biografia individual e coletiva. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento

- A. moral.
- B. subjetivo.
- C. hegemônico.
- D. intelectual.
- E. pragmático.

Comentário:

O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca como um de seus princípios **a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual**.

Esse princípio pressupõe a compreensão de que o diálogo democrático e a equivalência entre os diversos campos teórico-metodológicos são necessários para o fortalecimento do projeto ético-político do serviço social.



O princípio da garantia do pluralismo no serviço social também implica o reconhecimento de que nem todas as posições teóricas e político-profissionais se equivalem e que o direito à expressão teórica e política garante as condições de debate e de crítica no âmbito da profissão. Além disso, esse princípio exige uma postura não-neutralidade e de compromisso com os interesses da classe trabalhadora e dos segmentos sociais mais vulneráveis, bem como um constante aprimoramento intelectual, que possibilite uma intervenção profissional mais qualificada.

Gabarito: letra D.

27. (VUNESP - 2022) A dimensão ética da profissão configura-se como um processo que envolve uma necessidade social e histórica. É nessa direção que se encontra a natureza da ética profissional, cuja materialização perpassa pelo Código de Ética Profissional (1993) e no Projeto ético-político que direciona os/as assistentes sociais. Conforme o Código de Ética profissional do Assistente Social em vigência, no seu artigo 4º, alínea “f”, é vedado ao/a profissional:

- A. abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- B. aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código.
- C. desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- D. assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente.
- E. ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

Comentário:

Conforme o Código de Ética profissional do Assistente Social, no seu artigo 4º, é vedado ao/a profissional:

- a- transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;
- b- praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais;
- c- acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;
- d- compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/às profissionais;



- e- permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a;
- f- **assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente;**
- g- substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- h- pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;
- i- adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento;
- j- assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.

Gabarito: letra D.

28. (FCC – 2022) De acordo com o Código de Ética Profissional do/da Assistente Social, estabelecido pela Resolução no 273/1993, são alguns princípios da profissão:

(A) Livre exercício das atividades inerentes à profissão; participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais; inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação.

(B) Pronunciamento em matéria de sua especialidade; ampla autonomia no exercício da profissão; liberdade na realização de estudos e pesquisas.

(C) Ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social.

(D) Desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade; utilizar o número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão; participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.

(E) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar; respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões; ao realizar crítica pública a colega e outros/as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável.

Comentário:

A questão trouxe nas alternativas um emaranhado de princípios, deveres e direitos dispostos no Código de Ética Profissional, porém, **somente a alternativa C refere-se aos princípios.**

Vejamos as demais alternativas:



- (A) Livre exercício das atividades inerentes à profissão; participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais; inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação. **São direitos do assistente social.**
- (B) Pronunciamento em matéria de sua especialidade; ampla autonomia no exercício da profissão; liberdade na realização de estudos e pesquisas. **São direitos do assistente social.**
- (D) Desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade; utilizar o número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão; participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública. **São deveres do assistente social.**
- (E) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar; respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões; ao realizar crítica pública a colega e outros/as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável. **São deveres do assistente social.**

Gabarito: letra C.

29. (FCC – 2022 - adaptada) Em referência a relação profissional da/do assistente social com as instituições empregadoras, no Art. 7o do Código de Ética está disposto os direitos do/a assistente social; no Art. 8o os deveres do/a assistente social; e no Art. 9o o que lhe é vedado. Considere as ações abaixo, indicando 1 para os direitos; 2 para os deveres; e 3 para o que é vedado aos profissionais de Serviço Social.

- () Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.**
- () Emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social.**
- () Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código.**
- () Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.**

As ações são correta e respectivamente classificadas com

- (A) 2 3 2 1
- (B) 3 1 1 2
- (C) 1 2 3 1
- (D) 2 3 2 2
- (E) 1 3 2 2



Comentário:

Vamos analisar os itens:

(2) Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente. **É um dever do assistente social, nas relações com as instituições empregadoras (art. 8º).**

(3) Emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social. **É vedado ao assistente social (art. 9º).**

(2) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código. **É um dever do assistente social, nas relações com as instituições empregadoras (art. 8º).**

(1) Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais. **É um direito do assistente social (art. 7º).**

Gabarito: letra A.

30. (FCC – 2022) A Resolução 273/1993 do CFESS instituiu o atual Código de Ética Profissional da/do Assistente Social, reafirmando os valores fundantes do Código de Ética de 1986, a liberdade e a justiça social. Assim, ao enfrentamento das contradições postas à profissão, cabe pensar

- (A) que na prática profissional a teoria é outra.
- (B) que a teoria se sobrepõe à prática.
- (C) a ética como pressuposto teórico-político.
- (D) que o projeto ético-político é uma mediação para a teoria.
- (E) que a singularidade e a universalidade são pressupostos éticos.

Comentário:

A revisão do texto de 1986 processou-se em **dois níveis**. Reafirmando os seus **valores fundantes - a liberdade e a justiça social** -, articulou-os a partir da exigência democrática: **a democracia é tomada como valor ético-político central**, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a **normatização do exercício profissional** de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes



sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a **ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social**: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a **ética como pressuposto teórico-político** que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (Resolução CFESS nº 273/93, p. 21-22)

Gabarito: letra C.

31. (FCC – 2022 - adaptada) O Fórum Municipal dos Usuários da Assistência Social municipal irá realizar uma atividade em defesa da Política Pública de Assistência Social e o assistente social foi convidado a participar da referida ação. Diante do Código de Ética Profissional, sua postura deverá ser

(A) informar aos usuários que esse tipo de atividade não é compatível com o papel de um Fórum de Usuários, pois este deve se ater à promoção de atividades de interação e integração entre usuários, trabalhadores e comunidade, para que os vínculos possam ser fortalecidos.

(B) de agradecer o convite, mas informar que não poderá estar presente, porque, na legislação trabalhista e de seu código de ética, não há reconhecimento da participação do profissional em atividades de defesa dos direitos humanos e sociais que extrapolam o âmbito institucional.

(C) de incentivo à atividade e confirmação de sua presença, informando seu posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, assim como sua gestão democrática.

(D) de agradecimento ao convite, mas informando que não poderá participar da atividade porque a defesa e luta pela qualidade dos serviços prestados à população é uma responsabilidade, sobretudo, dos próprios usuários, cabendo ao profissional ater-se ao compromisso de uma adequada e correta prestação de serviços, a partir dos recursos que a ele são disponibilizados.

(E) de incentivar essa proposta do Fórum e confirmar sua participação, mas informar que não poderá se posicionar em favor da ampliação e consolidação da cidadania por meio dos direitos sociais, pois tal prática é de responsabilidade dos órgãos de representação dos trabalhadores, isto é, Sindicatos, Fóruns e Conselhos de Categorias Profissionais.



Comentário:

De acordo com um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, a **postura do profissional na situação hipotética deverá ser de incentivo à atividade e confirmação de sua presença, confirmando seu posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (princípio V).**

Gabarito: letra C.

32. (FGV – 2022) No Código de Ética Profissional de 1993, a democracia é um dos princípios fundamentais, entendida como único padrão de organização política capaz de assegurar

- (A) ética e direitos humanos.
- (B) igualdade e distributividade.
- (C) liberdade e equidade.
- (D) autonomia e emancipação.
- (E) universalidade e empoderamento.

Comentário:

No Código de Ética Profissional de 1993, a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social.

Gabarito: letra C.

33. (FGV – 2022) O Código de Ética Profissional de 1993 estrutura-se sobre um suporte teórico que fundamente a concepção e os valores ético-políticos de suas prescrições. Esse suporte assenta-se

- (A) no estruturalismo.
- (B) na hermenêutica.
- (C) no pragmatismo.



(D) na socialdemocracia.

(E) no marxismo

Comentário:

O Projeto Ético-Político Profissional (PEP) do assistente social, que tem uma direção social de orientação marxista. Esse amadurecimento da profissão ocorreu a partir do anos 80 é fortalecido com a contribuição da pesquisa na área de Serviço Social, com as produções de conhecimento na pós-graduação e, também com os documentos da Lei da Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e das Diretrizes da ABEPSS (1996).

Gabarito: letra E.

34. (FGV – 2022) O Art. 2º, inciso h, do Código de Ética Profissional do Assistente Social "assegura ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo o profissional obrigado a prestar serviços incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções". Caso seja convocado a colaborar no atendimento a vítimas de enchentes e deslizamentos, o assistente social deve:

(A) atender à convocação, uma vez que tal ato constitui dever do assistente social;

(B) atender à convocação, desde que publicada nominalmente em Diário Oficial;

(C) recusar a convocação, uma vez que a secretaria de governo responsável dispõe de profissionais habilitados para tal;

(D) recusar a convocação, uma vez que é vedado ao assistente social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado;

(E) atender à convocação por dever humanitário, uma vez que essa é a essência do Serviço Social.

Comentário:

O Código de Ética Profissional de 1993, no que se refere aos direitos e responsabilidades gerais do assistente social, dispõe que é um dever do profissional participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Gabarito: letra A.

35. (FGV – 2022) O assistente social atua em variados espaços ocupacionais, interagindo com diferentes profissionais e compartilhando saberes de outras áreas de conhecimento. Essa realidade, a depender do grau de organização ou institucionalização, pode vir a constituir



trabalho interdisciplinar. O Código de Ética Profissional de Serviço Social trata nos seguintes termos a relação do assistente social com outros profissionais:

- (A) veda a elaboração de pareceres conjuntos;
- (B) define como dever do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- (C) estimula o trabalho interdisciplinar como forma de agilizar o atendimento ao usuário;
- (D) concebe o trabalho multidisciplinar como salto de qualidade na produção de novas práticas;
- (E) define como direito do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.

Comentário:

O Código de Ética Profissional de Serviço Social dispõe, na relação do assistente social com outros profissionais (art. 10), que é um dever do profissional incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.

Gabarito: letra B.

36. (AOC - 2021) Sobre o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa correta.

- A. O Código não pode prever todas as situações da área da saúde, contudo deve ser avaliado de acordo com a chefia da instituição.
- B. É resguardado ao profissional de Serviço Social o papel de realizar o regramento institucional e manter a ordem, evitando tensões e conflitos.
- C. O sigilo profissional descreve o que é confiado ao profissional pelo usuário.
- D. É direito do profissional exercer sua autoridade de maneira a limitar e direcionar o usuário a participar de ações de interesse público.
- E. É vedado ao Assistente Social acatar determinação institucional que fira os princípios e as diretrizes do Código de Ética profissional.

Comentário:

Uma das **vedações** aos assistentes sociais contidas no Código de Ética é **acatar determinação institucional que fira os princípios e as diretrizes** do Código de Ética profissional. Ou seja, se a



instituição determinar algo que fira os princípios e diretrizes do Código de Ética, o profissional não deve acatar essa determinação.

Gabarito: letra E.

37. (OMNI - 2021) O Código de Ética do Profissional Assistente Social regulamenta, entre outros, o sigilo profissional, sobre isso, assinale a alternativa CORRETA:

- A. O sigilo profissional deve ser guardado em relação as informações que o Assistente Social tenha conhecimento nas ações que executa profissionalmente.
- B. Em uma relação psicossocial todas as informações acerca dos usuários devem ser compartilhadas.
- C. Não há proibição da revelação de sigilo pelo profissional Assistente Social.
- D. Revelar sigilo não é permitido em nenhuma condição.

Comentário:

De acordo com o Código de Ética, é vedado ao assistente social revelar sigilo profissional, sendo admissível somente quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Gabarito: letra A.

38. (QUADRIX - 2021) O atual Código de Ética do Assistente Social foi instituído em 1993, a partir da necessidade de se estabelecer, no âmbito da categoria profissional, novos valores éticos, fundamentados em uma definição mais abrangente de compromisso com os usuários. Conforme o Código de Ética de 1993, assinale a alternativa incorreta.

- A. A violação do sigilo profissional é permitida em determinadas situações.
- B. É proibido ao assistente social substituir profissional que tenha sido exonerado, demitido ou transferido por defender os princípios da ética profissional, enquanto ainda existirem os motivos da exoneração, da demissão ou da transferência.
- C. O assistente social tem como dever denunciar aos órgãos competentes toda forma de censura, cerceamento da liberdade ou policiamento de comportamentos, salvo se sofrer algum tipo de ameaça.



- D. Quando ocupante de cargo de chefia, o assistente social tem o dever de liberar subordinados que desejem participar de estudos e pesquisas, com o objetivo de aprimorar-se profissionalmente.
- E. Caso receba a pena de suspensão, o profissional terá o exercício interditado, em todos os estados brasileiros, por, no máximo, dois anos.

Comentário:

A questão pede a alternativa incorreta. Vejamos:

- A. Correto.** A violação do sigilo profissional é permitida quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.
- B. Correto.** É uma vedação contida no art. 4º do Código de Ética.
- C. Errado.** O assistente social tem como dever denunciar aos órgãos competentes toda forma de censura, cerceamento da liberdade ou policiamento de comportamentos. A expressão "salvo se sofrer algum tipo de ameaça" deixa a alternativa incorreta.
- D. Correto.** São deveres do assistente social mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as.
- E. Correto.** A pena de suspensão acarreta ao/à assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos.

Gabarito: letra C.

39. (ITAME - 2020) O “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, refere-se

- A. a uma atribuição privativa do assistente social preconizada na lei de regulamentação da profissão.
- B. a um dever profissional preconizado no Código de Ética profissional do assistente social de 1993.
- C. a um princípio do Código de Ética Profissional do assistente social de 1993.
- D. a uma competência profissional preconizada na lei de regulamentação da profissão.

Comentário:

A questão trouxe um dos **princípios fundamentais** contidos no Código de Ética de 1993. Vamos lembrá-los?



- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;**
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Gabarito: letra C.

40. (IBADE - 2020) De acordo com o Art 1º do Código de Ética do Serviço Social, assinale a alternativa que corresponda a uma das competências do Conselho Federal de Serviço Social.

- A. Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais
- B. Introduzir alteração neste código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais
- C. Assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação
- D. Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência
- E. Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as

Comentário:

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).



De acordo com art. 1º do Código de Ética, compete ao CFESS:

- a. zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;
- b. introduzir alteração neste Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;
- c. como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.

Gabarito: letra B.

41. (IFMT – 2019) Sobre o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social em vigor, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A. Reconhece a liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes — autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- B. Opõe-se ao pluralismo que se expressa em diferentes correntes profissionais e expressões teórico-metodológicas.
- C. Opta por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.
- D. Articula-se com os movimentos de outras categorias profissionais que partilham dos princípios do Código em vigor e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.
- E. Defende o aprofundamento da democracia, como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Comentário:

Atenção, porque a questão pede a alternativa INCORRETA! Sabemos que um dos princípios presentes no Código de Ética de 1993 é:

A garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

A alternativa B fala em oposição ao pluralismo, portanto está errada.

Gabarito: letra B

42. (EDUCA – 2019) As atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na saúde ou em outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação



da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. O artigo 2º do Código de Ética assegura como sendo alguns dos direitos dos assistentes sociais, EXCETO:

- A. Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código.
- B. Livre exercício das atividades inerentes à profissão.
- C. Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
- D. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor.
- E. Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.

Comentário:

Lembremos que direitos são garantias, deveres são obrigações!

Desempenhar as atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor é uma **obrigação de todo profissional** comprometido como Código de Ética!

Então a alternativa que não se trata de um direito, mas de um dever é a D.

Gabarito: letra D

43. (COPEVE – UFAL – 2019) Com base nos elementos ético-políticos do Serviço Social, analise os enunciados abaixo e a seguir marque a alternativa correta:

I. Ao garantir o direito à diversidade, o Código de Ética Profissional do Assistente Social preserva a neutralidade profissional.

II. O assistente social deve articular-se com movimentos de outras categorias profissionais, porém, é vedado que participe de greve e manifestações públicas, uma vez que tal atitude fere os princípios instituídos no Código e Ética Profissional.

III. É vedado ao assistente social aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário para obter vantagens pessoais e para terceiros.

IV. Ao adotar a liberdade como valor central, o projeto ético-político do serviço social assume o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

- A. Apenas os enunciados I e II estão corretos
- B. Apenas os enunciados I e IV estão corretos
- C. Apenas os enunciados III e IV estão corretos
- D. Apenas o enunciado I está correto



E. Todos os enunciados estão corretos

Comentário:

Vamos analisar os itens da questão:

I. Ao garantir o direito à diversidade, o Código de Ética Profissional do Assistente Social preserva a neutralidade profissional. Errado. O assistente social não é um profissional neutro, pois sua prática se realiza nas relações sociais contraditórias da sociedade capitalista. Por isso, é fundamental um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social e, isso implica assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática e que respondam a intencionalidade de uma sociedade valorizada pelos princípios democráticos, como o direito à diversidade e outros princípios expressos no Código de Ética Profissional.

II. O assistente social deve articular-se com movimentos de outras categorias profissionais, porém, é vedado que participe de greve e manifestações públicas, uma vez que tal atitude fere os princípios instituídos no Código de Ética Profissional. Errado. Não há vedação para participar de greves e manifestações, muito pelo contrário, o Código de Ética Profissional incentiva a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem com a luta geral dos/as trabalhadores/as.

III. É vedado ao assistente social aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário para obter vantagens pessoais e para terceiros. Correto.

IV. Ao adotar a liberdade como valor central, o projeto ético-político do serviço social assume o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Correto.

Gabarito: letra C

44. (COPEVE – UFAL – 2019) Segundo Barroco e Terra (2012), os princípios representam a estrutura ideológica sobre a qual se elaborou e se assentou o Código de Ética do assistente social. Eles se configuram como paramentos ideológicos das regras materiais contidas nos artigos do Código de Ética, possibilitam conferir a necessária unidade, coerência e harmonia ao sistema jurídico estabelecido pelo Código. Ademais, os princípios perpassam toda a normatividade do Código, representando o alicerce do regramento estabelecido, que é o fundamento da concepção do projeto ético-político adotada pelo Código.

De acordo com o Código de Ética de 1993, são Princípios Fundamentais:

I. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

II. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.



III. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

V. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

- A. Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas
- B. Apenas as assertivas II e III estão corretas
- C. Apenas as assertivas II e V estão corretas
- D. Apenas as assertivas I e III estão corretas
- E. Apenas a assertiva I, está correta.

Comentário:

A questão pede quais são os princípios fundamentais! Então basta identificar quais itens não são princípios!

O **item III** - “Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor” **trata-se de um dever**, previsto no art.3º do Código de Ética.

Já o **item V traz um direito** previsto no art. 2º do Código de Ética: Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Os demais itens são princípios fundamentais.

Gabarito: letra A

45. (VUNESP – 2019) A atuação profissional do assistente social é tecida no dia a dia dos usuários, transitando entre demandas e necessidades, que se constituem de ações múltiplas. Nessa perspectiva, esse profissional é desafiado a superar-se constantemente, reconhecendo a realidade sócio-histórica em que vive e trabalha. Constitui-se um dos princípios fundamentais da ação profissional, estabelecido pelo Código de Ética do Assistente Social, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e às políticas sociais, bem como sua

- A. ação progressiva.
- B. atitude concreta.
- C. gestão democrática.



- D. postura adequada.
- E. efetivação complementar.

Comentário:

Conforme Código de Ética de 1993, um dos princípios fundamentais é:

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua **gestão democrática**.

Gabarito: letra C

46. (CEFETBAHIA – 2019) A atuação do Assistente Social requer estabelecimento de uma relação profissional com os usuários dos serviços em que atua ou venha a atuar. Nesta relação, é um dever do Assistente Social:

- A. definir os momentos e espaços nos quais devem contar com a participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- B. devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, quando julgar necessário, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- C. fornecer à população usuária, quando desejar e não for lhe causar prejuízo, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardando o sigilo profissional.
- D. selecionar as informações que serão transmitidas aos usuários dos serviços sociais, bem como em quais programas, disponíveis no espaço institucional, eles poderão ter acesso, contribuindo assim para que participem, mais efetivamente, nas decisões institucionais.
- E. garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética da Profissão.

Comentário:

A questão pede um dever, porém apresenta várias alternativas com erros. Vamos analisá-los.

A. ~~definir os momentos e espaços nos quais devem contar~~ com a participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais. **Errado. O assistente social deve contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.**

B. devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, ~~quando julgar necessário~~, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses. **Errado. Não existe a expressão "quando julgar necessário".**



C. fornecer à população usuária, ~~quando desejar e não for lhe causar prejuízo~~, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardando o sigilo profissional. **Errado. É dever do assistente social fornecer informações à população usuária, não quando desejar, mas quando solicitado.**

D. ~~selecionar as informações que serão transmitidas aos usuários dos serviços sociais~~, bem como em quais programas, disponíveis no espaço institucional, eles poderão ter acesso, contribuindo assim para que participem, mais efetivamente, nas decisões institucionais. **Errado. É dever do assistente social democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;**

E. garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética da Profissão. **Correto.**

Gabarito: letra E

47. (OBJETIVA - 2008) Em conformidade com o Código de Ética Profissional, analisar os itens abaixo.

Nas Relações do Assistente Social com a Justiça, é dever do Assistente Social:

I - Quando autorizado, depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional.

II - Apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código.

A. Somente o item I está correto.

B. Somente o item II está correto.

C. Os itens I e II estão corretos.

D. Os itens I e II estão incorretos.

Comentário:

Atenção! O assistente social, quando convocado a depor na qualidade de testemunha, deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar o sigilo profissional, quando se tratar de situação ou de pessoas em que manteve qualquer atuação ou relação profissional, sendo vedado depor nessa situação. Item I errado.

Item II correto.

Gabarito: letra B



48. (FUNDATEC – 2019) Assinale a alternativa que trata especificamente do que é vedado ao/à assistente social nas relações com assistentes sociais e outros/as profissionais, conforme o Código de Ética do/a assistente social e a Lei nº 8.662/1993.

- A. Prevaler-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.
- B. Aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros.
- C. Bloquear o acesso aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.
- D. Usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos.
- E. Utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

Comentário:

Atenção! A questão pede o que é vedado ao/à assistente social nas relações com assistentes sociais e outros/as profissionais! Vejamos:

- B. Aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros. **Errado.** Trata-se de vedações das relações com os usuários expressas no art. 6º e não vedações relacionadas a outros profissionais.
- C. Bloquear o acesso aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos. **Errado.** Trata-se de vedações das relações com os usuários expressas no art. 6º e não vedações relacionadas a outros profissionais.
- D. Usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos. **Errado.** Trata-se de vedação relacionada às instituições empregadoras e não relacionadas a outros profissionais.
- E. Utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas. **Errado.** Trata-se de vedação relacionada às instituições empregadoras e não relacionadas a outros profissionais.

O art. 11 trata das vedações nas relações com Assistentes Sociais e outros profissionais. Entre eles:

- b- prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.

Gabarito: letra A

49. (FUNDATEC – 2019) Assinale a alternativa correta em relação ao Código de Ética do/a assistente social e à Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão.

- A. É vedado ao/à assistente social a recusa do arbítrio e do autoritarismo.



- B. Trata-se de um princípio fundamental a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que não partilhem dos princípios deste Código e nem com a luta geral dos/as trabalhadores/as.
- C. Compete ao/à assistente social, em sua prática profissional, atuar como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmando jurisprudência na observância nos casos omissos.
- D. Constitui atribuição privativa do/a assistente social planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- E. Constitui atribuição privativa do/a assistente social elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

Comentário:

Vamos analisar cada uma das alternativas e apontar os erros!

- A) É vedado ao/à assistente social a recusa do arbítrio e do autoritarismo. **Errado. Não se trata de uma vedação, mas um dos princípios fundamentais, expressos no Código de Ética de 1993: II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.**
- B) Trata-se de um princípio fundamental a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que não partilhem dos princípios deste Código e nem com a luta geral dos/as trabalhadores/as. **Errado. Esse "não" e "nem" deixou a alternativa incorreta.**
- C) Compete ao/à assistente social, em sua prática profissional, atuar como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmando jurisprudência na observância nos casos omissos. **Errado, é uma competência do CFESS.**
- D) Constitui atribuição privativa do/a assistente social planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social. **Correto. Lembre-se da dica: quando se trata de planejar, organizar e administrar programas e projetos, será atribuição privativa, quando não tiver as palavras "programas e projetos" será competência.**
- E) Constitui atribuição privativa do/a assistente social elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. **Errado. Dica: não falou "em matéria de Serviço Social", não é atribuição privativa, mas sim uma competência profissional, pois pode ser realizada por outros profissionais.**

Gabarito: letra D

50. (FUNDATEC – 2019) Em relação ao Código de Ética do/a assistente social e da Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão, assinale a alternativa INCORRETA.

- A. Constitui direito do/a assistente social o livre exercício das atividades inerentes à profissão.
- B. Constitui atribuição privativa do/a assistente social a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.



- C. Constitui dever do/a assistente social garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética.
- D. Constitui dever do/a assistente social contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- E. Constitui dever do/a assistente social esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Comentário:

A questão pede a alternativa INCORRETA:

Sabemos que atribuição privativa está relacionada a tudo que envolve ações que só um assistente social pode executar! Tudo que está relacionado à matéria de Serviço Social! As competências se referem a algo mais geral, que outros profissionais também realizam! Aplicando essa dica, não tem como errar! Assim, você já sabe que:

→ a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais **NÃO É ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA**. Trata-se de um direito, disposto no art. 2º do Código de Ética de 1993.

Gabarito: letra B

51. (CRESCER CONSULTORIA – 2019) Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições, EXCETO:

- A. prestar assessoria técnico-consultiva exclusivamente aos organismos públicos, em matéria de Serviço Social.
- B. estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
- C. funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
- D. orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.

Comentário:

Preste bem atenção em palavras utilizadas pelas Bancas Examinadoras que excluem e delimitam demais! Provavelmente a questão estará errada!

Entre as atribuições do CFESS, temos:

- I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;
- II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;



- III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;
- VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- VIII - **prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;**

A alternativa A delimita a atribuição do CFESS em: prestar assessoria técnico-consultiva **exclusivamente** aos organismos públicos, em matéria de Serviço Social. Portanto está **ERRADA**.

Gabarito: letra A

52. (DÉDALUS CONCURSOS – 2018) Julgue as afirmativas abaixo, com base no que dispõe o Código de Ética do/a Assistente Social, e em seguida assinale a opção correta:

I- O reconhecimento da liberdade como valor ético central é um direito do/a assistente social;

II- Já foram publicados 05 (cinco) Códigos de Ética do Assistente Social;

III- A opção por um projeto profissional neutro, sem vinculação a projeto classistas é um princípio fundamental do Código de Ética profissional.

- A. Apenas a afirmativa I está correta.
- B. As afirmativas I e III estão corretas.
- C. Apenas a afirmativa II está correta.
- D. As afirmativas II e III estão corretas.
- E. Apenas a afirmativa III está correta.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

I- O reconhecimento da liberdade como valor ético central é um direito do/a assistente social; **ERRADO**, é um **PRINCÍPIO** e **não um direito**.

II- Já foram publicados 05 (cinco) Códigos de Ética do Assistente Social; **Correto: 1947, 1965, 1975, 1986, 1993.**



III- A opção por um projeto profissional neutro, sem vinculação a projeto classistas é um princípio fundamental do Código de Ética profissional. **ERRADO, não é um projeto profissional neutro**, pois **deve ser vinculado à classe trabalhadora**.

GABARITO: LETRA C

53. (DÉDALUS CONCURSOS – 2018) Uma assistente social que trabalha em um CRAS faz o atendimento de um usuário, durante essa ação, o usuário lhe confidenciou muitas informações de sua vida privada. Posteriormente, em uma reunião com equipe interdisciplinar da rede socioassistencial e intersetorial do território de referência daquele CRAS, a referida profissional expôs o caso, desnecessariamente, para todos os presentes, revelando dados confidenciais a ela, colocando o usuário atendido em uma situação vexatória. A referida profissional transgrediu qual artigo do Código de Ética?

- A. A profissional não cometeu erro, haja vista que os casos devem ser discutidos em equipe.
- B. Art. 16º, parágrafo único, segundo o qual em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.
- C. Art. 15º, que trata do direito do/a profissional acerca do sigilo profissional.
- D. Art. 17º, que proíbe ao assistente social revelar sigilo profissional.
- E. Art. 24º, que aborda as penalidades aplicáveis ao assistente social em razão do descumprimento do Código.

Comentário:

Considerando que a questão trata de uma ação do profissional que expôs o caso, desnecessariamente, em reunião de equipe interdisciplinar, a alternativa que mais se enquadra ao caso, certamente é a alternativa B.

De acordo com o Parágrafo único do art. 16 do Código de Ética de 1993: **Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.**

GABARITO: LETRA B

54. (COTEC – 2019) São elementos resultantes da aproximação do Serviço Social a uma perspectiva teórico-metodológica mais crítica de análise da realidade social, EXCETO

- A. As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aprovadas em 1996.
- B. A Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão.
- C. A dimensão crítica hegemônica do projeto ético-político dessa profissão.



D. O Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1947, 1965 e 1993.

Comentário:

A questão pede a alternativa **errada!**

Sabemos que os elementos que compõem um Serviço Social crítico são construídos a partir do Código de Ética de 1993, da Lei que regulamenta a profissão (Lei n.º 8.662/1993) e das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aprovadas em 1996. Os Códigos de 1947 e de 1965 não apresentavam uma perspectiva crítica, mas tradicional.

GABARITO: LETRA D

55. (COMPERVE – 2017) Os fundamentos éticos e filosóficos dos códigos de ética anteriores ao de 1986 (Códigos de 1947, 1965, 1975) eram apoiados nos pressupostos

- A. do positivismo e da fenomenologia.
- B. do marxismo e da fenomenologia.
- C. do neotomismo e do idealismo.
- D. do neotomismo e do positivismo.

Comentário:

Até a formulação do Código de Ética de 1986, os Códigos se apoiaram nos **pressupostos do neotomismo e do positivismo**.

A partir do Código de Ética Profissional de 1986, passou-se a superar a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. Essa formulação nega a base filosófica tradicional conservadora, que norteava a "ética da neutralidade" e reconhece um novo papel profissional competente teórica, técnica e politicamente.

Gabarito: letra D



LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO 1993 – LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Considerações Iniciais

Bem-vindo(a), **futuro(a) aprovado(a)**!

Sou a **Professora Nilza Ciciliati**, assistente social e servidora pública federal há 13 anos, especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social. Estou muito feliz e entusiasmada por recebê-lo(a) em mais um encontro repleto de aprendizado e descobertas nos conhecimentos específicos do nosso curso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Nesta aula, vamos tratar sobre a **lei que regulamenta a nossa profissão**, a **Lei nº 8.662/93**.

A proposta da aula é apresentar o tema de forma leve, simples e objetiva, dando relevância para os tópicos que você realmente precisa aprender para realizar uma prova de forma satisfatória.

Inicialmente abordaremos a parte teórica, em seguida traremos uma lista de questões para que você possa treinar seu conhecimento e posteriormente poderá conferir o gabarito e todas as questões com comentários. Ao final da aula, você terá um resumo com os pontos mais importantes, para facilitar na hora da revisão. Qualquer dúvida sobre o conteúdo, poderá enviar sua pergunta pelo fórum de dúvidas do curso! Terei o maior prazer em responder!

Deixo aqui também os meus contatos nas redes sociais e no Canal do YouTube:



@profnilzaciciliati



<https://t.me/profnilzaciciliati>



<https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>



Ótima aula e bons estudos!

Profa. Nilza Ciciliati



Aspectos históricos da regulamentação da profissão de Serviço Social

O Serviço Social é uma **profissão liberal** regulamentada no Brasil e foi uma das primeiras profissões da área social a conquistar reconhecimento legal por parte do Estado, ainda na década de 1950, com a **Lei Federal nº 3.252, de 27 de agosto de 1957** e o com **Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962**.



Uma **profissão liberal** é aquela exercida por profissionais que possuem formação e competência técnica reconhecidas por meio de regulamentação e legislação específica. Esses profissionais atuam de forma autônoma, utilizando seus conhecimentos e habilidades para prestar serviços especializados. Ou seja, uma profissão liberal não é dependente de uma relação de emprego formal com uma empresa, permitindo que o profissional ofereça seus serviços diretamente aos clientes. Esses profissionais possuem conselhos reguladores próprios, que fiscalizam o exercício da profissão e garantem que os padrões éticos e técnicos sejam seguidos. No Serviço Social, os assistentes sociais podem atuar como profissionais liberais de diversas formas:

- **Assessoria e Consultoria Social:** Assistentes sociais podem oferecer serviços de assessoria e consultoria para empresas, organizações não-governamentais (ONGs) e entidades públicas. Eles podem desenvolver projetos sociais, programas de responsabilidade social corporativa, ou prestar assessoria em políticas públicas.
- **Capacitação e Formação:** Assistentes sociais podem oferecer cursos, palestras e workshops para profissionais da área ou para comunidades. Eles podem desenvolver materiais educativos e ministrar treinamentos sobre temas como direitos humanos, políticas sociais, e metodologia de intervenção.
- **Perícia Social:** Atuação como perito em processos judiciais, avaliando situações de risco, negligência, e violação de direitos, e elaborando laudos sociais que subsidiam decisões judiciais.
- **Pesquisa Social:** Desenvolver e conduzir pesquisas sobre temas sociais relevantes, analisando dados e publicando estudos que possam influenciar políticas públicas e práticas profissionais.
- **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas:** Oferecer serviços de planejamento estratégico e avaliação de políticas públicas e programas sociais, auxiliando a identificar necessidades, definir prioridades, e medir resultados.

O reconhecimento legal e regulamentação da profissão asseguram que os assistentes sociais tenham as qualificações e competências necessárias para exercer suas funções de maneira ética e eficaz.



E quais eram as atribuições e competências estabelecidas pela Lei nº 3.252/57?



A **Lei nº 3.252/57** estabeleceu as bases para o exercício da profissão de assistente social e definiu as atribuições e competências do profissional.

Veja quais eram as **atribuições dos assistentes sociais**:

Art. 3º São atribuições dos assistentes sociais:

- a) direção de escolas de Serviço Social;*
- b) ensino das cadeiras ou disciplinas de serviço social;*
- c) direção e execução do serviço social em estabelecimentos públicos e particulares;*
- d) aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução de problemas sociais.*

Posteriormente, o **Decreto nº 994/62** veio para regulamentar a Lei nº 3.252/57, trazendo as seguintes **prerrogativas do assistente social**:

Art. 5º São prerrogativas do Assistente Social:

I - Dirigir Escolas de Serviço Social;

II - Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Serviço Social e supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Serviço Social;

III - Planejar e dirigir o Serviço Social, bem como executá-lo em órgão e estabelecimentos públicos autárquicos paraestatais, de economia mista e particulares;

IV- Assessorar tecnicamente assuntos de Serviço Social nos órgão e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares;

V - Realizar perícias, judiciais ou não, e elaborar pareceres sobre matéria de Serviço Social.

Parágrafo único. Além do disposto no artigo, constituem atribuições do Assistente Social:

a. integrar comissão examinadora de concursos e provas em cadeiras ou disciplinas específicas de Serviço Social, assim como representar congregação ou corpo de professores em conselho universitário.

b. Participar de comissões, congressos, seminários e outras reuniões específicas de Serviço Social, como representante dos poderes públicos, da classe de órgãos e estabelecimentos de Serviço Social públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.

O Decreto também previa que a fiscalização do exercício profissional caberia ao:

- Conselho Federal de Assistentes Sociais (C. F. A. S.);
- aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (C. R. A. S.), com jurisdição em 10 regiões.





A lei foi posteriormente substituída pela **Lei 8.662/1993**, que regulamenta a profissão de Assistente Social, trazendo várias mudanças em relação à legislação anterior. Aqui estão algumas das principais mudanças:

- **alterou as nomenclaturas** CFAS para **CFESS (Conselho Federal do Serviço Social)** e CRAS para **CRESS (Conselho Regional do Serviço Social)**. Esta lei definiu em seu artigo 7º, o objetivo básico ao conjunto CFESS/CRESS, de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional;
- definiu com maior precisão as atribuições e competências do assistente social, havendo uma **expansão nas atividades** destinadas a essa categoria de profissionais.

Essas mudanças proporcionaram uma definição mais precisa das atribuições e competências do assistente social, bem como sobre as competências dos órgãos normativos e executivos que orientam, regulamentam e fiscalizam as dimensões do trabalho profissional (CFESS E CRESS).

Lei nº 8.662, de 7 de junho 1993

Agora é hora de destrincharmos a Lei de Regulamentação da profissão. E basicamente, o que você precisa saber para realizar uma boa prova referente a esse assunto é: **distinguir o que é competência e o que é atribuição privativa!** Isso despenca em prova!

Mas calma! Você não precisa decorar cada inciso da legislação!

É só ter em mente o seguinte:

Competência

- Tudo aquilo que o Assistente Social faz, mas **não** é atribuição privativa. Outros profissionais também podem realizar. Isso inclui assuntos no **âmbito de atuação do Serviço Social e de Serviços Sociais.**

Atribuição privativa

- Somente o Assistente Social pode realizar. Tudo o que está relacionado à **matéria do Serviço Social.**





Faça uma leitura atenta das competências e atribuições privativas, dispostas no art. 4º e 5º da legislação!
Fiz uma marcação **em vermelho** dos itens que podem causar dúvida!

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do **âmbito de atuação do Serviço Social** com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar **benefícios e Serviços Sociais**;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de **Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social**;

XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na **área de Serviço Social**;



II - planejar, organizar e administrar **programas e projetos em Unidade de Serviço Social**;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, **em matéria de Serviço Social**;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre **a matéria de Serviço Social**;

V - assumir, no **magistério de Serviço Social** tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e **supervisão direta de estagiários de Serviço Social**;

VII - dirigir e coordenar **Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social**, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, **centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social**;

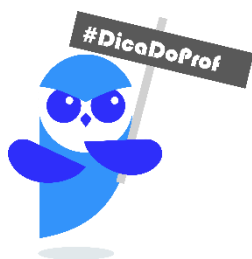
IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos **conhecimentos inerentes ao Serviço Social**;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre **assuntos de Serviço Social**;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir **serviços técnicos de Serviço Social** em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em **órgãos e entidades representativas da categoria profissional**.



Observe que, quando se trata de **atribuição privativa**, a lei dispõe sobre atividades mais **restritivas**, relacionadas à **MATÉRIA, ÁREA, UNIDADE DE SERVIÇO SOCIAL**.

Quando se trata de **competência**, já é algo mais **abrangente**. Atente-se para a palavra: **SERVIÇOS SOCIAIS** (no plural). Quando ela aparecer, trata-se de **competência** e **não atribuição privativa**.

Veja o exemplo abaixo sobre as atividades relacionadas a planejar, organizar e administrar:



Competência:

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e **Serviços Sociais;**

X - planejamento, organização e administração de **Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;**

Atribuição privativa:

II - planejar, organizar e administrar **programas e projetos em Unidade de Serviço Social;**

Vamos ver como esse assunto é cobrado em prova:

(CONSULPLAN - 2023) A Lei nº 8.662/1993 dispõe sobre a profissão de assistente social e trata de suas competências e atribuições privativas. Constitui competência do assistente social realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios

- A. e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- B. socioeducativos, que fazem parte da Política de Assistência Social e são um direito do cidadão e dever do Estado.
- C. e serviços sociais junto a órgão de empresas públicas e as sociedades de economia mista que o Estado tem controle acionário e que compõem a administração indireta.
- D. e programas de transferência de renda do governo federal que, atualmente, estão ou que estiveram durante algum período sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Comentário:

De acordo com art. 4º da Lei nº 8662/93, constitui competência do assistente social:

XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Gabarito: letra A.

(CESPE/CEBRASPE - 2022) Constituem atribuições privativas do assistente social

- A. planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
- B. realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social.
- C. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso destes no atendimento e na defesa de seus direitos.
- D. realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.



E. elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

Comentário:

As atribuições privativas estão contidas no art. 5º da Lei de regulamentação da profissão e referem-se às atividades restritivas na **área, matéria e no âmbito do Serviço Social**. Entre elas:

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

Portanto, a letra B é o gabarito da questão. As demais alternativas referem-se a competências do assistente social e não atribuições privativas.

Gabarito: letra B.

(COMPERVE - 2019) Considere o trecho abaixo sobre o trabalho do assistente social.

“elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares”.

Fonte: Art. 4º, item I, da Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

De acordo com a Lei citada, o trecho corresponde a

- A. competências e atribuições privativas do assistente social.
- B. direitos e atribuições privativas do assistente social.
- C. competências do assistente social.
- D. direitos do assistente social.

Comentário:

Lembre-se da dica: Não falou em **matéria de Serviço Social**, **não é atribuição privativa!** Direitos e deveres não são tratados na Lei de regulamentação, mas sim no Código de Ética!

Constituem **competências** do Assistente Social, conforme a Lei 8662/93, em seu inciso II do art. 4º:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

Gabarito: letra C

Mais uma questão:

(VUNESP - 2019) Conforme definido na Lei nº 8.662/1993, a designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente. Ainda de acordo com a referida lei (art. 4º, II), está entre as competências do Assistente Social: elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação

- A. do executivo estadual.
- B. apenas do empresariado.



- C. da sociedade civil.
- D. complementar da esfera municipal.
- E. de equipe qualificada.

Comentário:

Conforme a Lei de Regulamentação da nossa profissão (8662/93):

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação **da sociedade civil**.

Gabarito: letra C



E quem pode exercer a profissão de Assistente Social?

A lei nº 8662/93 dispõe que é livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, e somente poderão exercer a profissão:

I - **os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido**, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

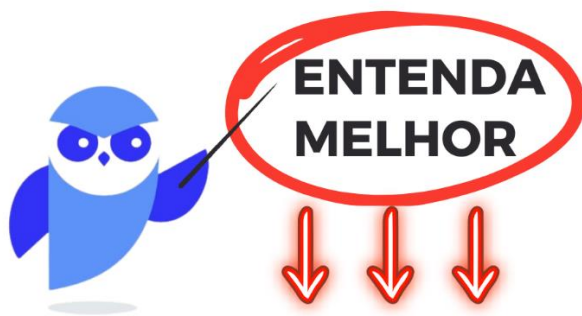
II - **os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro**, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - **os agentes sociais**, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da **Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953**.

Lei nº 1.889/1953: Art. 14. Ficam resguardados os direitos dos atuais Agentes Sociais com função nos vários órgãos públicos, sendo-lhes facultado obter o diploma de Assistente Social, mediante provas prestadas nas Escolas de Serviço Social, das matérias constantes do currículo escolar e não incluídas nos cursos que hajam frequentado.

Parágrafo único. Aos Agentes Sociais, qualquer que seja sua denominação, serão assegurados os direitos e vantagens previstos nesta lei, desde que venham, em caráter de assistente social, exercendo a profissão há mais de cinco anos.





A **Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953** veio para **regulamentar o curso superior de Serviço Social no Brasil** e dispor sobre os seus objetivos, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de **Assistentes Sociais e Agentes Sociais**.

Os **agentes sociais** mencionados na **Lei nº 1.889/1953** eram profissionais que atuavam em funções relacionadas ao Serviço Social nos vários órgãos públicos, mas **não possuíam necessariamente um diploma de graduação em Serviço Social**. Essa lei garantiu a esses profissionais o direito de continuar exercendo suas funções, desde que comprovassem uma atuação de pelo menos **cinco anos** em caráter de assistente social.

Para esses **agentes sociais**, a **Lei nº 8.662/93** estabeleceu uma transição. Eles poderiam obter o **diploma de Assistente Social** mediante a realização de provas nas Escolas de Serviço Social, cobrindo as matérias do currículo escolar que não haviam sido incluídas em seus cursos anteriores. Dessa forma, eles teriam a oportunidade de se regularizar e se qualificar de acordo com os novos requisitos profissionais estabelecidos.

Essas disposições asseguraram que os profissionais experientes pudessem continuar atuando na área, ao mesmo tempo em que reforçaram a importância da formação acadêmica adequada para o exercício da profissão de assistente social.



A lei 8.662/93 também determina que **o exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado**.





Vamos ver como esse assunto pode ser cobrado em prova?

(QUADRIX - 2022) No que se refere às legislações federais n.º 8.662/1993, n.º 8.666/1993 e n.º 14.133/2021, julgue o item.

Somente poderão exercer a profissão de assistente social os possuidores de diploma em curso de graduação em serviço social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.

() Certo () Errado

Comentário:

Questão polêmica, porque pode gerar dupla interpretação, já que a legislação prevê três possibilidades de exercer a profissão:

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

A questão cita apenas o inciso I como forma de exercer a profissão, e mesmo estando incompleta e usando termo restritivo "somente", a Banca Examinadora considerou como certa.

Gabarito: Certo.

A **Lei nº 12.317, de 2010** incluiu o art. 5ºA à Lei nº 8.662/93, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

*Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de **30 (trinta) horas semanais.***





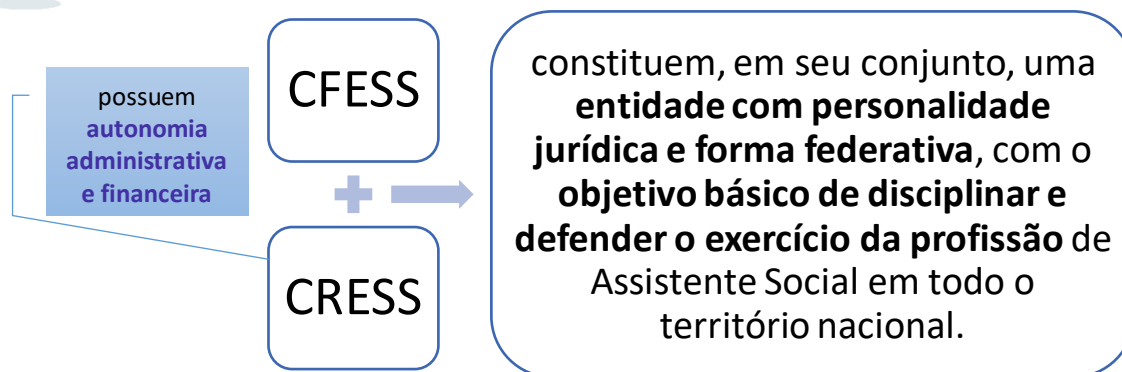
A partir do momento em que a lei foi aprovada, sancionada e entrou em vigor, todas/os as/os assistentes sociais passaram a ter direito à jornada de trabalho de **30 horas sem redução salarial**. Entretanto, a categoria enfrenta vários empecilhos para sua implementação e efetivação, inclusive o não reconhecimento de parte dos órgãos públicos sobre sua aplicabilidade, inclusive no âmbito Federal. Em 2023, a categoria tem se organizado para construir um diálogo com representantes do Governo Federal em busca da implementação das 30 horas sem redução salarial para quem trabalha no setor público federal.

Fonte: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

Vamos falar agora sobre o CFESS e os CRESS?



Como já vimos, com a Lei nº 8.662/93, o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) passou a ser chamado → **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. E os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) passaram a ser → **Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)**.



O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são entidades com **personalidade jurídica e forma federativa**, cujo objetivo básico é regular e defender a prática da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.



De acordo com a lei, **cabe ao CFESS e aos CRESS representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais**. Isso significa que esses conselhos têm o poder de agir em nome dos Assistentes Sociais, tanto coletiva quanto individualmente, para garantir que seus direitos e interesses sejam protegidos.

Lembre-se que os **CRESS** são dotados de **autonomia administrativa e financeira**, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal.

Do art. 6º ao art. 22 são tratados sobre competências e atribuições pertinentes aos CFESS e aos CRESS, entre outras determinações.



**INDO MAIS
FUNDO!**

**Vejamos as
atribuições de cada
Conselho!**

Atribuições do CFESS e CRESS

CFESS

- I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;
- II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;
- III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;
- VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;

CRESS

- I - organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;
- II - fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;
- III - expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;
- IV - zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;
- V - aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;
- VI - fixar, em assembléia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;
- VII - elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.



A Lei determina que **em cada capital de Estado haverá um CRESS**. E nos Estados em que os profissionais que neles atuam **não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional**, deverá ser constituída **uma delegacia subordinada ao Conselho Regional** que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal (art. 12).

Sobre as **delegacias seccionais**, dispõe o §2º do art. 12:

2º Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.

Sobre a **supervisão de estágio**:

- **Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais** de sua jurisdição **os campos de estágio de seus alunos** e **designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão** (art. 14).
- Somente os estudantes de Serviço Social, **sob supervisão direta de Assistente Social** em pleno gozo de seus direitos profissionais, **poderão realizar estágio de Serviço Social** (art. 14, parágrafo único).

São penalidades aplicadas pelo CRESS (art. 16):

I - **multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade*** vigente;

II - **suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social** que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta;

III - **cancelamento definitivo do registro**, nos casos de **extrema gravidade ou de reincidência contumaz**.

*No caso de **reincidência na mesma infração no prazo de dois anos**, a multa cabível será **elevada ao dobro**.



Não confunda as penalidades previstas no Código de Ética e as penalidades dispostas nesta lei, pois são diferentes!



Código de Ética Profissional	Lei de Regulamentação da Profissão
<ul style="list-style-type: none">• multa: mínimo 1 anuidade; máximo 10 anuidades• advertência reservada• advertência pública• suspensão: 30 dias a 2 anos• cassação do registro profissional	<ul style="list-style-type: none">• multa: 1 a 5 x o valor da anuidade*. <p>*Reincidência até 2 anos: multa dobra.</p> <ul style="list-style-type: none">• suspensão: 1 a 2 anos• cancelamento definitivo do registro

→ **MEMBROS DO CFESS E CRESS: 09 membros efetivos**

- Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros e três membros do Conselho Fiscal, e nove suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para um **mandato de três anos**.

→ **MEMBROS DAS DELEGACIAS REGIONAIS: 03 membros efetivos**

- um Delegado, um Secretário e um Tesoureiro, e três suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais da área de sua jurisdição.



(FUNDATEC - 2019) Assinale a alternativa que **NÃO** trata de uma penalidade aplicável ao/à assistente social, conforme o Código de Ética e a Lei nº 8.662/1993.

- A. Multa.
- B. Advertência reservada.
- C. Frequência obrigatória em curso de reciclagem.
- D. Suspensão do exercício profissional.
- E. Cassação do registro profissional.

Comentário:

São penalidades do Código de Ética: **MU AD. RE AD.PU SUS CASSA**



MULTa

AD. REservada

AD. PUBlica

SUSpensão

CASSAção

São penalidades da Lei 8662/93: **MULTA SUS CANCELA**

MULTA

SUSPENSÃO

CANCELAMENTO DEFINITIVO DO REGISTRO

Frequência obrigatória em curso de reciclagem não é penalidade prevista no Código, nem na Lei de Regulamentação.

Gabarito: letra C



RESUMO – LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO:

↳ **Competência:** Tudo aquilo que o Assistente Social faz, mas **não é atribuição privativa**. Outros profissionais também podem realizar. Isso inclui assuntos no **âmbito de atuação do Serviço Social e de Serviços Sociais**.

↳ **Atribuição privativa:** Somente o Assistente Social pode realizar. Tudo o que está relacionado **à matéria, área e unidade de Serviço Social**.

Quadro comparativo:

Competência	Atribuição privativa
elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;	assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social ;
encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;	elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social ; coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social ;
orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;	dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social , de graduação e pós-graduação; dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social ;
realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.	realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social ;
elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;	planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social ;
planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais ;	
planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social ;	



planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;	coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social ;
prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas ao âmbito de atuação do Serviço Social ;	assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social ;
prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;	dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
	ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional . fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais.

↳ Quem deve exercer a profissão:

- ✓ **os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social**, oficialmente reconhecido, devidamente registrado no órgão competente;
- ✓ **os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social**, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, **conveniado ou não com o governo brasileiro**, desde que **devidamente revalidado e registrado** em órgão competente no Brasil;
- ✓ **os agentes sociais**, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

↳ PENALIDADES DA LEI 8.662/93: MULTA SUS CANCELA

Valor da multa: 1 até 05 vezes a anuidade*.

*Reincidência até 2 anos: multa dobra.

↳ MEMBROS DO CFESS E CRESS: 09 membros efetivos

- Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros e três membros do Conselho Fiscal, e nove suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para um mandato de três anos.

↳ MEMBROS DAS DELEGACIAS REGIONAIS: 03 membros efetivos

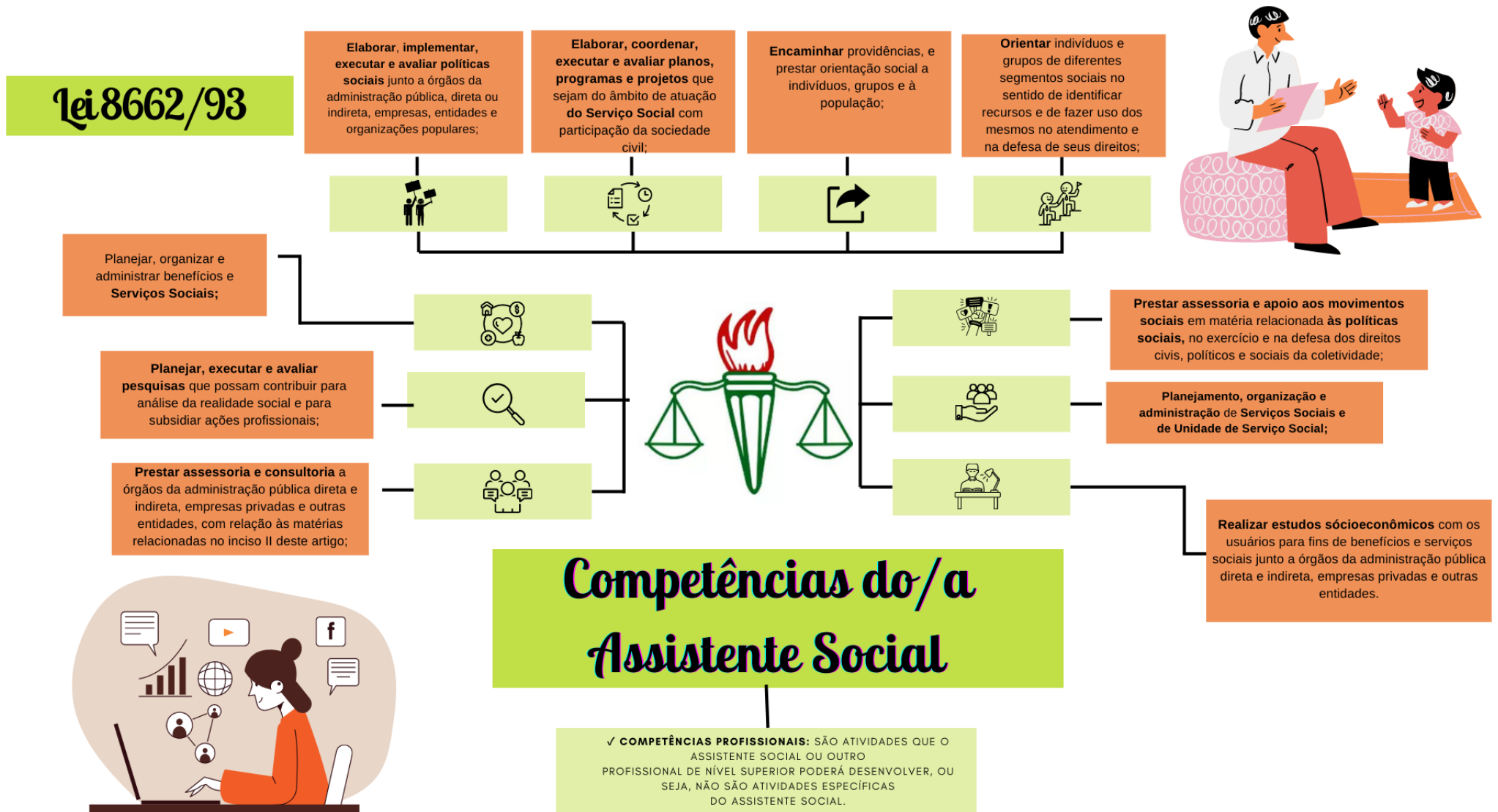
- um Delegado, um Secretário e um Tesoureiro, e três suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais da área de sua jurisdição.



MAPAS MENTAIS – LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO



MAPAS MENTAIS – LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO



MAPAS MENTAIS – LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS: São atividades que somente o Assistente Social poderá desempenhar, ou seja, são atribuições específicas e/ou privativas do profissional de Serviço Social, não podendo ser realizadas por outros profissionais.

Assumir, no magistério de **Serviço Social** tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de **Serviço Social**;

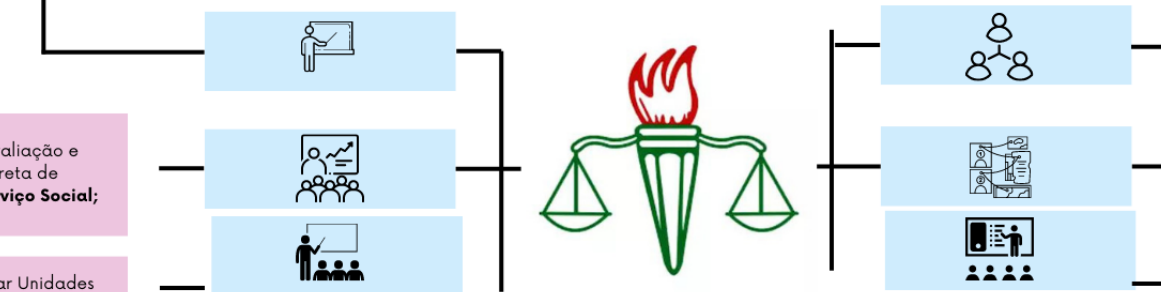
Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e **Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação**;

Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na **área de Serviço Social**;

Planejar, organizar e administrar programas e projetos em **Unidade de Serviço Social**;

Assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, **em matéria de Serviço Social**;

Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres **sobre a matéria de Serviço Social**;



Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa **em Serviço Social**;

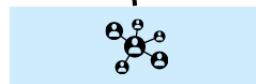
Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes **ao Serviço Social**;

ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre **assuntos de Serviço Social**;



Fiscalizar o exercício profissional através dos **Conselhos Federal e Regionais**;



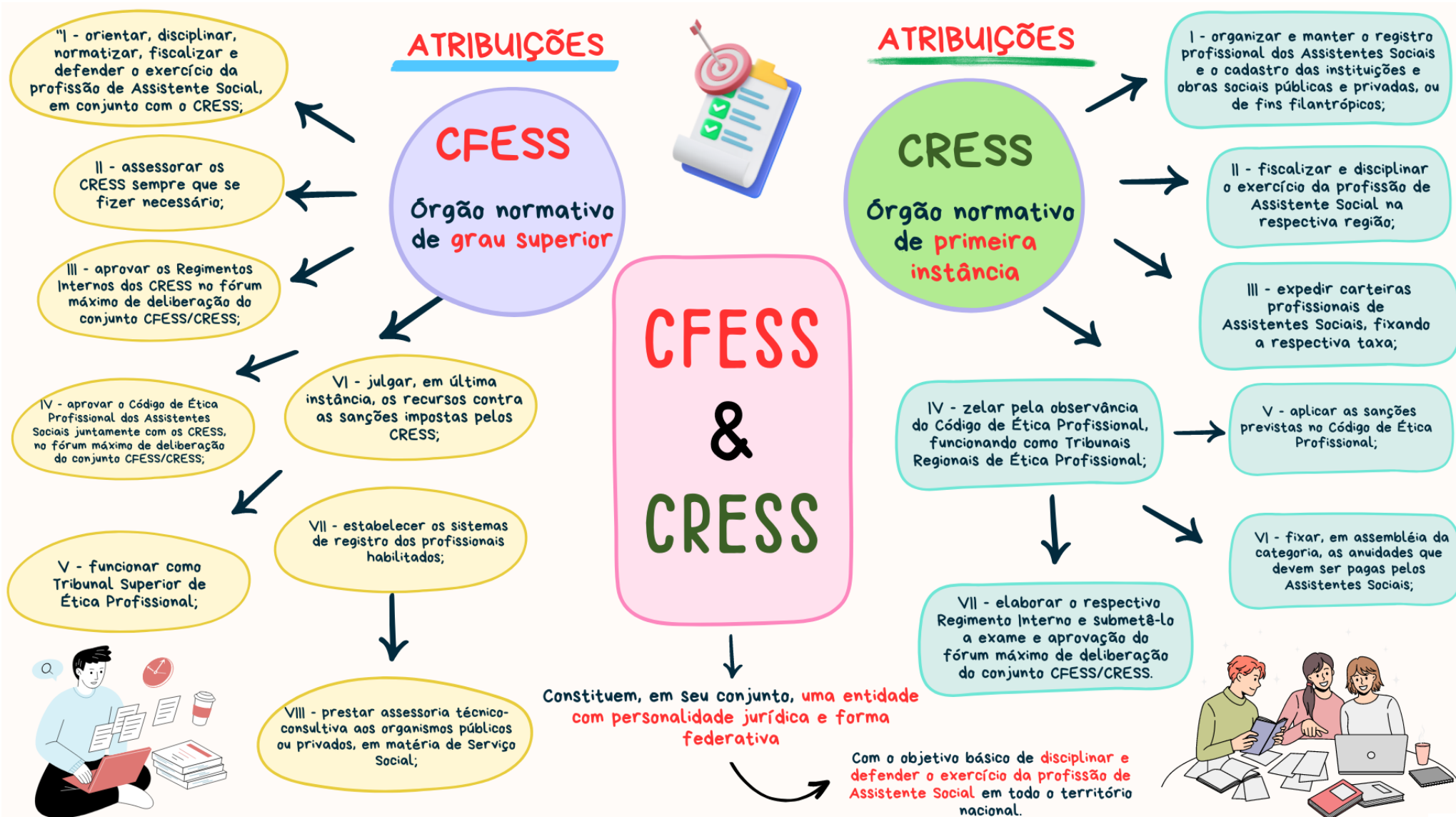
Dirigir serviços técnicos de **Serviço Social** em entidades públicas ou privadas;



Ocupar cargos e funções de **direção e fiscalização** da gestão financeira em órgãos e entidades **representativas da categoria profissional**".



MAPAS MENTAIS – LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO



LISTA DE QUESTÕES – LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO - MULTIBANCAS

1. (FUNDEP - 2024) Sobre as competências profissionais e atribuições privativas descritas na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, analise as afirmativas a seguir.

I. Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas constitui atribuição privativa.

II. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social constitui atribuição privativa.

III. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil constitui competência profissional.

Estão corretas as afirmativas

A) II e III, apenas.

B) I e III, apenas.

C) I, II e III.

D) I e II, apenas.

2. (ADM&TEC - 2024) Analise as informações a seguir:

I. Ao assistente social é vedado orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

II. É vedado ao assistente social prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Marque a alternativa CORRETA:

A) As duas afirmativas são verdadeiras.

B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.

C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.



D) As duas afirmativas são falsas.

3. (IBADE - 2024) O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a conduta e as responsabilidades dos assistentes sociais em seu trabalho. Sobre esse tema, marque a alternativa correta.

A) A duração do trabalho do Assistente Social é de 80 (oitenta) horas semanais;

B) O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional;

C) Constituem competências do Assistente Social elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, exceto entidades e organizações populares;

D) Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino básico existente no País;

E) É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional e internacional.

4. (Instituto ACCESS - 2024) A Lei 8.662/93 dispõe sobre a profissão de Assistente Social e define as competências e prerrogativas desse profissional. São atribuições privativas da (o) Assistente Social:

I. treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

II. a comunicação da ocorrência de óbitos em estabelecimentos de saúde;

III. realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

IV. fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais.

É correto o que se afirma em

A) I e III.

B) I, III e IV.



C) I, II, III e IV.

D) II e IV.

5. (Instituto ACCESS - 2024) Entre as atribuições do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior previstas na Lei nº 8.662/1993, assinale a alternativa correta.

A) Assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário.

B) Fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região.

C) Fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais.

D) Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.

6. (Instituto ACCESS - 2024) Entre as inúmeras atribuições privativas do Assistente Social, estabelecidas na Lei nº 8.662/1993, assinale a alternativa correta.

A) Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

B) Treinamento, avaliação e supervisão indireta de estagiários do espaço sócio-ocupacional no qual atue.

C) Ocupar cargos e funções administrativas, salvo de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

D) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.

7. (FUNCERN - 2024) Conforme a Lei Nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão do Assistente Social, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) terá sede e foro em (no)

A) Recife.

B) São Paulo.



- C) Distrito Federal.
- D) Rio de Janeiro.

8. (FUNCERN - 2024) O Artigo 5º, da Lei Nº 8.662 de 07 de junho de 1993, alterado pela Lei Nº 12.317 de 26 de agosto de 2010, versa sobre

- A) os direitos do Assistente Social.
- B) os deveres do Assistente social.
- C) as competências do Assistente Social.
- D) a duração do trabalho do Assistente Social.

9. (CPCON - 2024) Uma assistente social realizou um estudo socioeconômico com as usuárias da instituição para a qual trabalha para fins de ampliação do benefício concedido a elas. Segundo a Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8662/1993), esse tipo de ação se configura como:

- A) um dever do(a) assistente social.
- B) uma atribuição privativa do(a) assistente social.
- C) um direito do(a) assistente social.
- D) uma competência do(a) assistente social.
- E) uma demanda institucional para o(a) assistente social.

10. (BRB - 2024) São atribuições privativas do (a) assistente social, conforme estabelece a Lei n 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da profissão do Serviço Social):

- A) Assessorar e dar consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.
- B) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área da Assistência Social.
- C) Fiscalizar o exercício profissional por meio de Conselhos gestores de políticas públicas.



- D) Planejar, organizar e administrar programas e projetos.
- E) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais e pareceres referente a políticas sociais e transversais, garantidoras de direitos.

11. (CETREDE - 2024) Baseado na Lei Nº 8.662/1993, qual das alternativas a seguir corresponde a uma competência do/a Assistente Social?

- A) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- B) Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.
- C) Assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular.
- D) Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.
- E) Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

12. (CETREDE - 2024) Compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício de uma das seguintes atribuições está corretamente apresentado na opção

- A) Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.
- B) Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
- C) Orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.
- D) Julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS.
- E) Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados em matéria de Serviço Social.



13. (FADURPE - 2024) Quanto às competências e atribuições privativas da/o assistente social, previstas na Lei 8662/1993, assinale a alternativa incorreta.

- A) Constitui atribuição privativa da profissão a direção e coordenação de associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.
- B) A fiscalização do exercício profissional do Serviço Social é atribuição privativa do assistente social, devendo ser realizada através dos Conselhos Federal e Regionais.
- C) É atribuição privativa do assistente social o planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.
- D) A elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos no âmbito de atuação do Serviço Social é competência do/a assistente social.
- E) Os encaminhamentos de providências e a prestação de orientação social a indivíduos, grupos e à população é competência profissional do assistente social.

14. (FADURPE - 2024) Sobre a Lei 8662/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social, é correto afirmar que:

- A) poderá exercer a profissão de assistente social no Brasil a pessoa com diploma de curso superior em Serviço Social, expedido por estabelecimento sediado em país estrangeiro, compulsoriamente conveniadas com o governo brasileiro.
- B) cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) elaborar os regimentos internos dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e submetê-los à aprovação do fórum de deliberação instituído na região.
- C) além das taxas e contribuições arrecadadas pelos CRESS, o CFESS também será mantido por meio de doações, legados e outras rendas.
- D) nos casos de infração dos dispositivos da Lei 8662/1993, os CRESS, como Tribunais Superiores de Ética Profissional, poderão aplicar as penalidades: advertência verbal, dever de retratação e multa proporcional ao salário recebido pelo/a profissional.
- E) aos CRESS compete estabelecer os sistemas de registro dos/as assistentes sociais habilitados/as ao exercício profissional.



15. (FUNATEC - 2024) Constituem atribuições privativas do Assistente Social, exceto:

- A) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- B) planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- C) assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- D) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria estritamente contábil.

16. (FUNTEF-PR - 2023) Analise as afirmativas a seguir e, com base na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, assinale a alternativa correta quanto às suas competências e atribuições privativas.

I. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil é competência do(a) Assistente Social.

II. Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais é atribuição privativa do(a) Assistente Social.

III. Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social é uma competência do(a) Assistente Social.

IV. Supervisionar e indicar estagiários em Serviço Social é uma atribuição privativa do(a) Assistente Social.

- A) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- C) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- D) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- E) Todas as afirmativas são verdadeiras.



17. (Instituto Fênix - 2023) De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8662/93), qual das seguintes atividades NÃO é uma competência do assistente social?

- A) Elaboração de laudos técnicos e pareceres sociais.
- B) Coordenação de programas e projetos sociais.
- C) Prescrição de medicamentos em casos de emergência.
- D) Orientação social a indivíduos, grupos e à população.

18. (IDHTEC - 2023) A Lei nº Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, regulamenta a profissão de Assistente Social, além de definir regras sobre o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS. Entre as suas previsões, a referida lei determina as competências do CFESS e do CRESS. Nesse sentido, faça as associações corretamente entre os Conselhos e suas respectivas competências: a – CFESS b – CRESS

I. Expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa.

II. Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.

III. Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.

IV. Estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.

V. Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.

VI. Fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais.

Assinale a única alternativa que contenha as associações corretas:

- A) a – I, II, III e IV; b – V e VI.
- B) a – I, III e IV; b – II, V e VI.
- C) a – II, IV e V; b – I, III e VI.
- D) a – II, III e VI; b – I, IV e V.



E) a – II, IV, V e VI; b – I e III.

19. (IMPARH - 2023) Por competências, entende-se “as qualificações profissionais, de âmbito geral, que lhe são reconhecidas ao assistente social pela Lei no 8.662/1993, para realizar serviços, independentemente de também serem reconhecidas a outros profissionais” (SIMÕES, 2007). Com base na Lei nº 8.662/1993, analise os itens que tratam das competências do assistente social.

I - Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas.

II - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer o seu uso no atendimento e na defesa de seus direitos.

III - Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.

IV - Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.

V - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

Assinale a alternativa CORRETA.

A) I, II e III apenas.

B) IV e V apenas.

C) I, II, III, IV e V.

D) II, III e V apenas.

20. (UNOESC - 2023) De acordo com a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, constitui atribuição privativa do assistente social

A) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.

B) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de serviço social.

C) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

D) organização de serviços sociais e de unidade de serviço social.



21. (UNICENTRO - 2023) De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (8.662 de 7 de Junho de 1993), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem:

- A) Uma entidade de natureza descentralizada e participativa voltada a disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da profissão de Assistente Social no território de abrangência.
- B) Disciplinar nos Estados ou Territórios a fiscalização e orientação da profissão de Assistente Social.
- C) Uma entidade responsável por representar os interesses individuais e coletivos dos/as Assistentes Sociais, celebrar contratos coletivos de trabalho, eleger ou designar representantes, colaborar com o Estado e demais órgãos.
- D) Os Conselhos Regionais deverão constituir, em todo território nacional, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, independente se a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.
- E) Uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

22. (QUADRIX - 2023) Considerando a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, assinale a alternativa correta.

- A. Para exercer a profissão, o assistente social deverá requerer registro prévio em qualquer Conselho Regional na unidade federativa, independentemente de sua área de atuação.
- B. Os Conselhos Regionais de Serviço Social deverão funcionar como tribunal superior de ética profissional.
- C. Dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de serviço social, de graduação e pós-graduação, é uma atividade privativa do assistente social.
- D. O fórum máximo de deliberação da profissão é a reunião do Conselho Federal de Serviço Social, com a presença de, no mínimo, 80% dos conselheiros.
- E. Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social expedir carteiras profissionais de assistentes sociais, fixando a respectiva taxa.



23. (FUNDEP - 2023) São atribuições privativas descritas na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 (Lei de regulamentação da profissão de assistente social), exceto:

- A. Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.
- B. Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.
- C. Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.
- D. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

24. (QUADRIX - 2022) No que se refere às legislações federais n.º 8.662/1993, n.º 8.666/1993 e n.º 14.133/2021, julgue o item.

Somente poderão exercer a profissão de assistente social os possuidores de diploma em curso de graduação em serviço social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.

() Certo () Errado

25. (VUNESP - 2022) A legislação que regulamenta a profissão de assistente social traz em seu bojo aspectos que caracterizam e orientam o trabalho profissional nas suas diversificadas atribuições. Nesse sentido, a referida Lei prevê que o exercício da profissão de assistente social requer registro prévio

- A. nos Conselhos Estaduais.
- B. nos Órgãos Públicos.
- C. nos Conselhos Municipais.
- D. nos Conselhos Regionais.
- E. nas Organizações da Sociedade Civil.



26. (VUNESP - 2021) Constitui-se como atribuição privativa dos assistentes sociais, segundo a Lei nº 8.662/93:

- A. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa de seus direitos.
- B. prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.
- C. elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
- D. elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.
- E. assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

27. (CPCON - 2021) A Lei Nº 8.662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, em alteração realizada por força da Lei nº 12.317, de 2010, estabelece que:

- A. A duração do trabalho do Assistente Social é, excepcionalmente, de 40 (quarenta) horas semanais.
- B. O piso salarial do (a) Assistente Social não poderá ser inferior a um salário mínimo.
- C. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.
- D. O piso salarial do (a) Assistente Social deve ser de, no mínimo, dois salários mínimos.
- E. Constitui atribuições privativas do Assistente Social o treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.

28. (QUADRIX - 2021) Considerando o disposto na Lei n.º 8.662/1993, assinale a alternativa incorreta.

- A. A duração do trabalho do assistente social é de trinta horas semanais.
- B. O Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo



básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de assistente social em todo o território nacional.

C. Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social e aos Conselhos Regionais de Serviço Social representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos assistentes sociais, no cumprimento desta Lei.

D. Os Conselhos Regionais de Serviço Social são dotados de autonomia administrativa, estando financeiramente dependentes de sua vinculação ao Conselho Federal.

E. Compete ao Conselho Federal de Serviço Social, na qualidade de órgão normativo de grau superior, funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional, entre outras atribuições.

29. (QUADRIX - 2021) Segundo a Lei n.º 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

A. A coordenação de seminários e congressos na área de serviço social não é atribuição privativa de assistentes sociais, podendo também ser realizada por profissionais das ciências sociais.

B. O Conselho Federal de Serviço Social será mantido exclusivamente por contribuições e taxas arrecadadas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social.

C. São atribuições privativas do assistente social elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social com participação da sociedade civil.

D. O planejamento, a organização e a administração de projetos em unidades de serviço social somente poderão ser exercidos por assistentes sociais.

E. Os Conselhos Regionais de Serviço Social são responsáveis pela aprovação dos respectivos regimentos internos no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.

30. (IBADE - 2020) Segundo o Art. 2º, da Lei de Regulamentação da Profissão, somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

A. as organizações que se registrarem nos CRESS e tiverem um certificado que as habilitarão a atuar na área de Serviço Social.

B. somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais.



C. os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no Art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

D. os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no exterior.

E. as Unidades de Ensino credenciadas aos Conselhos Regionais de sua jurisdição devem designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

31. (INSTITUTO AOCP - 2020) Helena, bacharel em Gestão Pública e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais, recentemente, foi aprovada em um concurso público para o cargo de Assistente Social em seu Município. Considerando a titulação informada e o que dispõe a Lei n.º 8.662/1993 sobre quem poderá exercer a profissão de Assistente Social, assinale a alternativa correta.

A. Helena poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 determina que podem exercer a profissão de assistente social: os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação, com funções nos vários órgãos públicos, segundo a Lei nº 1.889/1953.

B. Helena poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 determina que podem exercer a profissão de assistente social os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, ou de graduação equivalente, desde que devidamente revalidado em órgão competente.

C. Helena poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 determina que podem exercer a profissão de assistente social os possuidores de diplomas de curso superior nas áreas de humanas e ciências sociais com pós-graduação específica na área de Serviço Social.

D. Helena não poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 determina que podem exercer a profissão de assistente social: os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.

E. Helena não poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 somente autoriza o exercício da profissão de assistente social a possuidores de diplomas de curso superior nas áreas de humanas e ciências sociais com pós-graduação específica na área de Serviço Social no âmbito privado e/ou em organizações não governamentais.

32. (UNIFIL - 2020) Constituem atribuições privativas do assistente social, previstas no Art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), exceto:

A. coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.

B. planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.



- C. fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais.
- D. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

33. (CPCON - 2020) A Lei Nº 8.662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, caracteriza as atribuições privativas. Sobre estas atribuições analise as proposições seguintes:

I- treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários do espaço sócio-ocupacional no qual atue.

II- coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Assistência Social.

III- assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

IV- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

V- planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.

Constitui atribuição privativa do Serviço Social o que se afirma apenas em:

- A. V.
- B. IV.
- C. IV e V.
- D. I, III e IV
- E. II, III e V.

34. (INSTITUTO AOCP - 2020) De acordo com a Lei nº 8.662/1993, é correto afirmar que os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)

- A. são competentes para estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
- B. possuem atribuição privativa para prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.



- C. funcionam nas respectivas jurisdições, com qualidade de órgão executivo e de última instância.
- D. funcionam como Tribunal Superior de Ética Profissional.
- E. são competentes para expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa.

35. (FUNDEP - 2020) De acordo com a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, não compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, a seguinte atribuição:

- A. Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Assistência Social.
- B. Estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
- C. Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
- D. Julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS.

36. (FUNDATEC – 2019) Em relação ao Código de Ética do/a assistente social e da Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão, assinale a alternativa INCORRETA.

- A. Constitui direito do/a assistente social o livre exercício das atividades inerentes à profissão.
- B. Constitui atribuição privativa do/a assistente social a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
- C. Constitui dever do/a assistente social garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética.
- D. Constitui dever do/a assistente social contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- E. Constitui dever do/a assistente social esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.



37. (VUNESP – 2019) Conforme definido na Lei nº 8.662/1993, a designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente. Ainda de acordo com a referida lei (art. 4º, II), está entre as competências do Assistente Social: elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação

- A. do executivo estadual.
- B. apenas do empresariado.
- C. da sociedade civil.
- D. complementar da esfera municipal.
- E. de equipe qualificada.

38. (COMPERVE – 2019) Considere o trecho abaixo sobre o trabalho do assistente social.

“elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares”.

Fonte: Art. 4º, item I, da Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. De acordo com a Lei citada, o trecho corresponde a

- A. competências e atribuições privativas do assistente social.
- B. direitos e atribuições privativas do assistente social.
- C. competências do assistente social.
- D. direitos do assistente social.

39. (CEFETBAHIA – 2019) A Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Em conformidade com esta Lei, é correto afirmar que

- A. todo agente público que receba denúncia, a despeito de ter ou não formação em Serviço Social, poderá fiscalizar o exercício profissional do Assistente Social.
- B. é atribuição privativa do Assistente Social coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- C. é competência do Assistente Social elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social, independente da participação da sociedade civil.
- D. estudantes de graduação, que não sejam de Serviço Social, mas que desenvolvem atividades próprias da profissão em estágios, só poderão assim permanecer se estiverem sob supervisão direta de um Assistente Social.



- E. pode exercer a profissão de Assistente Social qualquer pessoa que possua diploma em curso de graduação da área das ciências humanas, contanto que apresente registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado, nos termos da Lei nº 8.662/1993.

40. (CRESCER CONSULTORIA – 2019) Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições, EXCETO:

- A. prestar assessoria técnico-consultiva exclusivamente aos organismos públicos, em matéria de Serviço Social.
- B. estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
- C. funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
- D. orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.



GABARITO

- | | |
|-----------|-------|
| 1. C | 30. C |
| 2. D | 31. D |
| 3. B | 32. D |
| 4. B | 33. B |
| 5. A | 34. E |
| 6. D | 35. A |
| 7. C | 36. B |
| 8. D | 37. C |
| 9. D | 38. C |
| 10. A | 39. B |
| 11. E | 40. A |
| 12. A | |
| 13. C | |
| 14. C | |
| 15. D | |
| 16. A | |
| 17. C | |
| 18. C | |
| 19. D | |
| 20. B | |
| 21. E | |
| 22. C | |
| 23. D | |
| 24. CERTO | |
| 25. D | |
| 26. E | |
| 27. C | |
| 28. D | |
| 29. D | |



QUESTÕES COMENTADAS – LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO - MULTIBANCAS

1. (FUNDEP - 2024) Sobre as competências profissionais e atribuições privativas descritas na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, analise as afirmativas a seguir.

I. Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas constitui atribuição privativa.

II. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social constitui atribuição privativa.

III. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil constitui competência profissional.

Estão corretas as afirmativas

A) II e III, apenas.

B) I e III, apenas.

C) I, II e III.

D) I e II, apenas.

Comentário:

As afirmativas I, II e III estão corretas e refletem as competências profissionais e atribuições privativas do Assistente Social conforme descritas na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social:

I. Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas é uma atribuição privativa do Assistente Social. Correto. Isso inclui a liderança e gestão de equipes e serviços na área de Serviço Social.

II. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social também é uma atribuição privativa do Assistente Social. Correto. Estas atividades são essenciais para a avaliação e intervenção em diversas situações sociais que requerem conhecimento especializado.

III. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil é uma competência profissional do Assistente Social. Correto. Esta competência permite ao profissional contribuir para o



desenvolvimento e implementação de políticas sociais e programas que atendam às necessidades da população.

Portanto, a alternativa C é a correta, pois todas as afirmativas listadas são verdadeiras e estão de acordo com a legislação vigente que regulamenta a profissão de Assistente Social.

Gabarito: C.

2. (ADM&TEC - 2024) Analise as informações a seguir:

I. Ao assistente social é vedado orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

II. É vedado ao assistente social prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Marque a alternativa CORRETA:

- A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- D) As duas afirmativas são falsas.

Comentário:

As duas afirmativas são **falsas**. De acordo com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e as normativas que regem a profissão no Brasil:

I. **Não é vedado** ao assistente social orientar indivíduos e grupos. Pelo contrário, é parte das competências do assistente social orientar indivíduos e diferentes segmentos sociais na identificação e utilização de recursos para a defesa de seus direitos.

II. **Não é vedado** ao assistente social prestar assessoria e consultoria. Pelo contrário, é parte das competências do assistente social oferecer esses serviços a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, bem como prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Portanto, ambas as afirmativas contrariam as diretrizes estabelecidas para a atuação do assistente social no Brasil.



Gabarito: D.

3. (IBADE - 2024) O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a conduta e as responsabilidades dos assistentes sociais em seu trabalho. Sobre esse tema, marque a alternativa correta.

- A) A duração do trabalho do Assistente Social é de 80 (oitenta) horas semanais;
- B) O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional;
- C) Constituem competências do Assistente Social elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, exceto entidades e organizações populares;
- D) Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino básico existente no País;
- E) É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional e internacional.

Comentário:

A alternativa correta é a **B**. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são entidades com personalidade jurídica e forma federativa, e têm como objetivo básico disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional. Eles são responsáveis por zelar pela observância dos princípios e diretrizes estabelecidos no Código de Ética Profissional do Assistente Social, bem como pelas normas que regulamentam a profissão.

As outras alternativas são incorretas:

- A) A duração do trabalho do Assistente Social é de **30 horas**, e não 80 horas semanais;
- C) Os Assistentes Sociais podem atuar junto a entidades e organizações populares, não sendo excluídos dessa competência.
- D) De acordo com o Artigo 2º da Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil, podem exercer a profissão: I. Indivíduos com diploma de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por instituição de ensino superior no Brasil e devidamente registrado no órgão competente. II. Indivíduos com diploma de graduação em Serviço Social obtido



no exterior, desde que o diploma seja revalidado e registrado conforme as normas brasileiras. III. Agentes sociais que atuam em órgãos públicos, conforme definido na Lei nº 1.889 de 1953.

E) De acordo com o Art. 1º da Lei nº 8.662/93, é livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Portanto, a alternativa B é a única que apresenta uma informação correta.

Gabarito: B.

4. (Instituto ACCESS - 2024) A Lei 8.662/93 dispõe sobre a profissão de Assistente Social e define as competências e prerrogativas desse profissional. São atribuições privativas da (o) Assistente Social:

I. treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

II. a comunicação da ocorrência de óbitos em estabelecimentos de saúde;

III. realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

IV. fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais.

É correto o que se afirma em

A) I e III.

B) I, III e IV.

C) I, II, III e IV.

D) II e IV.

Comentário:

A alternativa correta é a B, que afirma que as atribuições privativas do Assistente Social incluem:

I. Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social: Esta é uma atribuição privativa do Assistente Social, pois envolve a formação e orientação de futuros profissionais da área.

III. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social: Também é uma atribuição privativa, dado que tais atividades requerem conhecimento especializado em Serviço Social.



IV. Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais: Esta é uma atribuição privativa do Assistente Social

A alternativa II não é uma atribuição privativa do Assistente Social, a **comunicação da ocorrência de óbitos** em estabelecimentos de saúde **não é uma função atribuída ao assistente social**. De acordo com a Orientação Normativa n. 3/2020 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)¹, a comunicação de óbito deve ser realizada por profissionais qualificados que tenham conhecimentos específicos da causa mortis dos/as usuários/as dos serviços de saúde, cabendo um trabalho em equipe (médico, enfermeiro/a, psicólogo/a e/ou outros profissionais), atendendo à família e/ou responsáveis, sendo o/a assistente social responsável por informar a respeito dos benefícios e direitos referentes à situação, previstos no aparato normativo e legal vigente, tais como, os relacionados à previdência social, aos seguros sociais e outros que a situação requeira, bem como informações e encaminhamentos necessários, em articulação com a rede de serviços sobre sepultamento, traslado e demais providências concernentes

Portanto, apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas e constituem atribuições privativas do Assistente Social, conforme estabelecido pela Lei 8.662/93.

Gabarito: B.

5. (Instituto ACCESS - 2024) Entre as atribuições do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior previstas na Lei nº 8.662/1993, assinale a alternativa correta.

- A) Assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário.
- B) Fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região.
- C) Fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais.
- D) Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.

Comentário:

A resposta correta é a alternativa **A**. Uma das atribuições do CFESS, enquanto órgão normativo de grau superior, é assessorar os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) sempre que necessário, proporcionando orientações e suporte para a execução das suas funções.

¹ Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf>



Em relação às demais alternativas:

B) Incorreta: A fiscalização e disciplina do exercício da profissão de assistente social são atribuições dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) em suas respectivas regiões, e não do CFESS.

C) Incorreta: A fixação das anuidades é de competência dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), realizada em assembleia da categoria.

D) Incorreta: A organização e manutenção do registro profissional dos assistentes sociais, bem como o cadastro das instituições e obras sociais, são funções dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Gabarito: A.

6. (Instituto ACCESS - 2024) Entre as inúmeras atribuições privativas do Assistente Social, estabelecidas na Lei nº 8.662/1993, assinale a alternativa correta.

A) Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

B) Treinamento, avaliação e supervisão indireta de estagiários do espaço sócio-ocupacional no qual atue.

C) Ocupar cargos e funções administrativas, salvo de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

D) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.

Comentário:

Vamos analisar cada uma das alternativas à luz da Lei nº 8.662/1993:

A) Incorreta. Embora importante e frequentemente realizada pelos assistentes sociais, essa atividade não é exclusivamente uma atribuição privativa. Outros profissionais podem participar dessas atividades, especialmente em contextos interdisciplinares.

B) Incorreta. A supervisão de estagiários é, de fato, uma atribuição do assistente social, mas o correto seria a supervisão direta de estagiários, conforme previsto na legislação. A supervisão indireta não é um termo adequado neste contexto.

C) Incorreta. Assistentes sociais podem sim ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria, sendo esta uma atribuição privativa.



D) Correta. Esta é uma das atribuições privativas dos assistentes sociais conforme a Lei nº 8.662/1993. Assistentes sociais têm a responsabilidade de planejar, organizar e administrar programas e projetos específicos ao Serviço Social, garantindo a eficácia e a pertinência das ações no campo de atuação.

Portanto, a alternativa correta é **D) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social**, pois esta é uma atribuição privativa do assistente social conforme estabelecido na legislação.

Gabarito: D.

7. (FUNCERN - 2024) Conforme a Lei Nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão do Assistente Social, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) terá sede e foro em (no)

- A) Recife.
- B) São Paulo.
- C) Distrito Federal.
- D) Rio de Janeiro.

Comentário:

A alternativa correta é a **C, Distrito Federal**.

A Lei Nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão do Assistente Social, estabelece que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) terá sede e foro no Distrito Federal. Isso significa que o CFESS, como órgão máximo que disciplina e defende o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, está localizado na capital federal do Brasil, Brasília. A localização no centro político do país facilita a interlocução com as instâncias governamentais e a representação dos interesses da categoria em âmbito nacional.

Gabarito: C.

8. (FUNCERN - 2024) O Artigo 5º, da Lei Nº 8.662 de 07 de junho de 1993, alterado pela Lei Nº 12.317 de 26 de agosto de 2010, versa sobre

- A) os direitos do Assistente Social.



- B) os deveres do Assistente social.
- C) as competências do Assistente Social.
- D) a duração do trabalho do Assistente Social.

Comentário:

A alternativa **D** é a correta. O **Artigo 5º-A** da Lei Nº 8.662, alterado pela Lei **Nº 12.317/2010**, estabelece a **duração do trabalho do Assistente Social**, definindo que a jornada de trabalho é de **30 (trinta) horas** semanais. Esta alteração foi um marco importante para a profissão, pois reconheceu as demandas específicas do trabalho social e ajustou a carga horária semanal de acordo com as necessidades da categoria profissional.

Não esqueça:

Art. 4º: Trata das **competências** do Assistente Social.

Art. 5º: Trata das **atribuições privativas** do Assistente Social.

Art. 5º-A: Trata da **duração do trabalho do Assistente Social**.

Gabarito: D.

9. (CPCON - 2024) Uma assistente social realizou um estudo socioeconômico com as usuárias da instituição para a qual trabalha para fins de ampliação do benefício concedido a elas. Segundo a Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8662/1993), esse tipo de ação se configura como:

- A) um dever do(a) assistente social.
- B) uma atribuição privativa do(a) assistente social.
- C) um direito do(a) assistente social.
- D) uma competência do(a) assistente social.
- E) uma demanda institucional para o(a) assistente social.

Comentário:

A resposta **correta** é a letra **D**. Segundo a Lei nº 8.662/1993, a realização de estudos socioeconômicos se configura como uma **competência do assistente social**.



A competência refere-se à habilidade técnica e profissional que o assistente social possui para realizar determinadas tarefas. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais é uma das competências descritas na legislação, permitindo que o profissional utilize seus conhecimentos para analisar a realidade socioeconômica dos indivíduos e famílias atendidos.

Análise das Alternativas:

A) Um dever do(a) assistente social: Errado. Um dever implica em uma obrigação que o profissional deve necessariamente cumprir. Realizar estudos socioeconômicos é uma competência que pode ser exercida, mas não é sempre uma obrigação específica em todos os contextos.

B) Uma atribuição privativa do(a) assistente social: Errado. A atribuição privativa indica exclusividade. Embora a realização de estudos socioeconômicos seja uma competência importante, outras profissões, como economistas, sociólogos ou psicólogos, também podem realizar análises semelhantes, dependendo do contexto.

C) Um direito do(a) assistente social: Errado. Um direito refere-se a algo que o profissional tem liberdade para exercer, mas que não necessariamente precisa fazer. A realização de estudos socioeconômicos é uma competência técnica e não apenas um direito.

E) Uma demanda institucional para o(a) assistente social: Errado. Uma demanda institucional pode direcionar o assistente social a realizar certas atividades. Contudo, a competência para realizar estudos socioeconômicos é uma habilidade e conhecimento que o profissional deve possuir, independentemente das demandas institucionais específicas.

Gabarito: D.

10. (BRB - 2024) São atribuições privativas do (a) assistente social, conforme estabelece a Lei n 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da profissão do Serviço Social):

A) Assessorar e dar consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

B) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área da Assistência Social.

C) Fiscalizar o exercício profissional por meio de Conselhos gestores de políticas públicas.

D) Planejar, organizar e administrar programas e projetos.

E) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais e pareceres referente a políticas sociais e transversais, garantidoras de direitos.

Comentário:



Vamos analisar cada uma das alternativas à luz da Lei nº 8.662/1993:

A) Correta: Esta é, de fato, uma atribuição privativa do assistente social conforme a Lei nº 8.662/1993. Assistentes sociais são qualificados para oferecer assessoria e consultoria especializada em matéria de Serviço Social a diversas entidades.

B) Incorreta: Embora essa seja uma atividade comum dos assistentes sociais, ela não é descrita como uma atribuição privativa na legislação. Outros profissionais também podem estar envolvidos em tais atividades, especialmente em contextos interdisciplinares.

C) Incorreta: Fiscalizar o exercício profissional é uma atribuição dos assistentes sociais nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e não dos Conselhos gestores de políticas públicas.

D) Incorreta: Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais e pareceres é uma atribuição privativa, desde que seja em matéria do Serviço Social, e não referente a políticas sociais e transversais.

Gabarito: A.

11. (CETREDE - 2024) Baseado na Lei Nº 8.662/1993, qual das alternativas a seguir corresponde a uma competência do/a Assistente Social?

A) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.

B) Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

C) Assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular.

D) Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.

E) Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

Comentário:

Vamos analisar cada uma das alternativas à luz da Lei nº 8.662/1993:

A) Incorreta: Esta atividade é descrita como uma atribuição privativa, e não uma competência do assistente social.



B) Incorreta: Assessorar e prestar consultoria em matéria de Serviço Social são atividades que a Lei nº 8.662/1993 classifica como atribuições privativas dos assistentes sociais, não como competências gerais.

C) Incorreta: Essa é uma atribuição privativa dos assistentes sociais, conforme a legislação. Isso não é descrito como uma competência geral.

D) Incorreta: Supervisionar estagiários é uma atribuição privativa, não uma competência geral, segundo a Lei nº 8.662/1993.

E) Correta: Esta alternativa descreve uma competência do assistente social. A orientação de indivíduos e grupos para identificar e utilizar recursos sociais é uma habilidade e capacidade essencial para a prática profissional do assistente social, conforme previsto na legislação.

Gabarito: E.

12. (CETREDE - 2024) Compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício de uma das seguintes atribuições está corretamente apresentado na opção

A) Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.

B) Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.

C) Orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.

D) Julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS.

E) Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados em matéria de Serviço Social.

Comentário:

Vamos analisar as alternativas à luz das competências e atribuições dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) conforme a Lei nº 8.662/1993:

A: Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos. Correta: Esta é uma atribuição dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Eles são responsáveis por organizar e manter o registro dos profissionais assistentes sociais, bem como o cadastro das instituições e obras sociais, públicas, privadas ou filantrópicas.



B: Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional. Incorreta: O CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) funciona como Tribunal Superior de Ética Profissional, não os CRESS.

C: Orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS. Incorreta: Esta é uma atribuição compartilhada, mas quem tem a primazia de normatizar e fiscalizar em nível nacional é o CFESS, enquanto os CRESS executam essas funções em suas respectivas jurisdições.

D: Julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS. Incorreta: Julgar em última instância é uma função do CFESS. Os CRESS julgam em primeira instância, sendo que o CFESS julga os recursos em segunda e última instância.

E: Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados em matéria de Serviço Social. Incorreta: Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social é uma função do CFESS.

Gabarito: A.

13. (FADURPE - 2024) Quanto às competências e atribuições privativas da/o assistente social, previstas na Lei 8662/1993, assinale a alternativa incorreta.

A) Constitui atribuição privativa da profissão a direção e coordenação de associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

B) A fiscalização do exercício profissional do Serviço Social é atribuição privativa do assistente social, devendo ser realizada através dos Conselhos Federal e Regionais.

C) É atribuição privativa do assistente social o planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.

D) A elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos no âmbito de atuação do Serviço Social é competência do/a assistente social.

E) Os encaminhamentos de providências e a prestação de orientação social a indivíduos, grupos e à população é competência profissional do assistente social.

Comentário:

A alternativa **incorreta** é a letra **C) É atribuição privativa do assistente social o planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.**

Embora o planejamento, organização e administração de serviços sociais e de Unidade de Serviço Social sejam funções desempenhadas por assistentes sociais, elas não são consideradas atribuições



privativas. Outros profissionais também podem desempenhar estas funções, dependendo do contexto e da necessidade. Portanto, trata-se de competência e não atribuição privativa.

As demais alternativas estão de acordo com a Lei nº 8.662/93.

Gabarito: C.

14. (FADURPE - 2024) Sobre a Lei 8662/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social, é correto afirmar que:

A) poderá exercer a profissão de assistente social no Brasil a pessoa com diploma de curso superior em Serviço Social, expedido por estabelecimento sediado em país estrangeiro, compulsoriamente conveniadas com o governo brasileiro.

B) cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) elaborar os regimentos internos dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e submetê-los à aprovação do fórum de deliberação instituído na região.

C) além das taxas e contribuições arrecadadas pelos CRESS, o CFESS também será mantido por meio de doações, legados e outras rendas.

D) nos casos de infração dos dispositivos da Lei 8662/1993, os CRESS, como Tribunais Superiores de Ética Profissional, poderão aplicar as penalidades: advertência verbal, dever de retratação e multa proporcional ao salário recebido pelo/a profissional.

E) aos CRESS compete estabelecer os sistemas de registro dos/as assistentes sociais habilitados/as ao exercício profissional.

Comentário:

Vamos analisar cada uma das alternativas à luz da Lei nº 8.662/1993:

A: Poderá exercer a profissão de assistente social no Brasil a pessoa com diploma de curso superior em Serviço Social, expedido por estabelecimento sediado em país estrangeiro, compulsoriamente conveniadas com o governo brasileiro. Incorreta: A Lei nº 8.662/1993 permite que pessoas com diploma de curso superior em Serviço Social, expedido por estabelecimento sediado em país estrangeiro, possam exercer a profissão no Brasil, desde que o diploma seja devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil, independentemente de ser conveniado com o governo brasileiro.

B: Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) elaborar os regimentos internos dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e submetê-los à aprovação do fórum de deliberação instituído na região. Incorreta: Os Conselhos Regionais (CRESS) possuem autonomia para elaborar



seus próprios regimentos internos, embora devam seguir diretrizes estabelecidas pelo CFESS. O CFESS não é responsável por elaborar os regimentos internos dos CRESS.

C: Além das taxas e contribuições arrecadadas pelos CRESS, o CFESS também será mantido por meio de doações, legados e outras rendas. Correta: Conforme previsto na Lei nº 8.662/1993, além das anuidades, taxas e contribuições, o CFESS pode ser mantido por doações, legados e outras rendas.

D: Nos casos de infração dos dispositivos da Lei 8662/1993, os CRESS, como Tribunais Superiores de Ética Profissional, poderão aplicar as penalidades: advertência verbal, dever de retratação e multa proporcional ao salário recebido pelo/a profissional. Incorreta: Os CRESS não funcionam como Tribunais Superiores de Ética Profissional. O CFESS desempenha a função de última instância em questões de ética. Além disso, as penalidades aplicáveis incluem multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente, suspensão de um a dois anos do exercício da profissão e cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz, mas não incluem advertência verbal, dever de retratação ou multas proporcionais ao salário.

E: Aos CRESS compete estabelecer os sistemas de registro dos/as assistentes sociais habilitados/as ao exercício profissional. Incorreta: Os CRESS têm a atribuição de organizar e manter o registro dos assistentes sociais, enquanto que o CFESS tem competência para estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.

Gabarito: C.

15. (FUNATEC - 2024) Constituem atribuições privativas do Assistente Social, exceto:

- A) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- B) planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- C) assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- D) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria estritamente contábil.

Comentário:

A alternativa correta é **D) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria estritamente contábil.**



As atribuições privativas do assistente social estão relacionadas à **matéria de Serviço Social** e não incluem a realização de atividades estritamente contábeis, que são de competência de contadores e outros profissionais da área contábil.

De acordo como art. 5º da Lei de regulamentação da profissão, constitui atribuição privativa:

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

Gabarito: D.

16. (FUNTEF-PR - 2023) Analise as afirmativas a seguir e, com base na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, assinale a alternativa correta quanto às suas competências e atribuições privativas.

I. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil é competência do(a) Assistente Social.

II. Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais é atribuição privativa do(a) Assistente Social.

III. Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social é uma competência do(a) Assistente Social.

IV. Supervisionar e indicar estagiários em Serviço Social é uma atribuição privativa do(a) Assistente Social.

- A) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- C) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- D) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

Comentário:

Vamos analisar cada afirmativa com base na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993:



I. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil é competência do(a) Assistente Social. **Esta afirmativa é verdadeira.** A Lei nº 8.662 estabelece que essas são competências do Assistente Social.

II. Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais é atribuição privativa do(a) Assistente Social. **Esta afirmativa é falsa** porque, embora o Assistente Social tenha a competência para planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais, a lei não especifica que seja uma atribuição privativa. Outros profissionais também podem estar envolvidos nessas atividades, dependendo da estrutura e das políticas da instituição.

III. Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social é uma competência do(a) Assistente Social. **Esta afirmativa é verdadeira.** A lei especifica que o planejamento, organização e administração de serviços sociais e de unidade de serviço social são competências do Assistente Social.

IV. Supervisionar e indicar estagiários em Serviço Social é uma atribuição privativa do(a) Assistente Social. **Esta afirmativa é falsa** no que diz respeito a “indicar estagiários”. A supervisão de estagiários de Serviço Social é, de fato, uma atribuição privativa do Assistente Social, mas a indicação de estagiários não é atribuição do Assistente Social.

Gabarito: A.

17. (Instituto Fênix - 2023) De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8662/93), qual das seguintes atividades NÃO é uma competência do assistente social?

- A) Elaboração de laudos técnicos e pareceres sociais.
- B) Coordenação de programas e projetos sociais.
- C) Prescrição de medicamentos em casos de emergência.
- D) Orientação social a indivíduos, grupos e à população.

Comentário:

A opção C) “Prescrição de medicamentos em casos de emergência” **não é uma competência do assistente social**. A prescrição de medicamentos é uma responsabilidade médica e, portanto, está fora do escopo da prática do assistente social. A lei estabelece claramente as fronteiras profissionais para garantir que cada profissional da saúde atue dentro de sua área de competência, assegurando assim a segurança e o bem-estar dos indivíduos atendidos.



De acordo com a Lei nº 8662/93, que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil, as competências e atribuições do assistente social estão relacionadas à intervenção e análise da realidade social para promover o bem-estar e a integração do indivíduo na sociedade.

As competências do assistente social incluem a coordenação de programas e projetos sociais, e a orientação social a indivíduos, grupos e à população. Entre as atribuições privativas encontra-se a elaboração de laudos técnicos e pareceres sociais. Estas atividades estão alinhadas com o objetivo da profissão e com as disposições da Lei de Regulamentação da Profissão.

Gabarito: C.

18. (IDHTEC - 2023) A Lei nº Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, regulamenta a profissão de Assistente Social, além de definir regras sobre o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS. Entre as suas previsões, a referida lei determina as competências do CFESS e do CRESS. Nesse sentido, faça as associações corretamente entre os Conselhos e suas respectivas competências: a – CFESS b – CRESS

I. Expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa.

II. Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.

III. Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.

IV. Estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.

V. Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.

VI. Fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais.

Assinale a única alternativa que contenha as associações corretas:

A) a – I, II, III e IV; b – V e VI.

B) a – I, III e IV; b – II, V e VI.

C) a – II, IV e V; b – I, III e VI.

D) a – II, III e VI; b – I, IV e V.

E) a – II, IV, V e VI; b – I e III.



Comentário:

Vamos associar os Conselhos e suas respectivas competências:

a – CFESS:

II. Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.

IV. Estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.

V. Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.

b – CRESS:

I. Expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa.

III. Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.

VI. Fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais.

Portanto, a resposta correta é a letra C) a – II, IV e V; b – I, III e VI.

Gabarito: C.

19. (IMPARH - 2023) Por competências, entende-se “as qualificações profissionais, de âmbito geral, que lhe são reconhecidas ao assistente social pela Lei no 8.662/1993, para realizar serviços, independentemente de também serem reconhecidas a outros profissionais” (SIMÕES, 2007). Com base na Lei nº 8.662/1993, analise os itens que tratam das competências do assistente social.

I - Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas.

II - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer o seu uso no atendimento e na defesa de seus direitos.

III - Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.

IV - Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.

V - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.



Assinale a alternativa CORRETA.

- A) I, II e III apenas.
- B) IV e V apenas.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) II, III e V apenas.

Comentário:

Vamos analisar cada item, com base na Lei de Regulamentação da Profissão:

I - Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas. Trata-se de uma atribuição privativa do assistente social, e não competência, pois exige formação específica em Serviço Social;

II - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer o seu uso no atendimento e na defesa de seus direitos. Trata-se de uma competência do assistente social, também podendo ser realizado por outros profissionais, não exigindo formação específica em Serviço Social.

III - Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais. Trata-se de uma competência do assistente social, também podendo ser realizado por outros profissionais, não exigindo formação específica em Serviço Social.

IV - Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social. Trata-se de uma atribuição privativa do assistente social, e não competência, pois exige formação específica em Serviço Social;

V - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. Trata-se de uma competência do assistente social, também podendo ser realizado por outros profissionais, não exigindo formação específica em Serviço Social.

Portanto, as atividades dos itens II, III e V são consideradas competências dos assistentes sociais, enquanto as atividades I e IV são atribuições privativas.

Gabarito: D.

20. (UNOESC - 2023) De acordo com a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, constitui atribuição privativa do assistente social

- A) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.



- B) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de serviço social.
- C) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
- D) organização de serviços sociais e de unidade de serviço social.

Comentário:

A opção B, “**planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de serviço social**”, é a resposta correta de acordo com a Lei nº 8.662, pois é uma atribuição exclusiva do assistente social planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de serviço social.

Essa atribuição é fundamental para garantir que os serviços sociais sejam eficazes e atendam às necessidades da população. O assistente social, neste contexto, desempenha um papel crucial na concepção e implementação de programas e projetos que visam melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e da comunidade como um todo.

As outras opções, embora sejam atividades importantes dentro do campo do serviço social, não são consideradas atribuições privativas do assistente social de acordo com a lei mencionada. Portanto, essas tarefas podem ser realizadas por outros profissionais. No entanto, a opção B destaca uma função que é única e específica para o papel do assistente social.

Gabarito: B.

21. (UNICENTRO - 2023) De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (8.662 de 7 de Junho de 1993), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem:

- A) Uma entidade de natureza descentralizada e participativa voltada a disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da profissão de Assistente Social no território de abrangência.
- B) Disciplinar nos Estados ou Territórios a fiscalização e orientação da profissão de Assistente Social.
- C) Uma entidade responsável por representar os interesses individuais e coletivos dos/as Assistentes Sociais, celebrar contratos coletivos de trabalho, eleger ou designar representantes, colaborar com o Estado e demais órgãos.
- D) Os Conselhos Regionais deverão constituir, em todo território nacional, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, independente se a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.



E) Uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

Comentário:

A opção E, “**Uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional**”, é a resposta correta de acordo com art. 7º da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (8.662 de 7 de Junho de 1993).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são entidades com personalidade jurídica e forma federativa. Seu objetivo principal é disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

Essas entidades desempenham um papel crucial na garantia de que a profissão de Assistente Social seja exercida de maneira ética e profissional. Eles estabelecem as normas e diretrizes para a prática profissional e atuam como órgãos de defesa para os Assistentes Sociais.

As outras opções não capturam completamente a natureza e o propósito do CFESS e do CRESS conforme estabelecido na lei.

Sobre as **delegacias seccionais**, dispõe o §2º do art. 12:

2º Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.

Gabarito: E.

22. (QUADRIX - 2023) Considerando a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, assinale a alternativa correta.

- A. Para exercer a profissão, o assistente social deverá requerer registro prévio em qualquer Conselho Regional na unidade federativa, independentemente de sua área de atuação.
- B. Os Conselhos Regionais de Serviço Social deverão funcionar como tribunal superior de ética profissional.
- C. Dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de serviço social, de graduação e pós-graduação, é uma atividade privativa do assistente social.



D. O fórum máximo de deliberação da profissão é a reunião do Conselho Federal de Serviço Social, com a presença de, no mínimo, 80% dos conselheiros.

E. Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social expedir carteiras profissionais de assistentes sociais, fixando a respectiva taxa.

Comentário:

Vamos analisar as alternativas:

A. Errado. Para exercer a profissão, o assistente social deverá **requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado, bem como ter graduação em Serviço Social.**

B. Errado. O Conselho Federal de Serviço Social é que funciona como tribunal superior de ética profissional.

C. Correto. **Dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de serviço social, de graduação e pós-graduação,** é uma **atividade privativa** do assistente social.

D. Errado. O fórum máximo de deliberação da profissão dar-se-á nas **reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais**, que inclusive fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação.

E. Errado. Cabe aos **CRESS** expedir carteiras profissionais de assistentes sociais, fixando a respectiva taxa.

Gabarito: letra C.

23. (FUNDEP - 2023) São atribuições privativas descritas na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 (Lei de regulamentação da profissão de assistente social), exceto:

A. Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

B. Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

C. Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.

D. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.



Comentário:

A questão pede a alternativa que **não** faz parte das atribuições privativas. Assim, devemos lembrar das competências profissionais, constante no art. 4º da Lei de regulamentação da profissão. Entre elas:

- **Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais** junto a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Gabarito: letra D.

24. (QUADRIX - 2022) No que se refere às legislações federais n.º 8.662/1993, n.º 8.666/1993 e n.º 14.133/2021, julgue o item.

Somente poderão exercer a profissão de assistente social os possuidores de diploma em curso de graduação em serviço social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.

() Certo () Errado

Comentário:

Questão polêmica, porque pode gerar dupla interpretação, já que a legislação prevê três possibilidades de exercer a profissão:

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

A questão cita apenas o inciso I como forma de exercer a profissão, e mesmo estando incompleta e usando termo restritivo "somente", a Banca Examinadora considerou como certa.

Gabarito: Certo.



25. (VUNESP - 2022) A legislação que regulamenta a profissão de assistente social traz em seu bojo aspectos que caracterizam e orientam o trabalho profissional nas suas diversificadas atribuições. Nesse sentido, a referida Lei prevê que o exercício da profissão de assistente social requer registro prévio

- A. nos Conselhos Estaduais.
- B. nos Órgãos Públicos.
- C. nos Conselhos Municipais.
- D. nos Conselhos Regionais.
- E. nas Organizações da Sociedade Civil.

Comentário:

A Lei nº 8.662/93 dispõe que o exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado. Assim, para exercer a profissão, não basta somente a graduação em Serviço Social, mas também é necessário que o profissional tenha registro no CRESS da região na qual vai atuar.

Gabarito: letra D.

26. (VUNESP - 2021) Constitui-se como atribuição privativa dos assistentes sociais, segundo a Lei nº 8.662/93:

- A. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa de seus direitos.
- B. prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.
- C. elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
- D. elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.
- E. assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.



Comentário:

Para distinguir atribuição privativa de competência, é só lembrar que quando se trata de atribuição privativa, refere-se a **área, unidade ou matéria** de Serviço Social. Assim, é possível chegar ao gabarito da questão com facilidade: assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, **em matéria de Serviço Social**.

Gabarito: letra E.

27. (CPCON - 2021) A Lei Nº 8.662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, em alteração realizada por força da Lei nº 12.317, de 2010, estabelece que:

- A. A duração do trabalho do Assistente Social é, excepcionalmente, de 40 (quarenta) horas semanais.
- B. O piso salarial do (a) Assistente Social não poderá ser inferior a um salário mínimo.
- C. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.
- D. O piso salarial do (a) Assistente Social deve ser de, no mínimo, dois salários mínimos.
- E. Constitui atribuições privativas do Assistente Social o treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.

Comentário:

A Lei nº 12.317/2010 acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662/93 para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social, que deve ser de **30 (trinta) horas semanais**.

Gabarito: letra C.

28. (QUADRIX - 2021) Considerando o disposto na Lei n.o 8.662/1993, assinale e alternativa incorreta.

- A. A duração do trabalho do assistente social é de trinta horas semanais.
- B. O Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de assistente social em todo o território nacional.



C. Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social e aos Conselhos Regionais de Serviço Social representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos assistentes sociais, no cumprimento desta Lei.

D. Os Conselhos Regionais de Serviço Social são dotados de autonomia administrativa, estando financeiramente dependentes de sua vinculação ao Conselho Federal.

E. Compete ao Conselho Federal de Serviço Social, na qualidade de órgão normativo de grau superior, funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional, entre outras atribuições.

Comentário:

A questão pede a alternativa incorreta. De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de **autonomia administrativa e financeira**, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

Gabarito: letra D.

29. (QUADRIX - 2021) Segundo a Lei n.º 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

A. A coordenação de seminários e congressos na área de serviço social não é atribuição privativa de assistentes sociais, podendo também ser realizada por profissionais das ciências sociais.

B. O Conselho Federal de Serviço Social será mantido exclusivamente por contribuições e taxas arrecadadas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social.

C. São atribuições privativas do assistente social elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social com participação da sociedade civil.

D. O planejamento, a organização e a administração de projetos em unidades de serviço social somente poderão ser exercidos por assistentes sociais.

E. Os Conselhos Regionais de Serviço Social são responsáveis pela aprovação dos respectivos regimentos internos no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.

Comentário:

A. Errado. A coordenação de seminários e congressos na área de serviço social **é atribuição privativa** de assistentes sociais.



B. Errado. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) será mantido: I - por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta lei; II - por doações e legados; III - por outras rendas.

C. Errado. Essa é uma competência e não atribuição privativa.

D. Correto. Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social é uma atribuição privativa do assistente social.

E. Errado. Aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Gabarito: letra D.

30. (IBADE - 2020) Segundo o Art. 2º, da Lei de Regulamentação da Profissão, somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

- A. as organizações que se registrarem nos CRESS e tiverem um certificado que as habilitarão a atuar na área de Serviço Social.
- B. somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais.
- C. os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no Art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.
- D. os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no exterior.
- E. as Unidades de Ensino credenciadas aos Conselhos Regionais de sua jurisdição devem designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Comentário:

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão,

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países



estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Gabarito: letra C.

31. (INSTITUTO AOCP - 2020) Helena, bacharel em Gestão Pública e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais, recentemente, foi aprovada em um concurso público para o cargo de Assistente Social em seu Município. Considerando a titulação informada e o que dispõe a Lei n.º 8.662/1993 sobre quem poderá exercer a profissão de Assistente Social, assinale a alternativa correta.

- A. Helena poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 determina que podem exercer a profissão de assistente social: os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação, com funções nos vários órgãos públicos, segundo a Lei nº 1.889/1953.
- B. Helena poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 determina que podem exercer a profissão de assistente social os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, ou de graduação equivalente, desde que devidamente revalidado em órgão competente.
- C. Helena poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 determina que podem exercer a profissão de assistente social os possuidores de diplomas de curso superior nas áreas de humanas e ciências sociais com pós-graduação específica na área de Serviço Social.
- D. Helena não poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 determina que podem exercer a profissão de assistente social: os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.
- E. Helena não poderá assumir o cargo porque a Lei nº 8.662/1993 somente autoriza o exercício da profissão de assistente social a possuidores de diplomas de curso superior nas áreas de humanas e ciências sociais com pós-graduação específica na área de Serviço Social no âmbito privado e/ou em organizações não governamentais.

Comentário:

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, somente poderão exercer a profissão de assistente social os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.



Desta forma, Helena não poderá assumir o cargo, já que não possui graduação em Serviço Social, mas sim em Gestão Pública.

Gabarito: letra D.

32. (UNIFIL - 2020) Constituem atribuições privativas do assistente social, previstas no Art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), exceto:

- A. coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- B. planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- C. fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais.
- D. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

Comentário:

De acordo com o art. 5º da Lei nº 8662/93, são atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;



IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos **é uma competência e não uma atribuição privativa** do assistente social.

Gabarito: letra D.

33. (CPCON - 2020) A Lei Nº 8.662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, caracteriza as atribuições privativas. Sobre estas atribuições analise as proposições seguintes:

I- treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários do espaço sócio-ocupacional no qual atue.

II- coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Assistência Social.

III- assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

IV- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

V- planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.

Constitui atribuição privativa do Serviço Social o que se afirma apenas em:

A. V.

B. IV.

C. IV e V.



D. I, III e IV

E. II, III e V.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

I- treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários do espaço sócio-ocupacional no qual atue. **O item não cita que se trata de treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social, portanto não é atribuição privativa.**

II- coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Assistência Social. **O correto seria na área de Serviço Social e não Assistência Social.**

III- assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. **Não cita que a assessoria e consultoria será em matéria de Serviço Social, portanto, não é atribuição privativa.**

IV- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social. **É atribuição privativa.**

V- planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais. **É competência e não atribuição privativa.**

Gabarito: letra B.

34. (INSTITUTO AOCP - 2020) De acordo com a Lei nº 8.662/1993, é correto afirmar que os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)

A. são competentes para estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.

B. possuem atribuição privativa para prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.

C. funcionam nas respectivas jurisdições, com qualidade de órgão executivo e de última instância.

D. funcionam como Tribunal Superior de Ética Profissional.

E. são competentes para expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa.

Comentário:



Veamos as atribuições dos CRESS, previstas no art. 10 da Lei nº 8662/93:

I - organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;

II - fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;

III - expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;

IV - zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;

V - aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;

VI - fixar, em assembléia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;

VII - elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.

A alternativa A, B, C e D são atribuições do CFESS e não do CRESS.

Gabarito: letra E.

35. (FUNDEP - 2020) De acordo com a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, não compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, a seguinte atribuição:

- A. Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Assistência Social.
- B. Estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
- C. Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
- D. Julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS.

Comentário:

Entre as competências do CFESS, está a de prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social (**e não em matéria de Assistência Social**).



A questão pede a alternativa incorreta. Então já a achamos! As demais alternativas estão entre as competências previstas no art. 8º da Lei nº 8662/93.

Gabarito: letra A.

36. (FUNDATEC – 2019) Em relação ao Código de Ética do/a assistente social e da Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão, assinale a alternativa INCORRETA.

- A. Constitui direito do/a assistente social o livre exercício das atividades inerentes à profissão.
- B. Constitui atribuição privativa do/a assistente social a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
- C. Constitui dever do/a assistente social garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética.
- D. Constitui dever do/a assistente social contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- E. Constitui dever do/a assistente social esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Comentário:

A questão pede a alternativa INCORRETA:

Sabemos que atribuição privativa está relacionada a tudo que envolve ações que só um assistente social pode executar! Tudo que está relacionado à matéria de Serviço Social! As competências se referem a algo mais geral, que outros profissionais também realizam! Aplicando essa dica, não tem como errar! Assim, você já sabe que:

→ a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais **NÃO É ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA**. Trata-se de um direito, disposto no art. 2º do Código de Ética de 1993.

Gabarito: letra B

37. (VUNESP – 2019) Conforme definido na Lei nº 8.662/1993, a designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente. Ainda de acordo com a referida lei (art. 4º, II), está entre as competências do Assistente Social: elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação

- A. do executivo estadual.



- B. apenas do empresariado.
- C. da sociedade civil.
- D. complementar da esfera municipal.
- E. de equipe qualificada.

Comentário:

A Banca Vunesp foi bem generosa nesta questão, apresentando pouca dificuldade na resolução! Conforme a Lei de Regulamentação da nossa profissão, Art. 4º: Constituem competências do Assistente Social: II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com **participação da sociedade civil**.

Gabarito: letra C

38. (COMPERVE – 2019) Considere o trecho abaixo sobre o trabalho do assistente social.

“elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares”.

Fonte: Art. 4º, item I, da Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. De acordo com a Lei citada, o trecho corresponde a

- A. competências e atribuições privativas do assistente social.
- B. direitos e atribuições privativas do assistente social.
- C. competências do assistente social.
- D. direitos do assistente social.

Comentário:

O Art. 4º da Lei 8662/93 trata das competências. Entre elas: II - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

GABARITO: LETRA C

39. (CEFETBAHIA – 2019) A Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Em conformidade com esta Lei, é correto afirmar que



- A. todo agente público que receba denúncia, a despeito de ter ou não formação em Serviço Social, poderá fiscalizar o exercício profissional do Assistente Social.
- B. é atribuição privativa do Assistente Social coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- C. é competência do Assistente Social elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social, independente da participação da sociedade civil.
- D. estudantes de graduação, que não sejam de Serviço Social, mas que desenvolvem atividades próprias da profissão em estágios, só poderão assim permanecer se estiverem sob supervisão direta de um Assistente Social.
- E. pode exercer a profissão de Assistente Social qualquer pessoa que possua diploma em curso de graduação da área das ciências humanas, contanto que apresente registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado, nos termos da Lei nº 8.662/1993.

Comentário:

Vejam que a questão pede a alternativa **incorreta**! Vamos analisar o erro de cada uma:

A. todo agente público que receba denúncia, a despeito de ter ou não formação em Serviço Social, poderá fiscalizar o exercício profissional do Assistente Social. **Errado. É uma atribuição privativa do Assistente Social (somente ele pode fazer), através dos Conselhos Federal e Regionais.**

C. é competência do Assistente Social elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social, independente da participação da sociedade civil. **Errado. Mas cuidado! Apesar de ser uma competência, o erro está em dizer que é "independente da participação da sociedade civil". O correto seria: II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;**

D. estudantes de graduação, que não sejam de Serviço Social, mas que desenvolvem atividades próprias da profissão em estágios, só poderão assim permanecer se estiverem sob supervisão direta de um Assistente Social. **Errado. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.**

E. pode exercer a profissão de Assistente Social qualquer pessoa que possua diploma em curso de graduação da área das ciências humanas, contanto que apresente registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado, nos termos da Lei nº 8.662/1993. **Errado. Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social: Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.**



B. é atribuição privativa do Assistente Social coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos **na área de Serviço Social. Correto.**

GABARITO: LETRA B

40. (CRESCER CONSULTORIA – 2019) Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições, EXCETO:

- A. prestar assessoria técnico-consultiva exclusivamente aos organismos públicos, em matéria de Serviço Social.
- B. estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
- C. funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
- D. orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.

Comentário:

Preste bem atenção em palavras utilizadas pelas Bancas Examinadoras que excluem e delimitam demais! Provavelmente a questão estará errada!

Entre as atribuições do CFESS, temos:

- I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;
- II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;
- III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;
- VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- VIII - **prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;**

A alternativa A delimita a atribuição do CFESS em: prestar assessoria técnico-consultiva **exclusivamente** aos organismos públicos, em matéria de Serviço Social. Portanto está **ERRADA**.

Gabarito: letra A.



RESOLUÇÕES DO CFESS APLICADAS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Considerações Iniciais

Bem-vindo(a), **futuro(a) aprovado(a)**!

Sou a **Professora Nilza Ciciliati**, assistente social e servidora pública federal, especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social. Estou muito feliz e entusiasmada por recebê-lo(a) em mais um encontro repleto de aprendizado e descobertas nos conhecimentos específicos do nosso curso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Nesta aula vamos abordar as principais **Resoluções do CFESS sobre o exercício profissional** que são cobradas em provas de concurso! Vamos organizar por **ordem cronológica** e dispor apenas os principais artigos de cada Resolução, destacando **em negrito** os pontos mais importantes.



A proposta da aula é apresentar o tema de forma leve, simples e objetiva, dando relevância para os tópicos que você realmente precisa aprender para realizar uma prova de forma satisfatória. Inicialmente abordaremos a parte teórica, em seguida traremos uma lista de questões para que você possa treinar seu conhecimento e posteriormente poderá conferir o gabarito e todas as questões com comentários. Ao final da aula, você terá um resumo com os pontos mais importantes, para facilitar na hora da revisão. Qualquer dúvida sobre o conteúdo, poderá enviar sua pergunta pelo fórum de dúvidas do curso! Terei o maior prazer em responder!

Deixo aqui meus contatos nas redes sociais:

Instagram: <https://www.instagram.com/profnilzaciciliati/>

Canal da profa. no Telegram: <https://t.me/profnilzaciciliati>

Canal da profa. no WhatsApp: <https://whatsapp.com/channel/0029VaGkY9r1NCrSuJ34Mi2R>

Comunidade Serviço Social no WhatsApp: <https://chat.whatsapp.com/JAfbf6Wz22mA30kkD5mYEW>

YouTube Nilza Ciciliati: <https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>



Ótima aula e bons estudos!

Profa. Nilza Ciciliati



**RESOLUÇÃO CFESS Nº 299, de 30 de outubro de 1994.
Dispensa o pagamento da anuidade perante o CRESS de
sua inscrição, o Assistente Social que completar 60
(sessenta) anos de idade.**

Pela Resolução CFESS nº 299/94, “fica dispensado do pagamento da anuidade, perante o CRESS de sua inscrição, o/a assistente social que completar 60 (sessenta) anos de idade”. A normativa foi publicada em 1994, reconhecendo a capacidade produtiva, o empenho e a determinação de profissionais que permanecem trabalhando após completar esta idade, além da medida ter sido aprovada também no Encontro Nacional CFESS-CRESS daquele ano.



Posteriormente, por meio da **Resolução CFESS nº 427/02**, a dispensa do pagamento das anuidades para quem fizer 60 anos de idade, após a vigência da Resolução, passou a ser **concedida automaticamente pelo CRESS**, sem qualquer exigência de formulação de pedido ou requerimento, isto é, **o/a assistente social não precisa fazer a solicitação** ao regional.



(CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

O assistente social, ao completar sessenta anos de idade, fica dispensado do pagamento da anuidade ao CRESS.

() Certo () Errado

Comentário:

Pela Resolução CFESS nº 299/94, “fica dispensado do pagamento da anuidade, perante o CRESS de sua inscrição, o/a assistente social que completar 60 (sessenta) anos de idade”. A normativa foi publicada em 1994, reconhecendo a capacidade produtiva, o empenho e a determinação de profissionais que permanecem trabalhando após completar esta idade, além da medida ter sido aprovada também no Encontro Nacional CFESS-CRESS daquele ano.

Posteriormente, por meio da **Resolução CFESS nº 427/02**, a dispensa do pagamento das anuidades para quem fizer 60 anos de idade, após a vigência da Resolução, passou a ser **concedida**



automaticamente pelo CRESS, sem qualquer exigência de formulação de pedido ou requerimento, isto é, **o/a assistente social não precisa fazer a solicitação** ao regional.

Gabarito: Certo

**RESOLUÇÃO CFESS N° 383 de 29 de março de 1999.
Caracteriza o assistente social como profissional da saúde.**

A referida Resolução estabelece também que o assistente social atua no âmbito das políticas sociais e, nesta medida, **não é um profissional exclusivamente da área da saúde**, podendo estar inserido em outras áreas, dependendo do local onde atua e da natureza de suas funções.

**RESOLUÇÃO CFESS N° 489 de 03 de junho de 2006.
Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social.**

Art. 1º - O assistente social no exercício de sua atividade profissional **deverá abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos**, que sejam **discriminatórias ou preconceituosas** por questões, dentre outras, **de orientação sexual**;

Art 2º - O assistente social, **deverá contribuir**, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a **reflexão ética sobre o sentido da liberdade** e da necessidade do **respeito dos indivíduos decidirem sobre a sua sexualidade e afetividade**;

Art. 3º - O assistente social **deverá contribuir para eliminar**, no seu espaço de trabalho, **práticas discriminatórias e preconceituosas**, toda vez que presenciar um ato de tal natureza ou tiver conhecimento comprovado de violação do princípio inscrito na Constituição Federal, no seu Código de Ética, quanto a atos de discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Art 4º - **É vedado ao assistente social** a utilização de **instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação** em relação a **livre orientação sexual** .

Art. 5º- **É dever do assistente social denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social**, de sua área de ação, **as pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas**, sejam assistentes sociais ou não, que sejam coniventes ou praticarem atos, ou que manifestarem qualquer **conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual** entre pessoas do mesmo sexo.



Art. 6º - Os **Conselhos Regionais** de Serviço Social, **deverão receber as denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais**, relativas a atos e práticas de **discriminação ou preconceito a orientação sexual** de pessoas do mesmo sexo, determinando, imediatamente, os encaminhamentos cabíveis às autoridades competentes e oferecendo representação, quando cabível, ao Ministério Público.

Art. 7º - Os **Conselhos Regionais** de Serviço Social, **deverão aplicar as penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional, ao assistente social**, que descumprir as normas previstas na presente Resolução, desde que comprovada a prática de atos discriminatórios ou preconceituosos que atentem contra a livre orientação e expressão sexual, após o devido processo legal e apuração pelos meios competentes, garantindo-se o direito a defesa e ao contraditório.



(CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

É vedado ao assistente social realizar denúncias ao CRESS acerca de atos de preconceito e discriminação por orientação sexual e gênero praticados por pessoas jurídicas privadas ou por pessoas físicas que não sejam assistentes sociais.

() Certo () Errado

Comentário:

A RESOLUÇÃO CFESS Nº 489/2006 estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social.

Nesse sentido, o art. 5º da referida Resolução assevera que é **um dever do assistente social** denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, de sua área de ação, as pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas, sejam assistentes sociais ou não, que sejam coniventes ou praticarem atos, ou que manifestarem qualquer conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Gabarito: Errado.



RESOLUÇÃO CFESS nº 493 de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

Art. 1º - É condição essencial, portanto **obrigatória**, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a **existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer**.

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de **espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas**, conforme as características dos serviços prestados, e deve **possuir e garantir as seguintes características físicas**:

- a- **iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno**, conforme a organização institucional;
- b- **recursos que garantam a privacidade do usuário** naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- **ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados** e com portas fechadas
- d- **espaço adequado para colocação de arquivos** para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Art. 3º - **O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas**, de forma a **garantir o sigilo**.

Art. 4º - O **material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado**, sendo seu **uso e acesso restrito aos assistentes sociais**.

Art. 5º - **O arquivo do material técnico**, utilizado pelo assistente social, **poderá estar em outro espaço físico**, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo artigo 4º da presente Resolução.

Art. 6º - **É de atribuição dos Conselhos Regionais de Serviço Social**, através de seus Conselheiros e/ou agentes fiscais, **orientar e fiscalizar as condições éticas e técnicas** estabelecidas nesta Resolução, bem como em outros instrumentos normativos expedidos pelo CFESS, em relação aos assistentes sociais e pessoas jurídicas que prestam serviços sociais.

Art. 7º - **O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços**, sob qualquer modalidade, **acerca das inadequações constatadas** por este, quanto as condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Esgotados os recursos especificados no “caput” do presente artigo e **deixando a entidade, instituição ou órgão de tomar qualquer providência ou as medidas necessárias** para sanar as inadequações, **o assistente social deverá informar ao CRESS** do âmbito de sua jurisdição, **por escrito**, para intervir na situação.

Parágrafo Segundo - **Caso o assistente social não cumpra as exigências** previstas pelo “caput” e/ou pelo parágrafo primeiro do presente artigo, **se omitindo ou sendo conivente com as inadequações**



existentes no âmbito da pessoa jurídica, **será notificado a tomar as medidas cabíveis**, sob pena de **apuração de sua responsabilidade ética**.

Art. 8º - Realizada visita de fiscalização pelo CRESS competente, através de agente fiscal ou Conselheiro, e verificado o descumprimento do disposto na presente Resolução a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional, a vista das informações contidas no Termo de Fiscalização ou no documento encaminhado pelo próprio assistente social, notificará o representante legal ou responsável pela pessoa jurídica, para que em prazo determinado regularize a situação.

Parágrafo único - O assistente social ou responsável pela pessoa jurídica deverá encaminhar ao CRESS, no prazo assinalado na notificação, documento escrito informando as providências que foram adotadas para adequação da situação notificada.

Art. 9º- Persistindo a situação inadequada, constatada através de visita de fiscalização, será registrada no instrumento próprio a situação verificada.

Art 10 - O relato da fiscalização, lavrado em termo próprio, conforme art. 9º, constatando inadequação ou irregularidade, será submetido ao Conselho Pleno do CRESS, que decidirá sobre a adoção de medidas cabíveis administrativas ou judiciais, objetivando a adequação das condições éticas, técnicas e físicas, para que o exercício da profissão do assistente social se realize de forma qualificada, em respeito aos usuários e aos princípios éticos que norteiam a profissão.

Art. 11- Os casos omissos e aqueles concernentes a interpretação abstrata geral da norma, serão resolvidos e dirimidos pelo Conselho Pleno do CFESS.



(CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, conforme as características dos serviços prestados, devendo ser garantidos iluminação adequada, privacidade do usuário, ventilação ajustada e espaço apropriado para arquivar e guardar material técnico e sigiloso.

() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com o art. 2º da Resolução CFESS nº 493/2006, o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

iluminação adequada ao **trabalho diurno e noturno**, conforme a organização institucional;



recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;

ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas

espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado

Gabarito: Certo.

RESOLUÇÃO CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social

Art. 1º. **As Unidades de Ensino**, por meio dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de **estágio, obrigatório e não obrigatório**, em conformidade com a exigência determinada pelo artigo 14 da Lei 8662/1993, **terão prazo de 30 (trinta) dias**, a partir do **início de cada semestre letivo**, para **encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social** de sua jurisdição, **comunicação formal e escrita**, indicando:

I- **Campos credenciados**, bem como seus respectivos endereços e contatos;

II- **Nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão** acadêmica e de campo;

III- **Nome do estagiário e semestre** em que está matriculado.

Parágrafo 1º. Para efeito desta Resolução, considera-se estágio curricular obrigatório o estabelecido nas diretrizes curriculares da ABEPSS e no Parecer CNE/CES 15/2002, que deverá constar no projeto pedagógico e na política de estágio da instituição de ensino superior, de forma a garantir maior qualidade à formação profissional.

Parágrafo 2º. O estágio não obrigatório, definido na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, deverá ocorrer nas condições definidas na referida lei e na presente Resolução.

Parágrafo 3º. A **abertura de campos/vagas ao longo do semestre/ano letivo** deverá ser comunicada ao CRESS até **15 (quinze) dias após sua abertura**.

Parágrafo 4º. O **não cumprimento do prazo e das exigências** previstas no presente artigo ensejará aplicação da **penalidade de multa à Unidade de Ensino**, no **valor de 1 a 5 vezes a anuidade** de pessoa física vigente, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 16 da Lei 8662/1993, desde que garantido o direito de defesa e do contraditório.

Parágrafo 5º. Cabe ao profissional citado no caput e ao supervisor de campo averiguar se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o



posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993.

Parágrafo 6º. Compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social a fiscalização do exercício profissional do assistente social supervisor nos referidos campos de estágio.

Art. 2º. A **supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social**, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado **supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino**.

Parágrafo único. Para sua realização, a **instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos**: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”.

Art. 3º. O desempenho de atividade profissional de supervisão direta de estágio, suas condições, bem como a capacidade de estudantes a serem supervisionados, nos termos dos parâmetros técnicos e éticos do Serviço Social, é prerrogativa do profissional assistente social, na hipótese de não haver qualquer convenção ou acordo escrito que estabeleça tal obrigação em sua relação de trabalho.

Parágrafo único. A definição do **número de estagiários** a serem supervisionados deve levar em conta a **carga horária do supervisor de campo**, as **peculiaridades do campo de estágio** e a **complexidade das atividades profissionais**, sendo que o **limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho**.

Art. 4º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social estabelece-se na relação entre unidade acadêmica e instituição pública ou privada que recebe o estudante, sendo que **cabará**:

I) **ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino** incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio;

II) **aos supervisores acadêmico e de campo e pelo estagiário** construir **plano de estágio** onde constem os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo.

Parágrafo 1º. A conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo supervisor vinculado a instituição de ensino, resulta na supervisão direta.

Parágrafo 2º. Compete ao **supervisor de campo manter cópia do plano de estágio**, devidamente subscrito pelos supervisores e estagiários, no local de realização do mesmo.

Art. 5º. A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, na mesma instituição



e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.

Parágrafo 1º. Sem as condições previstas no caput a supervisão direta poderá ser considerada irregular, sujeitando os envolvidos à apuração de sua responsabilidade ética, através dos procedimentos processuais previstos pelo Código Processual de Ética, garantindo-se o direito de defesa e do contraditório.

Parágrafo 2º. A atividade do estagiário sem o cumprimento do requisito previsto no caput poderá se caracterizar em exercício ilegal de profissão regulamentada, conforme previsto no artigo 47, da Lei de Contravenções Penais, que será apurada pela autoridade policial competente, mediante representação a esta ou ao Ministério Público.

Art. 6º. Ao supervisor de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio.

Art. 7º. Ao supervisor acadêmico cumpre o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando a qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnicooperativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão.

Art. 8º. A **responsabilidade ética e técnica** da supervisão direta é tanto do **supervisor de campo**, quanto do **supervisor acadêmico**, cabendo a ambos o dever de:

- I. **Avaliar conjuntamente a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio;**
- II. **Acordar conjuntamente o início do estágio, a inserção do estudante no campo de estágio**, bem como o **número de estagiários por supervisor de campo**, limitado ao número máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 3º;
- III. **Planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio**, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio;
- IV. **Verificar se o estudante estagiário está devidamente matriculado no semestre correspondente ao estágio** curricular obrigatório;
- V. **Realizar reuniões de orientação**, bem como **discutir e formular estratégias** para resolver problemas e questões atinentes ao estágio;
- VI. **Atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário**, bem como **emitir avaliação e nota**.



(UERJ - 2022) De acordo com a resolução nº 533/2008 do CFESS, a supervisão direta de estágio em serviço social é atividade privativa do assistente social e resulta da:

- A. conjugação entre a supervisão no campo de estágio e as atividades desenvolvidas pelo aluno no que tange às dimensões da profissão
- B. inserção, do acompanhamento, da orientação e da avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio
- C. atividade de supervisão realizada em conformidade com o plano de estágio elaborado pelo supervisor do campo de estágio e da avaliação do aprendizado desenvolvido pelo aluno
- D. conjugação entre o aprendizado desenvolvido pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo, e a orientação e a avaliação realizadas pelo supervisor acadêmico

Comentário:

A supervisão direta de estágio em serviço social resulta da conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo supervisor vinculado a instituição de ensino (supervisor acadêmico).

Gabarito: letra D.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 556 de 15 de setembro de 2009. Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social

Art. 1º - A lacração do material técnico, bem como o de caráter sigiloso do Serviço Social será efetivada por meio das normas e procedimentos estabelecidos pela presente Resolução.

Art. 2º – Entende-se por **material técnico sigiloso** toda documentação produzida, que pela natureza de seu conteúdo, deva ser **de conhecimento restrito** e, portanto, requeiram medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação.

Parágrafo Único - O **material técnico sigiloso** caracteriza-se por **conter informações sigilosas**, cuja **divulgação comprometa a imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade e outros, das pessoas envolvidas**, cujas informações respectivas estejam **contidas em relatórios de atendimentos, entrevistas, estudos sociais e pareceres** que possam, também, colocar os usuários em **situação de risco** ou provocar outros danos.

Art. 3º – O assistente social garantirá o caráter confidencial das informações que vier a receber em razão de seu trabalho, **indicando nos documentos sigilosos** respectivos a menção: **“sigiloso”**.

Art. 4º – Entende-se por **material técnico** o **conjunto de instrumentos produzidos para o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais**, de **caráter não sigiloso**, que viabiliza a continuidade do Serviço Social e a defesa dos interesses dos usuários, como: **relatórios de gestão, relatórios técnicos,**



pesquisas, projetos, planos, programas sociais, fichas cadastrais, roteiros de entrevistas, estudos sociais e outros procedimentos operativos.

Parágrafo Único – Em caso de **demissão ou exoneração**, o assistente social deverá **repassar todo o material técnico, sigiloso ou não**, ao assistente social que vier a substituí-lo.

Art. 5º – **Na impossibilidade de fazê-lo**, o material deverá ser **lacrado na presença de um representante ou fiscal do CRESS**, para somente vir a ser utilizado pelo assistente social substituto, quando será **rompido o lacre, também na presença de um representante do CRESS**.

Parágrafo Único – No caso da **impossibilidade do comparecimento de um fiscal ou representante do CRESS**, o material **será deslacrado pelo assistente social que vier a assumir o setor de Serviço Social**, que remeterá, logo em seguida, **relatório circunstanciado** do ato do rompimento do lacre, declarando que passará a se responsabilizar pela guarda e sigilo do material.

Art. 6º – Em caso de **extinção do Serviço Social da instituição**, o material técnico-sigiloso **poderá ser incinerado** pelo profissional responsável por este serviço, até aquela data, que também procederá a **imediate comunicação, por escrito, ao CRESS**.

Art. 7º – O **ato de lacração** do material técnico será **anotado em “Termo” próprio**, constante de **três vias**, que deverão ser **assinadas pelo assistente social, agente fiscal ou representante do CRESS, obrigatoriamente**, e testemunhas, se houver.

Parágrafo Único – A primeira via ficará em poder do representante ou agente fiscal, para ser anexada ao prontuário do CRESS, ou em arquivo próprio. A segunda via será colocada no pacote lacrado. A terceira via será entregue à instituição.

Art. 8º – O material técnico deverá ser **embrulhado com papel resistente e lacrado** com fita crepe ou fita gomada, sobre a qual deverão assinar todos os presentes mencionados nos Artigos 5º e 7º da presente Resolução, de forma a garantir a sua inviolabilidade.

Art. 9º – O ato de deslacrção do material técnico, pelo CRESS, será efetuado conforme os mesmos procedimentos estabelecidos no artigo 7º e parágrafo único da presente Resolução, em três vias, sendo que a primeira ficará em poder do agente fiscal ou representante para ser anexada ao prontuário do CRESS ou em arquivo próprio, a segunda será dirigida à instituição e a terceira ao assistente social responsável.



(QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.



Em caso de demissão, o assistente social deverá repassar todo o material técnico, sigiloso ou não, ao assistente social que vier a substituí-lo.

() Certo () Errado

Comentário:

A questão se refere às disposições contidas na Resolução nº 556/2009, que trata dos Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social.

De acordo art. 4º, parágrafo único, em caso de **demissão ou exoneração**, o assistente social deverá **repassar todo o material técnico, sigiloso ou não**, ao assistente social que vier a substituí-lo.

Gabarito: Certo.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009 de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.

Art. 1º. A **elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica** sobre **matéria de SERVIÇO SOCIAL** por meio de **pareceres, laudos, perícias e manifestações** é **atribuição privativa do assistente social**, devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social de sua área de atuação, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 8662/93 e pressupõem a devida e necessária competência técnica, teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético.

Art 2º. O assistente social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar com **ampla autonomia** respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

Art. 3º. **O assistente social deve**, sempre que possível, **integrar equipes multiprofissionais**, bem como **incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar**.

Parágrafo único – Ao atuar em **equipes multiprofissionais**, o assistente social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

Art. 4º. Ao atuar **em equipes multiprofissionais**, o assistente social **deverá garantir a especificidade de sua área de atuação**.

Parágrafo primeiro - O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da **intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional**, **deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu**



objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica.

Parágrafo segundo - O assistente social **deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal**, para qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.

Parágrafo terceiro - No atendimento multiprofissional **a avaliação e discussão da situação poderá ser multiprofissional**, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo assistente social, que tem seu âmbito de intervenção nas suas atribuições privativas.



(QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

Ao atuar em equipes multiprofissionais, todos os membros poderão atuar em outras áreas.

() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com a Resolução nº 557/2009, ao atuar em **equipes multiprofissionais**, o assistente social **deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões**, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, bem como **deverá garantir a especificidade de sua área de atuação. A avaliação e discussão da situação poderá ser multiprofissional**, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo assistente social, que **deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal**, para qual está habilitado e autorizado a exercer.

Gabarito: Errado.



Resolução n.º 559, do CFESS, de 16/09/2009, dispõe sobre a atuação do(a) Assistente Social quando convocado(a) a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente, inclusive na qualidade de perito(a) judicial ou assistente técnico(a).



A **Resolução nº 559/2009**, que dispõe sobre a atuação do(a) Assistente Social quando convocado(a) a prestar depoimento como testemunha **foi suspensa por decisão judicial, em abril de 2014**.

Em virtude disso, o CFESS publicou a **Orientação Normativa nº 04/2020, de 28 de abril de 2020**, que “Dispõe sobre o sigilo profissional e a participação de assistente social como testemunha ou perito/a em processos que envolvam usuário/a”, para a categoria.

Vejamos o conteúdo da Resolução (suspensa):

A **Resolução n.º 559, do CFESS, de 16/09/2009**, dispõe sobre a atuação do(a) Assistente Social quando convocado(a) a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente, inclusive na qualidade de perito(a) judicial ou assistente técnico(a).

Art. 1º. O Assistente Social, na qualidade de **perito judicial ou assistente técnico**, sempre que for convocado a comparecer à audiência, por determinação ou solicitação do Juiz, Curador, Promotor de Justiça ou das partes **se restringirá a prestar esclarecimentos, formular sua avaliação, emitir suas conclusões sempre de natureza técnica, sendo vedado**, nestas circunstâncias, **prestar informações sobre fatos, principalmente em relação aqueles presenciados ou que tomou conhecimento em decorrência de seu exercício profissional**.

Art. 2º. O objeto da perícia deverá ser o mesmo para perito e assistente técnico, que deverão possuir a mesma habilitação profissional, na hipótese de se manifestarem sobre matéria de Serviço Social, atribuição privativa do profissional habilitado nos termos das disposições do artigo 5º. da Lei 8.662/93.

Art. 3º. Quando a perícia consistir apenas na **inquirição**, pelo juiz, do perito e do assistente técnico, por ocasião da audiência de instrução e julgamento, **o assistente social deverá se restringir a emitir sua opinião técnica a respeito do que houver avaliado**.

Art. 4º. O **assistente técnico** mesmo sendo contratado por uma das partes, mesmo não estando sujeito a prestar compromisso ou a ser inquirido de suspeição e impedimento e funcionando como



assessor da parte que o indicou, **está obrigado a cumprir todas as normas do Código de Ética** do Assistente Social, emitindo seu parecer de forma fundamentada, sendo vedado fazer declarações falaciosas ou infundadas.

Art. 5º. Quando intimado perante a autoridade competente a **prestar depoimento como testemunha**, qualquer profissional **assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional**, sendo **VEDADO depor na condição de testemunha**.

Art. 6º. O CFESS e os CRESS deverão se incumbir de dar plena e total publicidade a presente norma, por todos os meios disponíveis, de forma que ela seja conhecida pelos assistentes sociais bem como pelas instituições, Poder Judiciário, órgãos ou entidades que prestam serviços sociais.

Art. 7º. A publicação da presente Resolução surtirá os efeitos legais da Notificação, prevista pela alínea “b” do artigo 22 do Código de Ética do Assistente Social.

Art. 8º. O não cumprimento dos termos da presente Resolução implicará, conforme o caso, na apuração das responsabilidades disciplinares e/ou éticas do assistente social por violação ao Código de Ética do Assistente Social.

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CFESS.



Agora, confira a Orientação Normativa n.º 04/2020:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA 04/2020 28 de abril de 2020. Dispõe sobre o sigilo profissional e a participação de assistente social como testemunha ou perito/a em processos que envolvam usuário/a.

ORIENTA

1. Os espaços sócio ocupacionais onde atuam os/as assistentes sociais devem garantir **condições adequadas para que o sigilo profissional possa ser garantido** aos/as usuários/as;
2. Nos casos em que esses espaços limitem esse direito, cabe aos/as assistentes sociais envidarem esforços para alterar essa situação, **primeiramente informando aos/às seus/suas empregadores/as** e, caso não tenham sucesso, **denunciando as situações junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social ou às autoridades competentes**, conforme determina a Resolução Cfess nº 493/2006;
3. Nos **relatórios, pareceres, laudos e prontuários**, entre outros documentos de caráter técnico-profissionais, elaborados por assistentes sociais, **devem ser registradas, estritamente, informações que guardem relação com o objetivo do atendimento** profissional;



4. Os/as assistentes sociais que vierem a receber **intimação para depor na condição de testemunha ou perito/a em processos judiciais**, **devem proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade do/a usuário/a**;
5. O/A assistente social **convocado/a na condição de perito/a deverá emitir a sua opinião técnico-profissional** acerca da situação e/ou da matéria sobre a qual foi solicitada a sua manifestação, **limitando-se a discorrer sobre os aspectos que foram considerados fundamentais na elaboração da referida opinião técnica**;
6. **O sigilo profissional é a regra. Sua quebra é exceção**, devendo ser adotada somente quando **puder contribuir ou evitar que aconteça uma situação grave, nociva e perigosa para a integridade física e psíquica do/a usuário/a ou de terceiros**. Nessas ocasiões o/a profissional deve restringir-se a prestar as informações necessárias para a solução da situação;
7. No caso de **trabalhos de natureza multi ou interdisciplinares** o/a assistente social deverá compartilhar com outros/as profissionais, **somente as informações que forem relevantes** para a prestação do serviço aos/as usuários/as, **resguardando o caráter sigiloso dos documentos/comunicações** e se assegurando de que o sigilo também seja preservado pelas outras pessoas que, em decorrência do trabalho em equipe, venham a ter acesso aos mesmos;
8. Esse **cuidado deve ser redobrado**, quando essa **socialização de informações for realizada por meios eletrônicos ou pela internet**, tais como prontuários eletrônicos ou sistemas de cadastramento de dados para acesso a benefícios sociais, dentre outros.
9. As determinações institucionais que estejam em desacordo com a legislação profissional (Lei de Regulamentação, Código de Ética e Resoluções) devem ser informadas aos Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress) em suas jurisdições.



(VUNESP - 2020) A Resolução CFESS nº 559/2009 dispõe sobre a atuação do Assistente Social na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente. Nesses termos, quando a perícia consistir na inquirição, pelo juiz, por ocasião da audiência de instrução e julgamento, o assistente social deverá se restringir a emitir sua opinião técnica a respeito do que houver avaliado. A referida resolução ainda estabelece no artigo 5º que, quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, qualquer profissional assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo, na condição de testemunha, seu depoimento

- A. obrigatório.
- B. vedado.



- C. permitido.
- D. facultativo.
- E. autorizável.

Comentário:

Apesar de suspensa judicialmente, a RESOLUÇÃO CFESS N° 559, de 16 de setembro de 2009 ainda continua sendo cobrada pelas Bancas examinadoras. Em seu art. 5º dispõe que:

Art. 5º. Quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, qualquer profissional assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo vedado depor na condição de testemunha.

Gabarito: letra B.

RESOLUÇÃO CFESS N° 569, de 25 de março de 2010. Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

Art. 1º. A **realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social.**

Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como **terapias individuais, grupais e/ou comunitárias:**

- a. **Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas;**
- b. **Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique.**

Art. 3º. Fica vedado ao Assistente Social vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional as atividades definidas no artigo 2º desta Resolução;

Parágrafo primeiro – O Assistente Social, em seu **trabalho profissional com indivíduos, grupos e/ou famílias**, inclusive em **equipe multidisciplinar ou interdisciplinar**, **deverá ater-se às suas habilidades, competências e atribuições privativas** previstas na Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de assistente social.



(QUADRIX - 2020) De acordo com as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, julgue o item.

É vedado vincular o título de assistente social à realização de terapias, no exercício profissional, em situações em que o profissional integre equipe multidisciplinar ou interdisciplinar.

() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com a Resolução CFESS nº 569 de 25/03/2010, é vedado ao Assistente Social vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional as atividades de terapias individuais, grupais e/ou comunitárias.

Gabarito: Certo.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011. Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero.

Em resumo, esta Resolução substituiu a designação “**opção sexual**” por “**orientação sexual**” e no princípio XI substituiu gênero por “**identidade de gênero**”.

Além disso, **introduziu** em todo o texto do Código de Ética do Assistente Social a **linguagem de gênero**, adotando forma feminina e masculina: “o/a; os/as; trabalhadores/as, etc.”.



(CESPE/CEBRASPE - 2022) Julgue o próximo item, relativos à Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social.

A Resolução CFESS n.º 594/2011 insere aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais no Código de Ética do(a) Assistente Social, garantindo a linguagem de gênero.

() Certo () Errado

Comentário:

A **Resolução CFESS nº 594/2011** trouxe alterações ao Código de Ética do Assistente Social, **introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero.**



A referida Resolução substituiu a designação “**opção sexual**” por “**orientação sexual**” e no princípio XI substituiu gênero por “**identidade de gênero**”. Além disso, **introduziu** em todo o texto do Código de Ética do Assistente Social **a linguagem de gênero**, adotando forma feminina e masculina: “o/a; os/as; trabalhadores/as, etc.”

Gabarito: Certo.

RESOLUÇÃO CFESS nº 785, de 22 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional.

Art. 1º Fica assegurado aos **profissionais travestis e transexuais**, nos termos desta resolução, o direito à **escolha de tratamento nominal a ser inserido no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social**, bem como nos **atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS**.

Parágrafo único O direito à inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social previsto na presente resolução **limita-se tão somente aos profissionais travestis e transexuais**, sendo **vedada a sua utilização por qualquer outra pessoa**.

Art. 2º As/os profissionais travestis e transexuais fazem jus à **inclusão do nome social junto à sua fotografia no anverso do Documento de Identidade Profissional**, deslocando-se o nome civil para o verso, respeitadas as demais características previstas no artigo 69 da Resolução CFESS nº 582 de 1 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2010, Seção 1.

Art. 3º A pessoa interessada **solicitará por escrito** a utilização do nome social no Documento de Identidade Profissional e indicará, **no momento da sua inscrição no CRESS**, o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

Parágrafo único As/Os Conselheiras/os, funcionárias/os e assessoras/es dos CRESS e do CFESS **deverão tratar a pessoa pelo prenome indicado**, que constará dos atos escritos de competência dos mesmos.

Art. 4º Fica **permitida a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais**, juntamente com o número do registro profissional.

Parágrafo único Para efeito de **tratamento profissional** das/dos assistentes sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, **deverá ser utilizado somente o nome social** e o número de registro.



Art. 5º As/os profissionais travestis e transexuais que fazem jus à inclusão do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social estão sujeitos aos procedimentos previstos na Resolução CFESS nº 696, de 15 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 244, de 17 de dezembro de 2014, Seção 1.

§ 1º As/os profissionais travestis e transexuais que solicitarem a substituição das atuais Carteiras e Cédulas pelo novo Documento de Identidade Profissional receberão o documento descrito no artigo 2º tão logo seja concluído o processo de formulação de layout específico pela empresa responsável pela emissão dos documentos.

§ 2º As inscrições solicitadas por profissionais travestis e transexuais, que gerarão obrigatoriamente a emissão do novo Documento de Identidade Profissional, sujeitam-se à regra estabelecida no parágrafo anterior.

§ 3º Enquanto não tiver sido concluído o processo descrito no § 1º, as/os profissionais travestis e transexuais que solicitarem a inscrição receberão, após a homologação, declaração do CRESS onde conste o número de inscrição com validade de 90 dias, prorrogáveis por igual período quando necessário.

§ 4º Os requerimentos de inscrição ou os pedidos de substituição das atuais Carteiras e Cédulas pelo novo Documento de Identidade Profissional realizados por profissionais travestis e transexuais, no período de 12 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017, custarão o valor estabelecido na Resolução CFESS nº 724/2015, ou seja, R\$ 79,12 (inscrição) e 59,32 (substituição).



(FCC - 2018) Ao dispor sobre a inclusão e uso do nome social do profissional, a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nº 785, de 22 de dezembro de 2016, estabelece que

- A. as/os profissionais travestis e transexuais fazem jus à inclusão do nome social junto à sua fotografia no anverso do Documento de Identidade Profissional, deslocando-se o nome civil para o verso.
- B. toda/o e qualquer profissional tem o direito à inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social.
- C. a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais fica vedada, constando o nome social na carteira de identidade profissional.
- D. deverá ser utilizado, para efeito de tratamento profissional das/dos Assistentes Sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, obrigatoriamente, o nome civil que consta no documento de identificação pessoal juntamente com o nome social e o número de registro.

E. a utilização do nome social das/dos Assistentes Sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, fica vedada, constando o nome social somente na carteira de identidade profissional.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

A. Correta. Art. 2º As/os profissionais travestis e transexuais fazem jus à inclusão do nome social junto à sua fotografia no anverso do Documento de Identidade Profissional, deslocando-se o nome civil para o verso, respeitadas as demais características previstas no artigo 69 da Resolução CFESS nº 582 de 1 de julho de 2010, (...)

B. Errado. O direito à inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social previsto na presente resolução limita-se tão somente aos profissionais travestis e transexuais, sendo vedada a sua utilização por qualquer outra pessoa.

C. Errado. Fica permitida a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais, juntamente com o número do registro profissional (Art. 4º).

D. Errado. Para efeito de tratamento profissional das/dos assistentes sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, deverá ser utilizado somente o nome social e o número de registro.

E. Errado. Não há vedação, pelo contrário, nesses casos deverá ser utilizado somente o nome social e o número de registro.

Gabarito: letra A.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador

Art. 1º As (Os) assistentes sociais **deverão contribuir**, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a **promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero**, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.

Art. 2º É **competência da/o assistente social** prestar **acompanhamento a sujeitos que buscam as transformações corporais** em consonância com suas expressões e identidade de gênero.

Art. 3º As(Os) assistentes sociais, ao realizarem o atendimento, deverão utilizar de seus referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, com base no Código de Ética da/o Assistente Social, **rejeitando qualquer avaliação ou modelo patologizado ou corretivo** da diversidade de expressão e identidade de gênero.

Art. 4º A atuação da(o) assistente social deve se **pautar pela integralidade da atenção à saúde** e considerar as **diversas necessidades das(os) usuárias(os)** e o **atendimento a seus direitos** tendo em



vista que esse **acompanhamento não deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos.**

Art. 5º Quando pertinente, cabe à(ao) assistente social **emitir opinião técnica** a respeito de **procedimentos relacionados às transformações corporais.**

Art. 6º A(O) assistente social **deverá respeitar o direito à autodesignação das/os usuáris** do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros.

Art. 7º É dever da(o) assistente social **defender a utilização do nome social das(os) usuáris(os)**, na perspectiva do aprofundamento dos direitos humanos.

Art. 8º Cabe à(ao) assistente social **atender e acompanhar crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans**, considerando as inúmeras dificuldades que enfrentam no contexto familiar, escolar e demais relações sociais nesta fase peculiar de desenvolvimento na perspectiva do Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social.

Art. 9º **É vedado à(ao) assistente social a utilização de instrumentos e técnicas que criem, mantenham ou reforcem preconceitos à população trans.**



(AOCP - 2019) Com base na Resolução CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a atuação profissional do(a) assistente social em relação ao processo transexualizador, assinale a alternativa correta.

- A. Os(as) assistentes sociais devem ter sua autonomia limitada para tratar de assuntos sobre a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.
- B. É vedado ao(à) assistente social emitir opinião técnica a respeito de procedimentos relacionados às transformações corporais.
- C. É dever do(a) assistente social defender a utilização do nome social dos(as) usuáris(as), somente após a regularização de seus documentos civis.
- D. O(a) assistente social deverá respeitar o direito à autodesignação dos(as) usuáris do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros.
- E. Cabe ao(à) assistente social ajustar e controlar o comportamento de crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans.

Comentário:

De acordo com a Resolução CFESS nº 845/2018 vamos analisar as alternativas:



A. ERRADA. Não se trata de autonomia limitada, pois sé um dever dos assistentes sociais contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente (Art. 1º).

B. ERRADA. Quando pertinente, cabe à(ao) assistente social emitir opinião técnica a respeito de procedimentos relacionados às transformações corporais (Art. 5º).

C. ERRADA. É dever da(o) assistente social defender a utilização do nome social das(os) usuárias(os), na perspectiva do aprofundamento dos direitos humanos, não somente após a regularização de seus documentos civis (Art. 7º).

D. CORRETA. Art. 6º A(O) assistente social deverá respeitar o direito à autodesignação das/os usuários do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros.

E. ERRADA. Não cabe ao profissional fazer qualquer tipo de ajuste ou controle de comportamento. De acordo com o art. 8º, cabe à(ao) assistente social atender e acompanhar crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans, considerando as inúmeras dificuldades que enfrentam no contexto familiar, escolar e demais relações sociais nesta fase peculiar de desenvolvimento na perspectiva do Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social.

Gabarito: letra D.

RESOLUÇÃO CFESS N° 992, de 22 de março de 2022.
Estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamentando os princípios II, VI e XI inscritos no Código de Ética Profissional.

Art. 1º. O/A assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá **abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação a pessoas com deficiência**, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais e com outros/as profissionais e trabalhadores/as.

Art. 2º Para efeitos desta Resolução considera-se:

I. **Deficiência:** resultante da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II. **Pessoas com deficiência:** aquelas que têm impedimentos de longo prazo que em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Abrange aquelas pessoas com deficiência física, intelectual, psicossocial, sensorial, múltipla, e outras avaliadas de forma biopsicossocial;



III. **Discriminação em razão de deficiência:** qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outros. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive recusa de adaptação razoável.

Art. 3º O/A assistente social deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da necessidade do respeito e promoção de oportunidades equitativas às pessoas com deficiência; prevenção e combate ao preconceito e discriminação.

Art. 4º **É vedado ao/à assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação e/ou opressão às pessoas com deficiência física, mental, intelectual, sensorial.**

Art. 5º **É dever do/a assistente social denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social/Cress, de sua área de ação, o/a colega que - no exercício profissional - seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, contra pessoa com deficiência, nos termos do artigo 21, do Código de Ética do/a Assistente Social.**

Art. 6º Os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, ao tomarem conhecimento de fatos ou de denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, relativas a atos e práticas de discriminação e/ou preconceito contra pessoas com deficiência, poderão, a seu critério, encaminhar às autoridades competentes para apuração e/ou oferecer representação, quando cabível, ao Ministério Público.

Art. 7º Os Conselhos Regionais de Serviço Social deverão aplicar **as penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional**, regulamentado pela Resolução Cfess nº 273 de 13 de março de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 1993, Seção 1, **ao/a assistente social que descumprir as normas previstas na presente Resolução**, após o devido processo e apuração pelos meios competentes, garantindo-se o direito a defesa e ao contraditório.



(VUNESP - 2023) A Resolução CFESS nº 992, de 22/03/2022, estabelece normas sobre atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social. De acordo com o artigo 5º da citada Resolução, ao/à colega que, no exercício profissional, seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa contra pessoa com deficiência, o assistente social tem, nos termos do Código de Ética, o dever de denunciá-lo/a

- A. ao Conselho Regional de Serviço Social.
- B. à autoridade policial.



- C. ao Órgão Gestor da Assistência Social.
- D. ao Ministério Público.
- E. ao Conselho da Pessoa com Deficiência.

Comentário:

De acordo com o Art. 5º da Resolução CFESS nº 992/2022, é dever do/a assistente social denunciar ao **Conselho Regional de Serviço Social/CRESS**, de sua área de ação, o/a colega que, no exercício profissional, seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, contra pessoa com deficiência, nos termos do "Art. 21º", do Código de Ética do/a Assistente Social.

Gabarito: letra A.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 1.031, DE 27 DE ABRIL DE 2023.
Dispõe sobre a Anotação da Responsabilidade Técnica no âmbito do Serviço Social, bem como regulamenta os procedimentos para a expedição da respectiva certidão pelos CRESS.

A **Resolução CFESS nº 1.031, de 27 de abril de 2023**, estabelece diretrizes para a **Anotação da Responsabilidade Técnica (ART)** no âmbito do Serviço Social e regulamenta os procedimentos para a expedição da respectiva certidão pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

A resolução permite que assistentes sociais, independentemente da designação do cargo, requeiram a ART para atuar como responsáveis técnicos pela equipe ou área de Serviço Social de uma pessoa jurídica, seja pública ou privada.



Mas o que é a ART e para que serve?

A **ART** é um ato administrativo que certifica a condição do assistente social para atuar na responsabilidade técnica no âmbito do Serviço Social da Pessoa Jurídica. Ou seja, a **ART** atribui ao assistente social a responsabilidade pelo planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços em matéria de Serviço Social, garantindo a qualidade e as condições éticas e técnicas da profissão.

O pedido de ART deve ser feito no ambiente de serviços online do CRESS, acompanhado de documentos específicos, e será avaliado pela Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), com base



no parecer expedido pela/o Agente Fiscal, e será homologado pelo Conselho Pleno do CRESS, devendo o trâmite do pedido ser concluído no prazo de até 45 dias corridos, a partir da confirmação de que todos os requisitos normativos foram cumpridos.



A resolução também estabelece que a **certidão de ART terá validade de 24 meses**, podendo ser renovada.

É vedada a concessão de ART a assistentes sociais voluntários, e a inadimplência NÃO impede o deferimento do pedido. Outro ponto importante é que a **resolução permite até três ARTs por assistente social**, desde que respeitado o limite mínimo de 20 horas semanais por vínculo.

Em caso de descumprimento das obrigações, o responsável técnico estará sujeito a procedimentos e penalidades estipuladas pelo Código Processual Disciplinar.

A resolução revogou a Resolução CFESS nº 792/2017 e a Orientação Normativa CFESS nº 02/2018, entrando em vigor 60 dias após sua publicação no Diário Oficial da União.

Vejamos seus principais artigos:

Art. 1º *É facultado a/ao Assistente Social, independentemente da designação do cargo genérico ou função de contratação, requerer Anotação da Responsabilidade Técnica no CRESS da jurisdição em que estiver inscrita/o, para atuar como responsável técnico pela equipe ou pela área de Serviço Social ou por toda a pessoa jurídica de direito público ou privado a que estiver vinculada/o.*

Parágrafo Primeiro *Entende-se por Anotação da Responsabilidade Técnica o ato administrativo proferido pelo CRESS que certifica a condição da/o Assistente Social Responsável Técnico para atuar no âmbito do Serviço Social da Pessoa Jurídica, com a incumbência de zelar pela qualidade dos serviços prestados e pelas condições éticas e técnicas da profissão.*

Parágrafo Segundo *A responsabilidade da/do Assistente Social Responsável Técnico por toda a pessoa jurídica limita-se às competências e atribuições privativas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei no 8.662/1993.*

Art. 2º *A Anotação da Responsabilidade Técnica atribui a/ao Assistente Social designada/o a responsabilidade pelo planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços em matéria de Serviço Social, devendo para tanto:*

I – Responsabilizar-se tecnicamente pelas atividades desenvolvidas pela pessoa jurídica que estejam no âmbito de suas atribuições profissionais;

II - Apor, em documentos de sua responsabilidade, seu nome e número de registro no CRESS, indicando a qualidade de Responsável Técnico;



III – Zelar pelo cumprimento das condições éticas e técnicas do exercício profissional da/o Assistente Social e pela qualidade dos serviços prestados, comunicando ao CRESS eventuais descumprimentos;

IV - Certificar-se da regular habilitação das/os profissionais de serviço social que integram o quadro técnico da pessoa jurídica a que se encontra vinculada/o, informando qualquer irregularidade aos seus superiores e ao CRESS;

V – Prestar todas as informações requeridas pelo CRESS que digam respeito ao regular exercício das atividades de Serviço Social desenvolvidas pela pessoa jurídica;

VI – Promover a guarda e conservação do material técnico profissional, em especial o de conteúdo sigiloso, em conformidade com as determinações inscritas no Capítulo V do Código de Ética Profissional da/o Assistente Social.

Parágrafo Primeiro *A/O Responsável Técnico está obrigada/o a desenvolver suas atividades com competência, diligência, eficiência e responsabilidade, nos termos que dispõe o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social.*

Parágrafo Segundo *Exclui-se da responsabilidade da/o Responsável Técnico os deveres éticos individuais, personalíssimos, não passíveis de transferência para outra/o profissional, exceto quando agir de forma conivente, omissa ou contribuir, direta ou indiretamente, para a ocorrência de violação ético-profissional.*

Art. 3º *O pedido de Anotação da Responsabilidade Técnica será requerido pela/o Assistente Social interessada/o no ambiente de serviços online do CRESS, onde serão anexados o seguinte:*

I – documento timbrado com CNPJ, firmado pelo responsável legal da pessoa jurídica, designando a/o Assistente Social interessado/a, onde constará a qualificação da/o profissional, a carga horária semanal, a data de início das atividades como Responsável Técnico e se a responsabilidade compreende a equipe, o setor de Serviço Social ou a totalidade da instituição;

II – comprovante de vínculo de trabalho remunerado.

Parágrafo Primeiro *Ao final da solicitação será encaminhado comunicado de confirmação do envio do requerimento.*

Parágrafo Segundo *Após envio do requerimento, o setor administrativo do CRESS ou a Cofi avaliará a documentação, e, em caso de pendência, deverá ser sanada em 20 dias corridos pela/o requerente, contados a partir do envio do comunicado, sob pena de arquivamento.*

Parágrafo Terceiro *Em caso de instabilidade ou impossibilidade de uso da plataforma eletrônica, será permitido, excepcionalmente, o envio da documentação por e-mail, que deverá ser obrigatoriamente substituída tão logo ocorra o restabelecimento do sistema, seja na própria plataforma ou por meio da apresentação dos originais.*



Parágrafo Quarto O CRESS convocará a/o profissional que teve seu pedido de Anotação da Responsabilidade Técnica deferido para promover a substituição da documentação enviada por e-mail pela documentação original, sob pena de revogação do ato de concessão.

Parágrafo Quinto Excepcionalmente, será permitido o pedido de forma presencial, ocasião em que o/a trabalhador/a do CRESS auxiliará a/o requerente a proceder com a inserção das informações e da documentação na plataforma eletrônica.

Art. 4º O pedido de Anotação da Responsabilidade Técnica será decidido pela Comissão de Orientação e Fiscalização e homologado pelo Conselho Pleno do CRESS, devendo o trâmite do pedido ser concluído no prazo de até 45 dias corridos, contados a partir da confirmação, pelo setor administrativo ou Cofi, de que todos os requisitos normativos foram cumpridos.

Parágrafo Primeiro O pedido será indeferido quando constatado que a/o requerente encontra-se cumprindo a penalidade ética de suspensão do exercício profissional ou teve o registro profissional cassado, ocasiões em que novo requerimento poderá ser formulado quando restabelecido o pleno gozo dos direitos profissionais.

Parágrafo Segundo A Comissão de Orientação e Fiscalização decidirá sobre o pedido de Anotação da Responsabilidade Técnica com base no parecer expedido pela/o Agente Fiscal, facultada a realização de providências previstas na Política Nacional de Fiscalização.

Parágrafo Terceiro Da decisão do Conselho Pleno do CRESS caberá recurso ao CFESS, no prazo de 30 dias corridos, contados do conhecimento inequívoco da decisão.

Parágrafo Quarto Recebido o recurso, o CRESS remeterá cópia integral dos autos ao CFESS em até 15 dias corridos, que julgará o caso em última instância administrativa no prazo de até 45 dias corridos.

Art. 5º Deferido o pedido de Anotação da Responsabilidade Técnica, o CRESS disponibilizará no ambiente de serviços online a “Certidão de Responsabilidade Técnica” com validade de 24 meses.

Parágrafo Primeiro O pedido de renovação da Anotação da Responsabilidade Técnica será formulado no ambiente de serviços online, em até 45 dias corridos antes do vencimento do prazo de validade.

Parágrafo Segundo Durante o prazo de validade da Anotação da Responsabilidade Técnica, caso venha a ser desligado da função ou tenha seu vínculo rompido com a pessoa jurídica, a/o Assistente Social deverá, obrigatoriamente, solicitar pedido de cancelamento ao CRESS, no prazo de até 30 dias corridos.

Parágrafo Terceiro A ausência da solicitação a que se refere o parágrafo anterior enseja o cancelamento ex officio da Anotação da Responsabilidade Técnica.



Art. 6º É vedada a concessão de Anotação da Responsabilidade Técnica à/ao Assistente Social voluntária/o.

Art. 7º A inadimplência da/o Assistente Social não impede o deferimento do pedido de Anotação da Responsabilidade Técnica.

Art. 8º Poderá ser concedida até três Anotações da Responsabilidade Técnica por Assistente Social, observado o limite mínimo de vinte horas semanais de carga horária por cada vínculo. Parágrafo único O limite previsto no caput abrange inclusive as anotações requeridas nos CRESS onde a/o profissional possuir inscrição secundária.

Art. 9º A/O Responsável Técnico e a pessoa jurídica onde desempenha suas atividades sujeitam-se às ações de orientação e fiscalização do CRESS.

Art. 10 É obrigação da/do Assistente Social Responsável Técnico manter atualizados perante o CRESS o seu cadastro e o da pessoa jurídica a que se encontra vinculada/o.

Art. 11 Em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Resolução, a/o Responsável Técnico estará sujeita/o aos procedimentos e penalidades estipuladas pelo Código Processual Disciplinar (Resolução CFESS nº 657/2013), após devidamente notificada/o pelo CRESS, no prazo de 30 (trinta) dias, para regularização da situação ou apresentação de informações, conforme avaliação do Conselho Regional.

Art. 12 As Certidões de Responsabilidade Técnica já expedidas passarão a ter validade de 24 meses, contados da entrada em vigor da presente Resolução, devendo os CRESS notificar as/os assistentes sociais do novo regramento.

Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CFESS.

Art. 14 Ficam revogadas a Resolução CFESS no 792/2017 e a Orientação Normativa CFESS no 02/2018.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias da data de sua publicação no Diário Oficial da União.



(QUADRIX - 2024) No que se refere à Resolução CFESS n.º 1.031/2023, que trata da anotação da responsabilidade técnica no âmbito do serviço social, julgue o item.



Após aprovação do pedido de anotação da responsabilidade técnica, o CRESS fornecerá, por meio do ambiente de serviços on-line, a certidão de responsabilidade técnica, válida por 24 meses.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está certo. De acordo com a Resolução CFESS nº 1.031/2023, após a aprovação do pedido de Anotação da Responsabilidade Técnica (ART), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) fornecerá a Certidão de Responsabilidade Técnica por meio do ambiente de serviços online. Esta certidão **terá validade de 24 meses**.

A resolução estabelece que o processo de solicitação e emissão da ART deve ser realizado de forma digital, facilitando o acesso e a gestão dos documentos pelos assistentes sociais. A validade de 24 meses garante que a responsabilidade técnica seja periodicamente revisada e atualizada, assegurando a qualidade e a conformidade dos serviços prestados.

Gabarito: Certo.

**RESOLUÇÃO CFESS N° 1.054, de 14 de novembro de 2023.
Estabelece normas vedando condutas de DISCRIMINAÇÃO
E/OU PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL no exercício
profissional do/a assistente social**

A **Resolução CFESS nº 1.054/2023** traz como **objetivo**: Estabelecer normas que vedam condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social, baseadas nos princípios do Código de Ética Profissional do/a assistente social.

Como **fundamentação** para elaboração do documento, considera as declarações, convenções, leis e estatutos nacionais e internacionais que defendem os direitos humanos, a igualdade, a diversidade e o combate ao racismo, bem como a formação social brasileira e o projeto ético-político do Serviço Social.

A **Resolução CFESS nº 1.054/2023** traz como

Vedações: Proíbe o/a assistente social de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação à raça, cor, etnia, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais, com outros/as profissionais, estagiários/as e trabalhadores/as; de utilizar ações, linguagens, instrumentos e técnicas que criem, mantenham ou reforcem preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação étnico-racial; e de constranger, impedir ou criminalizar manifestações artísticas, culturais, religiosas, estéticas, dentre outras de matrizes africanas ou alusivas à população negra, bem como indígenas ou outras populações tradicionais.

Art. 1º. É vedado ao/a assistente social no exercício de sua atividade profissional, incluindo cargos de gestão e cargos genéricos, abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação à raça, cor, etnia, na relação



com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais, com outros/as profissionais, estagiários/as e trabalhadores/as.

Art. 3º. É vedado ao/à assistente social a utilização de quaisquer ações, linguagens, instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação étnico-racial.

(...) Parágrafo segundo: É vedado ao/à assistente social constranger, impedir ou criminalizar manifestações artísticas, culturais, religiosas, estéticas, dentre outras de matrizes africanas ou alusivas à população negra, bem como indígenas ou outras populações tradicionais, sendo tais condutas práticas racistas e discriminatórias.

Deveres: Determina o dever do/a assistente social de contribuir para a reflexão ética e o fomento de ações antirracistas no âmbito do exercício profissional; de denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social/CRESS o/a assistente social que seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa em razão de aspectos relacionados à raça, cor e etnia; de informar e orientar a/o usuário/a a denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social tal conduta; e de utilizar instrumentos profissionais que possibilitem conhecer a realidade étnico-racial de grupos, instituições e territórios, com a finalidade de produção e análise de indicadores sociais que contribuam para o exercício profissional antirracista, bem como para elaboração de políticas voltadas para a população negra, indígena e outras populações tradicionais.

Art. 2º. O/A assistente social deverá contribuir, no âmbito do exercício profissional, para a reflexão ética sobre a necessidade do combate ao preconceito; a discriminação étnico-racial; para o fomento de ações antirracistas e a eliminação de todas as formas de racismo.

Art. 3º. Parágrafo primeiro: Às/aos assistentes sociais é permitida e indicada a utilização de instrumentos profissionais que possibilitem conhecer a realidade étnico-racial de grupos, instituições e territórios, com a finalidade de produção e análise de indicadores sociais que contribuam para o exercício profissional antirracista, bem como para elaboração de políticas voltadas para a população negra, indígena e outras populações tradicionais.

Art. 4º. É dever do/a assistente social denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social/CRESS, de sua atuação, o/a assistente social que - no exercício profissional - seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, em razão de aspectos relacionados à raça, cor e etnia, nos termos dos artigos 13 alínea "b" e alínea 21 "b", do Código de Ética do/a Assistente Social.

Art. 5º. É dever do/a assistente social informar e orientar a/o usuário/a a denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, conduta discriminatória e/ou preconceituosa em relação a raça, cor e etnia, praticado por assistente social, nos termos do Art. 5 alíneas "b" e "f" e Art. 6 alínea "c", do Código de Ética do/a Assistente Social.

Penalidades: Estabelece que os Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS poderão aplicar as penalidades previstas pelo Código de Ética Profissional ao/a assistente social que descumprir as



normas previstas na presente Resolução, após o devido processo democrático e apuração pelos meios competentes, garantindo-se o direito à defesa e ao contraditório; e que os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, ao tomarem conhecimento de fatos ou de denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, relativos a atos e práticas de discriminação e/ou preconceito contra raça, cor e etnia, poderão, após análise e a seu critério, encaminhar às autoridades competentes para apuração e/ou oferecer representação, quando cabível, ao Ministério Público.

Art. 6º. Os Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS poderão aplicar as penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional, regulamentado pela Resolução CFESS nº. 273 de 13 de março de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 1993, Seção 1, ao/a assistente social que descumprir as normas previstas na presente Resolução, após o devido processo democrático e apuração pelos meios competentes, garantindo-se o direito à defesa e ao contraditório.

Art. 7º. Os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, ao tomarem conhecimento de fatos ou de denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, relativas a atos e práticas de discriminação e/ou preconceito contra raça, cor e etnia, poderão, após análise e a seu critério, encaminhar às autoridades competentes para apuração e/ou oferecer representação, quando cabível, ao Ministério Público.



(CESPE/CEBRASPE - 2024) À luz da Resolução CFESS n.º 1.054/2023, julgue o item a seguir.

Embora não vede explicitamente a realização de ações de discriminação étnico-racial, a referida Resolução estabelece que o assistente social deverá contribuir, no âmbito do exercício profissional, para o combate ao preconceito e à discriminação e para a eliminação de todas as formas de racismo.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está **errado**. A Resolução CFESS nº 1.054/2023 **veda explicitamente a realização de ações de discriminação étnico-racial**. De acordo com o Artigo 1º da resolução, é vedado ao assistente social, no exercício de sua atividade profissional, praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação à raça, cor ou etnia.



Além disso, a resolução estabelece que o assistente social deve contribuir, no âmbito do exercício profissional, para a reflexão ética sobre a necessidade do combate ao preconceito e à discriminação étnico-racial, fomentando ações antirracistas e a eliminação de todas as formas de racismo.

Portanto, a Resolução CFESS nº 1.054/2023 não só estabelece a necessidade de combate ao preconceito e à discriminação, mas também veda explicitamente tais práticas.

Gabarito: Errado.



RESUMO – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DO CFESS APLICADAS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

○ **RESOLUÇÃO CFESS N° 299, de 30 de outubro de 1994.** Dispensa o pagamento da anuidade perante o CRESS de sua inscrição, o Assistente Social que completar 60 (sessenta) anos de idade.

Fica **dispensado do pagamento da anuidade**, perante o CRESS de sua inscrição, o/a assistente social que completar **60 (sessenta) anos de idade**.

○ **RESOLUÇÃO CFESS N° 383 de 29 de março de 1999.** Caracteriza o assistente social como profissional da saúde.

Não é um profissional exclusivamente da área da saúde, podendo estar inserido em outras áreas.

○ **RESOLUÇÃO CFESS N° 489 de 03 de junho de 2006.** Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social.

Deverá abster-se de práticas e condutas discriminatórias ou preconceituosas de orientação sexual e contribuir para eliminá-las.

Dever de denunciar ao CRESS as PJ ou PF qualquer conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual.

Vedado instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação.

○ **RESOLUÇÃO CFESS nº 493 de 21 de agosto de 2006.** Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

Obrigatório: espaço suficiente p/ abordagens individuais e coletivas; iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno; recursos que garantam a privacidade do usuário; ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados; espaço adequado para colocação de arquivos.

Atendimento com portas fechadas p/ garantir sigilo.

Material técnico: caráter reservado, podendo estar em outro espaço com acesso restrito.

Informar por escrito a inadequação, se não resolver, informar por escrito o CRESS.



○ **RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social**

Unidades de Ensino informar ao CRESS, semestralmente, em 30 dias: campos credenciados; nome e nº CRESS dos responsáveis pela supervisão; nome do estagiário e semestre.

Novas vagas: informar em até 15 dias. Senão: multa de 1 a 5 x anuidade.

Supervisão direta (atribuição privativa): supervisor de campo: AS da instituição; supervisor acadêmico: AS da Unidade de Ensino.

Requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade

Número de estagiários: máximo de 1 p/ cada 10 horas semanais de trabalho.

Cabe ao supervisor de campo: apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino.

Cabe aos supervisores acadêmico e de campo: avaliar abertura e encerramento do estágio; acordar sobre o início, a inserção e o nº de estagiários; planejar as atividades; verificar o semestre correto do estágio; realizar reuniões de orientação; atestar e reconhecer as horas de estágio e emitir avaliação e nota.

Cabe aos supervisores acadêmico e de campo e estagiário: construir plano de estágio.

○ **RESOLUÇÃO CFESS Nº 556 de 15 de setembro de 2009. Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social**

Material técnico sigiloso: contém informações sigilosas contidas em relatórios de atendimentos, entrevistas, estudos sociais e pareceres, que podem comprometer ou colocar o usuário em situação de risco.

Material técnico não sigiloso: relatórios de gestão, relatórios técnicos, pesquisas, projetos, planos, programas sociais, fichas cadastrais, roteiros de entrevistas, estudos sociais e outros procedimentos operativos.

Demissão ou exoneração: repassado tudo ao AS substituto. Na impossibilidade: lacrado na presença de alguém do CRESS até a chegada do substituto que abrirá na presença de alguém do CRESS. Na impossibilidade de alguém do CRESS, AS abre e manda relatório circunstanciado.

Extinção do Serviço Social da instituição: material poderá ser incinerado e comunicado ao CRESS.

Lacração: anotado em Termo em 3 vias e assinado pelo AS e representante do CRESS.



○ **RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009 de 15 de setembro de 2009.** Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.

Art. 1º: A opinião técnica sobre matéria de serviço social é **atribuição privativa** do assistente social, que deve ter competência, autonomia e compromisso ético.

Art. 2º: O assistente social deve **atuar com autonomia e respeitar as normas legais, técnicas e éticas** de sua profissão, **não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições.**

Art. 3º: O assistente social **deve integrar equipes multiprofissionais e estimular o trabalho interdisciplinar**, respeitando as normas e limites das outras profissões.

Art. 4º: O assistente social **deve garantir a especificidade de sua área de atuação** em equipes multiprofissionais, **destacando sua área de conhecimento separadamente, seu âmbito de intervenção, seus instrumentos e sua análise social.** O assistente social **deve emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área e de sua atribuição legal**, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.

○ **RESOLUÇÃO CFESS Nº 569, de 25 de março de 2010.** Dispõe sobre a **VEDAÇÃO** da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

A realização de terapias **não** constitui atribuição e competência do assistente social.

Terapias individuais, grupais e/ou comunitárias: Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas; Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique.

○ **RESOLUÇÃO CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011.** Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero.

Substituiu a designação **“opção sexual”** por **“orientação sexual”** e no princípio XI substituiu gênero por **“identidade de gênero”**.

Introduziu em todo o texto do Código de Ética do Assistente Social a linguagem de gênero, adotando forma feminina e masculina: **“o/a; os/as; trabalhadores/as, etc.”**.

○ **RESOLUÇÃO CFESS nº 785, de 22 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a **inclusão e uso do nome social** da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional.



Direito à inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional: somente aos profissionais **travestis e transexuais**, sendo **vedada a sua utilização por qualquer outra pessoa**.

Inclusão do nome social junto à sua fotografia no **anverso** do Documento de Identidade Profissional.

Permitida a utilização do nome social nas **assinaturas** decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais.

Tratamento profissional: deverá ser utilizado somente o nome social e o número de registro.

○ **RESOLUÇÃO CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador

Competência: acompanhamento a sujeitos que buscam as transformações corporais. Quando pertinente, cabe emitir opinião técnica.

Atender e acompanhar crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans

Acompanhamento **não deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos**.

É vedado ao AS a utilização de instrumentos e técnicas que criem, mantenham ou reforcem preconceitos à população trans.

○ **RESOLUÇÃO CFESS Nº 992, de 22 de março de 2022.** Estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social.

Deficiência: resultante da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

Pessoas com deficiência: aquelas que têm impedimentos de longo prazo que em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Abrange aquelas pessoas com deficiência física, intelectual, psicossocial, sensorial, múltipla, e outras avaliadas de forma biopsicossocial;

Discriminação em razão de deficiência: qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outros. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive recusa de adaptação razoável.



Deve **abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas** em relação a pessoas com deficiência, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais e com outros/as profissionais e trabalhadores/as.

Art. 4º **É vedado ao/à assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação e/ou opressão às pessoas com deficiência física, mental, intelectual, sensorial.**

Deve **denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social/Cress, de sua área de ação, o/a colega que - no exercício profissional - seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, contra pessoa com deficiência**, nos termos do artigo 21, do Código de Ética do/a Assistente Social.

○ **RESOLUÇÃO CFESS Nº 1.031, DE 27 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre a Anotação da Responsabilidade Técnica no âmbito do Serviço Social, bem como regulamenta os procedimentos para a expedição da respectiva certidão pelos CRESS.**

A **Resolução CFESS nº 1.031, de 27 de abril de 2023**, estabelece diretrizes para a **Anotação da Responsabilidade Técnica (ART)** no âmbito do Serviço Social e regulamenta os procedimentos para a expedição da respectiva certidão pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

A resolução permite que assistentes sociais, independentemente da designação do cargo, requeiram a ART para atuar como responsáveis técnicos pela equipe ou área de Serviço Social de uma pessoa jurídica, seja pública ou privada.

A **ART** é um ato administrativo que certifica a condição do assistente social para atuar na responsabilidade técnica no âmbito do Serviço Social da Pessoa Jurídica. Ou seja, a **ART** atribui ao assistente social a responsabilidade pelo planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços em matéria de Serviço Social, garantindo a qualidade e as condições éticas e técnicas da profissão.

O pedido de ART deve ser feito no ambiente de serviços online do CRESS, acompanhado de documentos específicos, e será avaliado pela Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), com base no **parecer expedido pela/o Agente Fiscal**, e será homologado pelo Conselho Pleno do CRESS, devendo o trâmite do pedido ser concluído no prazo de até 45 dias corridos, a partir da confirmação de que todos os requisitos normativos foram cumpridos.

A resolução também estabelece que a **certidão de ART terá validade de 24 meses**, podendo ser renovada.

É vedada a concessão de ART a assistentes sociais voluntários, e a **inadimplência NÃO impede o deferimento do pedido**. Outro ponto importante é que a **resolução permite até três ARTs por assistente social**, desde que respeitado o limite mínimo de 20 horas semanais por vínculo.



Em caso de descumprimento das obrigações, o responsável técnico estará sujeito a procedimentos e penalidades estipuladas pelo Código Processual Disciplinar.

A resolução revogou a Resolução CFESS nº 792/2017 e a Orientação Normativa CFESS nº 02/2018, entrando em vigor 60 dias após sua publicação no Diário Oficial da União.

○ **RESOLUÇÃO CFESS Nº 1.054/2023. Estabelece normas que vedam condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social, baseadas nos princípios do Código de Ética Profissional do/a assistente social.**

Vedações: Proíbe o/a assistente social de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação à raça, cor, etnia, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais, com outros/as profissionais, estagiários/as e trabalhadores/as; de utilizar ações, linguagens, instrumentos e técnicas que criem, mantenham ou reforcem preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação étnico-racial; e de constranger, impedir ou criminalizar manifestações artísticas, culturais, religiosas, estéticas, dentre outras de matrizes africanas ou alusivas à população negra, bem como indígenas ou outras populações tradicionais.

Deveres: Determina o dever do/a assistente social de contribuir para a reflexão ética e o fomento de ações antirracistas no âmbito do exercício profissional; de denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social/CRESS o/a assistente social que seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa em razão de aspectos relacionados à raça, cor e etnia; de informar e orientar a/o usuária/o a denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social tal conduta; e de utilizar instrumentos profissionais que possibilitem conhecer a realidade étnico-racial de grupos, instituições e territórios, com a finalidade de produção e análise de indicadores sociais que contribuam para o exercício profissional antirracista, bem como para elaboração de políticas voltadas para a população negra, indígena e outras populações tradicionais.

Penalidades: Estabelece que os Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS poderão aplicar as penalidades previstas pelo Código de Ética Profissional ao/a assistente social que descumprir as normas previstas na presente Resolução, após o devido processo democrático e apuração pelos meios competentes, garantindo-se o direito à defesa e ao contraditório; e que os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, ao tomarem conhecimento de fatos ou de denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, relativos a atos e práticas de discriminação e/ou preconceito contra raça, cor e etnia, poderão, após análise e a seu critério, encaminhar às autoridades competentes para apuração e/ou oferecer representação, quando cabível, ao Ministério Público.



MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 493/2006

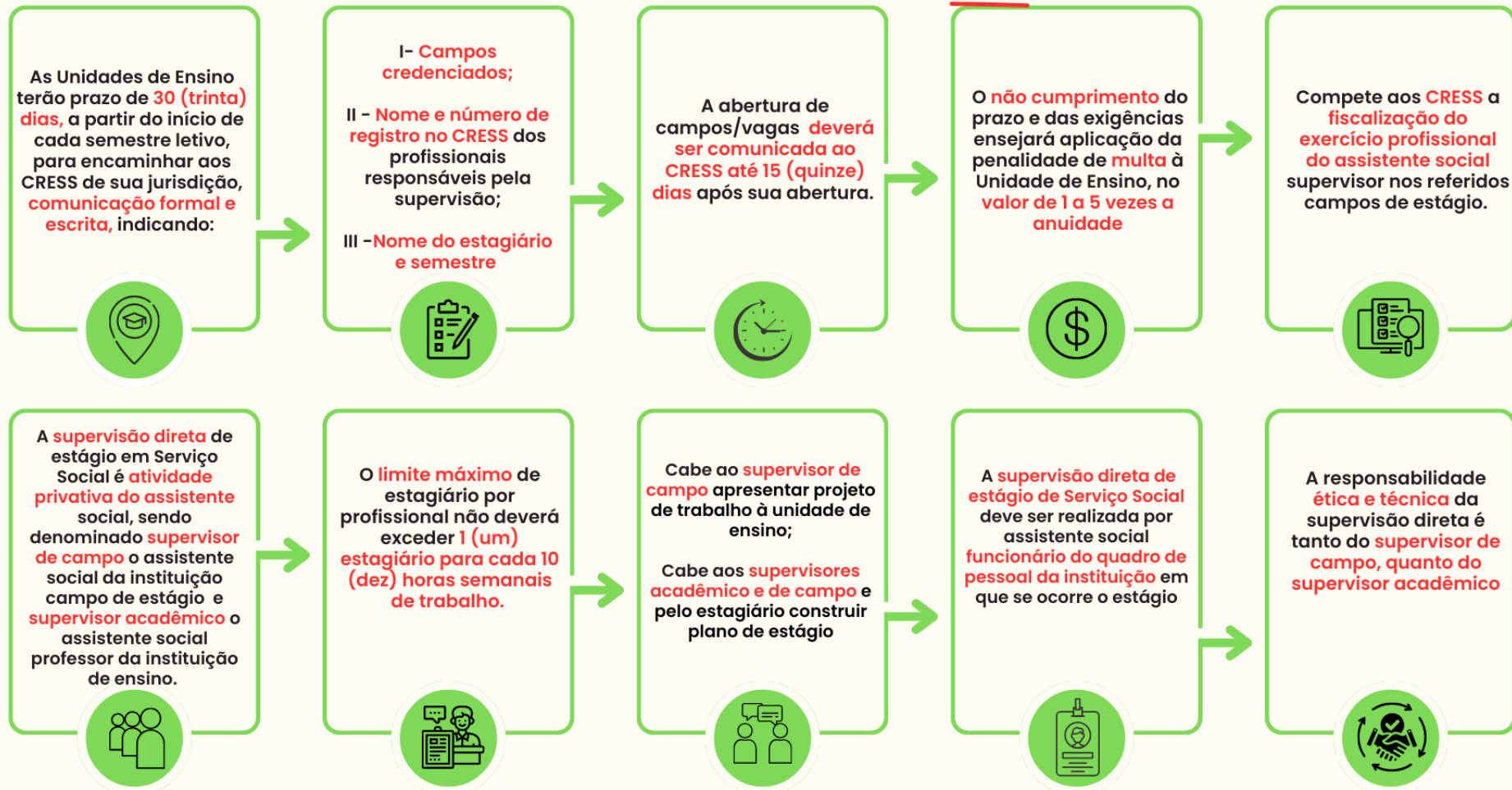


MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 489/2006



MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 533/2008

RESOLUÇÃO CFESS Nº 533/08



MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 556/2009



Material técnico:

Conjunto de instrumentos produzidos de caráter **não sigiloso**, que viabiliza a continuidade do Serviço Social e a defesa dos interesses dos usuários



Material técnico sigiloso:

É toda documentação produzida, que pela natureza de seu conteúdo, **deva ser de conhecimento restrito**

Exemplos de Material técnico:

- ↳ Relatórios de gestão;
- ↳ Relatórios técnicos;
- ↳ Pesquisas;
- ↳ Projetos, planos, programas sociais;
- ↳ Fichas cadastrais,;
- ↳ Roteiros de entrevistas;
- ↳ Estudos sociais, dentre outros.

Em caso de demissão ou exoneração

O/a assistente social **deverá repassar todo o material técnico, sigiloso ou não, ao assistente social que vier a substituí-lo**. Caso contrário, deverá ser lacrado na presença de um representante ou fiscal do CRESS

RESOLUÇÃO CFESS Nº 556/09

Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social

Em caso de extinção do Serviço Social da instituição:

O material técnico-sigiloso **poderá ser incinerado pelo profissional responsável por este serviço, até aquela data, que também procederá a imediata comunicação, por escrito, ao CRESS.**

Caracteriza-se:

Por conter **informações sigilosas**, cuja divulgação comprometa a **imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade e outros, das pessoas envolvidas.**

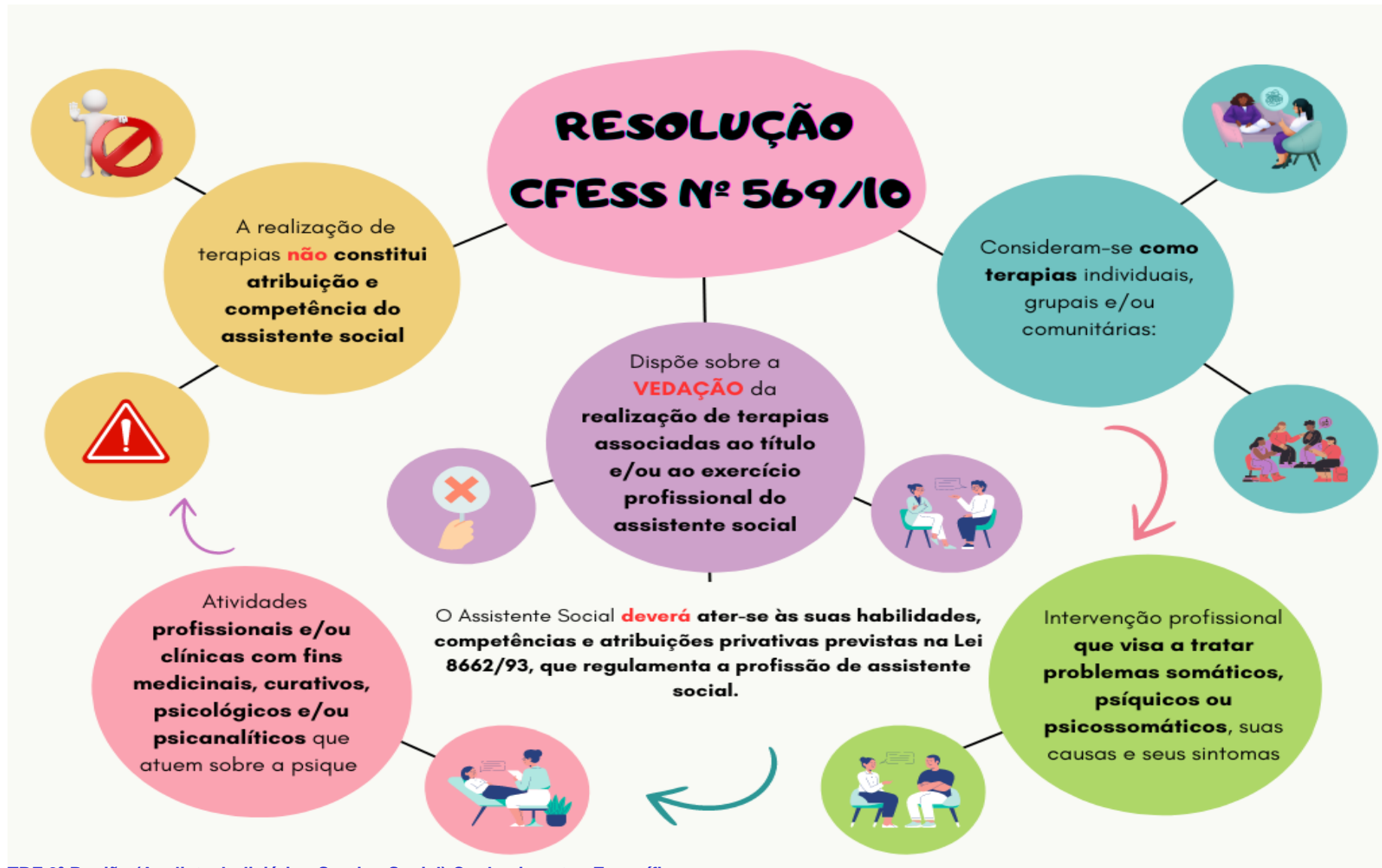
O/A assistente social garantirá:

O **caráter confidencial** das informações que vier a receber em razão de seu trabalho, indicando nos documentos sigilosos respectivos a menção: **“sigiloso”**.

MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 557/2009



MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 569/2010



MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 785/2016

RESOLUÇÃO CFESS Nº 785/16

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO E USO DO NOME SOCIAL DA ASSISTENTE SOCIAL TRAVESTI E DA/DO ASSISTENTE SOCIAL TRANSEXUAL NO DOCUMENTO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL.

AS/OS PROFISSIONAIS

Travestis e transexuais que solicitarem a inscrição, enquanto não tiver sido concluído o processo de substituição das atuais carteiras, receberão, após a homologação, declaração do CRESS onde conste o número de inscrição com validade de 90 dias, prorrogáveis por igual período quando necessário.

PARA EFEITO DE TRATAMENTO PROFISSIONAL

Das/dos assistentes sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, deverá ser utilizado somente o nome social e o número de registro.

FICA PERMITIDA

A utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais, juntamente com o número do registro profissional.

AS/OS CONSELHEIRAS/OS

Funcionárias/os e assessoras/es dos CRESS e do CFESS deverão tratar a pessoa pelo prenome indicado, que constará dos atos escritos de competência dos mesmos.

A PESSOA INTERESSADA

Solicitará por escrito a utilização do nome social no Documento de Identidade Profissional e indicará, no momento da sua inscrição no CRESS, o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

É ASSEGURADO

Aos profissionais travestis e transexuais, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS.

O DIREITO

À inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social limita-se tão somente aos profissionais travestis e transexuais, sendo VEDADA a sua utilização por qualquer outra pessoa.

PROFISSIONAIS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Fazem jus à inclusão do nome social junto à sua fotografia no anverso do Documento de Identidade Profissional, deslocando-se o nome civil para o verso



MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 845/18

RESOLUÇÃO CFESS Nº 845/18



As (Os) assistentes sociais **deverão** contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a **promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero**, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.



É **vedado** à(o) assistente social a **utilização de instrumentos e técnicas que criem, mantenham ou reforcem preconceitos à população trans**.



Cabe à(o) assistente social **atender e acompanhar** crianças e adolescentes que **manifestem expressões de identidades de gênero trans** na perspectiva do Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social.



É **dever** da(o) assistente social defender a utilização do nome social das(os) usuárias(os), na **perspectiva do aprofundamento dos direitos humanos**.

Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador



É **competência** da/o assistente social **prestar acompanhamento a sujeitos que buscam as transformações corporais em consonância com suas expressões e identidade de gênero**.



As(Os) assistentes sociais, ao realizarem o atendimento, **deverão** utilizar de seus **referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, com base no Código de Ética da/o Assistente Social**, rejeitando qualquer avaliação ou modelo patologizado ou corretivo da diversidade de expressão e identidade de gênero.



A atuação da(o) assistente social **deve se pautar pela integralidade da atenção à saúde e considerar as diversas necessidades das(os) usuárias(os)** e o atendimento a seus direitos tendo em vista que esse acompanhamento não deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos.



A(O) assistente social **deverá** respeitar o direito à **autodesignação das/os usuários do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros**.



Quando pertinente, cabe à(o) assistente social **emitir opinião técnica a respeito de procedimentos relacionados às transformações corporais**.



MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 992/22

O/A assistente social

Deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a **reflexão ética sobre o sentido da necessidade do respeito e promoção de oportunidades equitativas às pessoas com deficiência; prevenção e combate ao preconceito e discriminação.**



O/A assistente social

Deverá abster-se de **praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação a pessoas com deficiência**, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais e com outros/as profissionais e trabalhadores/as.

É vedado

Ao/à assistente social a **utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação e/ou opressão às pessoas com deficiência física, mental, intelectual, sensorial.**

É dever

Do/a assistente social **denunciar** ao Conselho Regional de Serviço Social/Cress, de sua área de ação, o/a colega que - no exercício profissional - seja **conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, contra pessoa com deficiência.**

RESOLUÇÃO CFESS Nº 992/22



Estabelece normas **vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social**

Importante!

Os Conselhos Regionais de Serviço Social deverão aplicar as penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional, regulamentado pela Resolução Cfess nº 273 de 13 de março de 1993.

Para efeitos desta Resolução considera-se:

Deficiência: resultante da **interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;**

Pessoas com deficiência: aquelas que têm **impedimentos de longo prazo que em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.** Abrange aquelas pessoas com deficiência física, intelectual, psicossocial, sensorial, múltipla, e outras avaliadas de forma biopsicossocial;

Discriminação em razão de deficiência: **qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais**

MAPAS MENTAIS – RESOLUÇÃO CFESS 1.054/23

É DEVER

Do/da Assistente Social contribuir, no âmbito do exercício profissional, para a **reflexão ética sobre a necessidade do combate ao preconceito; a discriminação étnico-racial;** para o fomento de ações antirracistas e a eliminação de todas as formas de racismo.

É DEVER

Do/a assistente social **denunciar** ao Conselho Regional de Serviço Social/CRESS, de sua atuação, o/a assistente social que - no exercício profissional - **seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, em razão de aspectos relacionados à raça, cor e etnia..**

É DEVER

Da/o assistente social **informar e orientar** a/o usuário/a o **denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, conduta discriminatória e/ou preconceituosa em relação a raça, cor e etnia, praticado por assistente social.**

RESOLUÇÃO CFESS Nº 1.054/23

ESTABELECE NORMAS VEDANDO CONDUTAS DE DISCRIMINAÇÃO E/OU PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL



É VEDADO

Ao/a assistente social no exercício de sua atividade profissional, incluindo cargos de gestão e cargos genéricos, **abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação à raça, cor, etnia, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais, com outros/as profissionais, estagiários/as e trabalhadores/as.**

É VEDADO

Ao/à assistente social a **utilização de quaisquer ações, linguagens, instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação étnico-racial.**

É VEDADO

Ao/à assistente social **constranger, impedir ou criminalizar manifestações artísticas, culturais, religiosas, estéticas, dentre outras de matrizes africanas ou alusivas à população negra, bem como indígenas ou outras populações tradicionais, sendo tais condutas práticas racistas e discriminatórias.**

OBJETIVO

Estabelecer normas que vedam condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social, baseadas nos princípios do Código de Ética Profissional do/a assistente social.

FUNDAMENTAÇÃO

Considera as **declarações, convenções, leis e estatutos nacionais e internacionais que defendem os direitos humanos, a igualdade, a diversidade e o combate ao racismo, bem como a formação social brasileira e o projeto ético-político do Serviço Social.**

LISTA DE QUESTÕES – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES CFESS - MULTIBANCAS

1. (QUADRIX - 2024) De acordo com a Resolução CFESS n. 1.031/23, a anotação da responsabilidade técnica (ART) é “o ato administrativo proferido pelo CRESS que certifica a condição do assistente social responsável técnico para atuar no âmbito do serviço social da pessoa jurídica”. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta a respeito das diretrizes dadas por essa Resolução.

A) A anotação da responsabilidade técnica atribui ao assistente social o dever de certificar-se da regular habilitação da equipe multidisciplinar que integra o quadro técnico da pessoa jurídica a que se encontra vinculada, informando qualquer irregularidade a seus superiores e respectivos conselhos profissionais.

B) Inclui-se na responsabilidade do responsável técnico os deveres éticos individuais, personalíssimos, e passíveis de transferência para outro profissional.

C) O pedido de anotação da responsabilidade técnica deverá ser requerido pelo assistente social interessado de forma presencial, no CRESS de sua jurisdição, com a entrega do formulário com assinatura reconhecida em firma e a documentação necessária.

D) A concessão de anotação da responsabilidade técnica ao assistente social voluntário deverá ser incentivada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.

E) A inadimplência do assistente social não impede o deferimento do pedido de anotação da responsabilidade técnica.

2. (QUADRIX - 2024) No que se refere à Resolução CFESS n. 1.031/2023, que trata da anotação da responsabilidade técnica no âmbito do serviço social, julgue o item.

Após aprovação do pedido de anotação da responsabilidade técnica, o CRESS fornecerá, por meio do ambiente de serviços on-line, a certidão de responsabilidade técnica, válida por 24 meses.

() Certo () Errado

3. (QUADRIX - 2024) No que se refere à Resolução CFESS n. 1.031/2023, que trata da anotação da responsabilidade técnica no âmbito do serviço social, julgue o item.

A comissão de orientação e fiscalização decidirá sobre o pedido de anotação da responsabilidade técnica com base no parecer expedido pelo agente fiscal.



Certo Errado

4. (QUADRIX - 2024) No que se refere à Resolução CFESS n.º 1.031/2023, que trata da anotação da responsabilidade técnica no âmbito do serviço social, julgue o item.

A anotação da responsabilidade técnica é o ato administrativo emitido pelo CRESS, atestando a condição do assistente social responsável técnico para atuar no âmbito do serviço social da pessoa física.

Certo Errado

5. (CESPE/CEBRASPE - 2024) À luz da Resolução CFESS n.º 1.054/2023, julgue o item a seguir.

Embora não vede explicitamente a realização de ações de discriminação étnico-racial, a referida Resolução estabelece que o assistente social deverá contribuir, no âmbito do exercício profissional, para o combate ao preconceito e à discriminação e para a eliminação de todas as formas de racismo.

Certo Errado

6. (CESPE/CEBRASPE - 2024) À luz da Resolução CFESS n.º 1.054/2023, julgue o item a seguir.

É vedado ao assistente social realizar qualquer prática que cause constrangimento, impeça ou criminalize manifestações religiosas culturais ou artísticas de matrizes africanas ou referentes à população negra, bem como aos povos indígenas e populações tradicionais.

Certo Errado

7. (QUADRIX - 2024) De acordo com a resolução CFESS nº. 1.054/23, é dever do assistente social informar e orientar o usuário a denunciar a conduta discriminatória e(ou) preconceituosa em relação à raça, à cor e à etnia praticada por assistente social. Com base nessa informação, assinale a alternativa correta que apresenta o local onde essa denúncia deve ser realizada, conforme essa resolução.

A) Delegacia Especializada de Investigação de Crimes de Racismo

B) Ministério Público



- C) Defensoria Pública
- D) Conselho Regional de Serviço Social
- E) Conselho de Promoção da Igualdade Racial

8. (FUNCERN - 2024) O atendimento efetuado pelo assistente social, segundo a Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, deve ser feito

- A) com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.
- B) em espaço aberto para que o usuário não se sinta constrangido.
- C) com portas fechadas, de forma a garantir a climatização do espaço físico.
- D) em sala coletiva, com outros profissionais, a fim de propiciar o trabalho interdisciplinar.

9. (FUNCERN - 2023) O local de atendimento do(a) assistente social ao público usuário deve ter condições adequadas para que o exercício profissional possa ser executado de forma qualificada ética e tecnicamente. Diante disso, é correto constatar:

- A) apesar de existir uma legislação que regulamenta sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, não existe um detalhamento de quais são as condições adequadas dos locais de trabalho, provocando, assim, uma indefinição do que seriam as condições mínimas a serem exigidas.
- B) não existe nenhuma legislação que regulamenta as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, fazendo com que muitos espaços ocupacionais não possuam as mínimas condições que permitam um adequado atendimento individual e coletivo e que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.
- C) tem-se a Resolução do CFESS, nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, que preconiza as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, mas não se tem previsto quem fiscaliza essas condições e quais as formas de disciplinar o cumprimento do estabelecido na resolução.
- D) tem-se a Resolução do CFESS, nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, que preconiza que o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, e especifica quais são as características físicas dos locais dos serviços prestados pelo Serviço Social.



10. (FCC - 2023) O material técnico sigiloso do Serviço Social tem sua compreensão expressa na Resolução CFESS nº 556/2009, entendendo-se que material técnico sigiloso

- A) é a perícia judicial realizada pelo/a Assistente Social, culminando em um laudo social, onde estarão contidas não só as informações sobre o usuário, mas todas as relações postas na sua rede de convivência primária e secundária.
- B) é toda documentação produzida que, pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento irrestrito e, portanto, requeiram medidas de salvaguarda para sua custódia e divulgação.
- C) caracteriza-se por conter informações sigilosas, cuja divulgação comprometa a imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade, das pessoas envolvidas, cujas informações respectivas estejam contidas em relatórios de atendimentos, entrevistas, estudos sociais e pareceres que possam, também, colocar os usuários em situação de risco ou provocar outros danos.
- D) é o conjunto de instrumentos produzidos para o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais, que viabiliza a continuidade do Serviço Social e a defesa dos interesses dos usuários, como: relatórios de gestão, relatórios técnicos, pesquisas, projetos, planos, programas sociais, fichas cadastrais, roteiros de entrevistas, estudos sociais e outros procedimentos operativos.
- E) é uma prerrogativa do/a Assistente Social de definir qual é o material que será tratado como sigiloso, independente do sigilo profissional, mas desde que o profissional o indique.

11. (FCC - 2023) A Resolução CFESS 594/2011 traz as alterações procedidas no Código de Ética Profissional dos/das Assistentes Sociais, de que se adequam às correções formais e de conteúdo, reconhecendo

- A) a linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina.
- B) um posicionamento político, frente às condições de trabalho do/da Assistente Social.
- C) as mudanças de nomenclatura de “orientação sexual” para “identidade de gênero”.
- D) a importância de reafirmar princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político, condizente com o projeto societário vigente.
- E) a possibilidade da inclusão e uso do nome social da Assistente Social travesti e do(a) Assistente Social transexual nos documentos de identidade profissional.



12. (FCC - 2023) Em referência às relações do/a Assistente Social com a Justiça, conforme disposto no Código de Ética Profissional e na Resolução do CFESS nº 559/2009, analise as assertivas abaixo.

I. É dever do/a Assistente Social apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos.

II. É direito do/a Assistente Social comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a prestar depoimento, para declarar que está obrigado/a a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

III. É vedado ao/à Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

IV. O objeto da perícia deverá ser o mesmo para perito e assistente técnico, que deverão possuir a mesma habilitação profissional, na hipótese de se manifestarem sobre matéria de Serviço Social, atribuição privativa do profissional habilitado nos termos da Lei nº 8.662/1993.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) I, II e III.

B) II e III.

C) I, III e IV.

D) I e IV.

E) II e IV.

13. (CS-UFG - 2023) Nos marcos da resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008, do CFESS, o Estágio Supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da

A) indicação pela parte concedente do supervisor com formação/experiência na área de conhecimento do local de realização do estágio.

B) avaliação por parte da unidade formadora das condições do local de estágio que deve propiciar o aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos.

C) inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.



D) celebração de termo de compromisso entre o aluno, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino com vistas ao desenvolvimento do estágio.

14. (VUNESP - 2023) A Resolução CFESS nº 992, de 22/03/2022, estabelece normas sobre atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social. De acordo com o artigo 5º da citada Resolução, ao/à colega que, no exercício profissional, seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa contra pessoa com deficiência, o assistente social tem, nos termos do Código de Ética, o dever de denunciá-lo/a

- A. ao Conselho Regional de Serviço Social.
- B. à autoridade policial.
- C. ao Órgão Gestor da Assistência Social.
- D. ao Ministério Público.
- E. ao Conselho da Pessoa com Deficiência.

15. (VUNESP - 2023) A respeito do atendimento efetuado pelo assistente social, o CFESS determina que deve ser realizado com portas fechadas; determina ainda que o material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais. Havendo inadequações que contrariem tais previsões e deixando a entidade de tomar providências sugeridas pelo assistente social, o CRESS deve ser informado, para intervir na situação. De acordo com o art 7º (parágrafo segundo), da Resolução nº 493/2006, caso o assistente social não cumpra tais exigências, se omitindo ou sendo conivente com as inadequações, será notificado a tomar as medidas cabíveis, sob pena de

- A) rescisão de seu contrato de trabalho.
- B) retenção de sua identidade profissional.
- C) apuração de sua responsabilidade ética.
- D) suspensão temporária de suas atividades.
- E) aplicação de advertência e multa.



16. (COMVEST UFAM - 2023) A Resolução CFESS nº 992, de 22 de março de 2022, estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do(a) Assistente Social. Sobre essa resolução, é INCORRETO dizer que:

- A) considera a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”.
- B) considera a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- C) considera o parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal.
- D) não considera o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993).
- E) considera o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, em que se tem a Promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

17. (COMVEST UFAM - 2023) A Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social. Em relação às características físicas do local de atendimento destinado ao Assistente Social, é INCORRETO dizer que:

- A) haja iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional.
- B) haja ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas.
- C) é obrigatório o uso de tons e texturas neutras nas paredes para tranquilizar o ambiente.
- D) haja espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.
- E) haja recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.

18. (CPCON - 2023) Com o objetivo de fortalecer o enfrentamento a todas as formas de preconceito, no que diz respeito à identidade de gênero, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou a Resolução CFESS nº 615, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Acerca da referida Resolução, analise as afirmações a seguir e assinale com (V) para verdadeiro e (F) para falso:



() Assegurou às pessoas travestis e transexuais, nos termos da referida resolução, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na Cédula e na Carteira de Identidade Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS.

() Estabeleceu que as pessoas travestis e transexuais, que tenham retificado seus nomes, poderão incluir o nome social na Carteira de Identidade Profissional.

() Recomendou ao conjunto CFESS-CRESS a realização de formações para que a categoria profissional inclua o nome social dos usuários nos formulários de uso profissional.

() Indicou que todas as Carteiras e Cédulas de Identidade profissional serão expedidas pelos CRESS contendo um campo adequado para inserção do nome social.

() Proibiu a utilização do nome social nas assinaturas, decorrentes do trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, juntamente com o número do registro profissional.

A alternativa que contém a sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses é:

A) V, F, F, V, F.

B) F, V, V, V, V.

C) V, F, F, F, F.

D) F, F, F, V, F.

E) V, V, F, V, F.

19. (CONSULPAM - 2023) A Resolução CFESS N.º 569, de 25 de março de 2010, dispõe sobre as terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do Assistente Social. Acerca dessa temática, assinale a alternativa CORRETA.

A) A realização de terapias não constitui atribuição privativa, mas sim competência profissional do Assistente Social.

B) É permitido ao Assistente Social a realização de terapias, desde que sejam grupais e/ou comunitárias.

C) É autorizado ao Assistente Social a condução de terapias somente nas atividades coletivas e quando o profissional estiver inserido numa equipe interdisciplinar com profissionais da área psicossocial.

D) O Assistente Social, em seu trabalho profissional com indivíduos, grupos e/ou famílias, inclusive em equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, deverá ater-se às suas habilidades, competências e atribuições privativas previstas na Lei N.º 8662/93.



20. (FURB - 2023) A Resolução CFESS n.º 992, de 22 de março de 2022, estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamentando no Código de Ética Profissional. O/A assistente social, no exercício de sua atividade profissional, deverá abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação a pessoas com deficiência, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais e com outros/as profissionais e trabalhadores/as. Nessa direção, o assistente social deverá:

A) incentivar a elaboração de marcos regulatórios e políticas públicas capacitista que privilegiam o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho e à inclusão social.

B) utilizar de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação e/ou opressão às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial.

C) contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da necessidade do respeito e promoção de oportunidades equitativas às pessoas com deficiência; prevenção e combate ao preconceito e discriminação.

D) assumir uma postura capacitista pautada na construção social de um corpo padrão, sem deficiência, denominado como "normal" e da subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas deficiências.

E) denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social/CRESS, de sua área de ação, o/a colega que - no exercício profissional - seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, contra pessoa com deficiência, nos termos do artigo 21, do Código de Ética do/a Psicólogo.

21. (FUNDATEC - 2023) Assinale a alternativa INCORRETA acerca do debate sobre o estágio supervisionado em Serviço Social.

A) O estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

B) Supervisor acadêmico é aquele a quem cabe a inserção, o acompanhamento, a orientação e a avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio.

C) As supervisões de campo e acadêmica devem ser concomitantes, requerendo encontros periódicos entre os supervisores.



D) A supervisão direta pressupõe a conjugação do acompanhamento das atividades de estudantes em campo e da orientação e avaliação da supervisão acadêmica, cabendo aos estagiários executar atividades de aprendizado, com acompanhamento sistemático, contínuo e permanente na mesma instituição e local.

E) Indica-se que as UFAs elaborem suas respectivas políticas de estágio, coerentes com toda a normatização e legislação em vigor – Lei Federal nº 11.788/2008, Resolução CFESS nº 533/2008, Diretrizes Curriculares (1996) e a PNE (2010). Tal política de estágio deve constar no projeto pedagógico das unidades de formação acadêmica.

22. (UNESC - 2022) Assinale a opção que preenche CORRETA e respectivamente a lacuna da seguinte frase: Entende-se por _____ toda documentação produzida, que pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento restrito e, portanto, requeiram medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação. Fonte: Resolução Nº 556/2009, de 15 de setembro de 2009. Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico Sigiloso do Serviço Social.

A. ética

B. orçamento público

▪ C. material técnico

D. material técnico sigiloso

E. diagnóstico

23. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

O assistente social, ao completar sessenta anos de idade, fica dispensado do pagamento da anuidade ao CRESS.

() Certo () Errado

24. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.



É vedado ao assistente social realizar denúncias ao CRESS acerca de atos de preconceito e discriminação por orientação sexual e gênero praticados por pessoas jurídicas privadas ou por pessoas físicas que não sejam assistentes sociais.

() Certo () Errado

25. (CESPE/CEBRASPE - 2022) A Resolução CFESS n.º 489/2006 estabelece normas que vedam condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Acerca dessa resolução, assinale a opção correta.

A. O assistente social no exercício de sua atividade profissional deve abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos e que sejam discriminatórias ou preconceituosas por questões de orientação sexual.

B. O assistente social deverá promover a reflexão ética sobre o sentido da liberdade e da necessidade do respeito dos indivíduos decidirem sobre a sua sexualidade e afetividade fora do seu local de trabalho.

C. É vedado ao assistente social denunciar as pessoas jurídicas privadas ou públicas que sejam coniventes ou que pratiquem atos relativos a preconceito e discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo.

D. Os conselhos regionais de serviço social deverão aplicar as penalidades previstas, desde que denunciadas.

E. É franqueada ao assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para questionar e criticar estereótipos em relação à livre orientação sexual.

26. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, conforme as características dos serviços prestados, devendo ser garantidos iluminação adequada, privacidade do usuário, ventilação ajustada e espaço apropriado para arquivar e guardar material técnico e sigiloso.

() Certo () Errado



27. (UERJ - 2022) De acordo com a resolução nº 533/2008 do CFESS, a supervisão direta de estágio em serviço social é atividade privativa do assistente social e resulta da:

- A. conjugação entre a supervisão no campo de estágio e as atividades desenvolvidas pelo aluno no que tange às dimensões da profissão
- B. inserção, do acompanhamento, da orientação e da avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio
- C. atividade de supervisão realizada em conformidade com o plano de estágio elaborado pelo supervisor do campo de estágio e da avaliação do aprendizado desenvolvido pelo aluno
- D. conjugação entre o aprendizado desenvolvido pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo, e a orientação e a avaliação realizadas pelo supervisor acadêmico

28. (CESPE/CEBRASPE - 2022) São requisitos básicos que a instituição campo de estágio deve assegurar: I espaço físico segmentado das outras categorias profissionais. II sigilo profissional. III equipamentos necessários e recurso financeiro a ser empenhado no projeto de intervenção de estágio. IV supervisor de campo disponível para o acompanhamento direto da atividade de aprendizagem. V bolsa em pecúnia para a realização do estágio supervisionado. Assinale a opção correta.

- A. Apenas os itens I e III estão certos.
- B. Apenas os itens II e IV estão certos.
- C. Apenas os itens I, II, V estão certos.
- D. Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- E. Todos os itens estão certos.

29. (UPENET/IAUPE - 2022) A Resolução do CFESS N° 992, de 22 de março de 2022, que estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamenta os princípios II, VI e XI inscritos no Código de Ética Profissional. Sobre a referida Resolução, analise as afirmativas abaixo:

I. O/A assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação a pessoas com



deficiência, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais e com outros/as profissionais e trabalhadores/as.

II. O/A assistente social deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da necessidade do respeito e promoção de oportunidades equitativas às pessoas com deficiência; prevenção e combate ao preconceito e discriminação.

III. Ocorrendo infração contra pessoas com deficiência por parte do assistente social, os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social não poderão encaminhar às autoridades competentes para apuração e/ou oferecer representação, considerando ser necessário salvaguardar os profissionais e instituições.

IV. É vedada ao/à assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação e/ou opressão às pessoas com deficiência física, mental, intelectual, sensorial.

Está CORRETO o que se afirma em

- A. I, II e III, apenas.
- B. III e IV, apenas.
- C. II, III e IV, apenas.
- D. D. I, II e IV, apenas.
- E. E. I, II, III e IV.

30. (IESES - 2022) Com relação às resoluções do CFESS que orientam e normatizam o exercício profissional de assistentes sociais, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. A Resolução 992/2022 estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social.
- B. Resolução 8662/2011 dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no documento de identidade profissional.
- C. A Resolução 723/2015 regulamenta a porcentagem da cota parte que deve ser repassada pelos CRESS ao CFESS.
- D. Resolução 829/2017 regulamenta as anuidades de pessoa física e jurídica e as taxas no âmbito do CRESS.
- E. A Resolução 919/2019 dispõe sobre o Código Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS.

31. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.



O profissional que exercer funções, atividades ou tarefas de atribuição do assistente social, nos termos da Lei n.º 8.662/1993, com designação ou nomenclatura do cargo genérico, ou função de contratação do profissional, não é obrigado a se inscrever no CRESS.

Certo Errado

32. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Julgue o próximo item, relativos à Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social.

A Resolução CFESS n.º 594/2011 insere aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais no Código de Ética do(a) Assistente Social, garantindo a linguagem de gênero.

Certo Errado

33. (Instituto Unifil - 2021) De acordo com a Resolução CFESS n.º 493/2006, o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas, exceto:

- A. iluminação adequada ao trabalho diurno apenas, conforme a organização institucional.
- B. recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.
- C. ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas.
- D. espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

34. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

Para garantir o sigilo, o atendimento efetuado pelo assistente social deve ser realizado com portas fechadas.

Certo Errado



35. (AOC - 2021) De acordo com a resolução nº. 533/2008 do CFESS, a qual regulamenta a supervisão de estágio direta no Serviço Social, assinale a alternativa que apresenta o máximo de estagiários em relação à quantidade de horas de trabalho semanais do supervisor de campo.

- A. Um estagiário para cada 30 horas semanais.
- B. Dois estagiários para cada 10 horas semanais.
- C. Um estagiário para cada 10 horas semanais.
- D. Três estagiários para cada 20 horas semanais.
- E. Dois estagiários para cada 30 horas semanais.

36. (FGV - 2021) A abertura de campos/vagas ao longo do semestre/ano letivo deverá ser comunicada em até 15 (quinze) dias, após sua abertura, ao/a

- A. CRESS.
- B. Unidade de Ensino.
- C. Enesso.
- D. CFESS.
- E. Abepss.

37. (FGV - 2021) A fiscalização do exercício profissional do Assistente Social Supervisor no campo de estágio – obrigatórios e não obrigatórios – compete ao

- A. Conselho Regional de Serviço Social.
- B. Supervisor/a Acadêmico/a.
- C. Diretor/a da Unidade de Ensino.
- D. Instituto Nacional de Serviço Social.



38. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é exclusiva do supervisor de campo.

Certo Errado

39. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

Em caso de demissão, o assistente social deverá repassar todo o material técnico, sigiloso ou não, ao assistente social que vier a substituí-lo.

Certo Errado

40. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

Em caso de extinção do serviço social da instituição, o material técnico sigiloso poderá ser incinerado pelo responsável, que também comunicará ao Conselho Regional de Serviço Social.

Certo Errado

41. (APICE - 2021) Conforme o Art 2º da RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009, o assistente social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar:

A. com ampla autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

B. com relativa autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

C. com ampla autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.



D. com ampla autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas das profissões, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

E. com ampla autonomia independente de normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

42. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

Ao atuar em equipes multiprofissionais, todos os membros poderão atuar em outras áreas.

() Certo () Errado

43. (Instituto Unifil - 2020) “O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais”. Esse trecho está contido na Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre

A. a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

B. as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

C. os procedimentos para efeito da lacração do material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social.

D. a vedação de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

44. (Prefeitura de Itambaracá - PR - 2020) De acordo com a Resolução CFESS nº 493/2006, o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas, exceto:

A. iluminação adequada ao trabalho diurno apenas, conforme a organização institucional.

B. recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.

C. ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas.



D. espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

45. (VUNESP - 2020) De acordo com a Resolução CFESS nº 489/2006, é dever do assistente social denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) as pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas, assistentes sociais ou não, que sejam coniventes ou praticarem atos, ou que manifestarem qualquer conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo. Conforme art. 6º da referida Resolução, os CRESS deverão receber as denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, determinando, imediatamente, os encaminhamentos pertinentes às autoridades competentes e, quando cabível,

- A. ao Conselho Pleno de Serviço Social.
- B. ao Comitê de Sindicância.
- C. ao Ministério Público.
- D. à gestão organizacional.
- E. à Comissão de Ética.

46. (QUADRIX - 2020) De acordo com as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, julgue o item.

A responsabilidade técnica da supervisão direta de estágio é unicamente do supervisor de campo. Ao supervisor acadêmico cabe o papel de orientar o estagiário e de avaliar seu aprendizado.

() Certo () Errado

47. (VUNESP - 2020) A Resolução CFESS nº 559/2009 dispõe sobre a atuação do Assistente Social na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente. Nesses termos, quando a perícia consistir na inquirição, pelo juiz, por ocasião da audiência de instrução e julgamento, o assistente social deverá se restringir a emitir sua opinião técnica a respeito do que houver avaliado. A referida resolução ainda estabelece no artigo 5º que, quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, qualquer profissional assistente social



deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo, na condição de testemunha, seu depoimento

- A. obrigatório.
- B. vedado.
- C. permitido.
- D. facultativo.
- E. autorizável.

48. (QUADRIX - 2020) De acordo com as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, julgue o item.

É vedado vincular o título de assistente social à realização de terapias, no exercício profissional, em situações em que o profissional integre equipe multidisciplinar ou interdisciplinar.

() Certo (Errado)

49. (FGV - 2019) Ricardo está entusiasmado com o seu primeiro dia de estágio em Serviço Social. Ao chegar à instituição, lhe é designada Gisele, assistente social voluntária há dois anos. Por ter conhecimento da Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, Ricardo sabe que:

- A. a instituição de ensino deverá ser informada a respeito da condição da profissional designada para supervisioná-lo;
- B. mesmo sendo voluntária, a profissional é formada e, portanto, habilitada a supervisioná-lo;
- C. deverá perguntar à Chefia do Serviço Social se a profissional possui autorização do CRESS para exercer a supervisão;
- D. uma vez que a instituição aceitou um profissional voluntário em seu quadro, este possui as mesmas prerrogativas que os efetivos;
- E. a profissional não poderá supervisioná-lo, uma vez que deve ser funcionária do quadro de pessoal da instituição.



50. (FUNDATEC - 2019) Sobre o tema Estágio Supervisionado em Serviço Social, considerando a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 533/2008, assinale a alternativa INCORRETA.

- A. O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.
- B. A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição onde ocorre o estágio, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.
- C. A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo quanto do supervisor acadêmico, cabendo a ambos o dever de planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio.
- D. A responsabilidade de atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário, bem como de emitir avaliação e nota, é de responsabilidade exclusiva do supervisor acadêmico.
- E. Compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social a fiscalização do exercício profissional do assistente social supervisor nos referidos campos de estágio.

51. (AOC - 2019) Com base na Resolução CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a atuação profissional do(a) assistente social em relação ao processo transexualizador, assinale a alternativa correta.

- A. Os(as) assistentes sociais devem ter sua autonomia limitada para tratar de assuntos sobre a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.
- B. É vedado ao(à) assistente social emitir opinião técnica a respeito de procedimentos relacionados às transformações corporais.
- C. É dever do(a) assistente social defender a utilização do nome social dos(as) usuários(as), somente após a regularização de seus documentos civis.
- D. O(a) assistente social deverá respeitar o direito à autodesignação dos(as) usuários do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros.
- E. Cabe ao(à) assistente social ajustar e controlar o comportamento de crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans.



52. (FCC - 2018) A Resolução nº 556, de 25 de setembro de 2009, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) estabelece, em relação aos procedimentos necessários para a Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social, que:

- A. Nos casos de extinção do Serviço Social da instituição, o material técnico-sigiloso deverá obrigatoriamente ser guardado pelo próprio profissional responsável por este serviço, até aquela data, em sua residência ou em seu novo local de trabalho.
- B. Nas situações de demissão ou exoneração, o Assistente Social deverá incinerar todo o material técnico-sigiloso.
- C. O caráter confidencial das informações que o Assistente Social vier a receber em razão de seu trabalho deverá ser garantido pelo responsável da instituição, a quem caberá indicar com a menção “sigiloso” os respectivos documentos sigilosos.
- D. Nas situações de demissão ou exoneração, o Assistente Social deverá repassar todo o material técnico ao Assistente Social que vier a substituí-lo e o material sigiloso deverá ficar com o profissional que obteve as respectivas informações, que se responsabilizará por sua guarda.
- E. O ato de lacração do material técnico será anotado em “Termo” próprio, constante de três vias, que deverão ser assinadas pelo Assistente Social, agente fiscal ou representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), obrigatoriamente, e testemunhas, se houver.

53. (FCC – 2018) O Assistente Social trabalha em equipe multiprofissional, em que atua, conjuntamente com outros profissionais. Dessa forma, sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o Assistente Social e outros profissionais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por meio da Resolução nº 557, de 15 de setembro de 2009, estabelece:

- A. O Assistente Social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar respeitando as normas legais, técnicas e éticas da instituição à qual está vinculado, e eventualmente pode ser obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8.662/1993, desde que sua chefia esteja de pleno acordo com o desenvolvimento das atividades a ele solicitadas.
- B. O entendimento ou opinião técnica do Assistente Social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional deve ser realizado de forma coletiva, sem necessidade de destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitando o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes contemplados na opinião técnica, pois no trabalho interdisciplinar todas as opiniões se misturam.



C. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o Assistente Social deverá emitir sua opinião técnica sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, assim como sobre as outras áreas de atuação de seus colegas de trabalho, pois é isso que configura o trabalho multi e interdisciplinar.

D. No atendimento multiprofissional, a avaliação e discussão da situação poderá ser também multiprofissional, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo Assistente Social, que tem seu âmbito de intervenção nas suas atribuições privativas.

E. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o Assistente Social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos, buscando a prevalência de seus argumentos técnico-políticos junto às outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

54. (CESPE/CEBRASPE - 2018) Em um estudo social sobre violação de direitos humanos conduzido por um assistente social, foram realizados, em conjunto com um psicólogo, atendimentos e entrevistas com os sujeitos envolvidos na situação. Durante a entrevista com um dos participantes do estudo — uma mulher de quarenta e cinco anos de idade, denunciada por não prover condições de sobrevivência a seus filhos —, houve vários momentos de silêncio por parte da entrevistada, os quais foram respeitados pelos profissionais. Para finalizar o atendimento, o assistente social fez orientações socioeducativas à entrevistada, refletindo com ela sobre sua realidade. Considerando a situação hipotética descrita e os múltiplos aspectos a ela relacionados, julgue os itens que se segue.

Embora a intervenção tenha sido realizada em conjunto com o psicólogo, a opinião técnica do assistente social deve ser destacada separadamente, delimitando-se o âmbito de sua atuação, o objeto de estudo, os instrumentos utilizados e sua análise social.

() Certo () Errado

55. (AOC - 2018) A respeito da atuação do Assistente Social na qualidade de perito judicial ou assistente social, quando convocado a prestar depoimento como testemunha pela autoridade judicial, assinale a alternativa correta.

A. A Resolução CFESS nº 559, de 16 de setembro de 2009, define que o assistente social na condição de testemunha deve prestar esclarecimentos, formular sua avaliação, emitir conclusões sempre de natureza técnica e prestar informações sobre fatos relacionados àqueles presenciados ou dos quais tomou conhecimento em decorrência de seu exercício profissional.

B. A Resolução CFESS nº 559, de 16 de setembro de 2009, afirma que, quando a perícia consistir apenas na inquirição, pelo juiz, do perito e do assistente técnico, por ocasião de audiência de



instrução e julgamento, o assistente social deverá se restringir a emitir suas impressões técnicas e pessoais a respeito das situações avaliadas.

C. A Resolução CFESS nº 559, de 16 de setembro de 2009, apresenta que o assistente técnico, mesmo sendo contratado por uma das partes e ainda que não esteja sujeito a prestar compromisso ou a ser inquirido de suspeição e impedimento e funcionando como assessor da parte que o indicou, está isento de cumprir todas as normas do Código de Ética do Assistente Social.

D. Quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, qualquer profissional assistente social deverá comparecer e declarar que tem o direito de quebrar o sigilo profissional quando convocado a depor na condição de testemunha.

E. A Resolução CFESS nº 559, de 16 de setembro de 2009, afirma que o objeto da perícia deverá ser o mesmo para o perito e o assistente técnico, que deverão possuir a mesma habilitação profissional, na hipótese de se manifestarem sobre matéria de Serviço Social, atribuição privativa do profissional habilitado nos termos da Lei 8.662/93.

56. (FGV - 2018) Segundo a Resolução do CFESS, é vedada a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, uma vez que não constituem sua atribuição e competência. Nesse sentido, consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias: I. atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique; II. atendimento a famílias ou usuários com base na Teoria Sistêmica; III. intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas. Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A. somente I;
- B. somente II;
- C. somente I e III;
- D. somente II e III;
- E. I, II e III.

57. (FCC - 2018) Ao dispor sobre a inclusão e uso do nome social do profissional, a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nº 785, de 22 de dezembro de 2016, estabelece que

A. as/os profissionais travestis e transexuais fazem jus à inclusão do nome social junto à sua fotografia no anverso do Documento de Identidade Profissional, deslocando-se o nome civil para o verso.



- B. toda/o e qualquer profissional tem o direito à inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social.
- C. a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais fica vedada, constando o nome social na carteira de identidade profissional.
- D. deverá ser utilizado, para efeito de tratamento profissional das/dos Assistentes Sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, obrigatoriamente, o nome civil que consta no documento de identificação pessoal juntamente com o nome social e o número de registro.
- E. a utilização do nome social das/dos Assistentes Sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, fica vedada, constando o nome social somente na carteira de identidade profissional.



GABARITO

- | | |
|------------|------------|
| 1. E | 30. B |
| 2. CERTO | 31. ERRADO |
| 3. CERTO | 32. CERTO |
| 4. ERRADO | 33. A |
| 5. ERRADO | 34. CERTO |
| 6. CERTO | 35. C |
| 7. D | 36. A |
| 8. A | 37. A |
| 9. D | 38. ERRADO |
| 10. C | 39. CERTO |
| 11. A | 40. CERTO |
| 12. C | 41. A |
| 13. C | 42. ERRADO |
| 14. A | 43. B |
| 15. C | 44. A |
| 16. D | 45. C |
| 17. C | 46. ERRADO |
| 18. c | 47. B |
| 19. D | 48. CERTO |
| 20. C | 49. E |
| 21. B | 50. D |
| 22. D | 51. D |
| 23. CERTO | 52. E |
| 24. ERRADO | 53. D |
| 25. A | 54. CERTO |
| 26. CERTO | 55. E |
| 27. D | 56. C |
| 28. B | 57. A |
| 29. D | |



QUESTÕES COMENTADAS – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES CFESS - MULTIBANCAS

1. (FUNCERN - 2024) O atendimento efetuado pelo assistente social, segundo a Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, deve ser feito

- A) com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.
- B) em espaço aberto para que o usuário não se sinta constrangido.
- C) com portas fechadas, de forma a garantir a climatização do espaço físico.
- D) em sala coletiva, com outros profissionais, a fim de propiciar o trabalho interdisciplinar.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa:

A) **Esta alternativa está correta.** De acordo com a Resolução CFESS nº 493/2006, o atendimento deve ser feito com portas fechadas para garantir o sigilo.

B) **Esta alternativa está errada.** Embora seja importante que o usuário não se sinta constrangido, a Resolução CFESS nº 493/2006 não menciona que o atendimento deve ser feito em um espaço aberto. Na verdade, ela especifica que o atendimento deve ser feito com portas fechadas para garantir o sigilo.

C) **Esta alternativa está errada.** A Resolução CFESS nº 493/2006 não menciona nada sobre a necessidade de climatização do espaço físico. O foco da resolução é garantir o sigilo e a privacidade durante o atendimento.

D) **Esta alternativa está errada.** Embora o trabalho interdisciplinar seja uma prática valiosa, a Resolução CFESS nº 493/2006 não especifica que o atendimento deve ser feito em uma sala coletiva com outros profissionais. A resolução enfatiza a importância do sigilo e da privacidade no atendimento.

Gabarito: A.

2. (FUNCERN - 2023) O local de atendimento do(a) assistente social ao público usuário deve ter condições adequadas para que o exercício profissional possa ser executado de forma qualificada ética e tecnicamente. Diante disso, é correto constatar:

A) apesar de existir uma legislação que regulamenta sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, não existe um detalhamento de quais são as condições adequadas



dos locais de trabalho, provocando, assim, uma indefinição do que seriam as condições mínimas a serem exigidas.

B) não existe nenhuma legislação que regulamenta as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, fazendo com que muitos espaços ocupacionais não possuam as mínimas condições que permitam um adequado atendimento individual e coletivo e que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.

C) tem-se a Resolução do CFESS, nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, que preconiza as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, mas não se tem previsto quem fiscaliza essas condições e quais as formas de disciplinar o cumprimento do estabelecido na resolução.

D) tem-se a Resolução do CFESS, nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, que preconiza que o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, e especifica quais são as características físicas dos locais dos serviços prestados pelo Serviço Social.

Comentário:

A alternativa **D** é **correta** e está em conformidade com a Resolução CFESS nº 493/2006, que estabelece as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do assistente social. Esta resolução especifica que o local de atendimento deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas e deve possuir características físicas que garantam a privacidade do usuário, iluminação e ventilação adequadas, além de espaço para a guarda de material técnico reservado.

As demais alternativas são incorretas porque:

A) A Resolução CFESS nº 493/2006 detalha as condições adequadas dos locais de trabalho, contrariando a afirmação de que não existe tal detalhamento.

B) Existe legislação, a própria Resolução CFESS nº 493/2006, que regulamenta as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

C) É de atribuição dos Conselhos Regionais de Serviço Social, através de seus Conselheiros e/ou agentes fiscais, orientar e fiscalizar as condições éticas e técnicas estabelecidas nesta Resolução, bem como em outros instrumentos normativos expedidos pelo CFESS, em relação aos assistentes sociais e pessoas jurídicas que prestam serviços sociais.

Gabarito: D.

3. (FCC - 2023) O material técnico sigiloso do Serviço Social tem sua compreensão expressa na Resolução CFESS nº 556/2009, entendendo-se que material técnico sigiloso



A) é a perícia judicial realizada pelo/a Assistente Social, culminando em um laudo social, onde estarão contidas não só as informações sobre o usuário, mas todas as relações postas na sua rede de convivência primária e secundária.

B) é toda documentação produzida que, pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento irrestrito e, portanto, requeiram medidas de salvaguarda para sua custódia e divulgação.

C) caracteriza-se por conter informações sigilosas, cuja divulgação comprometa a imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade, das pessoas envolvidas, cujas informações respectivas estejam contidas em relatórios de atendimentos, entrevistas, estudos sociais e pareceres que possam, também, colocar os usuários em situação de risco ou provocar outros danos.

D) é o conjunto de instrumentos produzidos para o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais, que viabiliza a continuidade do Serviço Social e a defesa dos interesses dos usuários, como: relatórios de gestão, relatórios técnicos, pesquisas, projetos, planos, programas sociais, fichas cadastrais, roteiros de entrevistas, estudos sociais e outros procedimentos operativos.

E) é uma prerrogativa do/a Assistente Social de definir qual é o material que será tratado como sigiloso, independente do sigilo profissional, mas desde que o profissional o indique.

Comentário:

A alternativa **C** está correta. De acordo com a Resolução CFESS nº 556/2009, o material técnico sigiloso é caracterizado por conter informações sigilosas, cuja divulgação pode comprometer a imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade das pessoas envolvidas. Essas informações podem estar contidas em relatórios de atendimentos, entrevistas, estudos sociais e pareceres que possam colocar os usuários em situação de risco ou provocar outros danos.

Quanto às demais alternativas:

A: **Esta alternativa está errada.** Embora a perícia judicial realizada pelo Assistente Social possa conter informações sigilosas, ela não consiste em um material técnico sigiloso. Pois trata-se de um processo realizado por um assistente social, que examina situações sociais com o objetivo de emitir um laudo e parecer.

B: **Esta alternativa está errada.** O material técnico sigiloso não é necessariamente de conhecimento irrestrito. Pelo contrário, ele contém informações que devem ser protegidas devido à sua natureza sigilosa.

D: **Esta alternativa está errada.** Embora o material técnico sigiloso possa fazer parte do conjunto de instrumentos produzidos para o exercício profissional, nem todos esses instrumentos são necessariamente sigilosos. O conceito dado na alternativa é de material técnico, apenas.

E: **Esta alternativa está errada.** A definição de material técnico sigiloso não é uma prerrogativa do Assistente Social. A Resolução CFESS nº 556/2009 fornece uma definição clara do que constitui material técnico sigiloso: refere-se às informações que comprometam a imagem, a dignidade, a



segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade, das pessoas envolvidas, cujas respectivas informações estejam contidas em relatórios de atendimentos, entrevistas, estudos sociais e pareceres que possam, também, colocar os usuários em situação de risco ou provocar outros danos.

Gabarito: C.

4. (FCC - 2023) A Resolução CFESS 594/2011 traz as alterações procedidas no Código de Ética Profissional dos/das Assistentes Sociais, de que se adequam às correções formais e de conteúdo, reconhecendo

- A) a linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina.
- B) um posicionamento político, frente às condições de trabalho do/da Assistente Social.
- C) as mudanças de nomenclatura de “orientação sexual” para “identidade de gênero”.
- D) a importância de reafirmar princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político, condizente com o projeto societário vigente.
- E) a possibilidade da inclusão e uso do nome social da Assistente Social travesti e do(a) Assistente Social transexual nos documentos de identidade profissional.

Comentário:

A alternativa **correta** é a **A**, que reconhece a linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina. Vamos analisar as demais alternativas:

B: Errado. A Resolução CFESS 594/2011 não se posiciona politicamente frente às condições de trabalho do/da Assistente Social. Embora o Código de Ética Profissional possa abordar questões relacionadas às condições de trabalho, essa não é uma alteração específica trazida por essa resolução.

C: Errado. A mudança de nomenclatura de “orientação sexual” para “identidade de gênero” não é uma alteração trazida pela Resolução CFESS 594/2011. Na verdade, a referida resolução substitui, no 11º princípio, a expressão “opção sexual” por “orientação sexual”; inserindo também a expressão “identidade de gênero”, um conceito primordial para compreender a realidade das pessoas trans.

D: Errado. Embora a reafirmação de princípios e valores do Projeto Ético-Político seja importante, a Resolução CFESS 594/2011 não traz essa reafirmação como uma de suas alterações. O foco dessa resolução é mais específico.

E: Errado. A inclusão e uso do nome social da Assistente Social travesti e do(a) Assistente Social transexual nos documentos de identidade profissional é uma questão importante de



reconhecimento e respeito à identidade de gênero. No entanto, essa não é uma alteração trazida pela Resolução CFESS 594/2011, mas sim pela Resolução nº 785/2016.

Gabarito: A.

5. (FCC - 2023) Em referência às relações do/a Assistente Social com a Justiça, conforme disposto no Código de Ética Profissional e na Resolução do CFESS nº 559/2009, analise as assertivas abaixo.

I. É dever do/a Assistente Social apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos.

II. É direito do/a Assistente Social comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a prestar depoimento, para declarar que está obrigado/a a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

III. É vedado ao/à Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

IV. O objeto da perícia deverá ser o mesmo para perito e assistente técnico, que deverão possuir a mesma habilitação profissional, na hipótese de se manifestarem sobre matéria de Serviço Social, atribuição privativa do profissional habilitado nos termos da Lei nº 8.662/1993.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) I, II e III.

B) II e III.

C) I, III e IV.

D) I e IV.

E) II e IV.

Comentário:

As assertivas I, III e IV estão corretas e estão em conformidade com o Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Resolução CFESS nº 559/2009. Vejamos:

Assertiva I: Correta. O assistente social deve apresentar suas conclusões à justiça de forma ética e dentro de sua competência profissional quando atua como perito ou testemunha.



Assertiva II: Errado. Na verdade, é um dever (e não direito) do/a Assistente Social comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a prestar depoimento, para declarar que está obrigado/a a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

Assertiva III: Correta. É vedado ao assistente social depor sobre informações sigilosas obtidas no exercício profissional, mesmo com autorização, protegendo assim o sigilo profissional.

Assertiva IV: Correta. Tanto o perito quanto o assistente técnico devem ter a mesma habilitação profissional quando se manifestam sobre matérias de Serviço Social, conforme a Lei nº 8.662/1993.

Vale lembrar que a Resolução CFESS nº 559/2009 foi declarada nula pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul em abril de 2014. Com essa decisão, **seus efeitos foram suspensos nacionalmente.** Além disso, as punições aplicadas com base nesta resolução foram anuladas.

Gabarito: C.

6. (CS-UFG - 2023) Nos marcos da resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008, do CFESS, o Estágio Supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da

A) indicação pela parte concedente do supervisor com formação/experiência na área de conhecimento do local de realização do estágio.

B) avaliação por parte da unidade formadora das condições do local de estágio que deve propiciar o aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos.

C) inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.

D) celebração de termo de compromisso entre o aluno, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino com vistas ao desenvolvimento do estágio.

Comentário:

A alternativa C está correta. De acordo com a Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008, do CFESS, o Estágio Supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, com o objetivo de capacitá-lo para o exercício profissional. Isso pressupõe uma supervisão sistemática, ou seja, um acompanhamento contínuo e estruturado do desenvolvimento do aluno.

Quanto às demais alternativas:

A: A indicação do supervisor pela parte concedente é uma prática comum, mas não é o elemento que configura o estágio supervisionado. O supervisor deve, sim, ter formação/experiência na área de



conhecimento do local de realização do estágio, mas isso é apenas um aspecto do estágio, não o que o define.

B: A avaliação das condições do local de estágio pela unidade formadora é importante para garantir um ambiente propício ao aprendizado do aluno. No entanto, essa avaliação é um procedimento prévio à realização do estágio e não o que configura o estágio supervisionado.

D: A celebração de um termo de compromisso é um procedimento administrativo que formaliza o estágio. Embora seja um passo importante, não é o que configura o estágio supervisionado. O que define o estágio é a inserção do aluno no espaço socioinstitucional com supervisão sistemática.

Gabarito: C.

7. (VUNESP - 2023) A Resolução CFESS nº 992, de 22/03/2022, estabelece normas sobre atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social. De acordo com o artigo 5º da citada Resolução, ao/à colega que, no exercício profissional, seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa contra pessoa com deficiência, o assistente social tem, nos termos do Código de Ética, o dever de denunciá-lo/a

A. ao Conselho Regional de Serviço Social.

B. à autoridade policial.

C. ao Órgão Gestor da Assistência Social.

D. ao Ministério Público.

E. ao Conselho da Pessoa com Deficiência.

Comentário:

De acordo com o Art. 5º da Resolução CFESS nº 992/2022, é dever do/a assistente social denunciar ao **Conselho Regional de Serviço Social/CRESS**, de sua área de ação, o/a colega que, no exercício profissional, seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, contra pessoa com deficiência, nos termos do "Art. 21º", do Código de Ética do/a Assistente Social.

Gabarito: letra A.

8. (VUNESP - 2023) A respeito do atendimento efetuado pelo assistente social, o CFESS determina que deve ser realizado com portas fechadas; determina ainda que o material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos



assistentes sociais. Havendo inadequações que contrariem tais previsões e deixando a entidade de tomar providências sugeridas pelo assistente social, o CRESS deve ser informado, para intervir na situação. De acordo com o art 7º (parágrafo segundo), da Resolução nº 493/2006, caso o assistente social não cumpra tais exigências, se omitindo ou sendo conivente com as inadequações, será notificado a tomar as medidas cabíveis, sob pena de

- A) rescisão de seu contrato de trabalho.
- B) retenção de sua identidade profissional.
- C) apuração de sua responsabilidade ética.
- D) suspensão temporária de suas atividades.
- E) aplicação de advertência e multa.

Comentário:

A Resolução CFESS nº 493/2006 estabelece diretrizes importantes para o exercício profissional do assistente social, enfatizando a necessidade de condições éticas e técnicas adequadas para o atendimento. O artigo 7º mencionado na questão destaca a obrigação do assistente social de informar por escrito sobre quaisquer inadequações observadas nas condições de trabalho. Caso o/a assistente social não cumpra as exigências previstas, se omitindo ou sendo conivente com as inadequações existentes no âmbito da pessoa jurídica, será notificado a tomar as medidas cabíveis, sob pena de **apuração de sua responsabilidade ética**.

Isso significa que, se o assistente social não cumprir as exigências estabelecidas pela resolução, como realizar atendimentos com portas fechadas e manter o material técnico de caráter reservado, ele poderá ser submetido a um processo de apuração ética. Este processo pode levar a sanções disciplinares conforme o Código de Ética do profissional, caso seja comprovada alguma infração.

As demais alternativas são incorretas no contexto da resolução:

- A) Rescisão de contrato de trabalho não é mencionada como uma penalidade direta pela resolução.
- B) Retenção de identidade profissional não é uma medida prevista pela resolução.
- D) Suspensão temporária das atividades e E) aplicação de advertência e multa são possíveis consequências, mas não são especificadas no artigo 7º da resolução em questão.

Portanto, a alternativa C é a correta, pois está alinhada com as disposições da Resolução CFESS nº 493/2006.

Gabarito: C.



9. (COMVEST UFAM - 2023) A Resolução CFESS nº 992, de 22 de março de 2022, estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do(a) Assistente Social. Sobre essa resolução, é INCORRETO dizer que:

- A) considera a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”.
- B) considera a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- C) considera o parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal.
- D) não considera o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993).
- E) considera o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, em que se tem a Promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Comentário:

A Resolução CFESS nº 992, de 22 de março de 2022, é uma norma que estabelece a proibição de atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do Assistente Social. Ela considera vários documentos e princípios legais, incluindo a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal e o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; a Lei Brasileira de Inclusão nº. 13.146/2015, especialmente em seus artigos 4º e 5º.

No entanto, **a afirmação D é incorreta** porque a resolução considera também o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993). De fato, a resolução regulamenta os princípios II, VI e XI inscritos no Código de Ética Profissional. Portanto, a afirmação de que a resolução não considera o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) é falsa.

Gabarito: D.

10. (COMVEST UFAM - 2023) A Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social. Em relação às características físicas do local de atendimento destinado ao Assistente Social, é INCORRETO dizer que:

- A) haja iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional.
- B) haja ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas.
- C) é obrigatório o uso de tons e texturas neutras nas paredes para tranquilizar o ambiente.
- D) haja espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.



E) haja recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.

Comentário:

A questão aborda a Resolução CFESS nº 493/2006, que trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social.

Vamos analisar as alternativas:

A alternativa A está correta, pois é necessário que o local de atendimento tenha iluminação adequada para o trabalho em diferentes horários.

A alternativa B também está correta, pois a ventilação é importante para atendimentos de qualquer duração, especialmente se realizados com portas fechadas.

A alternativa C é incorreta porque a Resolução CFESS nº 493/2006 não especifica a obrigatoriedade do uso de tons e texturas neutras nas paredes como condição para o exercício profissional do Assistente Social. O foco da resolução é garantir condições éticas e técnicas adequadas, sem detalhar aspectos decorativos do ambiente.

A alternativa D é correta, pois é essencial ter espaço adequado para a guarda de material técnico sigiloso.

- **A alternativa E está correta**, pois garantir a privacidade do usuário é fundamental durante o processo de intervenção profissional.

Gabarito: C.

11. (CPCON - 2023) Com o objetivo de fortalecer o enfrentamento a todas as formas de preconceito, no que diz respeito à identidade de gênero, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou a Resolução CFESS nº 615, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Acerca da referida Resolução, analise as afirmações a seguir e assinale com (V) para verdadeiro e (F) para falso:

() Assegurou às pessoas travestis e transexuais, nos termos da referida resolução, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na Cédula e na Carteira de Identidade Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS.

() Estabeleceu que as pessoas travestis e transexuais, que tenham retificado seus nomes, poderão incluir o nome social na Carteira de Identidade Profissional.



() Recomendou ao conjunto CFESS-CRESS a realização de formações para que a categoria profissional inclua o nome social dos usuários nos formulários de uso profissional.

() Indicou que todas as Carteiras e Cédulas de Identidade profissional serão expedidas pelos CRESS contendo um campo adequado para inserção do nome social.

() Proibiu a utilização do nome social nas assinaturas, decorrentes do trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, juntamente com o número do registro profissional.

A alternativa que contém a sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses é:

A) V, F, F, V, F.

B) F, V, V, V, V.

C) V, F, F, F, F.

D) F, F, F, V, F.

E) V, V, F, V, F.

Comentário:

A alternativa correta é a C, que corresponde à sequência (V, F, F, F, F). Vamos analisar cada item:

(V) Assegurou às pessoas travestis e transexuais, nos termos da referida resolução, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na Cédula e na Carteira de Identidade Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS. Isso é verdadeiro. A Resolução CFESS nº 615/2011 assegura o direito ao uso do nome social para assistentes sociais travestis e transexuais.

(F) Estabeleceu que as pessoas travestis e transexuais, que tenham retificado seus nomes, poderão incluir o nome social na Carteira de Identidade Profissional. Isso é falso. A resolução não se limita a pessoas que retificaram seus nomes. Ela permite o uso do nome social independentemente da retificação do nome.

(F) Recomendou ao conjunto CFESS-CRESS a realização de formações para que a categoria profissional inclua o nome social dos usuários nos formulários de uso profissional. Isso é falso. A resolução não faz essa recomendação específica.

(F) Indicou que todas as Carteiras e Cédulas de Identidade profissional serão expedidas pelos CRESS contendo um campo adequado para inserção do nome social. Isso é falso. A resolução não especifica que todas as Carteiras e Cédulas de Identidade Profissional devem conter um campo para o nome social. Na verdade, a resolução dispõe que as Carteiras e Cédulas de Identidade profissional, a partir da nova expedição pelo CFESS, serão confeccionadas contendo um campo adequado para inserção do nome social do(a) assistente social, que assim requererem.



(F) Proibiu a utilização do nome social nas assinaturas, decorrentes do trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, juntamente com o número do registro profissional. Isso é falso. A resolução não proíbe o uso do nome social nas assinaturas. Pelo contrário, a resolução permite a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, juntamente com o número do registro profissional.

Gabarito: C.

12. (CONSULPAM - 2023) A Resolução CFESS N.º 569, de 25 de março de 2010, dispõe sobre as terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do Assistente Social. Acerca dessa temática, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A realização de terapias não constitui atribuição privativa, mas sim competência profissional do Assistente Social.
- B) É permitido ao Assistente Social a realização de terapias, desde que sejam grupais e/ou comunitárias.
- C) É autorizado ao Assistente Social a condução de terapias somente nas atividades coletivas e quando o profissional estiver inserido numa equipe interdisciplinar com profissionais da área psicossocial.
- D) O Assistente Social, em seu trabalho profissional com indivíduos, grupos e/ou famílias, inclusive em equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, deverá ater-se às suas habilidades, competências e atribuições privativas previstas na Lei N.º 8662/93.

Comentário:

A alternativa **D** está **correta** e está alinhada com a Resolução CFESS N.º 569, de 25 de março de 2010, e a Lei N.º 8662/9312.

A Resolução CFESS N.º 569 proíbe a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do Assistente Social. Isso significa que a realização de terapias não está relacionada à formação profissional estabelecida nas diretrizes curriculares do curso de graduação em Serviço Social. Portanto, as terapias são incompatíveis com as competências e atribuições estabelecidas na Lei N.º 8662/93.

A Lei N.º 8662/93, por sua vez, define as competências e atribuições do Assistente Social. Entre essas competências, estão a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais, planos, programas e projetos, além da orientação social a indivíduos, grupos e à população.

Portanto, a alternativa D está correta porque o Assistente Social, em seu trabalho profissional com indivíduos, grupos e/ou famílias, inclusive em equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, deve se ater às suas habilidades, competências e atribuições privativas previstas na Lei N.º 8662/93. Isso inclui a proibição de realizar terapias, conforme estabelecido pela Resolução CFESS N.º 569.



Gabarito: D.

13. (FURB - 2023) A Resolução CFESS n.º 992, de 22 de março de 2022, estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamentando no Código de Ética Profissional. O/A assistente social, no exercício de sua atividade profissional, deverá abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação a pessoas com deficiência, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais e com outros/as profissionais e trabalhadores/as. Nessa direção, o assistente social deverá:

A) incentivar a elaboração de marcos regulatórios e políticas públicas capacitista que privilegiam o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho e à inclusão social.

B) utilizar de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação e/ou opressão às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial.

C) contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da necessidade do respeito e promoção de oportunidades equitativas às pessoas com deficiência; prevenção e combate ao preconceito e discriminação.

D) assumir uma postura capacitista pautada na construção social de um corpo padrão, sem deficiência, denominado como "normal" e da subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas deficiências.

E) denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social/CRESS, de sua área de ação, o/a colega que - no exercício profissional - seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, contra pessoa com deficiência, nos termos do artigo 21, do Código de Ética do/a Psicólogo.

Comentário:

A Resolução CFESS n.º 992, de 22 de março de 2022, é um documento importante que reforça o compromisso ético dos assistentes sociais com a não discriminação e o respeito às pessoas com deficiência. A alternativa correta, C, destaca a responsabilidade do assistente social em promover uma reflexão ética sobre a necessidade de respeito e a promoção de oportunidades equitativas para pessoas com deficiência, além de prevenir e combater o preconceito e a discriminação.

As demais alternativas são incorretas porque:

A) Fala em incentivar políticas públicas "capacitista", o que vai contra o princípio de não discriminação.

B) Sugere o uso de instrumentos e técnicas para criar ou reforçar preconceitos, o que é inaceitável.



D) Propõe uma postura capacitista, que é exatamente o tipo de atitude que a resolução busca combater.

E) Menciona o Código de Ética do/a Psicólogo, que não é aplicável neste contexto.

Gabarito: C.

14. (FUNDATEC - 2023) Assinale a alternativa INCORRETA acerca do debate sobre o estágio supervisionado em Serviço Social.

A) O estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

B) Supervisor acadêmico é aquele a quem cabe a inserção, o acompanhamento, a orientação e a avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio.

C) As supervisões de campo e acadêmica devem ser concomitantes, requerendo encontros periódicos entre os supervisores.

D) A supervisão direta pressupõe a conjugação do acompanhamento das atividades de estudantes em campo e da orientação e avaliação da supervisão acadêmica, cabendo aos estagiários executar atividades de aprendizado, com acompanhamento sistemático, contínuo e permanente na mesma instituição e local.

E) Indica-se que as UFAs elaborem suas respectivas políticas de estágio, coerentes com toda a normatização e legislação em vigor – Lei Federal nº 11.788/2008, Resolução CFESS nº 533/2008, Diretrizes Curriculares (1996) e a PNE (2010). Tal política de estágio deve constar no projeto pedagógico das unidades de formação acadêmica.

Comentário:

A alternativa B é considerada incorreta no contexto da questão sobre o estágio supervisionado em Serviço Social.

De acordo com as normativas e a prática do Serviço Social, o **supervisor de campo** é responsável pela inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais 20 vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão.

Ao **supervisor acadêmico** compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o



processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio.

As demais alternativas estão corretas e refletem o entendimento e as práticas atuais relacionadas ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Gabarito: B.

15. (UNESC - 2022) Assinale a opção que preenche CORRETA e respectivamente a lacuna da seguinte frase: Entende-se por_____toda documentação produzida, que pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento restrito e, portanto, requeiram medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação. Fonte: Resolução Nº 556/2009, de 15 de setembro de 2009. Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico Sigiloso do Serviço Social.

- A. ética
- B. orçamento público
- C. material técnico
- D. material técnico sigiloso
- E. diagnóstico

Comentário:

De acordo com art. 2º da Resolução Nº 556/2009,

Art. 2º – Entende-se por **material técnico sigiloso** toda documentação produzida, que pela natureza de seu conteúdo, deva ser **de conhecimento restrito** e, portanto, requeiram medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação.

Gabarito: letra D.

16. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

O assistente social, ao completar sessenta anos de idade, fica dispensado do pagamento da anuidade ao CRESS.

() Certo () Errado



Comentário:

Pela Resolução CFESS nº 299/94, “fica dispensado do pagamento da anuidade, perante o CRESS de sua inscrição, o/a assistente social que completar 60 (sessenta) anos de idade”. A normativa foi publicada em 1994, reconhecendo a capacidade produtiva, o empenho e a determinação de profissionais que permanecem trabalhando após completar esta idade, além da medida ter sido aprovada também no Encontro Nacional CFESS-CRESS daquele ano.

Posteriormente, por meio da **Resolução CFESS nº 427/02**, a dispensa do pagamento das anuidades para quem fizer 60 anos de idade, após a vigência da Resolução, passou a ser **concedida automaticamente pelo CRESS**, sem qualquer exigência de formulação de pedido ou requerimento, isto é, **o/a assistente social não precisa fazer a solicitação** ao regional.

Gabarito: Certo

17. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

É vedado ao assistente social realizar denúncias ao CRESS acerca de atos de preconceito e discriminação por orientação sexual e gênero praticados por pessoas jurídicas privadas ou por pessoas físicas que não sejam assistentes sociais.

() Certo () Errado

Comentário:

A RESOLUÇÃO CFESS Nº 489/2006 estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social.

Nesse sentido, o art. 5º da referida Resolução assevera que é **um dever do assistente social** denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, de sua área de ação, as pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas, sejam assistentes sociais ou não, que sejam coniventes ou praticarem atos, ou que manifestarem qualquer conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Gabarito: Errado.

18. (CESPE/CEBRASPE - 2022) A Resolução CFESS n.º 489/2006 estabelece normas que vedam condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Acerca dessa resolução, assinale a opção correta.



- A. O assistente social no exercício de sua atividade profissional deve abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos e que sejam discriminatórias ou preconceituosas por questões de orientação sexual.
- B. O assistente social deverá promover a reflexão ética sobre o sentido da liberdade e da necessidade do respeito dos indivíduos decidirem sobre a sua sexualidade e afetividade fora do seu local de trabalho.
- C. É vedado ao assistente social denunciar as pessoas jurídicas privadas ou públicas que sejam coniventes ou que pratiquem atos relativos a preconceito e discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo.
- D. Os conselhos regionais de serviço social deverão aplicar as penalidades previstas, desde que denunciadas.
- E. É franqueada ao assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para questionar e criticar estereótipos em relação à livre orientação sexual.

Comentário:

A. Correto. Art. 1º - O assistente social no exercício de sua atividade profissional **deverá abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos**, que sejam **discriminatórias ou preconceituosas** por questões, dentre outras, **de orientação sexual**;

B. Errado. Art 2º - O assistente social, **deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho**, para a reflexão ética sobre o sentido da liberdade e da necessidade do respeito dos indivíduos decidirem sobre a sua sexualidade e afetividade;

C. Errado. Art. 5º- **É dever do assistente social denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social**, de sua área de ação, **as pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas**, sejam assistentes sociais ou não, que sejam coniventes ou pratiquem atos, ou que manifestarem qualquer **conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual** entre pessoas do mesmo sexo.

D. Errado. Art. 7º - Os **Conselhos Regionais** de Serviço Social, **deverão aplicar as penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional, ao assistente social, que descumprir as normas previstas na presente Resolução, desde que comprovada a prática de atos discriminatórios ou preconceituosos** que atentem contra a livre orientação e expressão sexual, após o devido processo legal e apuração pelos meios competentes, **garantindo-se o direito a defesa e ao contraditório**.

E. Errado. Art 4º - **É vedado ao assistente social** a utilização de **instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação** em relação a **livre orientação sexual**.

Gabarito: letra A.



19. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, conforme as características dos serviços prestados, devendo ser garantidos iluminação adequada, privacidade do usuário, ventilação ajustada e espaço apropriado para arquivar e guardar material técnico e sigiloso.

() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com o art. 2º da Resolução CFESS nº 493/2006, o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- iluminação adequada ao **trabalho diurno e noturno**, conforme a organização institucional;
- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado

Gabarito: Certo.

20. (UERJ - 2022) De acordo com a resolução nº 533/2008 do CFESS, a supervisão direta de estágio em serviço social é atividade privativa do assistente social e resulta da:

- A. conjugação entre a supervisão no campo de estágio e as atividades desenvolvidas pelo aluno no que tange às dimensões da profissão
- B. inserção, do acompanhamento, da orientação e da avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio
- C. atividade de supervisão realizada em conformidade com o plano de estágio elaborado pelo supervisor do campo de estágio e da avaliação do aprendizado desenvolvido pelo aluno
- D. conjugação entre o aprendizado desenvolvido pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo, e a orientação e a avaliação realizadas pelo supervisor acadêmico

Comentário:



A supervisão direta de estágio em serviço social resulta da conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo supervisor vinculado a instituição de ensino (supervisor acadêmico).

Gabarito: letra D.

21. (CESPE/CEBRASPE - 2022) São requisitos básicos que a instituição campo de estágio deve assegurar: I espaço físico segmentado das outras categorias profissionais. II sigilo profissional. III equipamentos necessários e recurso financeiro a ser empenhado no projeto de intervenção de estágio. IV supervisor de campo disponível para o acompanhamento direto da atividade de aprendizagem. V bolsa em pecúnia para a realização do estágio supervisionado. Assinale a opção correta.

- A. Apenas os itens I e III estão certos.
- B. Apenas os itens II e IV estão certos.
- C. Apenas os itens I, II, V estão certos.
- D. Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- E. Todos os itens estão certos.

Comentário:

De acordo com art. 2º da Resolução CFESS nº533/2008, para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos:

- Espaço físico adequado,
- **Sigilo profissional,**
- Equipamentos necessários,
- **Disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem,**
- Dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

Apenas o item II e IV da questão estão corretos.

Gabarito: letra B.



22. (UPENET/IAUPE - 2022) A Resolução do CFESS N° 992, de 22 de março de 2022, que estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamenta os princípios II, VI e XI inscritos no Código de Ética Profissional. Sobre a referida Resolução, analise as afirmativas abaixo:

I. O/A assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação a pessoas com deficiência, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais e com outros/as profissionais e trabalhadores/as.

II. O/A assistente social deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da necessidade do respeito e promoção de oportunidades equitativas às pessoas com deficiência; prevenção e combate ao preconceito e discriminação.

III. Ocorrendo infração contra pessoas com deficiência por parte do assistente social, os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social não poderão encaminhar às autoridades competentes para apuração e/ou oferecer representação, considerando ser necessário salvaguardar os profissionais e instituições.

IV. É vedada ao/a assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação e/ou opressão às pessoas com deficiência física, mental, intelectual, sensorial.

Está CORRETO o que se afirma em

- A. I, II e III, apenas.
- B. III e IV, apenas.
- C. II, III e IV, apenas.
- D. D. I, II e IV, apenas.
- E. E. I, II, III e IV.

Comentário:

Vamos analisar os itens, de acordo com a Resolução do CFESS N° 992, de 22 de março de 2022:

I. Correto. Art. 1º. O/A assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação a pessoas com deficiência, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais e com outros/as profissionais e trabalhadores/as.

II. Correto. Art. 3º O/A assistente social deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da necessidade do respeito e promoção de oportunidades equitativas às pessoas com deficiência; prevenção e combate ao preconceito e discriminação.



III. Errado. Art. 6º Os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, ao tomarem conhecimento de fatos ou de denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, relativas a atos e práticas de discriminação e/ou preconceito contra pessoas com deficiência, poderão, a seu critério, encaminhar às autoridades competentes para apuração e/ou oferecer representação, quando cabível, ao Ministério Público. Art. 7º Os Conselhos Regionais de Serviço Social deverão aplicar as penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional, regulamentado pela Resolução Cfess nº 273 de 13 de março de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 1993, Seção 1, ao/a assistente social que descumprir as normas previstas na presente Resolução, após o devido processo e apuração pelos meios competentes, garantindo-se o direito a defesa e ao contraditório.

IV. Correto. Art. 4º É vedado ao/à assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação e/ou opressão às pessoas com deficiência física, mental, intelectual, sensorial.

Itens I, II e IV estão corretos.

Gabarito: letra D.

23. (IESES - 2022) Com relação às resoluções do CFESS que orientam e normatizam o exercício profissional de assistentes sociais, assinale a alternativa INCORRETA:

A. A Resolução 992/2022 estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social.

B. Resolução 8662/2011 dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no documento de identidade profissional.

C. A Resolução 723/2015 regulamenta a porcentagem da cota parte que deve ser repassada pelos CRESS ao CFESS.

D. Resolução 829/2017 regulamenta as anuidades de pessoa física e jurídica e as taxas no âmbito do CRESS.

E. A Resolução 919/2019 dispõe sobre o Código Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS.

Comentário:

A alternativa que não corresponde com as Resoluções do CFESS que orientam e normatizam o exercício profissional de assistentes sociais é a letra B, pois o número correto da Resolução é a **RESOLUÇÃO CFESS nº 785, de 22 de dezembro de 2016**, que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional. O número 8662 se refere à Lei que regulamenta a profissão e foi publicada em 1993.

As demais alternativas estão corretas.



Gabarito: letra B.

24. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

O profissional que exercer funções, atividades ou tarefas de atribuição do assistente social, nos termos da Lei n.º 8.662/1993, com designação ou nomenclatura do cargo genérico, ou função de contratação do profissional, não é obrigado a se inscrever no CRESS.

() Certo () Errado

Comentário:

A **RESOLUÇÃO CFESS N° 572, de 25 de maio de 2010**, dispõe sobre a **obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social**, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, **mesmo que contratados sob a nomenclatura de CARGOS GENÉRICOS** e dá outras providências.

De acordo com o art. 2º da referida Resolução, **o profissional que exercer funções, atividades ou tarefas de atribuição do assistente social**, nos termos da Lei n.º 8.662/1993, **está obrigado a se inscrever no Conselho Regional da jurisdição de sua área de atuação, independentemente da designação ou nomenclatura do cargo genérico, ou função de contratação do profissional.**

Gabarito: Errado.

25. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Julgue o próximo item, relativos à Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social.

A Resolução CFESS n.º 594/2011 insere aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais no Código de Ética do(a) Assistente Social, garantindo a linguagem de gênero.

() Certo () Errado

Comentário:

A **Resolução CFESS n° 594/2011** trouxe alterações ao Código de Ética do Assistente Social, **introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero.**

A referida Resolução substituiu a designação **“opção sexual”** por **“orientação sexual”** e no princípio XI substituiu gênero por **“identidade de gênero”**. Além disso, **introduziu** em todo o texto do Código de Ética do Assistente Social **a linguagem de gênero**, adotando forma feminina e masculina: **“o/a; os/as; trabalhadores/as, etc.”**

Gabarito: Certo.



26. (Instituto Unifil - 2021) De acordo com a Resolução CFESS nº 493/2006, o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas, exceto:

- A. iluminação adequada ao trabalho diurno apenas, conforme a organização institucional.
- B. recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.
- C. ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas.
- D. espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Comentário:

De acordo com o art. 2º da Resolução CFESS nº 493/2006, o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- iluminação adequada ao **trabalho diurno e noturno**, conforme a organização institucional;
- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado

A alternativa "A" cita iluminação adequada apenas ao trabalho diurno, tornando-a incorreta.

Gabarito: letra A.

27. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

Para garantir o sigilo, o atendimento efetuado pelo assistente social deve ser realizado com portas fechadas.

() Certo () Errado

Comentário:



A RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. O art. 3º dispõe que o **atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas**, de forma a **garantir o sigilo**.

Gabarito: Certo.

28. (AOC - 2021) De acordo com a resolução nº. 533/2008 do CFESS, a qual regulamenta a supervisão de estágio direta no Serviço Social, assinale a alternativa que apresenta o máximo de estagiários em relação à quantidade de horas de trabalho semanais do supervisor de campo.

- A. Um estagiário para cada 30 horas semanais.
- B. Dois estagiários para cada 10 horas semanais.
- C. Um estagiário para cada 10 horas semanais.
- D. Três estagiários para cada 20 horas semanais.
- E. Dois estagiários para cada 30 horas semanais.

Comentário:

O parágrafo único do art. 3º da Resolução CFESS nº 533/2008 define o número de estagiários a serem supervisionados, levando em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que **o limite máximo não deverá exceder 1 estagiário para cada 10 horas semanais de trabalho**.

Gabarito: letra C.

29. (FGV - 2021) A abertura de campos/vagas ao longo do semestre/ano letivo deverá ser comunicada em até 15 (quinze) dias, após sua abertura, ao/a

- A. CRESS.
- B. Unidade de Ensino.
- C. Enesso.
- D. CFESS.
- E. Abepss.

Comentário:



Apesar de a Banca não esclarecer a qual tipo de vaga se refere no enunciado, pode-se deduzir que se trata da redação da Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

A referida Resolução dispõe que a **as unidades de ensino terão prazo de 30 dias**, a partir do **início de cada semestre** letivo, para **encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social** de sua jurisdição, **comunicação formal e escrita**, indicando: campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos; nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo; nome do estagiário e semestre em que está matriculado.

No caso de **abertura de campos/vagas ao longo do semestre/ano letivo** deverá ser comunicada ao CRESS até **15 (quinze) dias após sua abertura**.

Gabarito: letra A.

30. (FGV - 2021) A fiscalização do exercício profissional do Assistente Social Supervisor no campo de estágio – obrigatórios e não obrigatórios – compete ao

- A. Conselho Regional de Serviço Social.
- B. Supervisor/a Acadêmico/a.
- C. Diretor/a da Unidade de Ensino.
- D. Instituto Nacional de Serviço Social.

Comentário:

De acordo com art. 1º, § 3º da Resolução CFESS nº 533/2008, compete aos **Conselhos Regionais de Serviço Social** a fiscalização do exercício profissional do assistente social supervisor nos referidos campos de estágio.

Gabarito: letra A.

31. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é exclusiva do supervisor de campo.

() Certo () Errado

Comentário:



O enunciado da questão está incorreto, pois, o art. 8º da Resolução CFESS nº 533/2008 dispõe que a responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo, quanto do supervisor acadêmico, cabendo a ambos o dever de:

- I. **Avaliar conjuntamente a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio;**
- II. **Acordar conjuntamente o início do estágio, a inserção do estudante no campo de estágio, bem como o número de estagiários por supervisor de campo,** limitado ao número máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 3º;
- III. **Planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio,** estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio;
- IV. **Verificar se o estudante estagiário está devidamente matriculado no semestre correspondente ao estágio** curricular obrigatório;
- V. **Realizar reuniões de orientação,** bem como **discutir e formular estratégias** para resolver problemas e questões atinentes ao estágio;
- VI. **Atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário,** bem como **emitir avaliação e nota.**

Gabarito: Errado.

32. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

Em caso de demissão, o assistente social deverá repassar todo o material técnico, sigiloso ou não, ao assistente social que vier a substituí-lo.

() Certo () Errado

Comentário:

A questão se refere às disposições contidas na Resolução nº 556/2009, que trata dos Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social.

De acordo art. 4º, parágrafo único, em caso de **demissão ou exoneração**, o assistente social deverá **repassar todo o material técnico, sigiloso ou não**, ao assistente social que vier a substituí-lo.

Gabarito: Certo.

33. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

Em caso de extinção do serviço social da instituição, o material técnico sigiloso poderá ser incinerado pelo responsável, que também comunicará ao Conselho Regional de Serviço Social.



() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com art. 6º da Resolução nº 556/2009, **em caso de extinção do Serviço Social da instituição**, o material técnico-sigiloso **poderá ser incinerado** pelo profissional responsável por este serviço, até aquela data, que também procederá a **imediata comunicação, por escrito, ao CRESS**.

Gabarito: Certo.

34. (APICE - 2021) Conforme o Art 2º da RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009, o assistente social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar:

A. com ampla autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

B. com relativa autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

C. com ampla autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

D. com ampla autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas das profissões, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

E. com ampla autonomia independente de normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

Comentário:

De acordo com o art. 2º da RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009 de 15 de setembro de 2009, que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais:

Art 2º. O assistente social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, **deve atuar com ampla autonomia** respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.



Importante lembrar que a relativa autonomia é comumente citada na literatura do Serviço Social, principalmente por Lamamato, quando se refere às limitações institucionais impostas pelos empregadores e pelo próprio antagonismo presente na sociedade capitalista. Entretanto, a ampla autonomia está presente dentro do próprio aparato legal de sua profissão, enquanto um direito do assistente social.

Gabarito: letra A.

35. (QUADRIX - 2021) À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue o item.

Ao atuar em equipes multiprofissionais, todos os membros poderão atuar em outras áreas.

() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com a Resolução nº 557/2009, ao atuar em **equipes multiprofissionais**, o assistente social **deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões**, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, bem como **deverá garantir a especificidade de sua área de atuação. A avaliação e discussão da situação poderá ser multiprofissional**, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo assistente social, que **deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal**, para qual está habilitado e autorizado a exercer.

Gabarito: Errado.

36. (Instituto Unifil - 2020) “O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais”. Esse trecho está contido na Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre

- A. a supervisão direta de estágio no Serviço Social.
- B. as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.
- C. os procedimentos para efeito da lacração do material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social.
- D. a vedação de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

Comentário:



A RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. De acordo com o artigo 4º da referida Resolução: "O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais."

Gabarito: letra B.

37. (Prefeitura de Itambaracá - PR - 2020) De acordo com a Resolução CFESS nº 493/2006, o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas, exceto:

- A. iluminação adequada ao trabalho diurno apenas, conforme a organização institucional.
- B. recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.
- C. ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas.
- D. espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Comentário:

De acordo com o art. 2º da Resolução CFESS nº 493/2006, o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado

A alternativa "A" cita iluminação adequada apenas ao trabalho diurno, tornando-a incorreta.

Gabarito: letra A.

38. (VUNESP - 2020) De acordo com a Resolução CFESS nº 489/2006, é dever do assistente social denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) as pessoas jurídicas privadas ou



públicas ou pessoas físicas, assistentes sociais ou não, que sejam coniventes ou praticarem atos, ou que manifestarem qualquer conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo. Conforme art. 6º da referida Resolução, os CRESS deverão receber as denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, determinando, imediatamente, os encaminhamentos pertinentes às autoridades competentes e, quando cabível,

- A. ao Conselho Pleno de Serviço Social.
- B. ao Comitê de Sindicância.
- C. ao Ministério Público.
- D. à gestão organizacional.
- E. à Comissão de Ética.

Comentário:

De acordo com a Resolução CFESS nº 489/2006, os Conselhos Regionais de Serviço Social, deverão receber as denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, relativas a atos e práticas de discriminação ou preconceito a orientação sexual de pessoas do mesmo sexo, determinando, imediatamente, os encaminhamentos cabíveis às autoridades competentes e oferecendo representação, quando cabível, ao Ministério Público (art. 6º).

Gabarito: letra C.

39. (QUADRIX - 2020) De acordo com as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, julgue o item.

A responsabilidade técnica da supervisão direta de estágio é unicamente do supervisor de campo. Ao supervisor acadêmico cabe o papel de orientar o estagiário e de avaliar seu aprendizado.

() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com a Resolução CFESS nº 533/2008, a responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo, quanto do supervisor acadêmico. Ao supervisor acadêmico cumpre o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando a qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnicooperativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão.

Gabarito: Errado.



40. (VUNESP - 2020) A Resolução CFESS nº 559/2009 dispõe sobre a atuação do Assistente Social na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente. Nesses termos, quando a perícia consistir na inquirição, pelo juiz, por ocasião da audiência de instrução e julgamento, o assistente social deverá se restringir a emitir sua opinião técnica a respeito do que houver avaliado. A referida resolução ainda estabelece no artigo 5º que, quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, qualquer profissional assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo, na condição de testemunha, seu depoimento

- A. obrigatório.
- B. vedado.
- C. permitido.
- D. facultativo.
- E. autorizável.

Comentário:

Apesar de suspensa judicialmente, a RESOLUÇÃO CFESS Nº 559, de 16 de setembro de 2009 ainda continua sendo cobrada pelas Bancas examinadoras. Em seu art. 5º dispõe que:

Art. 5º. Quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, qualquer profissional assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo vedado depor na condição de testemunha.

Gabarito: letra B.

41. (QUADRIX - 2020) De acordo com as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, julgue o item.

É vedado vincular o título de assistente social à realização de terapias, no exercício profissional, em situações em que o profissional integre equipe multidisciplinar ou interdisciplinar.

() Certo (Errado)

Comentário:



De acordo com a Resolução CFESS nº 569 de 25/03/2010, é vedado ao Assistente Social vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional as atividades de terapias individuais, grupais e/ou comunitárias.

Gabarito: Certo.

42. (FGV - 2019) Ricardo está entusiasmado com o seu primeiro dia de estágio em Serviço Social. Ao chegar à instituição, lhe é designada Gisele, assistente social voluntária há dois anos. Por ter conhecimento da Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, Ricardo sabe que:

- A. a instituição de ensino deverá ser informada a respeito da condição da profissional designada para supervisioná-lo;
- B. mesmo sendo voluntária, a profissional é formada e, portanto, habilitada a supervisioná-lo;
- C. deverá perguntar à Chefia do Serviço Social se a profissional possui autorização do CRESS para exercer a supervisão;
- D. uma vez que a instituição aceitou um profissional voluntário em seu quadro, este possui as mesmas prerrogativas que os efetivos;
- E. a profissional não poderá supervisioná-lo, uma vez que deve ser funcionária do quadro de pessoal da instituição.

Comentário:

De acordo com Resolução 533 do CFESS:

Art. 5º. **A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio**, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.

Desta forma, Gisele (assistente social voluntária) não poderá supervisioná-lo, uma vez que não pertence ao quadro de pessoal da instituição.

Gabarito: letra E.

43. (FUNDATEC - 2019) Sobre o tema Estágio Supervisionado em Serviço Social, considerando a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 533/2008, assinale a alternativa INCORRETA.



- A. O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.
- B. A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição onde ocorre o estágio, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.
- C. A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo quanto do supervisor acadêmico, cabendo a ambos o dever de planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio.
- D. A responsabilidade de atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário, bem como de emitir avaliação e nota, é de responsabilidade exclusiva do supervisor acadêmico.
- E. Compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social a fiscalização do exercício profissional do assistente social supervisor nos referidos campos de estágio.

Comentário:

A questão pede a alternativa incorreta. Conforme a Resolução 533/2008:

Art. 8º. A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo, quanto do supervisor acadêmico, cabendo a ambos o dever de:

VI. Atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário, bem como emitir avaliação e nota. Não é responsabilidade exclusiva do supervisor acadêmico, como afirma a alternativa D.

Gabarito: letra D.

44. (AOC - 2019) Com base na Resolução CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a atuação profissional do(a) assistente social em relação ao processo transexualizador, assinale a alternativa correta.

- A. Os(as) assistentes sociais devem ter sua autonomia limitada para tratar de assuntos sobre a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.
- B. É vedado ao(à) assistente social emitir opinião técnica a respeito de procedimentos relacionados às transformações corporais.
- C. É dever do(a) assistente social defender a utilização do nome social dos(as) usuários(as), somente após a regularização de seus documentos civis.



D. O(a) assistente social deverá respeitar o direito à autodesignação dos(as) usuários do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros.

E. Cabe ao(à) assistente social ajustar e controlar o comportamento de crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans.

Comentário:

De acordo com a Resolução CFESS nº 845/2018 vamos analisar as alternativas:

A. ERRADA. Não se trata de autonomia limitada, pois sé um dever dos assistentes sociais contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente (Art. 1º).

B. ERRADA. Quando pertinente, cabe à(ao) assistente social emitir opinião técnica a respeito de procedimentos relacionados às transformações corporais (Art. 5º).

C. ERRADA. É dever da(o) assistente social defender a utilização do nome social das(os) usuárias(os), na perspectiva do aprofundamento dos direitos humanos, não somente após a regularização de seus documentos civis (Art. 7º).

D. CORRETA. Art. 6º A(O) assistente social deverá respeitar o direito à autodesignação das/os usuários do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros.

E. ERRADA. Não cabe ao profissional fazer qualquer tipo de ajuste ou controle de comportamento. De acordo com o art. 8º, cabe à(ao) assistente social atender e acompanhar crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans, considerando as inúmeras dificuldades que enfrentam no contexto familiar, escolar e demais relações sociais nesta fase peculiar de desenvolvimento na perspectiva do Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social.

Gabarito: letra D.

45. (FCC - 2018) A Resolução nº 556, de 25 de setembro de 2009, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) estabelece, em relação aos procedimentos necessários para a Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social, que:

A. Nos casos de extinção do Serviço Social da instituição, o material técnico-sigiloso deverá obrigatoriamente ser guardado pelo próprio profissional responsável por este serviço, até aquela data, em sua residência ou em seu novo local de trabalho.

B. Nas situações de demissão ou exoneração, o Assistente Social deverá incinerar todo o material técnico-sigiloso.



C. O caráter confidencial das informações que o Assistente Social vier a receber em razão de seu trabalho deverá ser garantido pelo responsável da instituição, a quem caberá indicar com a menção “sigiloso” os respectivos documentos sigilosos.

D. Nas situações de demissão ou exoneração, o Assistente Social deverá repassar todo o material técnico ao Assistente Social que vier a substituí-lo e o material sigiloso deverá ficar com o profissional que obteve as respectivas informações, que se responsabilizará por sua guarda.

E. O ato de lacração do material técnico será anotado em “Termo” próprio, constante de três vias, que deverão ser assinadas pelo Assistente Social, agente fiscal ou representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), obrigatoriamente, e testemunhas, se houver.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa e destacar os erros.

A. Nos casos de extinção do Serviço Social da instituição, o material técnico-sigiloso deverá obrigatoriamente ser guardado pelo próprio profissional responsável por este serviço, até aquela data, em sua residência ou em seu novo local de trabalho. **Errado. No caso de extinção da instituição, o material técnico-sigiloso poderá ser incinerado pelo profissional responsável por este serviço, até aquela data, que também procederá a imediata comunicação, por escrito, ao CRESS.**

B. Nas situações de demissão ou exoneração, o Assistente Social deverá incinerar todo o material técnico-sigiloso. **Errado. Em caso de demissão ou exoneração, o assistente social deverá repassar todo o material técnico, sigiloso ou não, ao assistente social que vier a substituí-lo.**

C. O caráter confidencial das informações que o Assistente Social vier a receber em razão de seu trabalho deverá ser garantido pelo responsável da instituição, a quem caberá indicar com a menção “sigiloso” os respectivos documentos sigilosos. **Errado. Quem deve garantir o caráter confidencial das informações que vier a receber em razão de seu trabalho é o assistente social, que deve indicar nos documentos sigilosos respectivos a menção: “sigiloso”.**

D. Nas situações de demissão ou exoneração, o Assistente Social deverá repassar todo o material técnico ao Assistente Social que vier a substituí-lo e o material sigiloso deverá ficar com o profissional que obteve as respectivas informações, que se responsabilizará por sua guarda. **Errado. Deve ser repassado todo o material, sigiloso ou não, ao profissional que vier a substituí-lo.**

E. O ato de lacração do material técnico será anotado em “Termo” próprio, constante de três vias, que deverão ser assinadas pelo Assistente Social, agente fiscal ou representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), obrigatoriamente, e testemunhas, se houver. **Correto.**

Gabarito: letra E.

46. (FCC – 2018) O Assistente Social trabalha em equipe multiprofissional, em que atua, conjuntamente com outros profissionais. Dessa forma, sobre a emissão de pareceres, laudos,



opiniões técnicas conjuntas entre o Assistente Social e outros profissionais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por meio da Resolução nº 557, de 15 de setembro de 2009, estabelece:

- A. O Assistente Social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar respeitando as normas legais, técnicas e éticas da instituição à qual está vinculado, e eventualmente pode ser obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8.662/1993, desde que sua chefia esteja de pleno acordo com o desenvolvimento das atividades a ele solicitadas.
- B. O entendimento ou opinião técnica do Assistente Social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional deve ser realizado de forma coletiva, sem necessidade de destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitando o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes contemplados na opinião técnica, pois no trabalho interdisciplinar todas as opiniões se misturam.
- C. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o Assistente Social deverá emitir sua opinião técnica sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, assim como sobre as outras áreas de atuação de seus colegas de trabalho, pois é isso que configura o trabalho multi e interdisciplinar.
- D. No atendimento multiprofissional, a avaliação e discussão da situação poderá ser também multiprofissional, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo Assistente Social, que tem seu âmbito de intervenção nas suas atribuições privativas.
- E. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o Assistente Social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos, buscando a prevalência de seus argumentos técnico-políticos junto às outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

Comentário:

Vamos encontrar a alternativa correta e analisar o erro das demais:

- A) O Assistente Social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar respeitando as normas legais, técnicas e éticas da instituição à qual está vinculado, e **eventualmente pode ser obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições** previstas pela Lei nº 8.662/1993, desde que sua chefia esteja de pleno acordo com o desenvolvimento das atividades a ele solicitadas. **Errado.** O Assistente Social não deve ser submetido a serviços incompatíveis com as suas competências.
- B) O entendimento ou opinião técnica do Assistente Social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional deve ser realizado de forma coletiva, **sem necessidade de destacar a sua área de conhecimento separadamente**, delimitando o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes contemplados na opinião técnica, pois no trabalho interdisciplinar **todas as opiniões se misturam**. **Errado.** O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de



conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica.

C) Ao atuar em equipes multiprofissionais, o Assistente Social deverá emitir sua opinião técnica sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, **assim como sobre as outras áreas de atuação de seus colegas de trabalho**, pois é **isso que configura o trabalho multi e interdisciplinar**. Errado. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação. Não cabe ao profissional emitir opinião sobre outras áreas.

D) No atendimento multiprofissional, a avaliação e discussão da situação poderá ser também multiprofissional, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo Assistente Social, que tem seu âmbito de intervenção nas suas atribuições privativas. CORRETO.

E) Ao atuar em equipes multiprofissionais, o Assistente Social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos, **buscando a prevalência de seus argumentos técnico-políticos junto às outras profissões**, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. **Errado**. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

GABARITO: LETRA D.

47. (CESPE/CEBRASPE - 2018) Em um estudo social sobre violação de direitos humanos conduzido por um assistente social, foram realizados, em conjunto com um psicólogo, atendimentos e entrevistas com os sujeitos envolvidos na situação. Durante a entrevista com um dos participantes do estudo — uma mulher de quarenta e cinco anos de idade, denunciada por não prover condições de sobrevivência a seus filhos —, houve vários momentos de silêncio por parte da entrevistada, os quais foram respeitados pelos profissionais. Para finalizar o atendimento, o assistente social fez orientações socioeducativas à entrevistada, refletindo com ela sobre sua realidade. Considerando a situação hipotética descrita e os múltiplos aspectos a ela relacionados, julgue os itens que se segue.

Embora a intervenção tenha sido realizada em conjunto com o psicólogo, a opinião técnica do assistente social deve ser destacada separadamente, delimitando-se o âmbito de sua atuação, o objeto de estudo, os instrumentos utilizados e sua análise social.

() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com as determinações da Resolução nº 557/2009, no atendimento multiprofissional a avaliação e discussão da situação poderá ser multiprofissional, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo assistente social, que deve emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua



área de atuação e de sua atribuição legal, para qual está habilitado e autorizado a exercer. Desta forma, mesmo que a intervenção tenha sido realizada em conjunto com o psicólogo, a opinião técnica do assistente social deve ser destacada separadamente, delimitando-se o âmbito de sua atuação, o objeto de estudo, os instrumentos utilizados e sua análise social.

Gabarito: Certo.

48. (AOCP - 2018) A respeito da atuação do Assistente Social na qualidade de perito judicial ou assistente social, quando convocado a prestar depoimento como testemunha pela autoridade judicial, assinale a alternativa correta.

A. A Resolução CFESS nº 559, de 16 de setembro de 2009, define que o assistente social na condição de testemunha deve prestar esclarecimentos, formular sua avaliação, emitir conclusões sempre de natureza técnica e prestar informações sobre fatos relacionados àqueles presenciados ou dos quais tomou conhecimento em decorrência de seu exercício profissional.

B. A Resolução CFESS nº 559, de 16 de setembro de 2009, afirma que, quando a perícia consistir apenas na inquirição, pelo juiz, do perito e do assistente técnico, por ocasião de audiência de instrução e julgamento, o assistente social deverá se restringir a emitir suas impressões técnicas e pessoais a respeito das situações avaliadas.

C. A Resolução CFESS nº 559, de 16 de setembro de 2009, apresenta que o assistente técnico, mesmo sendo contratado por uma das partes e ainda que não esteja sujeito a prestar compromisso ou a ser inquinado de suspeição e impedimento e funcionando como assessor da parte que o indicou, está isento de cumprir todas as normas do Código de Ética do Assistente Social.

D. Quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, qualquer profissional assistente social deverá comparecer e declarar que tem o direito de quebrar o sigilo profissional quando convocado a depor na condição de testemunha.

E. A Resolução CFESS nº 559, de 16 de setembro de 2009, afirma que o objeto da perícia deverá ser o mesmo para o perito e o assistente técnico, que deverão possuir a mesma habilitação profissional, na hipótese de se manifestarem sobre matéria de Serviço Social, atribuição privativa do profissional habilitado nos termos da Lei 8.662/93.

Comentário:

A. Errado. Quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, qualquer profissional assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo VEDADO depor na condição de testemunha.

B. Errado. O assistente social deverá se restringir a emitir sua opinião técnica (**e não impressões técnicas e pessoais**) a respeito do que houver avaliado.



C. Errado. O assistente técnico está obrigado a cumprir todas as normas do Código de Ética do Assistente Social, emitindo seu parecer de forma fundamentada, sendo vedado fazer declarações falaciosas ou infundadas.

D. Errado. O assistente social está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo VEDADO depor na condição de testemunha.

E. Correto. Nos termos do art. 2º da referida Resolução.

Gabarito: letra E.

49. (FGV - 2018) Segundo a Resolução do CFESS, é vedada a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, uma vez que não constituem sua atribuição e competência. Nesse sentido, consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias: I. atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique; II. atendimento a famílias ou usuários com base na Teoria Sistêmica; III. intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas. Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

A. somente I;

B. somente II;

C. somente I e III;

D. somente II e III;

E. I, II e III.

Comentário:

Segundo a Resolução CFEES nº 569, de 25 de março de 2010, considera-se como terapias individuais, grupais e\ou comunitárias: intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas; atividades profissionais e\ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e\ou psicanalíticos que atuem sobre a psique.

Itens I e III corretos.

GABARITO: C

50. (FCC - 2018) Ao dispor sobre a inclusão e uso do nome social do profissional, a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nº 785, de 22 de dezembro de 2016, estabelece que



- A. as/os profissionais travestis e transexuais fazem jus à inclusão do nome social junto à sua fotografia no anverso do Documento de Identidade Profissional, deslocando-se o nome civil para o verso.
- B. toda/o e qualquer profissional tem o direito à inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social.
- C. a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais fica vedada, constando o nome social na carteira de identidade profissional.
- D. deverá ser utilizado, para efeito de tratamento profissional das/dos Assistentes Sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, obrigatoriamente, o nome civil que consta no documento de identificação pessoal juntamente com o nome social e o número de registro.
- E. a utilização do nome social das/dos Assistentes Sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, fica vedada, constando o nome social somente na carteira de identidade profissional.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

- A. Correta.** Art. 2º As/os profissionais travestis e transexuais fazem jus à inclusão do nome social junto à sua fotografia no anverso do Documento de Identidade Profissional, deslocando-se o nome civil para o verso, respeitadas as demais características previstas no artigo 69 da Resolução CFESS nº 582 de 1 de julho de 2010, (...)
- B. Errado.** O direito à inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social previsto na presente resolução limita-se tão somente aos profissionais travestis e transexuais, sendo vedada a sua utilização por qualquer outra pessoa.
- C. Errado.** Fica permitida a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais, juntamente com o número do registro profissional (Art. 4º).
- D. Errado.** Para efeito de tratamento profissional das/dos assistentes sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, deverá ser utilizado somente o nome social e o número de registro.
- E. Errado.** Não há vedação, pelo contrário, nesses casos deverá ser utilizado somente o nome social e o número de registro.

Gabarito: letra A.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.